



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FRANCILEUDA FARRAPO PORTELA E VASCONCELOS

**OS DISCURSOS DAS EMPREGADORAS DOMÉSTICAS ACERCA DE
EMPREGADAS: ELITE, RAÇA E GÊNERO EM QUESTÃO**

FORTALEZA

2021

FRANCILEUDA FARRAPO PORTELA E VASCONCELOS

OS DISCURSOS DAS EMPREGADORAS DOMÉSTICAS ACERCA DE EMPREGADAS:
ELITE, RAÇA E GÊNERO EM QUESTÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

-
- V45d Vasconcelos, Francileuda Farrapo Portela e.
Os discursos das empregadoras domésticas acerca de empregadas: elite, raça e gênero em questão /
Francileuda Farrapo Portela e Vasconcelos. – 2021.
209 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de
PósGraduação em Psicologia, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior.
1. Empregadoras Domésticas. 2. Elite. 3. Raça. 4. Processos Decoloniais. I. Título.

CDD 150

FRANCILEUDA FARRAPO PORTELA E VASCONCELOS

OS DISCURSOS DAS EMPREGADORAS DOMÉSTICAS ACERCA DE EMPREGADAS:
ELITE, RAÇA E GÊNERO EM QUESTÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais

Aprovada em: 20 / 04 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

Dr. James Ferreira Moura Júnior (Orientador)
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Brasileira (UNILAB)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Jaileila de Araújo Menezes
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa
Universidade de Brasília (UNB)

A Deus.

Aos meus pais, Raimundo Moreira Portela e
Marli Maria Farrapo Portela.

Às minhas irmãs, Cinilda, Meire, Ciliane e
meu irmão, Cielito.

Aos meus grandes amores Ullissis, Ana Clara
e Sofia Maria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar comigo sempre, me fortalecendo nesse caminho tão desconhecido.

À minha mãe, Dona Marli, minha maior inspiração, mulher que me banha de coragem, mulher que me incentiva sempre e que tem ficado tão orgulhosa com minha trajetória.

A meu pai, Raimundo Bigode, tão querido. Sei que está torcendo por mim e que não mede esforços para me ajudar no que for preciso. Lembro agora de suas palavras nos incentivando, eu e meus irmãos, a estudar porque você acreditava ser um caminho seguro para essa vida. Por achar que você sempre está certo, estou aqui!

Às minhas queridas irmãs e meu irmão, Cinilda, Meire, Ciliane e Cielito, vocês são partes de mim! Obrigada por estarem sempre ao meu lado com uma palavra de apoio e incentivo.

Ullissis, meu companheiro, obrigada! Nesses dois anos passamos por vendavais da distância, mas superamos! Obrigada por cuidar de nossas filhas e por tantas vezes me acalmar dizendo que ia dar tudo certo! Estamos aqui e agora, e isso faz toda a diferença, e é o que importa agora! Obrigada pelos incentivos a esse mestrado, se não fosse você, certamente, não estaria aqui neste momento! Obrigada por tudo!

Ana Clara e Sofia Maria, meus amores, minhas filhas, quase morro de saudade nesses dois anos! Teve momentos que pensei que não ia aguentar! Obrigada por me esperarem mais uma vez! Cada lágrima na partida do ônibus quero agradecer a vocês, e olha que não foram poucas! Eu amo muito vocês, gratidão eterna, por serem meus amores e minhas dores, por me fazerem ir e logo querer voltar!

Dayse, minha cunhada e amiga, obrigada por abrir as portas de sua casa para me abrigar nesse tempo, você faz isso com todos e sempre. Obrigada pelos cafés regados de acolhimento e tanta sabedoria! Obrigada por chorar comigo! Obrigada por me acalmar quando pensei que não ia conseguir! Você é um anjo que Deus colocou na minha vida! Gratidão!

Laninha, minha amiga, obrigada por abrir as portas de sua casa junto com a Daysinha! Fiquei tentando retribuir lhe ensinando tocar violão, mas não deu tempo, rs! Acho que só me hospedando de novo, rs! Obrigada pelo cuidado, pelos abraços, pelas partilhas, pelos risos! Só gratidão!

Ao meu querido orientador, James, quanta admiração tenho por você! Obrigada pelo cuidado, pela paciência, pelo incentivo, pela construção do nosso trabalho! Obrigada por me

apresentar um caminho de (des)construção epistemológica com novas possibilidades e novos saberes, e principalmente, por me ensinar a acreditar em mim mesma do jeito que sou, esse foi um dos primeiros aprendizados, e aprendi com seu silêncio, nem precisou de palavras. Nunca esqueci do nosso primeiro contato, por e-mail, chamei você de professor e você disse para que eu lhe chamasse de James, para mim, que vinha de uma trajetória de amarras, foi potente aquele “me chame de James mesmo” dali tudo começou. Obrigada, James!

Aos meus queridos amigos Ailton, Vilki e Tássia, nossa, que caminho foi esse!? Em tão pouco tempo vocês me mostraram o que é acolher, aprender, viver e viver livremente! Gratidão meus amores!

Ailton, amigo, que presente! Obrigada mestrado por esse menino, esse amigo do coração gigante! Obrigada por me escutar nas noites difíceis! Obrigada por ter sido abrigo nesse percurso!

Vilki, meu amor! Admiro muito você, mulher! Que garra! Eu aprendo com sua força! Obrigada pelos incentivos! Confesso que teve momentos que parei e você foi lá e não me deixou parar. Obrigada pelo suporte, amiga!

Tássia, que alegria! Que prazer ver você sorrir! Obrigada por sua leveza! Aprendi com você a arriscar mais, a sair dessa rigidez que me pego por vezes, por isso, obrigada, amiga.

Rochelle, que generosidade você é! Como foi bom estar perto de você! Receber seus abraços naquele laboratório de informática foi abrasador! Obrigada por me acolher e me incentivar, amiga!

Dani, Luiza, Neto, Iara, obrigada por compartilharem comigo conhecimento, lágrimas, sorrisos e risos, conquistas e apreensões, foi e está sendo fantástico nossos encontros, vivemos uma infinidade de emoções que não conseguimos nem perceber mas que estamos experienciando. E é bom não estarmos sós, obrigada!

À Alexandra, Laisa, Demar, Lívia, Rebeca e Renata, obrigada! Nesse percurso do mestrado ganhei a energia e o cuidado de vocês! Admiro cada um! Vocês são gigantes!

À Reapodere e o Nucom que são laboratórios riquíssimos que fomentam a todo momento uma (des)construção de saberes, e que tive o prazer de estar perto, na medida do possível, neste percurso.

À Jaileila e Joaze, que são duas pessoas que admiro muito a trajetória como intelectuais coerentes, que se propõem a um fazer mais coletivo e agregador. Obrigada por me darem esse prazer de tê-los neste trabalho. Obrigada pelas contribuições valiosas e pelo cuidado com que estão enriquecendo este trabalho.

Às mulheres que aceitaram estar no grande desafio dessa pesquisa. Obrigada pela coragem de (des)construir comigo atitudes, pensamentos, crenças, sentimentos, enfim. Eu acredito em nós, mulheres! Sigamos!

“É importante ressaltar que emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão”. (GONZÁLEZ, 2018).

RESUMO

Esse trabalho tem como elemento de problematização os discursos das empregadoras domésticas sobre empregadas, na estreita relação com as questões de classe, raça e gênero. Neste cenário, elegemos como objetivo geral, analisar os discursos de mulheres da elite local de Tianguá sobre as empregadas domésticas a partir da intersecção raça, classe e gênero. Os objetivos específicos são: descrever as trajetórias das mulheres da elite local que tem empregadas domésticas; refletir sobre as regulações estabelecidas na relação patroa-empregada, no contexto das marcas de branquitude; problematizar as (re)configurações na relação empregadora/empregada a partir dos arranjos discursivos advindos do cenário pós-PEC das domésticas. A pesquisa se desenvolveu no bairro Dom Timóteo, Tianguá-CE, num caminho a partir das compreensões epistemológicas decoloniais e interseccionais. Nosso percurso metodológico foi balizado a partir dos princípios da pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico e autoetnográfico. Os sujeitos do estudo foram mulheres brancas da elite local, que empregam trabalhadoras domésticas e residem no referido bairro. Como instrumentos da produção de sentidos deste trabalho, fizemos uso de entrevistas narrativas e semiestruturadas, roda de conversa, observação participante e diário de campo, além dos processos de autorreflexão constituintes da autoetnografia. Para as análises utilizamos a Análise Crítica do Discurso. Ao final do estudo somos levados a nos deparar com empregadoras domésticas, mulheres brancas e abastadas, que se constituíram em lugar de poder e privilégios que, seguindo os ecos das sociedades patriarcais e eurocêtricas colonialistas, repercutem discursos e atitudes sustentadas a partir da falsa ideia de legitimidade e naturalização do lugar de mando, que as autorizam a falar de/por suas empregadas, tendo como pano de fundo o lugar laboral e as hierarquizações tecidas a partir deste.

Palavras-chave: Empregadoras Domésticas. Elite. Raça. Processos Decoloniais.

ABSTRACT

This work has as an element of problematization the discourses of domestic employers about female employees, in the close relationship with the issues of class, race, gender and subjectivities. In this scenario, we have chosen as a general objective, to analyze the discourses of women from the local Tianguá elite on female domestic workers from the intersection of race, class, gender and subjectivity. The specific objectives are: to describe the trajectories of women from the local elite who have female domestic workers; reflect on the regulations established in the employer-employee relationship, in the context of the marks of whiteness; problematize the (re)configurations in the employer/employee relationship from the discursive arrangements arising from the post-PEC scenario of domestic workers. The research was developed in the Dom Timóteo neighborhood, Tianguá-CE, on a path based on decolonial and intersectional epistemological understandings. Our methodological path was based on the principles of qualitative research, ethnographic and autoethnographic in nature. The subjects of the study were white women of the local elite, who employ domestic workers and live in the neighborhood. As instruments of meaning production in this work, we made use of narrative and semi-structured interviews, conversation circle, participant observation, and field diary, in addition to the self-reflection processes that constitute autoethnography. For the analyses we will use Critical Discourse Analysis. At the end of the study we are led to face domestic workers, white and wealthy women, who have constituted themselves in a place of power and privilege that, following the echoes of patriarchal and Eurocentric colonialist societies, echo speeches and attitudes sustained from the false idea of legitimacy and naturalization of the place of command, which authorize them to speak of/for their maids, against the backdrop of the workplace and the hierarchies woven from this.

Keywords: Domestic Employers. Elite. Race. Decolonial processes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Avenida Central.....	24
Figura 2 – Casarões ao Fundo.....	24
Figura 3 – Margens direita e esquerda.....	24
Figura 4 – Ocupação	24
Figura 5 – Cora da Patroa	135
Figura 6 – A patroa e a empregada	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
Cibrazém	Companhia Brasileira de Armazenamento
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
EC	Emenda Constitucional
Fenatrad	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersex e outros
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
	O fazer decolonial e os meandros da pesquisa: percursos e perspectivas éticas.	20
	Bairro Dom Timóteo no contexto da pesquisa: ocupação e colonialidade.....	23
2	O OLHAR DECOLONIAL E AS IMPLICAÇÕES DOS MOVIMENTOS DE PESQUISA: O CAMINHO AUTOETNOGRÁFICO.....	27
2.1	Os estudos decoloniais: situando nosso lugar de fala.....	27
2.2	Marcas do território no cenário da pesquisa: o bairro e eu.....	34
2.3	Memórias disparadoras da pesquisa: por uma atitude decolonial.....	37
3	ESTUDO 1 – MULHERES QUE EMPREGAM MULHERES: TECENDO OS FIOS DA TRAJETÓRIA DE VIDA E DA CONSTRUÇÃO DO LUGAR DE MANDO DAS PATROAS.....	47
3.1	Introdução.....	47
3.2	Marco Teórico.....	48
3.2.1	<i>O que entendemos por trajetória e a trajetória da qual falamos.....</i>	48
3.2.2	<i>As trajetórias das mulheres e as implicações na constituição de uma certa elite.....</i>	50
3.2.2.1	<i>A elite enquanto um conceito histórico.....</i>	50
3.2.2.2	<i>O mandonismo e suas nuances no contexto laboral doméstico.....</i>	55
3.2.2.3	<i>A heterogeneidade da elite/elite local: onde entendemos que se inserem a mulher empregadora doméstica nesse estudo.....</i>	57
3.3	Método.....	62
3.3.1	<i>Tipo de Pesquisa.....</i>	62
3.3.2	<i>Participantes da Pesquisa.....</i>	63
3.3.3	<i>Instrumento de Coleta de Dados.....</i>	63
3.3.4	<i>Análise de dados.....</i>	64
3.3.5	<i>Procedimentos.....</i>	64
3.4	Resultados e Discussões.....	65
3.4.1	<i>Helena: uma trajetória possível a partir dos privilégios familiares.....</i>	65
3.4.1.1	<i>Helena e a nova elite: a construção e ascensão familiar no Bairro Dom Timóteo.....</i>	67
3.4.2	<i>Edna e as construções de uma vida de privilégios na fazenda.....</i>	69
3.4.2.1	<i>Os acessos possíveis a partir do lugar de privilégio trouxeram Edna a Tianguá.....</i>	70
3.4.3	<i>Dora e a figura da empregada em suas memórias infantis.....</i>	72
3.4.3.1	<i>Dora: o caminho de Fortaleza (para estudar) a Tianguá (para trabalhar e constituir</i>	

família).....	74
3.4.4 <i>Francisca: a construção da patroa a partir do modelo materno</i>	75
3.4.4.1 Francisca as configurações de sua ascensão social: a chegada no bairro D. Timóteo	77
3.4.5 <i>Zilda e as memórias de uma outra geração</i>	81
3.4.5.1 Zilda e as configurações a partir do casamento.....	85
3.5 Histórias que se encontram: os entrelaçamentos das trajetórias	87
3.6 Considerações Finais de Estudo 1	90
4 ESTUDO 2: O LUGAR DE PATROA BRANCA: REGULAÇÕES E AFETOS NO CONTEXTO DO TRABALHO DOMÉSTICO	93
4.1 Introdução	93
4.2 Marco Teórico	95
4.2.1 <i>Em busca dos fios estruturantes da complexa relação entre patroas e empregadas domésticas</i>	95
4.2.1.1 Breve história da servidão: escravismo, gênero, religião e raça.....	95
4.2.1.2 O trabalho doméstico e as marcas raciais: a branquitude em operação.....	108
4.2.1.3 As regulações estabelecidas na relação patroa e empregada, no contexto das marcas de branquitude.....	113
4.2.1.4 Afetos na relação patroa/empregada: construções a partir de lugares díspares.....	119
4.3 Método	122
4.3.1 <i>Tipo de Pesquisa</i>	122
4.3.2 <i>Participantes da pesquisa</i>	123
4.3.3 <i>Instrumentos de produção de sentidos</i>	123
4.3.3.1 Entrevista semiestruturada.....	123
4.3.3.2 Observação Participante e Diário de Campo.....	123
4.3.4 <i>Análise de dados</i>	124
4.3.5 <i>Procedimentos</i>	124
4.4 Resultados e Discussões	125
4.4.1 <i>Manda quem pode: os discursos das patroas a partir do seu lugar “natural” de mando</i>	125
4.4.2 <i>Regulando corpos, controlando vidas</i>	130
4.5 Considerações Finais do Estudo 2	137
5 ESTUDO 3: QUEM MEXEU NO MEU LUGAR DE PATROA?: OS INCÔMODOS ADVINDOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2015	140

5.1	Introdução.....	140
5.2	Marco Teórico.....	141
5.2.1	<i>O processo histórico do trabalho doméstico servil/escravo para o trabalho formalizado.....</i>	141
5.2.2	<i>Os caminhos trilhados até à promulgação da EC nº 72/2013 e da Lei Complementar nº 150, de 01 de janeiro de 2015.....</i>	149
5.2.3	<i>A elite e seus discursos/incômodos/ações a partir da PEC das Domésticas.....</i>	153
5.3	Método.....	161
5.3.1	<i>Tipo de pesquisa.....</i>	161
5.3.2	<i>Participantes da pesquisa.....</i>	162
5.3.3	<i>Instrumentos de coleta de dados.....</i>	162
5.3.3.1	<i>Entrevista Coletiva - Roda de Conversas.....</i>	162
5.3.3.2	<i>Diário de Campo.....</i>	163
5.3.4	<i>Análises de dados.....</i>	163
5.3.4.1	<i>Procedimentos de organização dos dados.....</i>	164
5.4	Resultados e Discussões.....	164
5.4.1	<i>Os aspectos legais na prática: a continuidade de um modelo precarizado.....</i>	164
5.4.2	<i>O sol nasceu para todas: discursos mantenedores da desigualdade a partir de uma suposta meritocracia.....</i>	173
5.5	Considerações Finais do Estudo 3.....	179
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
	REFERÊNCIAS	186
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 1.....	204
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 – RODA DE CONVERSA...	205
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	207
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	208

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como elemento de problematização os discursos das empregadoras domésticas sobre empregadas em estreita relação com as questões de classe, raça e gênero. A partir da histórica constituição do forjado lugar de poder e privilégios das empregadoras (mulheres/brancas/abastadas), que “se autorizam” a falar de suas empregadas, tendo como pano de fundo o lugar laboral e subjetivo que ocupam as empregadas domésticas (mulheres/negras/pobres).

São inúmeras (e muito importantes) as pesquisas que tomam por elemento de problematização as vivências, as dificuldades, as precarizações, as desvalorizações, os preconceitos, as invisibilizações, os silenciamentos e as configurações sociais vividas por empregadas domésticas. No entanto, na tentativa de desconstruir essa lógica colonialista, que, objetifica a mulher trabalhadora como subalterna, e a condiciona a assujeitamentos diante de um padrão de poder, que as subjulga a partir de marcadores sociais, buscaremos compreender como aquelas que estão em uma posição privilegiada percebem as relações sociais. Por isso, e para isso, nossos movimentos de pesquisa se vinculam à essas questões partindo do lugar das empregadoras, de seus modos de lidar com as empregadas e do lugar histórico que ocupam, de acesso a privilégios, que se tornam naturalizados e naturalizam a subalternidade e invisibilidade do outro, neste caso, das empregadas domésticas.

Em nossa pesquisa, nos aproximamos do fenômeno da relação empregadora-empregada a partir de dois outros fenômenos relevantes, pelos menos para nós, enquanto pesquisadores. O primeiro, perpassa nossa história pessoal de vida, quando pensada e sentida a partir das inúmeras memórias que trazemos das histórias contadas por nossa mãe que, embora, branca, mas moradora da zona rural e pobre, ocupou o lugar de subalterna ao trabalhar como empregada doméstica, no período de sua infância e adolescência, e que, mais tarde, tornou-se empregadora, e, acessando todos os privilégios que a branquitude lhe trazia, passou a reproduzir, mesmo que de forma inconsciente, a mesma estrutura dominadora e colonialista das marcas por ela sofrida.

O segundo fato, se deu a partir da ocupação territorial de um bairro estigmatizado que, por forças contingenciais, favoreceu o encontro entre novas e antigas moradoras, se constituindo um fenômeno marcado pelo esquadramento territorial que expõe as forças que movem as elites locais e criam os subalternos. Embora não se trate essa proposição de pesquisa de um estudo sobre o bairro, de suas configurações sócio-políticas, este aparece como cenário potencializador do fenômeno aqui investigado.

A chegada dessas novas moradoras trouxe uma dinâmica diferente para o bairro, e uma crescente demanda por contratação de mão de obra local para trabalhar como empregadas domésticas. Isso se dá pela disponibilidade para este tipo de trabalho, uma vez que as moradoras do bairro já trabalhavam como empregadas domésticas, tendo o ofício passado de mãe para filha, em sua maioria. E por ser tratar de um bairro, até então, visto como pobre, bem como pelo fato de ser afastado do centro da cidade e de outros bairros, dificultando, assim, o deslocamento de trabalhadores de outras localidades. Frente às possibilidades de aquisição da casa própria, passei a morar no bairro e também precisar dos serviços das trabalhadoras domésticas, e ser uma dessas novas moradoras do bairro.

Portanto, somos atravessadas pela construção da relação empregadora-empregada próprias deste cenário, não só por estarmos dentre essas novas moradoras do bairro, mas por também reconhecer determinados privilégios como mulher branca da classe média local, trabalhadora, empregadora, com privilégios, e sobretudo por testemunhar o movimento relacional entre outras empregadoras e trabalhadoras domésticas a partir dos encontros informais no cotidiano do território.

Como o bairro é pequeno, é comum compartilharmos as realidades de cada família e, por muitas vezes, a pauta entre “patroas”, é a avaliação ou validação do exercício das empregadas domésticas. E, como pesquisadoras que estão imersas no campo, mas que também reconhecem esse lugar de não neutralidade, identificamos, por vezes, uma postura de superioridade dessas mulheres que, em sua maioria, são mulheres brancas da classe média local. Elas exercem certo poder de mando e de verdade sobre as mulheres que estão trabalhando em suas residências para além dos afazeres domésticos, intencionando reconfigurações dos modos de vida dessas mulheres trabalhadoras, que por sua vez, são mulheres, em sua maioria, negras e pobres.

É importante demarcarmos também, que tratamos aqui a classe média como elite porque a colocamos em uma relação específica, que frente ao quadro de pobreza, vulnerabilidade e estigmatização em que, historicamente, se encontram os moradores do bairro, não é difícil para aqueles que se encontram em condição econômica um pouco melhor, se constituírem como elite.

Assim, arriscamos nos aproximar, com cuidado vigilante e atento, ao nosso lugar de fala e da inquietação frente ao fenômeno em questão, nos percebendo dentro deste bojo da elite local a qual tomamos como população geral desta pesquisa. Para isso, buscaremos metodologicamente, trilhar por um caminho proposto por Spivak (2013), no desafiante movimento de (des)aprendizagem, de (des)construção do lugar de privilégio a que temos

acesso, e que se mistura na medida em que ocupamos, nesta trajetória, o lugar de pesquisadora e pesquisada ao mesmo tempo.

Em nossa proposta de pesquisa tentamos nos apoiar nas perspectivas dos estudos decoloniais, que refletem, criticamente “sobre nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 29), e da interseccionalidade, como prisma que considera as peculiaridades nas relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens (SILVA; MENEZES, 2013). Esses movimentos nos permitem desvelar os modos como os sujeitos experienciam a colonização, para, a partir disso, resistir de um modo decolonial. Nossas discussões e análises serão a partir das questões de elite, raça e gênero.

A partir desse cenário específico tomamos como elementos de problematização, os discursos das empregadoras domésticas, que empregam, por força das contingências, as moradoras mais pobres do bairro. Essas empregadoras são as mesmas que moravam em outras regiões da cidade e que outrora, partilhavam da visão estigmatizada do bairro Dom Timóteo. Neste contexto é que surge nossa pergunta de investigação: quais são e como operam os discursos das empregadoras domésticas acerca de empregadas, na intersecção entre raça, classe e gênero? Nessa proposta interseccional consideramos importante identificar como essas mulheres se apropriam dessas categorias em suas relações.

Nesse sentido, nos propomos a “analisar os discursos de mulheres da elite local sobre as empregadas domésticas a partir da intersecção raça, classe e gênero”, sendo este nosso objetivo geral.

Este trabalho está estruturado em dois momentos. O primeiro, que assume um caráter mais epistemológico e autoetnográfico, compreende o desenvolvimento das reflexões acerca da construção de um olhar decolonial sobre a temática aqui estudada, bem como trazer o contexto do território da pesquisa e o movimento autoetnográfico, propriamente dito, que é tão caro para nossa trajetória de pesquisa, uma vez que foi a partir dele que nossas proposições investigativas encontraram seu ponto de partida. No que toca a perspectiva decolonial.

O segundo momento, organizamos em três estudos, abarcando, cada um, um objetivo específico. O primeiro estudo, que chamamos de “Mulheres que empregam mulheres: tecendo os fios das trajetórias de vida e da construção do lugar de mando das patroas”, teve como objetivo descrever as trajetórias das mulheres da elite local que tem empregadas domésticas. Este se configurou como um estudo que assume a estética narrativa da vida das empregadoras,

problematizando tais trajetórias a partir das estruturas de privilégio que dispõem tais mulheres.

O segundo estudo, intitulado “o lugar de patroa branca: regulações e afetos no contexto do trabalho doméstico” buscou refletir sobre as regulações estabelecida na relação patroa-empregada, no contexto das marcas de branquitude. Nele, por meio de entrevistas semiestruturadas e observações, foi possível atentarmos para as forças que foram construindo o lugar de mando das patroas que, enquanto mulheres, também são inferiorizadas, mas na medida em que assume outros marcadores, como os de raça e classe, passam a operar como superiores na relação com outras mulheres, sendo estas negras e pobres.

Já o Estudo 3, que nomeamos de “Quem mexeu no meu lugar de patroa?: os incômodos advindos da lei complementar nº 150/2015”, se objetivou a problematizar as (re)configurações na relação empregadora/empregada a partir dos arranjos discursivos advindos do cenário pós-PEC das domésticas. Nesse estudo buscamos fazer tanto um movimento historicizador de alguns fatos importantes que culminaram na referida lei, como também contemporaneização de fatos e ações das empregadoras, que denunciam a precarização a que ainda está submetida a profissão de trabalhadora doméstica.

Ao final do estudo somos levados a nos deparar com empregadoras domésticas, mulheres brancas e abastadas, que se constituíram em lugar de poder e privilégios que, seguindo os ecos das sociedades patriarcais e eurocêntricas colonialistas, repercutem discursos e atitudes sustentadas a partir da falsa ideia de legitimidade e naturalização do lugar de mando, que as autorizam a falar de/por suas empregadas, tendo como pano de fundo o lugar laboral e as hierarquizações tecidas a partir deste.

O fazer decolonial e os meandros da pesquisa: percursos e perspectivas éticas

Neste tópico vamos falar sobre o processo de construção da pesquisa que tem como objetivo analisar os discursos das empregadoras no que toca as questões de raça, classe e gênero. Para tanto, como uma pesquisadora, mulher, branca, com privilégios advindos da branquitude forjada pela elite, tive a necessidade de aproximações de leituras decoloniais que pudessem orientar minha postura, enquanto pesquisadora, de forma coerente, sabendo que são estruturas que silenciosamente, estão entranhadas em nossas vidas, e portanto, devem ser processualmente quebradas.

Nesse sentido, os estudos sobre as perspectivas decoloniais deram o aprofundamento teórico necessário num movimento que permite refletir sobre as atitudes (minhas), enquanto também descrevo o drama e as tramas do processo que buscamos romper a partir da

desconstrução das atitudes coloniais modernas, o que me coloca em um caminho de me constituir como uma nova pesquisadora e escritora (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 45). Então a partir do objetivo da pesquisa e da perspectiva teórica, em um movimento de aprender a (des)aprender (SPIVAK, 2010). Numa pesquisa qualitativa que busca compreender as necessidades e as expectativas sociais (MINAYO, 2014), essa pesquisa toma como foco metodológico as questões da branquitude e da elite.

Em um contexto geral, este trabalho se constitui enquanto pesquisa qualitativa assumidamente crítica, onde é possível construir espaços, onde se discuta as hegemonias discursivas arraigadas na moral, bem como problematizar as questões de raça, gênero e classe (DENZIN; LINCOLN, 2006) e questionar lugares de poder, numa tentativa de desvelar essas articulações que geram opressão e desigualdade.

Assumimos também uma postura etnográfica, uma vez que esta traz consigo a ampla possibilidade de descrição que está implicada na relação direta com “as qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo” (MATTOS, 2011, p 54).

No entanto, tentando sempre retornar às bases epistemológicas decoloniais, buscamos romper com a histórica construção dicotomizadora da modernidade que erigida a partir de uma lógica colonialista, constituída como um projeto de poder e dominação a partir do modelo europeu (QUIJANO, 1992), vai se estruturar a partir das oposições humano x não humano, cultura x natureza, bom x mal. No campo da pesquisa e da racionalidade científica, esta dicotomia é reproduzida a partir da relação sujeito x objeto (SANTOS, 2018).

Dessa forma, em nosso movimento etnográfico, buscamos formas de romper com essa relação opositora entre sujeito/objeto. Além de nos misturarmos e nos tornarmos o próprio campo de pesquisa, também nos tornaremos objeto desta investigação. Na verdade, o melhor seria nem usarmos tais termos. Se aqui os evocamos é tão somente para criticar onde estão ainda situadas nossas posturas. Para nós esse movimento é bem mais pertinente, uma vez que a pesquisadora branca, geralmente, não questiona seu lugar como pesquisadora, e em sua maioria, não costuma ocupar o lugar de objeto de pesquisa (CARDOSO, 2017).

Na busca de dirimir esses movimentos dicotômicos, trilharemos um caminho metodológico configurado a partir dos pressupostos da etnografia, mas também faremos uso de uma perspectiva autoetnográfico, como um dos momentos da construção da realidade e da produção de sentidos desta investigação. Isso ocorre, porque nos reconhecemos inseridas nas configurações que demarcam os sujeitos desta pesquisa: mulher, branca, elite, empregadora, moradora da região investigada. Dessa maneira, o meu corpo e trajetória também serão

material para produção de sentido nessa pesquisa. Nesse sentido, tanto a pesquisadora como as participantes se tornam sujeito e objeto da investigação.

A autoetnografia busca “romper padrões epistemológicos e ontológicos, entendidos como saturados e fossilizados” (BRILHANTE; MOREIRA, 2016, p. 53), rompendo também com padrões positivistas e rígidos de pesquisa. Esse movimento autoetnográfico almeja ultrapassar, como nos propôs Santos (1999), certos pressupostos epistemológicos e paradigmas que validam a ciência a partir de certa construção da realidade por meio da hegemonia do modelo europeu colonialista.

Deste modo, esta pesquisa se constituiu em dois momentos, no que toca a produção de Sentidos: percurso autoetnográfico, onde traremos nossas memórias, sentimentos, conflitos e desconstruções próprias de nossa trajetória como empregadora doméstica branca de classe média local e empregadora e outro percurso no campo, onde foi possível o contato com outras empregadoras domésticas, fazendo uso de instrumentos etnográficos.

Como nos implicamos enquanto pesquisadoras reconhecidamente brancas, e a partir das apropriações teóricas para entender nossa branquitude de forma crítica (CARDOSO, 2017), nosso caminho foi de aprendizagem a partir da (des)aprendizagem (SPIVAK, 2013). Por isso, nesse percurso, foi preciso “entender o drama doloroso na busca pela atitude certa tomando o lugar da obsessão por métodos. A atitude é mais fundamental que o método” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 45).

Esses movimentos de pesquisa nos trouxeram desafios constantes. Foi necessário operarmos de forma atenta para um processo de desconstrução desse lugar de privilégio que também ocupamos, bem como dos próprios modos de lidar com a pesquisa, com o campo e com os achados/construídos de pesquisa. Como nos aponta Spivak (2013), trata-se de (des)aprender para construir saberes dissidentes, outros saberes que, segundo Ocaña e López (2019), um comportamento decolonial credibiliza um “outro” modo de ser, de saber, de fazer, de estar e de viver no mundo.

Nosso caminhar foi transpassado pela necessidade de apropriações da ordem da reflexividade, já que o “contexto empírico afeta o pesquisador e sua obra o que, por sua vez, afeta o campo e a vida social” (MINAYO; GUERREIRO, 2014, p. 1104). Assim, fomos compreendendo que, para os autores, não é possível dissociar o conhecimento produzido daquele que o produz, em um processo de implicação inevitável, exigindo reflexividade permanente.

Ao assumirmos uma dupla dobra de pesquisa (pesquisador no campo e o pesquisador como o campo) fomos convidados a adentrar por caminho de indissociabilidade entre sujeito e

objeto, pesquisadora e pesquisadas, entendendo que implicar-se é necessário no contexto dessa investigação que perpassa nossa própria história de acesso a privilégios.

Enquanto processo permanente, a reflexividade nos permitiu estar atentas às produções de poder engendrados na história e nas práticas cotidianas, inclusive acerca das posições de poder da pesquisadora e da própria pesquisa (MOUNTIAN, 2017), o que exige uma vigilância interpretativa (FIGUEIROA; LOPES, 1991), e nisso se constituiu a sumo de nosso fazer ético.

Nossa ética é uma ética crítica, reflexiva, atentando para como passa a operar o ato de interpretar a própria interpretação, de modo que trata-se de operar a partir da autocrítica acerca das próprias condições e autoridade de interpretar (ALVESSON; SKOLDBERG, 2000). Nosso movimento ético-político buscou compreender que, enquanto pesquisadores com perspectivas decoloniais, temos a responsabilidade de mostrar as atitudes decoloniais no intuito de garantir a criação de um processo decolonizante (MALDONADO-TORRES, 2019).

No entanto, também fomos atentos às exigências éticas legais que, necessariamente, atravessam o processo dessa pesquisa e são relevantes no que toca o atendimento da garantia de seguranças das informações e anonimato das patroas, que gentilmente se disponibilizaram a participar da pesquisa. Também buscamos nos manter no limite do que recomenda a ética no que toca nossa própria implicação enquanto pesquisadora/pesquisada, moradora do bairro, empregadora, branca, professora universitária e psicóloga. Portanto, construir, com os participantes da pesquisa um trabalho que se enquadre dentro do escopo da Psicologia social é um dos desafios que apontam nessa pesquisa.

As mulheres envolvidas na pesquisa tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde foi esclarecido o propósito, os procedimentos da pesquisa, bem como o anonimato das entrevistadas. Os nomes pelas quais as identificamos são fictícios. Essa pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da UFC.

Bairro Dom Timóteo no contexto da pesquisa: ocupação e colonialidade

O bairro Dom Timóteo está localizado na cidade de Tianguá, estado do Ceará, situado na microrregião da Serra Ibiapaba. Relativamente distante do centro da cidade, situado no alto de um morro e separado geograficamente do centro por um rio. Inicialmente o bairro

recebeu o nome de CIBRAZEM¹ por ter se originado e crescido no entorno das instalações da Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM. Este nome ficou bastante associado à violência do bairro, fenômeno que foi característico deste, fazendo com que CIBRAZEM se tornasse uma adjetivação pejorativa, sinônimo de marginal.

A mudança do nome para bairro D. Timóteo (primeiro bispo de Tianguá) e a instalação de alguns equipamentos e serviços públicos neste bairro, ajudaram significativamente para o surgimento de um novo discurso sobre o mesmo, fazendo com que os moradores não mais aceitassem ser chamados de moradores da CIBRAZEM, num movimento de autoafirmação e reconfiguração de suas identidades. Seus moradores vivem de bicos, pequenos comércios, as mulheres trabalham como empregadas domésticas e alguns homens trabalham como pedreiros e serventes.

Neste bairro estão instalados apenas equipamentos públicos básicos: uma escola e um posto de saúde; ainda uma quadra poliesportiva, que é frequentada mais por usuários de drogas. No bairro também encontramos as instalações da Célula Regional de Saúde, a 2ª Cia. do 3º Batalhão da Polícia Militar, uma Igreja Católica, algumas igrejas evangélicas, um clube de festas, uma praça com academia ao ar livre e, bem recentemente, também ganhou a instalação de uma Policlínica.

O bairro vem sofrendo uma urbanização crescente nos últimos 8 anos com a especulação imobiliária proporcionada pelas políticas públicas de habitação popular. No entanto, esse processo de urbanização criou um fenômeno facilmente observado *in loco*: o bairro, que já possuía uma avenida central, passou a ser dividido a partir desta em duas realidades sociais. Do lado direito da avenida, estão os antigos moradores, marcados por inúmeros estigmas sociais, por precárias condições de vida e por ocuparem as funções laborais mais precarizadas. E aqui que estão as empregadas domésticas que antes se deslocavam para o centro da cidade para trabalharem nas “casas de família”. Do lado esquerdo, onde antes era apenas mata e cujos terrenos eram de família tradicionais de Tianguá, foram desenvolvidos loteamentos e construções de casas financiadas pelo programa Minha Casa, Minha vida.

Essa divisão territorial, - apresentamos algumas fotos logo abaixo - embora não tenha sido intencional, é a marca de uma realidade que demonstra a dificuldade que tem a elite local de se misturar com classes menos favorecidas. Isso traz elementos que perpassam as

¹ Empresa extinta num processo de fusão com outras duas empresas que deram origem Companhia Nacional de Abatecimento – CONAB. À época de sua existência, a CIBRAZEM, empresa pública ligada ao Ministério da Agricultura, era responsável pelo armazenamento de grãos e insumos.

subjetividades como nos diz Sawaia (1995) ao afirmar que “a cidade, a rua, o prédio, a porta representam modelos de subjetividade enquanto portadores de história, desejos, carência e conflitos” (p. 21).

FIGURA 1 – Avenida central



FIGURA 2 – Casarões ao fundo



FIGURA 3 – Margens direita e esquerda



FIGURA 4 – Ocupação



No entanto, no processo de ocupação deste lugar estigmatizado, ao trazer para o bairro uma leva de moradores que possuíam lugar social de maior poder aquisitivo e acesso a privilégios, e devido à distância deste até o centro, também configurou uma realidade em que a elite local (no contexto micro desse bairro) passou a precisar de algumas realidades presentes no bairro tais: como padaria, pequenos comércios, borracharia e empregadas domésticas.

No contexto desta proposta de investigação, consideramos esse “moradores novos” enquanto elite por entendermos que elite não necessariamente tenha a ver com renda somente, mas, embora esteja vinculada ao acesso a lugares sociais de mando que passam pela dimensão financeira, mas, sobretudo, pelo lugar de berço, de acesso a privilégios (SOUZA, 2017).

No entanto, aos poucos, a margem direita atravessa a avenida e adentra às casas das elites. Dessa vez não para assaltar ou furtar, nem batem à porta como pedintes, como se costumava ver tais moradores. A margem direita da avenida, sobretudo na figura das empregadas domésticas, atravessam a rua para ocuparem o histórico lugar de servidão. Essas

mulheres, que ao modelo representativo do que ocorre em todo o Brasil, são também negras e pobres em sua maioria. As patroas brancas e com acesso a cultura das elites abrem suas casas como uma espécie de voto de confiança e de esperança de encontrarem uma empregada que destoe da marca marginal que é colocada sobre os moradores deste bairro.

2 O OLHAR DECOLONIAL E AS IMPLICAÇÕES DOS MOVIMENTOS DE PESQUISA: O CAMINHO AUTOETNOGRÁFICO

2.1 Os estudos decoloniais: situando nosso lugar de fala

Em nosso trabalho nos achegamos a um fenômeno bem específico, que toca o trabalho doméstico, ainda que tenhamos como foco o discurso das empregadoras. Ao tentarmos construir uma linha de discussão acerca dessa questão, é importante dizer que entendemos que esse fenômeno (o trabalho doméstico) sofre marcas advindas do complexo processo de articulação histórica.

Quando entendemos que, por um longo tempo, essa foi/vem sendo contada a partir do modelo europeu, que em seu projeto hegemônico, institui-se como único modelo e o conhecimento produzido nele (inclusive o saber histórico), como verdadeiro e universal (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012), sendo importante, portanto, também questionar as bases científicas, sobretudo as difundidas como neutras:

A busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais (LANDER, 2005, p. 8).

O que vivemos ainda hoje, inclusive dentro do que chamamos de “ciências humanas”, surge entre os séculos XVI e XIX. É o desenrolar de um projeto eurocêntrico (SAID, 2007) que a partir de um processo expansionista e colonialista - que aqui entendemos como colonialidade (QUIJANO, 2009), as histórias, sejam dos processos civilizatórios, sejam das relações sociais ou dos processos subjetivos, são frutos de certa maquinaria geopolítica que, contadas a partir daqueles que ocupavam certo lugar de privilégio, operam como invisibilizador das inúmeras realidades locais e vozes da história (SAID, 2007).

Essas linhas iniciais abrem as veredas de nosso lugar de fala. Pretendemos partir das perspectivas dos estudos pós-coloniais para entendermos as questões que tocam o universo desta pesquisa, para tanto, entender o que são os estudos pós-coloniais, quando eles surgiram e a que se propõem se torna caminho necessário. As tentativas de compreensão dessas questões nos levam a reafirmar o que já fora dito nos parágrafos anteriores: o mundo, há um certo tempo, vem tendo sua realidade configurada a partir de um movimento eurocêntrico que baliza as experiências sociais mais diversas, e impõem uma verdade a ser seguida, em um processo colonial dos espaços, da ciência, da história e das subjetividades. Assim,

o argumento central e consensual dos estudos pós-coloniais, assim como a sua maior contribuição é, sem dúvida, a ruptura com a história única, sustentada pelas

metanarrativas que legitimaram as ideologias do processo de colonização, naturalizando a dominação do homem pelo homem, a partir das diferenças raciais hierarquizadas como justificativa para o “processo civilizatório” (PEZZODIPANE, 2013, p. 2).

É no contraponto desse movimento colonialista empreendido pela Europa, que surge uma corrente de pensamento que busca questionar essa verdade construída a partir desse contexto, traz em seu projeto expansionista o subjulgamento dos mais diversos tipos de povos e saberes construídos pela humanidade, determinando a realidade boa, civilizada e legítima, a partir de si mesma. Os estudos Pós-coloniais, como são conhecidos, se pretendem uma via de pensamento que mira o passado, o presente e o futuro, sempre em um movimento inquieto e subversivo às configurações dessa suposta realidade prefigurada pelo eurocentrismo.

Segundo Silva (2015) as primeiras construções do pensamento pós-colonial remontam ao período imediato do pós-guerra, a partir das publicações de Albert Memmi, Aimé Césaire e Frantz Fanon. Juntando-se a estes, Ballestrin e Edward Said, sendo esse o mais recente. Porém configuração mesmo de um movimento mais consolidado, que se pode chamar de pós-colonialismo, se deu a partir de 1982, por intermédio de um grupo de intelectuais indianos que, inseridos no contexto de diversas Universidades de tradição anglo-saxônicas, buscaram discutir a história das classes trabalhadoras, mas também questionar o “fracasso histórico do nacionalismo indiano” (p. 128). Essas proposições foram chamadas de Estudos Subalternos.

Almeida, Miglievich-Ribeiro e Gomes (2013) nos dizem que os estudos pós-coloniais miram o passado, entendendo esse como construção social, e atentando para os elementos que possibilitaram o surgimento do que veio a ser chamado de modernidade enquanto projeto eurocêntrico de poder e configuração de todos os modos de vida em todo lugar do globo, a partir dessa suposta redenção do homem e sua configuração “civilizatória europeizada”, no intuito de desconstruir tal ideia, mas também perceber que vozes foram ouvidas e quais foram silenciadas.

É de grande importância ressaltar que, para os estudos pós-coloniais, não se pode falar em modernidade, no que se refere ao seu projeto universalizante (cristianização, civilização, modernização, desenvolvimento, democracia, mercado etc.), sem se falar da colonialidade e seus desdobramentos (dominação, controle, exploração, dispensabilidade de vidas humanas, subalternização dos saberes dos povos colonizados, etc.) (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012). Como vem nos dizer Dussel (1994), se o projeto de modernidade foi e é, emancipador para a Europa, para o não-europeu, significou e significa a origem de uma violência existencial, disfarçada nos projetos de cristianização, civilização, desenvolvimento e democratização (DUSSEL, 1994).

Portanto, a colonialidade sendo a outra face da modernidade (MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2000), compreendemos, na verdade, que a modernidade acontecia na Europa, enquanto esta empreendia em, suas colônias, um movimento de exploração e colonialidade no restante do mundo; ao menos na parte que lhe coube conquistar (MIGNOLO, 2005). "A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas [...] Origina-se e mundializa-se a partir da América" (QUIJANO, 2000, p. 342). Outra dimensão trazida por Almeida, Miglievich-Ribeiro e Gomes (2013), e que é cara no contexto desta pesquisa, é que os estudos pós-coloniais estão comprometidos com o presente, uma vez que é condição indispensável questionar e desconstruir as práticas cotidianas eurocêntricas e que, por isso, provocam uma violência epistêmica e que impõem certa ética e estética da vida. Mas também para os autores, nos estudos pós-coloniais se objetiva uma crítica ao futuro, uma vez que sobre este se assenta as ficções modernas e os anseios coloniais travestidos de teoria, ciência e estado.

Desse modo, busca-se questionar a narrativa a respeito da nossa sociedade, que configura nossa história a partir desta verdade eurocêntrica que invisibiliza e silencia muitas vozes, abandonando uma história local, com toda sua singularidade, para fomentar uma história universalizada a partir desta realidade colonialista.

O que vemos ser empreendido, e quem vem ser questionado pelos estudos pós-coloniais em suas diversas vertentes, é o privilégio epistêmico dos homens ocidentais, que configuram um aparato de poder que atinge toda a vida social em um projeto de dominação colonialista que configura, inclusive, às subjetividades. Conforme Grosfoguel (2016) se trata de um privilégio epistêmico e consequentemente identitário, que denuncia a existência de uma inferioridade.

Analogicamente, como dois lados de uma mesma moeda, na qual, um lado se considera superior e o outro inferior (GROSFOGUEL, 2012), irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (SANTOS; MENESES, 2009, p. 86), desenhando, assim, um cenário de desigualdade social alicerçado e sustentado em estruturas eurocêntricas de conhecimento que se tornaram consensuais (GROSFOGUEL, 2016). Para Quijano (2005)

as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da

Europa ou “Ocidente”, foi “Oriente”. Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. (p 122)

Santos e Menezes (2009) postulam que “o eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia” (p. 86), dos subalternos. Essa estrutura contribui para, em um movimento circular de dominação, exploração e opressão, produzir uma subalternização, e para fortalecer a complexa teia de invisibilidade, se contrapondo e se cruzando a todo momento.

Com a constituição da América Latina, no mesmo momento e no mesmo movimento históricos, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico - que depois se identificarão como Europa - e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. Em pouco tempo, com a América (latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalaram-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder, até hoje (SANTOS; MENESES, 2009, p. 85).

Dessa forma a modernidade, estando “intrinsecamente associada à experiência colonial” (MALDONADO-TORRES, 2008, p.84), se torna constitutiva da colonialidade, tornando-se mantenedora da dominação, exploração e opressão. Portanto, não existe modernidade sem colonialidade (QUIJANO, 2000, p. 343). Assim, claramente, não existiria uma economia-mundo capitalista sem as Américas (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Para Quijano (2005) foi através da invasão à América Latina que a Europa pode se constituir enquanto potência, através da mão-de-obra escrava e das riquezas existentes nas Américas, principalmente a América Latina. Esse acontecimento contribuiu na constituição do sistema-mundo moderno/colonial eurocêntrico, promovendo o início da globalização através da exploração e da invenção da raça, surgindo identidades sociais como o índio, o negro e o mestiço como raças inferiores enquanto o europeu, branco a raça superior. Nesse sentido é importante tornar nítidas as proposições que adotamos neste trabalho acerca da colonialidade, que já mencionamos alguns parágrafos atrás, e como essa se pretende diferente de colonialismo, como proposto por Quijano (1991).

Nessa busca de conceituação, primeiramente é necessário apontar que colonialismo é também uma dominação epistemológica desigual de saber-poder que produziu o não reconhecimento de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados (SANTOS; MENESES, 2009). Para Said (2007) “o colonialismo não se reduz apenas ao exercício arbitrário de um poder econômico e militar, mas possui uma dimensão cognitiva e duradoura” (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012), evidenciando a superioridade do homem da raça branca, europeia apontando para a relação entre os discursos ocidentais e sua relação de poder sobre outras culturas do mundo.

Segundo Alcoff (2016), o colonialismo utiliza-se de identidades passivas e autenticadas para hierarquizar e organizar ao seu modo a vida das pessoas. Colonialidade é um termo ampliado para colonialismo e “é utilizada para chamar atenção sobre as continuidades históricas entre os tempos coloniais e o tempo presente e também para assinalar que as relações coloniais de poder que estão atravessadas pela dimensão epistêmica. Colonialidade é um conceito complexo e (atua em vários níveis) (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012, p. 123).

Primeiramente, segundo Mignolo (2008), a colonialidade que se configura como o outro lado da modernidade, como já falamos, e que neste contexto é empreendida por meio do movimento expansionista e de captura/produção dos modos de vida. Esse movimento opera por meio do que Quijano (1991) vai chamar de “colonialidade do poder”, num jogo de legitimação e produção de certa realidade, delineamento histórico, saberes, formas de ser e viver, de modo a balizar o cotidiano por meio de uma ética e uma estética da vida a partir da dominação eurocêntrica (MIGNOLO, 2008b). É um padrão de poder que estrutura e classifica hierarquicamente as nações no globo (GROSFOGUEL, 2016).

São essas marcas que vemos no contexto da América Latina, onde, de forma macro, se localiza nossa pesquisa e em cujo contexto vemos o Pensamento Decolonial, que se propõe a dissociar-se de um único mundo possível, o moderno/capitalista e se abre para uma pluralidade de vozes e caminhos. O direito à diferença e a uma abertura para um pensamento-outro, se opondo a um pensamento universal (MIGNOLO, 2005).

O pensamento decolonial que está para além de um projeto acadêmico, é um ato de resistência. Encontramos decolonialidade nas experiências históricas do povo brasileiro que foi invisibilizado. Sua força está na possibilidade de resgatar memórias e interpretações de pessoas que passaram longe da academia também. É uma tentativa de reinventar um novo mundo como nos diz Bernardino-Costa; Grosfoguel (2016)

o projeto decolonial reconhece a dominação colonial nas margens/ fronteiras externas dos impérios (nas Américas, no sudeste da Ásia, no norte da África), bem como reconhece a dominação colonial nas margens/fronteiras internas dos império, por exemplo, negro e chicanos nos Estados Unidos, paquistaneses e indianos na Inglaterra, magrebinos no França, negros e indígenas no Brasil etc. Na década de 1960, essa diferença colonial nas fronteiras internas dos impérios foi conceituada por Pablo Gonzales Casanova de colonialismo interno em que sobretudo o eixo racial estabeleceu uma divisão de privilégios, de experiências e de oportunidades entre negros e brancos, populações indígenas e brancos, tal como exemplifica a história do Brasil. (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 20)

Então o pensamento decolonial ganha força a partir da década de 1990, seguindo um caminho de crítica ao colonialismo e seus efeitos, no contexto da América Latina. Em um movimento engajado de considerar a realidade e a história local (a partir do local), como elemento central para discutir as configurações sociais, políticas, históricas e subjetivas, distanciando-se também de matrizes de pensamentos também produzidos na Europa ou com base nestes, buscando criar uma epistemologia do sul, que rompa com o saber também colonizado eurocentricamente (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012).

Colonialidade do Poder, termo introduzido pelo peruano Aníbal Quijano, conceito central no contexto deste estudo, surge com a necessidade de se explicar a desigualdade social em que vive a América Latina. Para Quijano (2005) a colonialidade do poder é o padrão de poder que se funda com o capitalismo moderno/colonial eurocentrado, inaugurado a partir da conquista da América por volta de 1492, onde esse poder pôde se materializar e se sustentar até os dias de hoje, controlando todas as esferas do poder no mundo, seja ele econômico, cultural e social de maneira que passou a deliberar de forma objetiva e subjetivamente os modos de vida e de conhecimento.

A colonialidade do poder denuncia as contínuas formas de dominação, exploração e opressão como também apresenta os discursos engendrados e desenvolvidos de forma silenciosa pela modernidade nos proporcionando pensar estratégias de resistência e (re)existência diante da modernidade, através do que podemos chamar, além da colonialidade do poder, também a colonialidade do saber e colonialidade do ser. (BALLESTRIN, 2013), conceitos que trataremos abaixo.

Ao mesmo tempo, que a colonialidade do poder problematiza e aponta para “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p.126), também opera como meio para elucidar e explicar processos que, intencionalmente, buscava-se localizar como resolvidos ou superados no contexto da modernidade. Por meio do conceito-chave de colonialidade do poder tem-se suporte para atualizar tais fenômenos sociais e revisitá-los, na contemporaneidade, possibilitando a denúncia das marcas da colonialidade.

Em Grosfoguel (2008) vemos que

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos,

através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

O poder que opera a partir da colonialidade, se constitui, portanto, como um arranjo que toma a construção destes lugares periféricos, na relação com sistemas imperialistas/colonizadores, erguido a partir de um sistema global que vincula trabalho-raça-gênero-povos periféricos (QUIJANO, 2000). Mas o conceito de colonialidade do poder também permite pensar outras formas de colonialidade que, se conjugam à esta, num jogo bem articulado de produção da realidade subalterna: as colonialidades do saber (LANDER, 2005) e do ser (MALDONADO-TORRES, 2019), como citadas acima.

Aqui gostaríamos de aproximarmo-nos um pouco a essas questões tanto do nosso lugar geográfico, o Brasil, como de nossas questões de pesquisa, os discursos de uma elite local sobre questões de raça e classe na relação com empregadas domésticas. Considerar que a sociedade brasileira é constituída desses discursos de colonialidade, até por fazer parte da América Latina e esta, ser fruto da invenção moderna/colonialista, sendo, portanto, ela também demarcada pelas forças de uma colonialidade do poder, do saber e do ser, vemos operando, no tecido social, demarcações patriarcais, sexistas, étnico-raciais e de classe.

Essas demarcações são construídas a partir de um atravessamento por padrões eurocêntricos, como já mencionado, arrastando uma trajetória de invisibilização de pessoas que vivem em um regime de dominação e exploração como vem nos dizer Quijano (2009), a organização do poder social brasileiro está numa relação de exploração/dominação/conflito. O racismo, as relações patriarcais e a opressão de classe são marcadores que denunciam essa desigualdade social (BERNARDINO-COSTA, 2015). Burke (2010) observa que

a América Latina analisada por Stuart Hall, Nestór García Canclini e Gilberto Freyre é a região híbrida por excelência, sendo um lugar de encontros, choques, mestiçagem e todo tipo de interações entre a população autóctone, os invasores europeus e os escravos africanos trazidos por estes. (p. 65)

Essa perspectiva se torna fundamental para olharmos o fenômeno em questão neste trabalho. Compreender as relações entre empregadoras e empregadas domésticas, construídas no bojo da engenharia de uma colonialidade que, no contexto da América Latina, é racializada e precarizada. Entendemos, inclusive, que para sermos coerentes com este lugar de fala, devemos evidenciar nesta seção, a relevância de tais relações dentro de sua historicidade, de suas relações e de seus lugares sociais. A dimensão cultural como condição para perceber o quanto somos influenciados por uma visão engendradora social e historicamente, produzindo a tensão necessária para desconstruir a “verdade” eurocêntrica travestida de modernidade.

Quijano (2005) relata que

No processo de constituição do sistema-mundo moderno/colonial, raça e trabalho foram associados, constituindo e mantendo uma divisão racial do trabalho desde os tempos coloniais até o presente. Raça e trabalho foram acrescentados às já existentes divisões sexuais do trabalho. Assim, no contexto do capitalismo moderno/colonial eurocentrado, passou-se a constituir uma divisão racial e sexual do trabalho, em que inicialmente os europeus e seus descendentes recebiam salários, enquanto o colonizado – partícipe da divisão do trabalho como escravo ou servo – não era digno de salário. Obviamente algumas concessões foram feitas aos sujeitos colonizados. De qualquer forma, raça, trabalho e sexo apresentaram-se como naturalmente associados, o que tem sido até o momento excepcionalmente bem-sucedido (p 106).

A própria necessidade do trabalho doméstico, por exemplo, de certa forma, depende da alta concentração de renda, e obviamente, a partir deste cenário percebemos uma grande quantidade de trabalhadores que, não dispendo de renda nem mesmo pequena, vendem (ou trocam) sua mão de obra (BERNARDINO-COSTA, 2015).

O histórico processo de estigmatização social vivido pelas empregadas domésticas, evidencia as questões de desigualdade social que, nesta proposta, considerando o prisma da colonialidade do poder, na relação de dominação/exploração, desenha modos de subjetividade e “reconhecer a simultaneidade e a multiplicidade de opressões não representa assumir acriticamente que todas as formas de opressão são igualmente importantes em qualquer momento e lugar na história” (NOGUEIRA, 2017).

2.2 Marcas do território no cenário da pesquisa: o bairro e eu

Nessa seção, em um movimento que busca uma maior implicação nos processos originários dessa pesquisa, usarei a primeira pessoa do singular para descrever os processos disparadores desta pesquisa, bem como apresentar o cenário na qual ela se desenvolve. Para mim, é importante apresentar esse tópico neste momento (e não na metodologia) por entendermos que o cenário que apresentaremos é parte do movimento colonialista que baliza nosso percurso, sendo, portanto, importante conhecê-lo desde o princípio. Já cursando a graduação em Psicologia, mudei de bairro. Antes morava no centro da cidade e na oportunidade de conseguir a casa própria através do programa minha casa minha vida, fui morar no bairro Dom Timóteo. Em meados de 2013, a especulação imobiliária incentivada pelos programas de financiamento da casa própria estava em alta e bairros pobres e estigmatizados foram sendo ocupados pela classe média local, que, frente à pobreza, passou a operar, nessa situação local, como uma elite (SOUZA, 2017; SPIVAK, 2010).

Fui para um bairro que era historicamente marcado pela violência e visto pela “elite” da cidade, como perigoso. Era um bairro periférico, que ficou dividido em dois blocos, onde de um lado, estão os mais antigos moradores, mais pobres, que fazem trabalhos precarizados e um deles, o trabalho doméstico, exercido por mulheres do bairro; no outro lado, novos

moradores, que vieram para o bairro a partir das especulações imobiliárias e oportunidades de financiamento da casa própria, capturados pela colonialidade do poder, reproduzem e sustentam a ideia e o comportamento de uma elite local, que com privilégios, se vê dentre seus papéis como empregadores. Aqui cabe pensar o quanto esses papéis regem os discursos de superioridade, autoritarismo e mandonismo, opressão e dominação sob outros moradores, como já citado acima.

Embora com certo receio, a ida para este bairro representou para mim a conquista da casa própria. Assim, foi um evento vivido entre o medo e a realização. Ao mesmo tempo em que era influenciada por discursos que apontavam tal mudança como risco (já que o bairro seria perigoso), também me sentia ascendendo socialmente, já que partiria para minha própria casa.

A chegada de novos moradores para o bairro Dom Timóteo, num deslocamento da classe média tianguaense para um lugar historicamente estigmatizado (e neste deslocamento me encontrava, uma vez que foi a partir desse movimento que me tornei moradora do bairro e fui tocada pelo fenômeno aqui investigado), não mudou somente a geografia do bairro, mudou também o clima urbano, provocou a valorização imobiliária dos imóveis antigos, aumentou as expectativas de emprego, mas também trouxe tensões e estranhamentos e a avenida central do bairro divide, do lado direito a pobreza e do lado esquerdo a elite local recém chegada.

Essa divisão que se configura como a deflagração do histórico movimento mantenedor de um lugar superior das elites, que não se misturam. Tal movimento, trouxe para mais próximo os discursos que antes ecoavam sobre essas pessoas, a partir do centro da cidade. Nós, como novas moradoras, as empregadoras, agora passávamos a participar de certa cotidianidade do bairro e, a partir disso, também nos achar no direito de justificar os discursos mantenedores de privilégios por meio das configurações de poder que construía lugares de superioridade, que incidiam e reconfiguravam as relações com as empregadas, numa tentativa de estruturar discursos sob às vidas das outras mulheres. E é nesse cenário bem específico que me encontro, enquanto empregadora que morava em outra região da cidade e que outrora, partilhava da visão estigmatizada do bairro Dom Timóteo.

Aproximadamente a dois anos que morava no bairro, por ocasião da realização do meu trabalho de conclusão de curso da faculdade de Psicologia, que teve como sujeito da pesquisa, os jovens deste mesmo bairro, tive um choque de realidade no que toca as questões sobre preconceito, racismo, pobreza e marginalização sentido e percebido por tais jovens. Compreendi que havia duas realidades, uma vista pela elite da cidade e outra, vista pelos jovens do bairro.

Ao mesmo tempo em que desenvolvia minha pesquisa junto aos jovens, conhecia um pouco suas vidas, a rotina de suas famílias, e as histórias de vida de suas mães, que em sua maioria, trabalhavam como domésticas. Também fui me aproximando mais das outras novas moradoras que havia chegado ao condomínio habitacional, juntamente comigo. Desde que cheguei no bairro já tinha como empregada uma moradora de tal lugar, mas nunca havia refletido sobre as marcas que potencializavam e particularizavam as relações entre empregadas e empregadoras a partir do histórico lugar de estigmatização das moradoras deste bairro.

A convivência com as empregadoras do condomínio e as falas destas acerca de suas empregadas, me impactaram bastante após o contato com os jovens de minha pesquisa, ou seja, depois de conhecer a verdadeira realidade das mulheres daquele bairro, com suas histórias, realmente, impactantes. Ouvir as minhas vizinhas, novas moradoras do bairro, criticar, julgar, desmoralizar as mulheres que trabalhavam como domésticas, começou a me incomodar e ao mesmo tempo a me fazer refletir. Lembrei de minha mãe e de suas experiências de opressão, sem chances de poder falar ou ser ouvida; lembrar dos jovens que sofriam preconceitos e eram estigmatizados, sem ao menos poder falar e serem ouvidos.

Quando cheguei no mestrado, num movimento coletivo de (des)aprendizagem, deparei-me com os estudos decoloniais, vislumbrei investigar o que talvez estaria por acontecer comigo: estaria reconhecendo minha branquitude? Estaria tomando consciência, enquanto mulher branca, que sustento privilégios oprimindo outros corpos, outras pessoas, outras mulheres? São muitos questionamentos e eles ainda não acabaram, e nem acho que devam acabar. Na verdade, penso que, para romper com tais estruturas de dominação sutilmente instituídas e hierarquizadas, questionamentos, diálogos, (des)aprendizagens são necessários, sobretudo quando podem desvelar a sutil supremacia da branquitude estruturada em nosso meio, em nossos corpos.

Os questionamentos servem para mim, nesse momento, como uma espécie de bússola, que “suleia²” meus pensamentos, e conseqüentemente, refletem em minhas ações. Pode me levar ao encontro comigo mesma e do outro. Sei que sempre correrei o grande risco de me perder de novo, de novo e de novo. Frente as marcas de privilégio das quais emergi e ainda me benefico, as perguntas, as reflexões, os diálogos, a escrita, a leitura, a música, a arte são possibilidades de acesso criativo que me permitirão, ao me sentir perdida em meio aos hegemônicos discursos capitalistas e , patriarcais da modernidade/colonialidade, voltar à

² Neologismos em oposição ao norteia, que provoca uma reflexão acerca das proposições de se guiar a partir da perspectiva das epistemologias do sul.

consciência de mim mesma e do outro, encontrar-me de novo, embora isso me exija um grande esforço de atenção e problematização crítica.

Numa tentativa de questionar os valores que tenho carregado como herança cultural dessa sociedade que desacredita e desvaloriza qualquer “outro”, sei que sempre corremos o risco de cairmos no grave erro de sairmos do lugar de oprimido para opressor. As novas moradoras do bairro, embora sustentem esse lugar de poder frente às empregadas domésticas, sofrem opressões em outros cenários de suas vidas como na relação com os companheiros, que a partir de nossa herança cultural exercem certo poder de mando e dominação sobre essas mulheres. Dai a importância de perguntarmos sempre acerca dos movimentos que fazemos e dos lugares que ocupamos a partir deles.

No contexto da história de vida da minha mãe, da minha vida e das mulheres empregadoras do bairro, questiono e reconheço a herança cultural, colonial, patriarcal e capitalista que carregamos enquanto mulheres, brancas da classe média local. Numa tentativa de romper com esse sistema que domina e oprime, me sinto levada a provocar essa reflexão. Pode ser um dos primeiros passos que me leve a caminhar numa espécie de desobediência epistêmica, onde questionamos as regras, a cultura, a religião, as (des)atitudes.

Assim, reconhecer-me com privilégios não é orgulho, nem tão pouco uma falsa humildade frente ao saber epistêmico que busco me apropriar, mas a tentativa de uma ruptura, de uma desobediência epistêmica frente aos atuais padrões de poder. Pensar de que forma, eu, subjetivamente, fui capturada por essa ideia de supremacia diante de uma igual, enquanto mulher, nem sempre foi importante para mim, o que me envergonha hoje, mas me encoraja a continuar. Essa pesquisa se propõe, portanto, a continuar nesse esforço de romper com as atitudes coloniais que ainda pairam em minha realidade.

2.3 Memórias disparadoras da pesquisa: por uma atitude decolonial

Pensar o meu lugar de fala, nessa pesquisa, é me dar conta de que esse lugar está intrinsecamente ligado a questões subjetivas e enraizamentos familiares. Como mulher, branca e de classe média local, com acesso a inúmeros privilégios, reconhecer-me é, além de um desafio, um esforço necessário para tentar uma aproximação, ainda que, timidamente, de uma atitude decolonial (MALDONADO-TORRES, 2019). Para mim, (re)conhecer as estruturas do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (SANTOS; MENESES, 2009) é um caminho importante para que, de forma consciente, possamos mitigar, pelo menos, em nosso meio, ou em nós mesmos, qualquer tipo de dominação e opressão.

Atualmente, no exercício da profissão, enquanto docente e psicóloga, me sinto convidada a romper com os padrões de poder que levam a opressão, e sei, que é preciso começar a partir do lugar onde estou. Reconhecer meu lugar de privilégios que inclusive, me possibilita vos escrever, me possibilita também, falar desse lugar, a academia, como um lugar ainda de privilegiados, em sua maioria, e por isso, um lugar potente para a mudança, mas não acessível, e isso não é à toa. Embora reconhecendo meus privilégios gostaria de pontuar que venho de uma família marcada pela pobreza, o que nos pede coragem para expor-se diante de tal desigualdade que distancia o conhecimento da pobreza, enquanto categorias possíveis de conviverem diante dos marcadores sociais que vive a real sociedade brasileira.

O trabalho doméstico perpassou e perpassa a história de muitas mulheres pobres do nosso país, na minha história não foi diferente. Retratarei aqui fatos históricos e marcantes que atravessaram a história de trabalho doméstico em minha família e que foram fundamentais para meu interesse de pesquisa. Trago uma personagem importantíssima para mim: minha mãe. Talvez ela seja a maior razão que me fez pensar a pesquisa nessa perspectiva. Dentre outras motivações que citarei logo mais, sua história me causou e causa, certa inquietação e me move a trazer à tona, situações que são invisíveis e invisibilizadoras e se apresentam numa estrutura silenciosa de opressão a partir do mito do bom senhor e da boa senhora, muito disseminado no processo colonizador que se seguiu no Brasil (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Nas próximas linhas seguem relatos da história de vida de minha mãe e da minha também como caminho escolhido para meu autorreconhecimento. Sou filha de uma mulher branca, pobre, com baixa escolaridade, órfã de mãe (a mãe morreu do 16º parto aos 34 anos). Em meados dos anos 60, sua família não tinha casa própria, arrendavam terrenos para plantar e lá moravam, na zona rural da cidade de Tianguá. Certo dia, meu avô materno, numa visita a uma prima de classe média (para o contexto da cidade e da época) que morava na cidade, é interpelado pela prima a dar uma de suas filhas para morar com ela, e faz uma exigência dizendo querer a mais corajosa. Meu avô diz que qualquer dia traria uma de suas filhas.

Aqui se faz necessário dizer de como, no contexto da época, e frente às configurações familiares, dar uma filha para alguém reconhecidamente mais abastado, representava uma possibilidade de melhores cuidados, além de desafogar a economia familiar, já que as famílias eram compostas por muitos filhos. Meu avô, por exemplo, era pai de oito filhos vivos, já que os outros oito, haviam morrido. A família que recebia essa suposta “doação”, não a recebia como filha, mas como empregada. Em troca, deveria lhe garantir moradia, comida e vestuário.

Aos 10 anos de idade, minha mãe é levada para morar na zona urbana da cidade de Tianguá, numa “casa grande”, termo utilizado por ela para dizer do tamanho da casa. “Eu era muito besta, nunca entendi, mas não tive coragem de perguntar a meu pai antes dele morrer, por que aos 10 anos tive que sair de casa e ir para outra casa? Eu, simplesmente fui, sem dizer nada, sem perguntar nada e até hoje sem entender nada, inclusive, o porquê fui se ainda tinha mãe!”

Ao escutar minha mãe contando suas histórias, e se referir à casa onde foi morar como “casa grande”, me remetia à representação feita por Gilberto Freyre (1933) no seu livro, ironicamente para mim, chamado, *Casa-Grande & Senzala*. A ideia de enaltecer o senhor e a senhora, irrepreensíveis, que se comportavam como bondosos e preocupados com seus subordinados, o que mais parecia ser um falso favor, recheado por exploração, opressão e dominação.

Quando minha mãe chegou na “casa grande” foram passadas as ordens e as tarefas que deveria fazer todos os dias, e como sempre escutou que era a mais esperta nos afazeres de casa, para continuar a ganhar tal “valoração” sabia o que tinha que fazer, mesmo assim lhe era dito, todos os dias, para tirar e lavar os penicos, lavar e dobrar as roupas, fazer a comida dos trabalhadores e depois lavar as panelas, limpar a casa, banhar e arrumar as crianças. E assim era a rotina da casa, conseqüentemente, a rotina da minha mãe.

O que me chamou atenção é que, costumeiramente, uma das atitudes de suposto “favor” e “bondade” por parte dos senhores e senhoras da casa grande nessa configuração era a oportunidade de estudar na cidade em troca dos serviços. Nesse caso, minha mãe, embora, morasse na “casa grande” no centro da cidade, ao lado da Igreja Matriz, ponto central das moradas mais ricas da cidade, não estudava. Tinha como único lazer ir aos fins de semana à missa e tinha que voltar assim que terminasse, ou seja, era privada de liberdade.

Certo dia, em seus afazeres, lavando os panelões do almoço que faziam para 20 trabalhadores, numa certa tarde, recebeu a notícia que sua mãe tinha falecido devido a complicações no parto. “Ainda lembro dos meus braços que corriam terna³ pelos meus cotovelos porque eu era pequena e devido à altura da pia, não tinha como não descer pelos meus cotovelos, mas a notícia da minha mãe me deixou tão chocada que corri para a outra “casa grande” onde estava minha irmã, sem nem me lavar. Na outra “casa grande”, quase vizinha a minha, do outro lado da Igreja, estava minha outra irmã, de 11 anos, que assim

³ Termo que se refere à fuligem acumulada no fundo das panelas, muito característica de quando se cozinha à lenha.

como eu, trabalhava lá e ficava lá de favor. Fomos ao encontro de nossa mãe, que agora não estava mais viva, mas morta.”

Após a morte de minha avó, como era o costume da época, minha mãe ficou de luto juntamente com os irmãos e o meu avô, vestindo preto por um ano, e nesse período ficou com sua família na zona rural. Nesse período, a senhora da “casa grande” ao ver o primo viúvo, pergunta “onde está minha menina? Estou sentindo falta dela? Quando tu vai me trazer ela de volta? Quero ela de volta”. E ao terminar o ano de luto, minha mãe voltou, a pedido da “boa senhora”, para a “casa grande” e, conseqüentemente, para os grandes afazeres, o que não era difícil ser grande, tendo em vista a sua tenra idade.

Em seu retorno à “casa grande” já sabia o que fazer, e assim seguiram-se sete anos. Não estudava, não podia sair de casa, não podia namorar e como jovem com sonhos, planos e perspectivas, só sabia do seu futuro a partir do que tinha para fazer na “casa grande”. Por um tempo de sua vida parecia não haver sonhos, não haver planos, não haver esperanças. Mas, certo dia, “eu resolvi “espalhar o chá da cega⁴”. Resolvi reclamar e discordar da situação que parecia boa para eles, e eles achavam que era a melhor para mim. Eu tenho casa, quero ir para casa, nem que eu pegasse nome de ingrata e mal-agraçada”. E aí, como nos diz Schwarcz (2019) “toda moeda carrega consigo seu outro lado, contrariando a ladainha que descreve um sistema” de opressão, silenciamento e invisibilidade. Para mim, minha mãe estava tentando contrariar esse sistema ao pedir para ir embora da “casa grande”.

Mesmo sendo vista como rebelde e mal-agraçada, minha mãe queria ir para casa e estava cansada de ser empregada. Neste momento dessa narrativa, me pergunto quantas mulheres crianças, adolescentes, adultas, não puderam e/ou não podem ter a mesma atitude de romper com o sistema de opressão, por não terem a casa do pai para voltar ou na casa do pai não é bem recebida. Enfim, são tantas impossibilidades talvez, sobretudo quando falamos dos anos 60 e 70 onde a população brasileira em sua maioria era refém dos senhores, coronéis e fazendeiros que tinham poder em detrimento da maioria da população pobre, de baixa escolaridade e sem informação.

Minha mãe, nesse momento de sua vida, embora esta fosse difícil, ainda tinha, - é importante reconhecer - privilégios, e esses privilégios eram acessados por sua cor, sua fisionomia e ter sobrenome reconhecido. Cresci ouvindo minha mãe dizer que as pessoas olhavam para ela e seus irmãos e diziam, “tão bonitos que pena que são pobres”, parecia que diante da pobreza ainda era possível se reconhecer melhores que outros. Ouso dizer que nas

⁴ Termo de uso popular bem característico da sociedade da época, que se refere a fazer um escarcéu, ir contra certa ordem estabelecida, enfrentar e se contrapor a algo de forma enfática e pública. Armar um barraco.

entrelinhas o que era dito era que a cor “branca” lhes dava certos privilégios, inclusive porque, dos 8 filhos, só minha mãe e a outra irmã, que também morava em outra casa grande não tinham olhos azuis e cabelos loiros, o que as fazia menos prestigiadas que as outras irmãs que continuaram em casa.

Bem, minha mãe era empregada doméstica, branca, não-remunerada, modelo muito comum na sociedade brasileira, e não sabia ou não lhe era permitido saber sobre si, sobre suas vontades e planos. Quando cresceu e voltou para sua casa teve a certeza de que poderia conduzir sua vida sozinha e já não mais teria a figura da “boa senhora” para agradar. E aquele sonho por liberdade, de poder fazer o que quisesse, esse passou a ser vivo. Isso foi muito marcante para a vida da minha mãe e demarcou seus movimentos de ruptura com as estruturas de captura a que esteve submetida. Não consigo nem mensurar de longe o quanto esse fato foi importante para mim.

Depois do episódio de “espalhar o chá da cega”, minha mãe foi para casa de seu pai, trabalhar na roça, e desta situação, o único incômodo era a sensação de que trocou roupa, comida e moradia “de graça” e ainda a possibilidade de arranjar um marido da cidade pela roça. Um ano depois ela conhece um jovem (meu pai) e se compromete com ele. Este jovem era do sertão, ainda de sua parentela, também era pobre e órfão de mãe ainda na infância, como ela, e resolveram se casar. Agora, no sertão, a única coisa que lhe esperava era essa vida ao lado de um “pé rapado⁵”, eram os argumentos colocados por aqueles que a criticavam por ter deixado a “casa grande”.

Ao relatar episódios de sua vida para mim, às vezes, minha mãe se embalava por risos, às vezes, por um certo entalo e choro, às vezes, percebendo o quanto foi ingênua e usurpada na sua infância e adolescência, mas que dizia se sentir aliviada ao lembrar que rompeu com o modelo de vida que estavam desenhando para ela e que resistiu àquela situação de submissão que mais parecia prisão do que vida. Ela e o companheiro conseguiram ter uma renda que lhes deu certa qualidade de vida, por isso, lembra agora com certo alívio o dia em que “espalhou o chá da cega” e teve coragem e condições de sair daquela situação de dependência.

Olhar para sua história e ver o quanto a vida mudou para ela, me encoraja, a seguir por um caminho de resistência e de luta, que mesmo diante dos desafios de ser uma mulher subalterna que dificilmente será ouvida (SPIVAK, 2010), fica para nós, a luta por resistir. Essa resistência começa por se conhecer enquanto mulher com acesso a certos privilégios, como o de cor.

⁵ Forma popular de referir-se aqueles que não possuem renda ou bens.

Às vezes penso o quanto minha mãe, assim como milhares de outras mulheres, foi submetida ao um regime de escravização em um trabalho onde não tinha idade, nem condições físicas para executar, e nem lhe cabia a condição de reflexão, nem de recusa. Por uma questão cultural de mandonismo, patriarcal e capitalista, que era submetida, onde uma manda, ordena, e outra obedece. Libertar-se, de certos padrões de poder, certamente, exige um movimento contínuo de ruptura que podem construir-se em diversos cenários, como por exemplo, nesta pesquisa, os diálogos, as memórias e sua análise crítica, cria novos cenários, pelo menos no que toca, ao compromisso ético-político a que se propõe essa pesquisa.

Pensar a história de vida de minha mãe é pensar um duplo movimento: um que se coaduna com a história de vida de milhares de mulheres pobres que nasceram do outro lado do espelho, evidenciando a desigualdade social. Crianças, mulheres, que não tiveram escolhas e nem como elaborar perguntas do porquê tinham que ir e não ficar com a família. O outro é o lugar de mando acessado por marcadores de privilégio de raça e ascensão social, que quando ocorre com os brancos parece potencializar outros privilégios a partir da cor. Assim, de certo modo, considero que minha mãe tinha privilégios, e, que talvez por isso, teve condições de trazer à tona, à consciência de que poderia pensar por si mesmo e decidir que vida queria, ou a ideia de vida melhor. O que seria uma vida melhor? Quem poderia dizer? Senão a própria pessoa.

Os anos foram passando e, na década de 80 e 90, minha mãe começou a trabalhar com meu pai, no comércio local, pois o mesmo já era por um tempo, comerciante. Tiveram 5 (cinco) filhos, eu sou a segunda. Sempre trabalhando juntos, minha mãe e meu pai. As atividades começaram a aumentar para minha mãe, já que, as atividades comerciais se somavam ao trabalho doméstico, culturalmente “obrigação” da mulher, e ainda o cuidar dos filhos. Com a melhoria da vida financeira, e frente às necessidades de minha mãe, surgiu a possibilidade de contratar os serviços de uma trabalhadora doméstica.

Ora, já tinham conseguido comprar sua casa própria, conquistar um pouco de estabilidade financeira trabalhando no comércio local na cidade, uma trabalhadora doméstica era a ajuda necessária para cuidar das atividades de casa e dos filhos, já que o trabalho no comércio exigia que passasse muito tempo fora de casa. Então, 15 anos depois das experiências de minha mãe com o trabalho doméstico sob o aprisionamento e mandonismo do mito da boa senhora, aos 32 anos, e eu, já nascida, com 10 anos, contrataríamos esse serviço.

Agora, a então trabalhadora doméstica não remunerada, durante a infância e a adolescência, que trocava sua mão de obra por casa, roupa e comida, mesmo contra sua

vontade, - que era o modelo de trabalho comum no Brasil por conta da ideia do bom senhor e da boa senhora e do processo de escravização - agora solicitava os trabalhos de uma outra mulher, embora sendo esta, remunerada, me interessa aqui compreender, como se deu essa relação no que toca nossas subjetividades.

Ao rememorar as relações entre minha mãe e as mulheres que trabalhavam com a gente, aproximadamente nos anos 90 e anos 2000, havia uma relação aparente de reprodução dos padrões ecoados pela elite da época. Embora economicamente, não fôssemos elite, a relação estabelecida entre patroa e empregada se dava a partir dos padrões configurados no tecido social capturando essa relação. A relação era sempre marcada pela diferença onde uma mulher manda e a outra obedece. Minha mãe não começou a pensar o trabalho doméstico a partir das experiências vividas, o que não foi nada confortável e humanizado. Na verdade, como se as coisas se revertissem e agora a patroa que um dia foi empregada se tornou empregadora com todos os seus privilégios. Vale ressaltar aqui que essa ex-empregada, mulher, de baixa escolaridade, pobre, agora - esposa, mãe, comerciante e patroa. Como essa patroa se relaciona com esse lugar? Até que ponto suas experiências em sua infância e adolescência interferem nesse papel?

Quero nesse momento relatar que minha mãe foi tomando essa função de empregadora a partir de uma visão produzida pela elite social local, que por sua vez, como já foi dito, tem como desvalorizada a profissão de serviço doméstico. Dessa forma, se olhava para esse fazer a partir de uma cobrança que invisibilizava quem o fazia, tendo um efeito dominó que refletia em todos os âmbitos dessa profissão.

A trabalhadora doméstica desvalorizada era vista como uma pessoa pobre que estava sendo favorecida, numa ideia de bondade e credibilidade do empregador para com a empregada, por confiar que a mesma adentrasse à casa da patroa. O que me lembra os fatos relatados há 30 anos atrás. A ideia de caridade ou favor compartilhado no mundo de superioridade.

É nesse período da história que vejo minha mãe acessar o forjado e escorregadio lugar de mando, que se configurava de forma inversa ao que ela havia vivido quando criança, reproduzindo o lugar da “boa senhora”. Enquanto ela, aos 10 anos, foi obrigada a sair de casa para exercer o trabalho doméstico na “casa grande”, eu estava recebendo em minha casa, sem piso, sem forro, sem reboco, mas própria, – e isso era suficiente para reproduzir certos privilégios - outra mulher para nos ajudar nas atividades de casa e até cuidar de mim.

Minha mãe agora assumia uma posição de patroa ao invés de empregada. O que me importa, nesse momento da narrativa, é vislumbrar a tentativa de romper com as atitudes

coloniais que ela sofreu, e que provavelmente poderiam ter sido absorvidas e talvez reproduzidas de forma consciente ou inconsciente na vida cotidiana da minha mãe, e da minha também. Como nos fala Maldonado-Torres (2019), “viver de uma maneira que afirme a abertura do corpo faz parte da atitude decolonial que não somente permite a possibilidade do questionamento crítico, mas também a emergência de visões do eu, dos outros e do mundo que desafiam os conceitos da modernidade/colonialidade” (MALDONADO-TORRES, 2019). Eu acredito e espero, que os movimentos metodológicos dessa pesquisa podem estar sendo um gatilho gerador de mudanças para minha mãe e para mim. Todos os encontros, diálogos, as trocas, as ideias, as partilhas, os risos, os entalhos, certamente, surtiram efeito no que toca nossos privilégios na relação patroa e empregada.

A narrativa agora se dá a partir de um outro papel social que minha mãe começou a exercer a partir dos anos 90 e exerce até hoje. Até aqui, remontando a história de opressão de minha mãe através do trabalho, foi significativo para mim visitá-la para escutar suas experiências de vida e, a narrativa que segue até aqui se deu a partir de relatos que fui coletando dos nossos diálogos, e escrevendo junto com minhas percepções. Agora, são sobre minhas observações enquanto protagonista neste cenário, onde estava eu e minha mãe, que me deterei a escrever agora, e depois sobre o cenário que eu mesma comecei a construir no meu núcleo familiar.

Fazendo minhas próprias memórias, durante minha adolescência, já percebo o meu lugar de privilégio, ao me dar conta que sempre tive alguém para ajudar nos serviços da casa, que eu detestava por sinal. A única coisa que queria era alguém para fazer os serviços domésticos, enquanto minha mãe estava trabalhando. A mim, o que importava mesmo era brincar na rua e jogar bola. Lembro que, embora tivéssemos uma empregada, minha mãe exigia que eu ajudasse na lida de casa. Para ela não era possível criar uma filha “folgada”. Tinha que ter responsabilidades desde pequena. Eram as marcas do seu vivido, operando e reproduzindo suas experiências, numa mistura de servidão e mando. No entanto, eu confiava que tínhamos uma empregada. Nem me lembro do seu nome (ou dos seus, já que foram várias), nem dos seus rostos ou do que conversávamos. Elas eram realmente invisíveis para mim. Só me recordo do que elas me permitiam acessar: fuga dos afazeres que detestava, possibilidade de brincar e ter afazeres feitos quando eu chegasse para comer e descansar em casa.

Aos 18 anos, já fazendo faculdade e trabalhava como docente, ocupava certo lugar de legitimidade que me permitia estar distante dos serviços domésticos, justificado pelo trabalho externo. Como nessa época também tínhamos uma “outra mulher” para fazer os serviços de

casa, eu podia me manter em meu lugar de privilégio, embora construísse uma imagem de mim mesma como trabalhadora, esforçada e com tantas dificuldades para galgar meu lugar social de conforto e de direitos.

Aos 23 anos, casei-me, mas antes mesmo de casar já tinha contratado uma outra mulher para trabalhar na minha casa, mais uma vez, justificado pelo trabalho externo. De certo modo, já me sentia incomodada com a ideia de ser “obrigação” da mulher “dona de casa” cuidar dos afazeres, como suposta condição ontológica do casar-se. Embora tenha tido certa coragem e condição para romper com algumas das marcas da ditadura patriarcal na qual estive inserida nas minhas reproduções familiares, sobretudo pela construção de que o serviço doméstico deveria ser feito, com zelo e amor pela “mulher da casa”, hoje reconheço que essa ruptura foi ainda muito parcial ou irreal. Na verdade, usei do meu privilégio econômico para colocar “outra mulher” para fazer o que eu não queria fazer.

Esse meu movimento de galgar a ascensão social a qualquer custo ou desatentamente, numa reprodução que ecoava do modelo universal de vida moderna/colonial, patriarcal, religiosa, eurocêntrica de trabalho que nos coloca em um caminho de sempre almejar desenvolver, crescer, quando na verdade não passa de um modelo colonialista que visa crescimento de um poder dominante em detrimento de outro, que tomaria o lugar de oprimido, escravizado e invisibilizado.

Para mim não era novidade ter alguém fazendo, para mim, os serviços domésticos. Cresci vendo e sendo beneficiada por isso. Mas em certo momento da minha vida, alguns eventos vividos me levaram a reflexão sobre essas mulheres, que estiveram na minha vida e eu nunca as percebi direito. Só as via como mulheres que faziam as coisas para mim, que eram mais pobres que eu, que não tiveram “sorte” ou “oportunidades” na vida - discursos que eu sempre ouvia acerca dessas mulheres -, e que, por isso, estavam a meu serviço, o que me entristece muito lembrar que um dia pensei e agi assim.

Nesse momento, ao relatar minhas experiências como mulher, branca, docente e empregadora de classe média local, percebo inúmeros papéis sociais de privilégios que tenho acesso como uma casa, uma família, um trabalho. E para me ajudar a dar conta de todos esses papéis que trazem outras atividades, tenho outras pessoas que me ajudam nos serviços domésticos, da Lu que trabalha nos afazeres de casa até o Be que arruma o jardim.

Numa tentativa de fazer uma autorreflexão, compreendo e reconheço que sou capturada por comportamentos elitizados, embora eu e minha mãe não façamos parte da elite, economicamente, fomos alimentando-nos, reproduzindo e sustentando, de certa forma, os ecos dessa elite que é estruturante em nossa sociedade brasileira. Capturadas, reverberamos

em nossas atitudes um modelo colonizador, que cria performances superiores, que forjam a existência de outras performances inferiorizadas. Silenciosamente, agimos de forma a sustentar os privilégios frente a outros.

3 ESTUDO 1 – MULHERES QUE EMPREGAM MULHERES: TECENDO OS FIOS DA TRAJETÓRIA DE VIDA E DA CONSTRUÇÃO DO LUGAR DE MANDO DAS PATROAS

3.1 Introdução

Este estudo busca descrever as trajetórias de vida de mulheres da elite local do bairro D. Timóteo, que são empregadoras domésticas, problematizando as marcas subjetivas de privilégio, que contribuem para a sustentação de certos lugares de mando, na relação com suas empregadas, tomando como pressupostos os marcadores de raça, classe e gênero.

A partir da histórica constituição do forjado lugar de poder e privilégios das mulheres, empregadoras, brancas e abastadas, vemos surgir uma postura que supostamente, legitima essas mulheres a falarem de e por suas empregadas, a partir do cenário laboral que ocupam as empregadas domésticas que também são mulheres, porém, negras e pobres.

São inúmeras as pesquisas que problematizam as dificuldades e as precarizações vividas por empregadas domésticas na tentativa de mitigar essa lógica colonialista, onde empregadoras falam pelas empregadas, brancos falam pelos negros e ricos falam pelos pobres. Esses comportamentos acabam por objetificar a trabalhadora doméstica, assim como as pessoas negras e as pessoas pobres condicionando-as a novos assujeitamentos diante de um padrão de poder, que as subjuga a partir de marcadores sociais. Portanto, buscamos problematizar o lugar de privilégio (SPIVAK, 2013) da empregadora, a partir de sua trajetória de vida para caminharmos para o desvelamento desse lugar de poder que se mantém e se constrói na trajetória de vida.

Embora coloquemos nossos olhos sobre as trajetórias de vida de empregadoras domésticas, é inevitável não tocarmos o fenômeno da relação empregadora-empregada a partir dos perpasses de suas histórias pessoais, quando pensada e sentida a partir das inúmeras memórias. Elas são mulheres brancas, advindas de famílias “nobres” (para seus locais de origem), com nível superior e com acesso a todos os privilégios da branquitude (BENTO, 2002) que lhes permitiram percorrer uma trajetória bastante diferente das de suas empregadas. Assim, reproduzem, mesmo que de forma inconsciente, as estruturas de dominação colonialistas presentes na sociedade brasileira.

Olhar as trajetórias nos permite atentar para naturalizações que operam para a manutenção das desigualdades e que estão alicerçadas sobre as marcas de gênero, de raça e de classe. O que sempre vemos é o estudo das desigualdades sociais tendo o oprimido como objeto de estudo, ou seja, estudos vistos a partir do olhar do oprimido. No entanto, em nosso

estudo, nos propomos a investigar as causas das desigualdades focalizando e problematizando os indivíduos que pertencem ao grupo dominante, que não vivenciam conscientemente, a experiência racial em seu cotidiano, mas que também não se percebem como peça no jogo de discriminação e manutenção de privilégios.

3.2 Marco Teórico

3.2.1 O que entendemos por trajetória e a trajetória da qual falamos

No contexto deste estudo consideramos de grande relevância situarmos nossa compreensão do que vem a ser trajetória, e que trajetórias nos interessam. O que vemos nos tradicionais estudos sobre trajetórias são movimentos que buscam perceber as rupturas de pessoas estigmatizadas, salientando as possibilidades de fluidez das trajetórias e de como é possível novas configurações de vida.

Em nosso estudo não trilhamos exatamente este caminho. Embora compreendamos as trajetórias a partir de Bourdieu (1983; 1989; 1996; 2000) que parte do princípio de que os percursos de vida se constituem a partir do movimento dialético e marxista com ênfase nas trajetórias de pessoas inferiorizadas, nos debruçamos sobre trajetórias que poderíamos entender como forjadas a partir de lugares de privilégio.

Por mais que nosso estudo sobre trajetórias abarque mulheres que ocupam certo lugar de poder já consolidados, entendemos que toda trajetória se constrói em movimentos fluidos e não determinísticos (embora haja determinantes) na estreita relação entre a interioridade e a exterioridade que vão provocando um duplo movimento que, segundo Bourdieu (2000), trata-se da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade, no jogo simbólico de reprodução ou de ruptura. Aqui, tratamos de trajetórias que entendemos serem construídas a partir da perspectiva da reprodução de certas estruturas e marcadores de poder.

Porém as entendemos também como um percurso e, por isso, muitas experiências, por vezes contraditórias, habitam os mesmos corpos e os mesmos processos. “Em cada momento de sua existência, os indivíduos ocupam simultaneamente várias posições, que resultam obviamente do entrelaçamento entre os campos profissionais e familiares” (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 88). Isso faz com que o estudo de trajetórias, sejam elas quais forem, se torne um desafio complexo, uma vez que as trajetórias são “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente – ou mesmo grupo – em um espaço, ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 88).

Nossas proposições buscam atentar para trajetórias de vida de mulheres empregadoras domésticas, mas, embora falemos de trajetórias de vida de empregadoras, entendemos que tais trajetórias se inserem no rol das trajetórias sociais, propostas por Bourdieu (2000), por não poderem acontecer fora delas, sendo, portanto, influenciadas por contingências sociais forjadas ao longo dos tempos e que ainda operam no presente, estruturando comportamentos individuais e sociais. Nesse contexto, a origem social do indivíduo e as posições que estes conseguem alcançar, se dão numa estreita relação com a estratificação social. No contexto desse trabalho, consideramos também os marcadores colonialistas em suas diversas expressões: patriarcado, heteronormatividade e racismo.

Nessas proposições, ao abordarmos trajetórias de vida de mulheres empregadoras domésticas, consideramos os processos de subjetivação que forjam as relações e as experiências de si das mulheres. Pelo simples fato de estarmos falando de mulheres já temos aí trajetórias bem particulares, uma vez que elas se constituem sobre bases sociais bem distintas das trajetórias dos homens. Daí ser importante atentarmos e entender como, em suas trajetórias de vida, essas mulheres foram ocupando um lugar historicamente pertencente aos homens, que é o lugar de mando e reproduzindo os comportamentos de mando.

Quando pensamos a partir de Lalive D'Epinay, Bickel, Cavalli & Spini (2005), vemos que as trajetórias de vida estão no jogo das contingências das estruturas sociais, onde padrões definidos no decorrer da história, e que conseguem se perpetuar, regulam os modos de vida e produzem padrões reproduzidos como se fossem naturais. Isso opera como uma espécie de contenção das ações do indivíduo, sendo necessário certas rupturas para que, aproveitando-se dos campos de fluidez e brechas nesse processo de modelagem, a pessoa possa romper com os códigos simbólicos que lhe são impostos.

No entanto, e no contexto do que nos propomos a pensar – como as mulheres passam a ocupar o lugar de mando antes destinado aos homens – vamos percebendo que na contemporaneidade parece haver um movimento de despadronização e desinstitucionalização na construção das trajetórias dos indivíduos que torna os padrões ainda mais fluidos, possibilitando maior reinvenção e apropriação de outros espaços em suas trajetórias, uma vez que os enquadramentos sociais normativos tradicionais perdem certa força (CAVALLI, 2003). Isso talvez seja o que possibilitou mulheres transitarem por lugares destinados aos homens, mas que, não necessariamente signifique ruptura com padrões hegemônicos de privilégio.

É nessa perspectiva que Cavalli segue apontando para as possíveis transformações nas trajetórias de vida das mulheres, permitindo que estas abandonassem os papéis específicos sustentados a partir de certa normatização patriarcal, fazendo com que os modos de vida de

homens e mulheres se tornem cada vez mais parecidos e lugares de mando sejam compartilhados. Isso certamente não se dá de forma imediata na história, nem tão pouco sem a influência de movimentos de ruptura como o feminista, negro, LGBTQI+ e as próprias problematizações teóricas advindas dos movimentos decolonialistas. Não dizemos aqui que as forças tradicionais que forjavam as trajetórias de vida das mulheres tenham desaparecido, apenas coabitam com outras forças mais fluidas.

Assim, nesse estudo, nos deparamos com mulheres que ora sustentam lugares marcados pela heteronormatividade, submissão patriarcal e perpassadas pelas forças da superioridade racial, mas que também bailam na fluidez do tempo presente. São mulheres com ensino superior, autônomas, engajadas na vida social, em plena ascensão laboral e financeira, abertas a pensar os problemas cotidianos, numa construção de uma trajetória que as permite, por vezes, estabelecer movimentos empáticos, mas que logo são sufocados pelo enraizamento sutil de certos discursos de dominação.

3.2.2 As trajetórias das mulheres e as implicações na constituição de uma certa elite

3.2.2.1 A elite enquanto um conceito histórico

Para iniciarmos as discussões desta seção gostaríamos de nos aproximarmos, brevemente, das concepções fundantes da ideia de elite que é entrelaçada, desde sua origem, com a ideia de superioridade. Quando é usada no contexto social, se atrela a privilégios de uma classe frente a outra (BOTTOMORE, 1965). Não se trata aqui de uma história das elites, ou uma genealogia das elites, mas um caminho para melhor compreender o cenário de que falamos.

Segundo Barnabé (1999) o termo elite começa a ser usado, sobretudo na França do século XVI, para se referir a produtos com qualidade superior a outros produtos. Foi no século XVIII que seu uso foi ampliado e passou a ser usado também para distinguir, num espectro mais diverso, contextos superiores e melhores, incluindo o contexto social, o que permitiu se classificar pessoas e grupos sociais que seriam superiores a outros.

Passou-se a acreditar que havia algumas pessoas, por forças inatas (ou religiosas), que se destacavam das demais por possuírem dons e/ou qualidades superiores em relação aos demais, o que fazia destes, uma elite, e dos outros, indivíduos comuns (PARETO, 1996). A ideia de elite tem, assim, uma força estrutural na sociedade. Podemos arriscar dizer que a elite se apropria do próprio termo elite. Ela o faz produzir sentido social e o justifica por meio de forças superiores para se manter em seus privilégios. Assim, cria-se um contexto político,

primeiro em sentido *lato* e depois em sentido *strictu*, em que, mesmo frente ao ativismo das massas, as elites “conduzem” os processos históricos à seu modo (GIMENES, 2014).

Na verdade, se nos guiarmos por Zeitlin (1968) as elites se articulam e conseguem trazer sempre a seu favor as mudanças dos tempos que, por exemplo,

(...) os levantes populares não têm conseqüências verdadeiras para o povo. Servem apenas para facilitar a caída da velha elite e o surgimento de uma nova. As elites usam as classes inferiores, dando um sentido puramente verbal aos seus sentimentos com o fim de conservar ou tomar o poder (p. 191).

A partir desse contexto é que entendemos que a elite se estrutura, em qualquer sociedade, seja ela arcaica, antiga ou moderna, como uma “elite política”, estruturada entre governantes e governados. Os governantes, ou a classe política, se constituiriam de um pequeno grupo, uma minoria, mas organizada, que detém os recursos financeiros e de poder e os utiliza como forma de manter seus privilégios. Isso os faz ter acesso às estruturas políticas do estado e suas funções que são utilizadas para montar um aparato legislativo e de organização social que os favorece, na estreita relação com o aparato ideológico e econômico (MOSCA, 1992).

No caso específico do Brasil, embora já tivéssemos alguns abastados herdeiros ou administradores das capitanias hereditárias e senhores de engenho, ainda enquanto colônia, uma elite política não se configurava como a que se formaria com a vinda da família real portuguesa para essas terras, em 1808. A partir de então vem a elite local se confrontar com a corte portuguesa que se impunha como elite e conduzia a política brasileira sob as bases da coroa portuguesa que se instaura no Brasil.

Foi nesse cenário que surgiu o primeiro movimento constitucionalista brasileiro que buscava promulgar uma constituição específica para o Brasil, encontrando resistência de D. João VI, que adiou o máximo que pode seu retorno a Portugal, com receio de ter seu domínio das terras além mar ameaçado. Porém, como seu retorno era inevitável, e uma vez que seu filho D. Pedro I já havia se vinculado ao movimento constitucionalista, a construção de uma elite política brasileira tomou corpo e a independência da coroa portuguesa foi inevitável e trouxe nova organização política do território que passou a ser dividido em províncias (BORDONI; TONET, 2015).

O império brasileiro e, conseqüentemente a elite política deste período (como também da República Velha), se constituiu com a contribuição dos bacharéis. As famílias mais abastadas, que o eram por benefícios advindos da corte portuguesa, mandavam seus filhos para estudar em Lisboa e Coimbra, para estudarem medicina ou direito. Estes últimos, principalmente, ao retornarem ao Brasil, passavam a ocupar os cargos nas províncias e os

lugares de destaque na política nacional, mantendo os interesses das elites manifestos nas leis e nas transformações futuras da dinâmica política brasileira (BORDONI; TONET, 2015).

Depois de um tempo, as faculdades de direito foram implementadas em território brasileiro como forma de fortalecer o projeto do Estado nacional. Nesse contexto, a formação dos bacharéis em direito se constituíram uma “elite política coesa, disciplinada, devota às razões de Estado, que se pusesse à frente dos negócios públicos e pudesse, pouco a pouco, substituir a tradicional burocracia herdada na administração joanina” (ADORNO, 1988, p. 235).

Mesmo no contexto da velha república essa configuração da elite se manteve, sobretudo materializada nas oligarquias agrárias de São Paulo e Minas Gerais, se estendendo até os anos de 1930, quando surge uma nova elite. Formada nas faculdades e na economia em virtude da reforma campanema, também vemos surgir a elite formada nas faculdades de ciências sociais (PASE, 2006), que mesmo causando rupturas, acabaram operando como uma autêntica elite na manutenção dos privilégios. De todo modo, o que percebemos é a elite brasileira sendo formada pela junção do poder econômico e o saber acadêmico sempre dirigido a forjar a realidade para a perpetuação das elites e das desigualdades sociais.

Quando pensamos a partir do contexto da racialidade, e retornando até o século XIX, no Brasil, vemos que a Elite branca busca sustentar pressupostos de uma supremacia e hegemonia criando forjadamente e a seus moldes e favorecimentos uma nova história do Brasil alicerçada no monopólio regido pelo poder do homem branco em detrimento do outro, do não-branco, não-europeu (GROSFOGUEL, 2016; QUIJANO, 2005). A partir de seu imaginário como espelho, o homem europeu, apresenta a sociedade brasileira sem conflitos, sem hierarquias, igualitária, sem violência e democrática em suas relações, inclusive raciais (SCHWARCZ, 2019, p 22). Defende a existência de uma democracia racial como pensou Freyre (1981).

O Brasil nasceu dos anseios da elite ibérica (SILVA, 2017) que teve, por longo tempo, na escravidão dos negros a marca de seu poder e prestígio. No entanto, essa não era a elite brasileira. Não estava nos planos da elite portuguesa ter o Brasil como seu lugar de vivência. Quando falamos de uma elite brasileira, falamos de uma elite que precisou ser inventada.

As elites brasileiras que tomaram o poder em 1822 compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade (COSTA, 1999, p. 8).

A formação das elites brasileiras se deu na estreita relação com a escravidão. Ela foi estruturada a partir do patriarcado português que, sendo influenciada pelos Mouros, se

configurou a partir da figura de um pai severo, uma organização familiar numerosa e agregada na casa grande, e com a concepção maometana de escravidão, enquanto sistema doméstico ligado à estrutura familiar (SOUZA, 2017). No contexto brasileiro, permitiu que escravizados adentrassem a casa grande para servir a esta, e agregar-lhe pompas, conforto e poder.

Esse patriarcado favoreceu a reinvenção da família, que nos tempos coloniais era a própria sociedade. Ele forjou o senhor da casa grande como nobre, embora não fosse de berço, mas se tornara pelo jogo de poder que no Brasil se deu entre os donatários das Capitanias Hereditárias e seus próximos. Vale ressaltar que estes senhores, ao menos no que toca o Nordeste açucareiro,

poucos eram fidalgos portugueses, e menos ainda católicos. Muitos deles eram cristãos-novos, comerciantes, imigrantes de posses que dedicavam seu tempo e capital à produção e ao comércio da cana. Só com o desenvolvimento do sistema e com a perpetuação do casamento entre pares, é que esses senhores foram se convertendo numa classe mais homogênea. (SCHWARCZ, 2019, p 43)

Mas em meio a isso, o senhor de engenho, como figura paterna central, se constitui como irrepreensível, bondoso e severo (SCHWARCZ, 2019), sendo uma espécie de herói (SOUZA, 2017). Nesse sistema patriarcal, a mulher tinha papel inferior. Os filhos homens tinham a missão de continuidade do poder senhorial: seriam os futuros senhores. As filhas serviam para ampliar o patrimônio familiar e influência social e política, por meio de casamentos promissores. O senhor era a lei, a moral, dele advinha os costumes possíveis. Uma das demarcações de poder do senhor era o número de pessoas escravizadas que este tinha a seu dispor. Este era o modelo de sociedade brasileira, que buscava se assemelhar à europeia, à custa de exploração, submissão e dominação interna nos latifúndios (SCHWARCZ, 2019).

Podemos arriscar dizer que foram as pessoas escravizadas que possibilitaram o surgimento e a sustentação das elites brasileiras na colônia e no império. Sobretudo no Império, em que esta elite estava a se reinventar aos moldes europeus, com a supervalorização dos requintes, da etiqueta e das práticas de consumo. Tudo isso estava em grande ascensão na Europa. Porém esse movimento também só foi possível pela aproximação da ordem escravocrata da ordem familiar a partir dos serviços domésticos desempenhados pelas mulheres negras escravizadas no interior da casa grande (MUAZE, 2016). Sem estas, as pompas da elite não existiam, não teria lugar nobre, uma vez que este se estrutura na relação com o inferior.

Foi, portanto, condição indispensável para a construção da elite, a constituição do sujeito inferiorizado. E isso foi se inventando e reinventando frente às crises advindas pelas

resistências negras e discursos abolicionistas, de tal forma que, quando do cenário da concessão de liberdade pela elite escravocrata, esta era feita a partir de inúmeras relativizações por meio de sutilezas e restrições (CHALHOUB, 1990).

A percepção das elites sobre os negros, materializada em seus mais diversos discursos, era de que estes “qualquer que fosse sua idade – não tinha condições psicológicas e nem materiais para a vida autônoma” (MARTINS; VICENZI, 2014, p. 55). O que se buscava era manter os filhos do ventre livre, por exemplo, nos mesmos lugares que seus pais. Estavam em risco os privilégios da elite e, como ela não tinha berço⁶ ou títulos de nobreza, o que as constituía era dispor da servidão. “No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão” (SOUSA, 2017 p. 40).

Assim, a elite vai construindo o cenário que a constitui. Um cenário que segue o modelo centrado na figura do homem, branco, heterossexual, patriarcal, cristão e capitalista, regido por uma visão cartesiana. Aqui vemos as marcas de uma colonialidade do poder, alicerçada pelo eurocentrismo que, imprimindo suas marcas de civilidade, verdade e estética do bem viver nas terras coloniais, inventa a elite brasileira. Esta segue o modelo apontado por Dussel (2005) em que a noção de que, depois de conquistar o mundo, o homem branco alcançou qualidades “divinas” que lhe davam, e dão, até hoje, o privilégio epistemológico sobre os demais, fazendo existir um ser superior, o homem branco, e um ser inferior, todas as outras pessoas (GROSGOUEL, 2016).

Na relação do homem e da mulher na elite brasileira, a partir da constituição patriarcal e colonial que engendra(va) os modos de vida e, conseqüentemente, as relações, a mulher ocupa(va) um lugar de inferioridade diante desse homem, que se alicerça(va) como universal. As mulheres, por sua vez, senhoras patroas brancas da elite brasileira acaba(va)m seguindo esse padrão de poder que outrora sofreram, onde um se torna superior em detrimento do outro. Assim, elas se tornam, em outras relações, reprodutoras, espelhando nessas relações a superioridade através do mando da senhora, da patroa como necessário para se manter em um lugar de superioridade em detrimento a outras mulheres com quem se relacionava.

A elite brasileira se comporta(va) como modelo universal de ser, ditando os modos de vida que deveriam ser seguidos, não reconhecendo, silenciando e invisibilizando outras culturas, outros conhecimentos, outras vozes e outros modos de vida. Leva-se a todos os

⁶ Termo que se refere a uma linhagem (ascendência) familiar de prestígio e reconhecimento.

outros à zona do não-ser (FANON, 2008), a partir de um discurso de verdade absoluta, em um ideário de neutralidade e objetividade. A elite se torna um modo de ser desejado, e, que alimenta(va), sobretudo, a ideia de não ter razões para abrir mão de seus privilégios. Daí a elite brasileira ansiar tanto para ser europeia, se identificando com os processos de dominação e reproduzindo esse modelo como ideal através de seus costumes, cultura e religião, deslegitimando toda e qualquer outra forma de ser, tomando como único modelo o eurocêntrico, patriarcal e colonial.

De certo modo, vemos nas bases da estruturação das elites brasileiras, e que se manifestam ainda nos dias de hoje, as estruturas sempre de oposição que apontava Spivak (2010) ao analisar as elites indianas. Respeitando as devidas particularidades, no Brasil a elite também foi se estruturando a partir do jogo dicotômico nós-outros (brancos/mestiços com privilégios - negros/pobres). Isso nos aponta para o fato de que, em qualquer que tenha sido a época, as elites, enquanto grupos dominantes, se estruturaram a partir da construção de processos de subalternização dos sujeitos.

3.2.2.2 O mandonismo e suas nuances no contexto laboral doméstico

Resolvemos abordar, ainda que brevemente, a temática do mandonismo por entendermos que é ele quem vai operando, por meio de deslocamentos, nessa relação entre mulheres. Embora o mandonismo seja parte das estruturas patriarcais da sociedade, de algum modo ele foi também incorporado pelas mulheres no momento em que estas puderam ocupar certo lugar de poder hierarquizado.

O mandonismo se refere

à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania (CARVALHO, 1997, p. 230).

O mandonismo teve sua origem no Brasil colonial e se constituiu a partir da incapacidade da coroa portuguesa de dar conta das terras além mar, sendo necessário delegar à esfera privada essa função. Assim, eram os senhores de engenho que exerciam o poder local, decidindo os rumos das províncias e sendo o senhor de mando a partir de sua propriedade e dos que moravam sob seu “domínio”: negros escravizados, trabalhadores livres, família ampliada (ARRUDA, 2013).

No contexto próprio do Brasil e da América Latina, o mandonismo operava onde a lei não conseguia chegar, sobretudo em meio a população rural, o que tornava os senhores de engenhos e coronéis, por exemplo, mandatários praticamente absolutos, cujas ordens eram a lei (ARRUDA, 2013, p. 2).

Como iniciamos a falar anteriormente, o mandonismo está inserido no contexto das vivências patriarcais e da tradição política brasileira, às vezes sendo utilizado no mesmo contexto do coronelismo ou do clientelismo (ARRUDA, 2013), embora seja importante salientarmos a elasticidade desses termos que, a rigor, exprimem realidade bem distinta e atentarmos para a “imprecisão e inconsistência no uso destes conceitos básicos” (CARVALHO, 1997, p. 229). É a partir desse cenário que buscaremos discutir um pouco sobre a mulher que acessa o lugar de mando, que era destinado aos homens, e como esse lugar se configura no contexto laboral doméstico.

Uma vez que o mandonismo se deu a partir do patriarcado, esse mandonismo emanava da figura do senhor. Era ele a personificação da lei e da autoridade, e todos, que dele dependiam em tudo: subsistência, segurança e prestígio, se punham nessa relação com reverência e devoção, perdurando essas práticas até o início da República Velha (ARRUDA, 2013).

O patriarcalismo pode ser definido como

uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência (BARRETO, s.d. p. 64).

Também é importante dizer que o patriarcado evoca perspectivas naturalistas do lugar do homem e da mulher (CARLOTO, 2001), a partir do sexo ou de teorias religiosas. Ele está alicerçado na divisão sexual do trabalho e os papéis sociais, sendo inevitavelmente perpassado pela dimensão heterossexista e se inserindo nas questões de gênero (CASTRO et al, 2018).

A senhora, a sinhá, além de desempenhar sua função sexual, por vezes tendo que aguentar, em silêncio, também os episódios de traição, ocupava-se dos afazeres da casa grande e aí encontrava seu lugar de mando: que comida iriam comer, o ritmo do trabalho das cozinheiras, orientações para mucamas e supervisão do trabalho doméstico. E é nessa vivência que a relação entre essas duas mulheres, ambas invisibilizadas sob a égide do patriarcado, mas, com lugares de privilégios bem diferentes, que o cenário das relações com o trabalho doméstico vai se alicerçando no Brasil.

Embora o mundo estivesse passando por grandes transformações econômicas, com o processo de industrialização, o Brasil, no império e até mesmo na República Velha, continuava um país agrário e com as estruturas morais, religiosas e familiares quase que inalteradas. Mas algumas mulheres, ou por viuvez, ou por traços próprios de sua personalidade, ou ainda pela sua estrutura familiar ou influências dos ares europeus, buscavam se destacar e ocupar lugar de vanguarda na condução da família e dos negócios. Mas os eventos marcantes da primeira metade do século XX, como as duas grandes guerras, as inquietações advindas das proposições existencialistas e alguns movimentos mais revolucionários, de cunho intelectualizado, como o feminismo (BARRETO, s.d), por exemplo, e que buscavam romper com os padrões que, chegando ao Brasil, abriram condições para que as mulheres fossem vistas como protagonistas de suas próprias vidas.

A demanda para que as mulheres ocupassem seus lugares no mercado de trabalho passou a conviver com as forças patriarcais que lhes impunham seu papel social de mãe, mulher e dona de casa. E isso traz a figura da empregada doméstica para a cena. Mais independente, a dona de casa, agora, passava a ser aquela que empregava uma outra mulher e ocupava, em definitivo, o lugar de mando, aqui entendido como parcial, uma vez que ele existia na relação com sua empregada.

3.2.2.3 A heterogeneidade da elite/elite local: onde entendemos que se inserem a mulher empregadora doméstica neste estudo

Nossa percepção acerca da elite está comprometida com a ideia de que não podemos falar de uma elite única (daí falarmos tantas vezes em elites), ao menos no caso do que se construiu no Brasil. Embora reconheçamos a existência da elite política como um grupo mais ou menos coeso e identificado, o que nos parece é que se construiu devido às inúmeras crises sociais e econômicas e a grande vastidão do território, uma espécie de estratificação das elites, tornando-as localizadas em uma região, em um grupo social ou em certos grupos políticos, na semelhança do que se percebe também nos estudos subalternos indianos, onde Guha (1982) nos diz:

Tomada como um todo e abstratamente, essa (...) categoria (...) era heterogênea em sua composição e, graças ao caráter assimétrico dos desenvolvimentos regionais sociais e econômicos, diferia de uma área à outra. A mesma classe ou elemento que era dominante em uma área (...) poderia estar entre os dominados em outra. Isso poderia criar, e, de fato, criou, muitas ambiguidades e contradições nas atitudes e alianças, especialmente entre os estratos mais baixos da pequena nobreza rural, dos proprietários empobrecidos, dos camponeses ricos e de classe média-alta,

todos os quais pertenciam, idealmente falando à categoria de povo ou de classes subalternas (p.8).

É a partir daqui que entendemos a elite como local, particular, e demarcada pelo tempo e pelo espaço, localizada e correlacional, de tal forma que, embora se mantenha certo fio condutor que transcende tais limitadores (os discursos estruturantes e as práticas de dominação), as elites se reinventam pela manutenção e criação de privilégios (SOUZA, 2017). Para se manter em seu lugar de privilégio, essa elite local faz aliança com outras elites, que neste jogo, sejam superiores e estas subalternas em certo momento (respeitando os devidos distanciamentos dos que são, estruturalmente subalternos), acabando por sustentar, valorizar e reproduzir os discursos de poder.

Entendemos também que

uma elite social, intelectual, política e/ou local, não é algo dado, é, antes de mais nada, um fenômeno social e histórico a ser explorado, e, enquanto tal, deve ser apreendido, tanto pela suas bases e atributos sociais quanto pelas suas práticas sociais, tomadas de posição, em um dado contexto histórico. (MONTEIRO, 2009)

A elite, dentro da estratificação social elaborada por Spivak (2010) é uma classe dominante. Aqui, em nosso trabalho, a tomamos como a elite local, que apesar de ser uma classe volátil, age em prol de seus próprios interesses (REIS, 2000), e por sustentarem uma posição intermediária, acabam alimentando e reproduzindo o poder das classes dominantes ao invés das classes inferiores (SOUZA, 2017). A elite local, portanto, é uma classe que repete e alimenta os discursos ideológicos que fomentam, de certa forma, as desigualdades sociais.

Dessa forma é que entendemos, inclusive, que a elite brasileira colonial se constituiu a partir da inferiorização de outros - os escravizados-, em todos os âmbitos, principalmente nas questões de trabalho. Isso incidiu fortemente na subjetividade dos envolvidos e na manutenção dos negros libertos como negros sem lugar social. Esse comportamento, dessa elite brasileira, dos grandes fazendeiros da casa-grande sustentavam um poder sobre outros, em favor de seus próprios interesses, inclusive, até o processo de abolição, que era desestruturante da elite, conseguiu manter certos privilégios por parte dessa classe. Já os escravizados negros, inferiorizados socialmente, estavam tentando ao menos sobreviver a essa nova ideia de ser livre, uma vez que não tinham condições de se organizar enquanto classe social, e não porque lhes faltava desejo de serem livres, mas pela organização da sociedade que não lhes permitia lugar, nem de fala, nem de ser.

Na dimensão mais conceitual no que se refere ao Brasil, devemos atentar para o fato de que, pertencendo ao contexto da América Latina, seu processo de independência passa pelo poder das elites, que no cenário brasileiro era espiritualmente europeia voltada para

manutenção de seus privilégios (SILVA, 2015). Assim, a história brasileira se confunde com a história das elites brasileiras que se constrói no cenário colonialista, inviabilizando completamente a realidade de quem, de fato, fazia parte da população brasileira como os negros, índios e mestiços. Como bem nos coloca Bernardino-Costa (2007)

a minoria branca no controle do Estado, da economia e da sociedade não tinha nenhum interesse em comum com índios, negros e mestiços. Ao contrário, seus interesses eram completamente antagônicos, não havendo uma base de solidariedade entre eles. Sobretudo porque o imaginário da minoria branca latino-americana era formado pelas ideias raciais geradas na Europa, que desumanizavam e/ou “barbarizavam” índios e negros. Assim, índios e negros não eram vistos como passíveis de assalariamento. Ao contrário, as teorias raciais constituíam-se na justificativa para a exploração, a opressão e a dominação. A colonialidade do poder levava os membros da elite branca a se identificarem com os brancos dominantes da Europa e Estados Unidos. Em outras palavras, a nacionalização das sociedades latino-americanas se deu de maneira dual (p 317).

A elite brasileira sempre teve mais vínculo com a Europa do que com a massa da população brasileira que é negra, e sempre foi. Daí não ser possível distanciar as elites brasileiras das questões raciais. Os negros foram alocados historicamente, pelas elites, como não-cidadãos, não-elite, em um movimento que constitui a colonialidade do poder.

É importante dizer da estreita relação das elites com o capitalismo e deste com o processo de racialização dos povos que é “o marco dentro do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental” (QUIJANO, 1992, p. 438), e, arriscamos dizer, de produção e manutenção de elites.

Nesse sentido, as estruturas arquitetadas pelas elites brasileiras, em seu espírito colonialista, estruturaram certo modo de operar que impedem os negros de, mesmo diante de resistências, acessarem ao lugar de elite e reconhecimento. Eles podem ser negros estudados, abastados, cristãos, heterossexuais e mesmo assim não terão acesso aos mesmos privilégios das elites tão somente por serem negros.

As marcas vividas pela elite brasileira parecem ter se mantido mais ou menos iguais até serem atingidas pelas grandes transformações mundiais. No século XX, por exemplo, após a 2ª Guerra Mundial que provocou grandes transformações geopolíticas, sociais e existenciais, inclusive se pensando em novos valores a serem cultivados pela humanidade, também com as ondas de democratização, surge uma necessidade de se redefinir o que viria a ser elite (HUNTINGTON, 1994). Isso se deu, sobretudo devido ao fato de que essas transformações criaram fissuras sociais, inclusive de resistências, mas, a partir do lugar de privilégio das elites, e para se manter no poder, estas puderam se reinventar e se realocar em novos lugares, o que fez surgir novas elites (BOTTOMORE, 1965).

A ciência foi sofrendo grandes avanços, inclusive nas ciências humanas e sociais. E por sua vez, foi tomando um lugar de “verdade” e, sendo marcada, estruturalmente, pelas engenhosidades do pensamento eurocêntrico, passou-se a demarcar elite também a partir da ideia de que há um grupo intelectualmente superior a outro. Esse tal grupo seria confiável, não só para governar, mas também para falar, representar e confiar. Contudo, não só os que estariam nas bases da construção epistemológica do conhecimento seriam as elites, mas também aqueles que tinham acesso a esses conhecimentos e os reproduziam como seus e como verdade.

Aqui encontramos o privilégio daqueles que ocupavam o tradicional lugar de elite, uma vez que eram os letrados, os que tinham dinheiro para acessar os lugares de saber e deles se apropriar, fazendo com que pudessem ditar a verdade para os outros grupos sociais, o que se reproduz ainda nos dias de hoje. Assim, constrói-se um jogo das legitimidades representacionais da abertura democrática, por meio de manipulação das massas.

É comum se entender elite a partir dos bens ou da renda que os indivíduos possuem. Elite e riqueza, por vezes, soam como sinônimos, de tal modo chega-se a crer que elite seria um “grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio - bem como todos os modos de vida a que estes levam” (MILLS, 1981, p 17). No entanto, ainda segundo Mills:

[...] a elite não é simplesmente constituída dos que têm o máximo, pois não o poderiam ter se não fosse pela sua posição nas grandes instituições, que são as bases necessárias do poder, da riqueza e do prestígio, e ao mesmo tempo constituem os meios principais do exercício do poder, de adquirir e conservar riqueza, e de desfrutar as principais vantagens do prestígio (p. 17-18).

Isso corrobora com o pensamento de Souza (2017) que reafirma que elite não tem ligação condicionada só pela renda, mas por acesso a privilégios que lhes permite exercer certo poder (social, econômico, político, religioso) sobre outra classe. E, no contexto das elites brasileiras que se constituíram a partir da dicotomização e antagonização com as questões raciais frente aos negros, vai fazendo surgir uma marca dessas elites a partir do que se chamou de branquitude. E a branquitude se apresenta como um dos mais relevantes privilégios, uma vez que ser branco, por si só, já configura lugar social de privilégio, respeito e acessos sociais. Isso também acaba por fomentar e estabelecer uma relação consigo e com os outros a partir de relações de poder assimétricas (SCHUCMAN, 2014).

A definição de elite não é uma consensualidade, mas qualquer movimento de definição deste termo terá que considerar a histórica relação estabelecida por grupos que ocupam o topo das estruturas sociais, que garante poder sobre outrem e distribuição de

recursos. Assim, “entende-se por essa palavra, segundo o caso, “os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’”, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações” (HEINZ, 2006, p. 7).

As elites que se configuram como grupos de indivíduos que ocupam posições estratégicas na sociedade, devido ao histórico acesso e construção de privilégios que foram dispondo, acabam por ser detentores de poder, de força, de influência frente às decisões políticas e captam novos privilégios, num movimento e retroalimentação deste ciclo, que não são acessados pelas outras classes da sociedade. Essa conjuntura, forjada a partir dos movimentos históricos das elites para blindar seus privilégios, acaba por dar certo poder a estas, para manipularem classes inferiores, mas também provoca disputas, uma vez que as não elites também reivindicam para si o lugar que é da elite.

De fato, haveria em todas as sociedades, ao longo do tempo, uma luta constante entre a elite no poder e os grupos dele excluídos. Não se trata, porém de uma luta de classes como acreditavam os marxistas, e sim de uma luta de elites. Trata-se de uma luta que não cessaria nunca, mesmo que fossem extintas as classes sociais, dado que ainda assim se assistiria à formação de elites (GRYNSZPAN, 1996, p. 36).

É por isso que nos propomos a operar com a perspectiva de elite local, uma vez que esta é sempre relacional (SPIVAK, 2010). Se, de algum modo, a elite está vinculada ao acesso a lugares sociais de mando que passam pela dimensão financeira, mas também de lugar de privilégio, vemos a necessidade de tomarmos isso como proposição para dizer o que entendemos por elite. Não cabe universalizar as configurações de uma elite própria de uma grande cidade como sendo equivalente à elite de uma cidade pequena, o que faz necessário a consideração das relações e das configurações locais que definiram o que é ou não elite, suas características e quem dela faz parte, a partir das relações próprias daquele sistema social.

No contexto brasileiro, Souza (2017) faz uma análise das elites e aponta a classe média alta como sendo diretamente influenciada por elas. Entende-se branquitude como central nas elites. É necessário “compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento e entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios” (BENTO, 2002, p.14). É uma herança escravocrata, em que a branquitude herdou os privilégios e os mantém em detrimento ao negro.

Bento (2002) vai nos dizer que a classe média, que é fruto dos movimentos da modernidade, nasce com o capitalismo industrial e que, no Brasil, a classe média alta, reproduz a cultura europeia, branca, cristã e heterossexual. É a marca do colonialismo e o sustenta. A classe média alta brasileira, que pensa que é elite, é, na verdade, servil a essa. No

entanto, entendemos que em nível de Brasil, talvez o que chamamos de classe média alta em São Paulo, não seja exatamente a classe média alta de uma pequena cidade do interior do Ceará, por exemplo.

As elites variam segundo o tipo de sociedade, pois são identificadas segundo princípios de valorização social de posições objetivas no plano do convívio coletivo. Tais posições incluem os proprietários, os que ocupam cargos de prestígio social e cargos de autoridade em hierarquias conhecidas, destacando-se entre elas as eclesiásticas, as militares e as do governo. Os critérios mais comuns e recorrentes de definição de elites fundam-se na distribuição desigual de bens escassos e valorizados pelos indivíduos: terras, dinheiro, habilidades intelectuais, influência, poder político estão entre os principais. Assim sendo, pode-se falar de elites econômicas, intelectuais, políticas. Qualquer tipo de sociedade pode ser analisada com o objetivo de se identificar qual tipo de elite é mais influente e decisiva na sua articulação, ou seja, na "costura" do tipo de coesão que a sustenta (SILVA, 2003, p. 5).

As elites locais, nos mais diversos lugares e frente às diversas configurações de renda locais, embora não possam ser classificadas no padrão da classe média nacional, sempre se constituíram a partir de um *modus operandi* que evoca as históricas construções do homem branco/cristão/heterossexual/europeu. São estas marcas que, na sociedade brasileira, a partir do olhar para os recortes das sociedades erigidas em cidades grandes, pequenas ou mesmo vilarejos, e suas microrrelações, são estruturantes da construção das elites locais e não necessariamente um padrão oficial de classe.

Isso nos faz pensar, dentro das proposições teóricas e de análise deste trabalho, que por vezes a classe média alta, que a nível de Brasil é caracterizada por certo padrão de renda, se configure, em determinados contextos, exatamente como elite. E o que nos faz pensar isso, por um viés contingencial e relacional, é justamente considerarmos como critério de nomeação das elites, a percepção dos privilégios e reconhecimentos que tais indivíduos possuem em certa sociedade local.

3.3 Método

3.3.1 Tipo de Pesquisa

Este estudo é uma pesquisa do tipo qualitativa que, segundo Marconi e Lakatos (2007), se baseia em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano.

Entendemos a pesquisa qualitativa não como um conjunto de certas técnicas ou instrumentos de pesquisa (RESS, 2009), mas como sendo “uma atividade situada que localiza o observador no mundo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Por isso, refere-se à construção de um certo olhar de pesquisa sobre a realidade. Deste modo, sendo uma atividade de

interpretação do mundo, também exige um compromisso ético-político que, engajado com a realidade, “perpassa as entranhas dos estudos qualitativos sem nunca esgotar-se neles” (MINAYO, 2014).

3.3.2 Participantes da Pesquisa

As participantes da pesquisa foram 05 (cinco) mulheres, novas moradoras do bairro Dom Timóteo, que a partir da aquisição da casa própria passaram a morar no bairro. Todas com Ensino Superior, faixa etária entre 28 (vinte e oito) e 54 (cinquenta e quatro) anos, casadas, a maioria com filhos menores de 10 (dez) anos.

São mulheres que se comportam como elite local, empregadoras, a maioria se denomina branca, com empregadas domésticas que, passando a morar no bairro e se utilizam dos pequenos serviços oferecidos neste lugar, como: padaria, manicure, comércios e também serviços prestados como eletricitista, pedreiro, jardineiro, vigia e outros serviços domésticos.

Para apresentação da trajetória de vida dessas mulheres que se tornaram empregadoras, como forma de garantir-lhes o completo anonimato, as nomearemos a partir de nomes fictícios, acompanhado da referência de suas profissões por entendermos que esse dado contribui para a melhor visão do mosaico e a compreensão de como os discursos de mando chegam às mais diversas realidades.

3.3.3 Instrumento de Coleta de Dados

Nesse estudo fizemos uso de entrevistas narrativas com as 05 (cinco) mulheres. “As entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional” (MUYLAERT, et al, 2014).

Sendo o estilo narrativo uma forma mais livre de relatar, as entrevistas narrativas, assim, possibilitam uma aproximação com os sujeitos da pesquisa e suas histórias de forma a deixar emergir os emaranhados que compõem a trama cotidiana. Dessa forma, e “enriquecido pela trama das narrativas, o estilo dos textos produzidos torna-se mais fluente e mais próximo da literatura, mas, sobretudo, nos ajuda a refletir sobre questões que dizem respeito a todos, nesses difíceis e complexos tempos em que vivemos” (CAMPOS, 2010).

3.3.4 *Análise de dados*

Para a análise tomamos como referência Spink (1996) quando nos fala sobre “práticas discursivas e produção de sentido”. Para a autora, a produção de sentido “é essencialmente uma prática social, intrinsecamente dialógica e, portanto, discursiva (p. 183)”. Tudo é processo. E é aqui que entendemos os discursos como práticas e, compreendidos desta forma, estão na roda da história de fazer/construir/produzir sentidos.

Assim, o trabalho da pesquisadora é estar atenta aos dinamismos das percepções de vida ali retratadas. É, de certa forma, “manter a conversação fluindo. Ou seja, é a prática constante de expressões críticas que substituem, relativizam, interagem e inerentemente são críticas umas das outras” (SPINK, 1996, p. 184). Daí entendemos a postura da pesquisadora frente aos dados coletados: estar criticamente atenta a intrínseca relação entre o discurso (suas nuances e adventos) e o sentido que se dá a ele.

Organizamos a produção de sentido desse estudo a partir das histórias narradas por cada entrevistada, compondo assim, um mosaico de 05 (cinco) histórias que se encontram geograficamente, mas, sobretudo, subjetivamente, na medida em que ocupam o lugar de empregadoras e que, embora às vezes tentem escapar aos padrões, logo são arrastadas para o centro do jogo da relação de mando.

3.3.5 *Procedimentos*

Nesse estudo buscamos estruturar as narrativas de forma que pudessem proporcionar uma compreensão da teia que configuraram o momento atual das empregadoras, percorrendo, o quanto pudemos e achamos pertinente, por fatos e experiências que descrevessem as trajetórias e como tais trajetórias as permitiram estar no lugar de elite, como compreendemos nesse estudo.

Na tentativa de nos mantermos fieis às proposições narrativas, organizamos este estudo em forma de apresentação individual de cada uma das empregadoras participantes desse estudo. Compreendemos que dessa forma será possível conhecermos a cada uma das patroas em suas trajetórias singulares, embora semelhantes.

Como forma de intercruzarmos as trajetórias, após a descrição narrativa, elaboramos uma sessão em que podemos apresentar similaridades e marcas em comum que se apresentam nas trajetórias das empregadoras.

3.4 Resultados e Discussões

3.4.1 Helena: uma trajetória possível a partir dos privilégios familiares

Helena tem hoje 33 (trinta e três) anos de idade. Católica. Casada. Se considera branca e sua renda familiar é em torno de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Estudou toda a Educação Básica em escola particular. Ensino superior em contabilidade, mas não exerce a profissão diretamente, pois trabalha gerenciando o empreendimento que tem com o marido, no ramo de serviço e venda de produtos para som-automotivo.

Começou a trabalhar, em sua visão, cedo, aos 17 (dezesete) anos, em uma locadora de vídeo games. Trabalhava pela manhã e estudava à noite. Esse ritmo se deu durante um ano e meio até aos 18 (dezoito) anos. Depois foi trabalhar como auxiliar de crédito numa grande empresa da cidade e chegou a gerência de créditos da loja. “Em 2010, depois do nascimento do meu primeiro filho, saí e fui trabalhar com o meu esposo na gerência administrativa da loja da gente. É uma loja que já existe a 13 anos e tem 10 funcionários” (HELENA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Suas memórias são de uma infância feliz. A mãe trabalhava fora, com o pai, e lembra de brincar até altas horas na rua em frente à sua casa:

sempre brinquei na rua porque tinha muita criança na rua onde eu morava. Nós éramos 5(cinco) filhos. Eu tinha perto de mim mais dois irmãos que brincavam comigo na rua também. A gente fazia parte da mesma turma. Lembro que a gente ficava até 10 horas (22h) na rua. Era um tempo muito bom, hoje já não é mais assim. Eu tive uma infância tranquila. Lembro que eu brincava de vídeo game, tive acesso a muita coisa né. Tive uma infância que pude brincar com várias crianças por perto (HELENA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

O tempo de Helena era dividido entre escola, brincadeiras e alguns afazeres de casa que alternava com uma de suas irmãs: “eu lembro que a gente cuidava da casa também como mulher né, quando a gente não ia pra escola. Tinha o meu dia e tinha o dia da minha irmã” (HELENA, ENTREVISTA EM 19.10.2020). Sua trajetória também foi marcada por pessoas que faziam as coisas em casa. Os afazeres que executava eram mais de caráter didático. A mãe, tendo quatro filhas mulheres, sentia que era seu dever ensiná-las a lida da casa.

A experiência de ter alguém para lhe servir era, de certa forma, o que garantia que ela e suas irmãs podiam brincar e se sentirem livres dos afazeres na maior parte do tempo. Na maioria das vezes, o trabalho servil era exercido por uma empregada contratada, outras vezes por uma empregada da família

Eu lembro de umas pessoas que trabalhavam para a mãe e que cuidavam da casa. Lembro da Maria, eu tinha uns 10 anos, no dia de folga dela eu ia para a casa dela. Eu lembro que ela separava as nossas brigas. A Toinha, foi uma pessoa que me marcou também, porque ela era muito boa para mim, cuidava

muito bem da gente. A Zefa também, só saiu para ganhar nenê. Teve também duas irmãs da minha mãe, elas, em tempos diferentes, passaram um tempo em minha casa e acabavam ajudando nas atividades de casa e cuidando da gente (HELENA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Saindo da meninice, Helena começou, aos 14 anos de idade, a namorar com aquele que hoje é seu marido. Casou aos 20 anos e foi morar em uma casa cedida por seus pais. Com o casamento, a necessidade de trabalhar fora surge como urgente e Helena, que havia parado de trabalhar na locadora de vídeo a algum tempo, não teve muitas dificuldades de arrumar outro emprego, por ser filha de um comerciante muito conhecido na cidade. Isso se tornaria um meio importante de referência para arranjar um emprego numa cidade pequena do interior: “Para conseguir meu emprego percebi o quanto era importante ter uma família conhecida, caso que pra mim ajudou bastante para que eu pudesse ter trabalhado na locadora e na loja de eletrodomésticos” (HELENA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Helena traz as marcas dos privilégios: branca, filha de comerciante de prestígio na cidade, educada em escolas privadas, de família conhecida e que lhe abre portas. Ela tem sua trajetória facilitada por esses marcadores sociais de elite. Seu emprego lhe permitiu ter acesso a facilidade na compra da casa própria. Após três anos de casada, surgiu a oportunidade da aquisição de sua residência:

compramos ainda na planta. Financiada pelo (programa) minha casa, minha vida. Estamos pagando, mas já estamos a 10 anos aqui no bairro D. Timóteo. Como não tínhamos ainda carro, meu pai nos emprestava seu carro para que fôssemos trabalhar e depois me deu uma moto. Não tínhamos carro mas cada um tinha sua moto. Em 2011 mudamos para nossa casa. E com 3 meses entramos num financiamento de um carro zero. Estamos melhorando cada dia mais. Hoje estamos construindo nosso patrimônio (HELENA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Amparada sempre pela família, Helena relata uma trajetória de ascensão familiar e financeira que vai ao encontro do que nos fala Cancela (2009) ao considerar que a origem e a trajetória familiar são critérios fundamentais na constituição e perpetuação das elites, bem como enquanto demarcador dos processos de distinção dos grupos desta mesma elite. Segundo a autora, “os recursos da família são importantes para se definir a posição na hierarquia social; todavia, não menos importantes são as alianças de amizade e de afinidade constituídas pela parentela, formando uma rede de influência e de poder” (p. 28).

É a partir desta estrutura que se organiza a trajetória de Helena. Sempre na estreita relação dos lugares de importância social de seus pais e/ou amigos, bem como das possibilidades disponíveis a partir destes. Seu acesso a certas condições, como programa de financiamento da casa própria e de um carro novo, se dá pelo lugar que ocupa que fora acessado por privilégios, embora haja um clima de meritocracia nesse contexto.

Relativamente estruturada na vida e, para dar conta de casa, trabalho e seu primeiro filho, necessitou dos serviços de empregadas domésticas residentes no bairro que morava.

Nos meus três primeiros anos de casada não tive ninguém me ajudando nos afazeres de casa, ficava sem secretária. Depois do meu primeiro filho, já no final da minha gravidez, convidei uma pessoa para me ajudar. A partir daí sempre tive alguém me ajudando nos afazeres de casa e com meus filhos. E sempre tive sorte, porque sempre tive pessoas boas em casa. Tenho lembranças de pessoas que quando vinham, passavam 1 ano, 2 anos. Sempre tive sorte também, sempre tive funcionária que entrou para demorar, inclusive a que tá hoje tem 4 anos que está comigo, já cuidou dos meus dois filhos mais novos. E inclusive ela está grávida agora e aí já sei que futuramente vou perder ela pra cuidar do filho dela né, não sei como vai ser, mas sempre tive sorte né, nessa relação de patroa e funcionária. Sempre tive pessoas boas. Inclusive, duas que trabalharam na minha mãe, na minha infância, trabalharam pra mim, que foi a Maria e a Zefa. Depois da Zefa, ficou a filha da Zefa e hoje, estou com a irmã da Zefa, Raimunda, há 4 anos (HELENA, ENTREVISTA EM 19.10.2020)..

A empregada figura como uma auxiliar, uma ajuda. Se por um lado Helena não se coloca de fora das obrigações domésticas, por outro cria um lugar específico para sua empregada, o de uma ajudante, o que já reconfigura o fazer laboral da empregada e cria uma dimensão singular para essa relação. Helena, embora trabalhando fora, permanece a “rainha do lar” e tem uma ajudante.

Helena é uma mulher de sorte. Se considera assim. Sempre encontrou pessoas boas para trabalhar com ela. Mas porque isso é um fator de sorte? Há uma perspectiva em que a patroa sempre é boa e, caso a empregada não demore no serviço, isso é algo da alçada da empregada. E Helena se considera uma boa patroa que busca sempre compreender o lugar que ocupa como também o lugar que ocupa a empregada. “É uma via de mão dupla, nós nos ajudamos”. Relembro aqui o mito da boa senhora que a partir de uma falsa consciência de bondade, sustenta um lugar de privilégio enquanto é servida. Mas algo ainda é importante salientar do que relata Helena: a empregada doméstica em sua vida é um negócio familiar. Recorreu às empregadas de sua infância, à filha de uma das empregadas, à irmã.

3.4.1.1 Helena e a nova elite: a construção e ascensão familiar no Bairro Dom Timóteo

Para Helena o casamento não estava dentro dos seus planos, construir família também não, muito menos pensava em ter uma casa. Era muito mais uma oportunidade de investimento, do que terem sonhado com uma casa naquele bairro: amigos do seu esposo estavam comprando uma casa, então, Helena e seu esposo acabaram se interessando. Como moravam em uma casa dos pais de Helena, não havia muita pressa, mas a oportunidade apareceu.

perguntamos onde, eles responderam no bairro da Cibrazém. Aí sim, de momento eu pensei, vixe, lá no bairro da Cibrazém! Porque assim, como eu morava no centro, nunca fui muito de rua. Eu não tinha muito essa liberdade de sair, mesmo assim, eu sabia que o bairro Cibrazem era um bairro considerado perigoso. Não era conhecido, era um bairro mais distante, que tinha um pouco de marginalidade. Assim, teve um roubo ali, teve um negocio ali. Eu escutava muito falar no bairro Cibrazém, então não era um bairro que se eu fosse escolher, ia escolher ele. Tipo, eu quero uma casa e você vai escolher aqui e aqui, eu não ia escolher lá (HELENA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Helena teve medo de comprar a casa no Bairro que antes, era chamado Cibrazém mas, como foi escutando que seus amigos estavam comprando lá e muitas outras pessoas de outros bairros.

Mas, como teve um amigo nosso que disse: eu comprei a casa lá! Teve o outro que disse também: comprei a casa lá. Quando a gente veio ver, era aqui né. Nunca tinha vindo no bairro, quando eu entrei eu não vi nada demais, simplesmente tinha a avenida, entramos, fomos até a rua, normal, pra mim, me aparentou um bairro igual a todos, que eu imaginava uma coisa escura, já assim né, então não! Eu entrei aquela coisa normal, chegamos já tinha algumas casas construídas, então pronto, foi a oportunidade da gente morar ali. Já tinha pessoas que eu conhecia. (HELENA, ENTREVISTA 19.10.2020)

Outro fator importante para Helena era a opinião dos seus pais. “O que eles vão dizer? assim, valha Helena, lá na Cibrazém? Foi isso que eu pensei na hora. Talvez eles não iam aprovar, pensei que se eu fosse falar pros meus pais e meus irmãos, eles iriam estranhar”. Como o bairro carrega muitos estigmas, não era difícil encontrar discursos negativos sobre o bairro.

3.4.2 Edna e as construções de uma vida de privilégios na fazenda

Edna tem 28 (vinte e oito) anos, casada, e se considera branca. É católica. Sua renda familiar é cerca de R\$ 5000,00 (cinco mil reais). Em sua casa mora ela, seu marido e dois filhos. Edna também é contadora, mas se nomeia como empresária do ramo de instrumentos musicais. Tem uma loja, cujo esposo herdou do pai. Seu primeiro emprego foi aos 21 (vinte e um) anos. Estudou toda sua vida em instituições privadas.

Em suas memórias, sua infância foi maravilhosa. Morava em Jaguaribe/CE, em uma fazenda. Moravam ela, seu pai, sua mãe, seu irmão e sua irmã, em uma casa situada num alto, de onde via as outras residências.

Tudo era bom (risos), andar de bicicleta... eu gosto de mato, então me sentia bem. Na minha casa, como minha mãe tinha um mercantil, ela tinha três funcionárias que cuidavam de casa. E meu pai, como trabalhava na fazenda, tinha mais tempo e cuidava mais da gente do que minha mãe. Eu tenho mais

lembranças com meu pai do que com minha mãe, porque ela ficava no mercantil (EDNA, ENTREVISTA 02.11.2020).

Edna cresceu vendo os pais trabalhando fora. A figura mais próxima do lar era o pai. Mas isso não aponta só para a emancipação feminina de uma mãe do século XX. Indica para um lugar invisibilizado. Quem cuidava das coisas da casa e da própria Edna? Mulheres que também precisavam trabalhar fora, mas em trabalhos não tão emancipatórios assim.

Eu lembro das mulheres. Ao passar do tempo foram várias mulheres que trabalharam na minha casa na minha infância, mas algumas me marcaram mais. Eu tinha uma babá, se chamava Rosinha, eu adorava muito ela, ela é minha segunda mãe. Até hoje quando eu vou pra lá, eu vou na casa delas. No tempo que elas trabalhavam lá em casa, quando elas iam embora eu ia com elas. A minha mãe quando chegava do mercantil ia me buscar na casa delas (EDNA, ENTREVISTA 02.11.2020).

O limite do trabalho doméstico não existia. Os vínculos afetuosos que foram se construindo nessa relação entre Edna e a Rosinha, empregada, eram fortes que resistem até hoje, como nos relatou Edna. Entretanto, ela já conseguia perceber as diferenças sociais existentes em cada espaço, cada lugar, cada casa.

Lá não tinha água, não tinha luz, não tinham nada, mas tinha eles lá, e eu queria ta com eles, se você disser assim uma coisa que você lembra é do cheiro do lampião, o cheirinho do querosene, a água do pote. Ah, era bom demais. Às vezes, no dia de domingo, mainha me deixava era cedo lá e eu só voltava à noite. Eles são muito maravilhosos. Quando chego lá eles ainda são assim, maravilhosos. Quando eu chego lá, é do mesmo jeito de quando eu era criança (EDNA, ENTREVISTADA 02.11.2020).

A responsabilidade da empregada doméstica, trabalhadora e dona de sua casa, que, no domingo, leva a filha da patroa para sua própria casa para continuar no papel de trabalhadora. E esse papel é extrapolado e ocupado por um lugar de afeto condicionado a responsabilidade do trabalho para com a criança que se enche de afeto e alegria enquanto seus pais trabalham fora de casa. Isso nos lembra o que Brites (2007) nos dizia ao afirmar que “a intensidade de contato entre crianças e suas empregadas criava, em muitas situações, um vínculo que extrapolava a situação profissional” (2007, P. 98).

Uma segunda mãe era o que sentia ter Edna, que teve a experiência de ser sempre cuidada e servida, às vezes, por várias empregadas ao mesmo tempo. A ausência da mãe e a disposição afetiva de Rosinha marcou sua infância e elevou Rosinha a um patamar para além de suas funções diárias. A mãe de Edna, legitimando esse lugar de afeto nutrido pela criança, ocupava Rosinha, que parecia também não estranhar, até nos domingos. Porém Edna crescia uma criança feliz, com o amor daquela empregada, segunda mãe.

Na adolescência, também havia pessoas que se ocupavam da lida da casa, de “limpar”, de “cozinhar”. Não era mais Rosinha, era outra mulher. Marta, cozinheira e cuidava do meu irmão. Rosa e Joana ficavam na parte da casa porque era grande, aí ficavam as duas. Eu sempre tive alguém pra ajudar nos

serviços de casa. Todo mundo que trabalhava lá eu gostava, mas essas três até hoje eu vou pra casa delas e gosto muito delas (EDNA, ENTREVISTA EM 02.11.2020).

Embora Edna sentisse imensamente a falta de seus pais, sobretudo de sua mãe, ela recebia cuidados, os mais diversos, daquelas que trabalhavam em sua casa, o que nos permite construir uma imagem de uma menina (criança e adolescente) branca, loirinha (Edna é loira) cheia de cuidados (entre afetos e fazeres) que podia, pelo privilégio de uma família abastada, ter pessoas que ocupassem o lugar de seus pais. A figura da empregada doméstica sempre foi uma realidade na vida de Edna. É quase que natural. Ela sempre esteve ali.

3.4.2.1. Os acessos possíveis a partir do lugar de privilégio trouxeram Edna a Tianguá

Após concluir o Ensino Médio, Edna foi morar em Fortaleza para cursar uma faculdade, como boa parte dos jovens do interior de famílias mais abastadas. Entretanto não conseguiu se adaptar, ao ponto de dizer que se pudesse, nunca mais voltaria para lá. Tianguá surgiu na sua vida de forma inesperada:

Aí, vindo de Fortaleza, o meu namorado ia colocar uma loja em Tianguá de instrumentos musicais e aí ele me pediu em casamento e fomos embora para Tianguá. Chegando em Tianguá, voltei a estudar e fiz o curso de contabilidade. Casei em um dia e vim para Tianguá no outro. Não gosto de Tianguá, mas é aqui que tenho meu trabalho e minha família, então é aqui que sou feliz (EDNA, ENTREVISTA EM 02.11.2020).

A trajetória de Edna é marcada pela construção do negócio do futuro esposo. Sua trajetória foi marcada por essa mudança e que mesmo que não goste de Tianguá, foi onde decidiu ficar e construir sua família.

Por um tempo, a vida foi tomando nova forma, Edna ficou sem empregada doméstica. Dividia o serviço de casa com o marido. Foi com o nascimento de seu primeiro filho que a necessidade de uma ajuda em casa se tornou maior. Como morava no bairro D. Timóteo, e sendo esse bairro distante de outros bairros, Edna teve que conseguir alguém que morasse no bairro. Embora houvesse uma visão do bairro como perigoso, aliviada pelo relato de alguns conhecidos que já moravam antes dela, Edna buscou uma empregada entre as disponíveis no bairro.

Essa casa onde moro é a terceira aqui em Tianguá. Quando engravidei do meu primeiro filho, foi quando precisei da ajuda de uma pessoa. Não tive medo do bairro, porque conhecia alguns novos moradores que eram meus amigos. E por isso, me sentia segura. Assim que engravidei tive a necessidade de ter uma pessoa. Tive três pessoas trabalhando comigo. A primeira era muito boa, mas tive que passar um tempo em Fortaleza por conta da gravidez então não podia pagar ela, estando em Fortaleza, e ela acabou vendo outro emprego. A segunda, quando cheguei de Fortaleza, minha prima que mora aqui no bairro a mais tempo e foi quem me indicou comprar a casa aqui, arranhou uma pessoa pra mim. Fiquei com essa menina

até meu filho completar 6 meses, depois eu fiquei sozinha, a deus dará, porque ela quis sair daqui, já não tava mais fazendo nada que prestasse mesmo. Aí fiquei sozinha, mas eu tenho um marido companheiro que me ajuda com a criança e faz tudo dentro de casa. E coincidiu de eu engravidar um em cima do outro, que foi na quarentena, e ele disse que eu não pegaria numa vassoura. Ele começou a fazer tudo e eu às vezes, fazia o almoço, depois comecei a enjoar e passamos a comprar de fora (EDNA, ENTREVISTA EM 02.11.2020).

Há a necessidade constante de alguém que a sirva: empregadas domésticas na infância e adolescência, o marido na idade adulta, e outras empregadas quando precisa. Isso traduz as marcas de privilégio que, estruturam, de certo modo, sua visão de mundo.

Edna ainda passou um tempo com uma diarista que vinha nos sábados fazer faxina. Até que um dia essa diarista conversando na calçada com uma vizinha, esta falou que estava desempregada por conta da pandemia e que poderia trabalhar na casa de Edna fazendo as coisas. Ela nunca havia trabalhado de empregada doméstica, mas estava precisando trabalhar.

E eu disse, vixe, será se ela vai querer arrumar a casa? E depois ela veio conversar comigo e disse que nunca trabalhou na casa de ninguém, mas que ia fazer aqui igual faz na casa dela. E assim, eu não considero ela nem como funcionária, pra mim ela é uma amiga que tá quebrando um galho pra mim. Aí pronto eu tô com ela. E ela tem um bebezinho de 5 anos, pra ela é bom, porque ela fica aqui até 2 horas da tarde, e o bebezinho dela fica aí e ela fica o tempo todo olhando. E ela é diferente de todas as que vieram, como ela disse, vou fazer como eu faço na minha casa, e realmente ela faz como faz na casa dela, almoço, tudo, do jeito que eu peço, ela fazia. (EDNA, ENTREVISTA EM 02.11.2020).

O que faz alguém ser empregada doméstica para Edna? Certamente não é o serviço que desempenha, mas sua condição social. Na verdade, o trabalho doméstico, no imaginário, ou na certeza popular, se destina a “mulheres pobres, de baixa escolaridade e negras” (SILVA, 2012, p. 10).

Sendo vizinha de Edna, e sendo esse bairro estruturado com casas no estilo de conjunto habitacional, todas as casas têm o mesmo padrão. A construção social de Edna sobre a empregada doméstica não concebe esse trabalho ser destinado à alguém que possua uma estrutura social parecida com a dela. Há estranhamentos, incômodos, receios de mando frente a uma mulher que, mesmo desempenhando as mesmas funções que outras mulheres que já passaram por sua casa, é uma pessoa com estudo, com acesso aos mesmos lugares sociais que ela, branca, morando numa casa igual à sua. Isso faz com que Edna recue de seu lugar de mando e acolha essa mulher como alguém que lhe faz um grande “favor”.

Porém ainda há uma tentativa de encontrar um conforto frente ao incômodo gerado por ter sua vizinha como empregada. Edna lembra de um fato que parece lhe organizar frente a seu lugar de mando: há uma diferença entre ela e sua vizinha empregada “ela mora aqui mas a casa não é dela, é alugada, entendeu?” (EDNA, ENTREVISTA EM 02.11.2020). Isso

recoloca Edna em seu lugar de patroa e justifica o porquê de sua vizinha, vista até certo momento como uma igual, estava se oferecendo para exercer um trabalho precarizado: ela é mais pobre que ela e mora de aluguel.

Novamente é importante dizer que não se trata aqui de uma análise moral do sentimento e comportamento pessoal de Edna. Mas, de como isso aponta para um lugar segregado da empregada doméstica. E que esse lugar aponta para os marcadores de exclusão dessa categoria de trabalhadoras que foi estruturada, a partir das experiências com empregadas que Edna teve em sua infância.

3.4.3 *Dora e a figura da empregada em suas memórias infantis*

Dora é uma mulher branca, natural de Jaguaribe, nascida em uma família de classe média alta, 33 (trinta e três) anos de idade, casada. Católica. Em sua casa moram ela, seu marido e uma filha de 1 (um) ano e alguns meses. O marido é comerciante e ela nutricionista, e têm acesso a um ciclo de amizades composto por profissionais da saúde da clínica em que Dora trabalha. Possuem uma renda familiar mensal em torno de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Na infância, Dora relata que foi feliz. Que lembra de como os pais eram ocupados trabalhando sempre em um mercantil e de como a mãe, às vezes, era um pouco rigorosa, e sempre ocupada com o trabalho:

Meus pais tinham um trabalho muito intenso no mercantil, sempre! Não eram de ficar em casa, né, com os filhos, sempre deixava os filhos com alguém, e, saía sempre pra trabalhar e voltava almoçava e voltava pro trabalho de novo e só voltava a noite, era mais ou menos assim a rotina dos dois, né? (DORA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

A necessidade dos pais trabalharem fez com que Dora ficasse aos cuidados de uma empregada doméstica. Embora Dora relate que sempre fora uma criança quieta e retraída e, por isso não dava trabalho, nem sempre as empregadas eram boas para ela. E mesmo relatando para sua mãe os maus tratos, essa parecia não poder fazer nada por precisar dos serviços de sua empregada.

Lembro! Pronto! Inclusive isso eu nunca esqueci! Porque teve uma pessoa que trabalhou pra ela muito tempo que era essa que cuidava de mim e ela era muito carrasca comigo, muito, muito, muito. E até eu dizia pra ela (mãe) como era que ela tinha coragem de me deixar com aquela pessoa que me batia, né, que ela me batia! Pra tomar banho era assim que ela falava comigo: passa pro banheiro, e puxava meu cabelo, era tipo isso mesmo. Aí eu dizia pra ela (mãe), e ela fingia que, (ao falar a entrevistada virava o rosto na tentativa de encenar a fala da mãe), não menina isso é besteira! Porque ela não podia ficar (em casa), ela não podia, ou não queria ficar, ela queria trabalhar, ela não queria ficar em casa e aí, ela tipo fechava os olhos pra isso né. Mas graças a Deus nunca passou desses...assim né, desses...uns tapinhas, puxãozinho de cabelo, mas eu sempre relatei pra ela.

Apesar de passar por tudo isso, Dora relata que teve uma infância feliz. Contudo, comenta que não esquece o que passou na infância com essa empregada e que, por isso, hoje tem muita dificuldade de deixar sua filha com alguém. “Eu fico pensando em outras pessoas que conseguem né! Vão fazer unha, vão fazer tudo e conseguem deixar o filho bebezinho assim. Ah, eu tenho muita dificuldade, acho que é por conta disso”.

Eu tinha mais ou menos 5 anos quando ela começou a trabalhar lá em casa, ela ficou muito tempo, mas depois ela saiu, parece que foi embora pra São Paulo. Minha mãe gostava muito dela, porque ela era muito zelosa com a casa né. Minha mãe sempre foi muito zelosa com casa, tudo tinha que estar muito limpo, perfeito, e ela sempre era...ave Maria..., a comida boa. Eu tinha pavor, pavor dela. É tanto que ela saiu, foi embora, e aí ela voltou, eu já era...ela voltou, ela voltou aí eu já era adolescente, aí já não existia mais isso né, ela no canto dela, fazia as coisas dela, e eu, no meu. (DORA, ENTREVISTA EM 19.10.2020)

Dora aprendeu a justificar, a partir de sua mãe, que mesmo lhe batendo a empregada era boa porque era zelosa. Nesses movimentos, Dora também apresenta dificuldade hoje de confiar em outras pessoas que trabalham como babá, devido a experiência que teve com a ausência da mãe, que para Dora parecia um descaso, por não considerá-la em seus relatos, preferindo o fato das coisas em casa estarem bem feitas.

Essas memórias acabam por configurar certa visão sobre a empregada doméstica que não permitem Dora confiar em quem trabalha para ela. A desconfiança é uma marca na configuração desta relação que parece se estruturar historicamente a partir das vivências pessoais, mas também a partir daquilo que se recebe como herança cultural, que, para além dos estranhamentos de ter uma pessoa externa no seio da intimidade familiar, se constitui como um modo de inferiorizar a empregada doméstica desde os tempos escravistas (ÁVILA, 2009).

As memórias de Dora também remetem ao fato de que o trabalho doméstico está vinculado ao desempenho de várias funções cumulativas, como cozinhar, limpar, cuidar das crianças. Uma espécie de faz tudo, em tudo serve, está à disposição como quem não tem vida própria, mas deve viver a vida de seus senhores.

Dora sempre estudou em escola privada, até mesmo na faculdade. Começou a trabalhar com 25 anos, em um estágio da faculdade, o que é, indiscutivelmente, um privilégio não ter precisado trabalhar antes. Atualmente exerce a função de nutricionista.

3.4.3.1 Dora: o caminho de Fortaleza (para estudar) a Tianguá (para trabalhar e constituir família)

Quando foi morar em Fortaleza, ao 13 (treze) anos para cursar o Ensino Médio, com o irmão mais velho (único irmão, na verdade), Dora teve que fazer os serviços de casa e, o demarcador que a fazia se sentir a responsável por esse serviço, era o fato de ser a mulher da casa. Seus pais queriam que eles fizessem uma boa faculdade, mas para Dora, além de estudar, precisava ser dona de casa. Seu irmão só estudava. Essa marca generificada se estabelece, porque a relação se dava entre ela e o irmão. Se fossem dois homens, e sendo a família abastada, muito provavelmente teriam uma empregada.

Quem fazia a limpeza da casa era eu. E comida também. E aí ele fazia faculdade, terminou e passou no concurso e foi embora. Quando ele passou no concurso eu tinha 18 já, ele foi embora e eu fiquei só, morando só. Uma vez por mês minha mãe ia pra Fortaleza e passava uma semana e depois voltava pro interior. Quando ela chegava no apartamento, eu fazia aquela faxina: ai meu Deus, mãe vai chegar! Quando ela chegava, ela olhava pra cima e dizia: tem uma teia de aranha ali. Hoje ela já relaxou mais com isso. Eu acabei que aprendi e absorvi, acho que sou muito assim, sabe! Acho que absorvi muito esse jeito dela! É tanto que meu marido até diz assim: ave, mas você não relaxa! Quando eu estava em Fortaleza já me sentia responsável por cuidar da casa e de mim mesmo.

Dora terminou a faculdade e não tinha perspectiva de emprego, mas tinha suporte financeiro da família e pôde ficar mais um tempo estudando para passar em uma residência. Foi por ingressar na residência que soube que teria que vir para Tianguá. Foi quando conheceu seu atual marido. Dora alternou sua vida entre estudo e trabalho antes de casar, mas com a chegada do casamento, passou também a fazer as atividades de casa.

Assim que eu casei, apesar de ter a minha profissão, não exercia todos os dias. Era esporádica. Então, eu fiquei mais com a parte de casa, como eu ficava mais em casa. Eu fazia, mas eu não queria fazer as atividades. Mas a princípio não me dei conta que eu não queria (uma empregada). Até eu ter minha primeira filha, não tinha ninguém. Só passei a ter alguém aqui quando eu tive ela. E parecia uma coisa estranha ter alguém me ajudando.

Mas a necessidade foi aos poucos fazendo com que Dora se acostumasse a ter uma empregada. Veio a pandemia, e o medo fez Dora ficar sozinha novamente por um tempo. Foi aí que percebeu que já estava acostumada a ser servida e percebeu que fazer as tarefas de casa já não eram assim tão agradáveis. Na verdade, é importante salientar, que o lugar de privilégio em que habita Dora, foi de ser sempre servida. Com exceção do período em que morou em Fortaleza para estudar. E como diz a cultura popular, é fácil se acostumar com o que é “bom”, ou seja, o privilégio do mando que sendo injusto para a empregada é cômodo para a patroa. O que temos no Brasil, desde tempos longínquos, é a servidão doméstica como um estilo de vida onde se alicerça o mando da patroa (GRAHAM, 1992).

Dora inclusive pensa em rever suas posições e manejar em suas solicitações constantes para com Bete. Também há um medo de perdê-la e ficar sem seus serviços:

Aí quando eu fiquei só novamente, eu dizia assim: meu Deus, quando a Bete voltar eu não vou cobrar muito dela, não vou pedir pra que ela...sabe?! Não vou ficar pedindo muita coisa pra ela, porque é tão complicado né? e...principalmente com filho, com criança dentro de casa né? Porque às vezes, eu saio pra atender, aí ela fica...né, e toma de conta de tudo, assim, do jeito dela também, num sai tudo, mas...

Bete parece ser vista por Dora que, ao experimentar seu lugar, parece a valorizar. No entanto, Bete continua ocupando um lugar além de subalterno e desvalorizado, um lugar que incomoda a patroa, que gosta de privacidade, e que só chamou uma pessoa para estar fazendo suas atividades domésticas, porque precisa sair de casa para trabalhar.

3.4.4 Francisca: a construção da patroa a partir do modelo materno

Francisca é professora universitária e administradora, 35 (trinta e cinco) anos, casada, católica e se considera parda. Mora no bairro Dom Timóteo com seu esposo, seus 3 (três) filhos e atualmente uma babá. Sua renda familiar gira em torno de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Mora em casa própria financiada pela caixa.

Mestranda em administração, Francisca teve todo o seu processo escolar em instituições privadas. Aos 13 anos de idade ajudava seu pai no comércio, na parte financeira. Só aos 18 anos, foi trabalhar como balconista em uma loja. Anos depois, começou seu próprio negócio com vendas de peças íntimas e perfumaria.

Eu gostava do comércio e eu não me via muito trabalhando para estabelecimento, pra empresa assim, ficava muito fechado, privado e eu não gostava e até que dentro de 8 anos, 10 anos eu coloquei uma loja e fiquei com a loja foram por 8 anos também. E no tempo que eu estava com a loja, me formei em administração, foi quando eu me envolvi também com a docência, cheguei a fechar a loja e fiquei só na docência. (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Na sua infância, Francisca, era uma criança que não gostava de ficar só. Tinha uma opinião muito forte e queria as coisas do seu jeito, se dizia ser teimosa. Brincava muito, até porque tinha irmãos. “A lembrança que tenho quando criança é da casa de meus pais, era eu, meus pais e mais 3 (três) irmãs e 1 (uma) tia” (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Francisca está entre aquelas que teve uma infância privilegiada e teve pessoas que, por fazerem as coisas em casa, lhe permitia brincar, ainda que essas pessoas fossem suas irmãs mais velhas:

Quem fazia as coisas em casa eram minhas duas irmãs mais velhas e minha mãe. E tinha uma irmã da minha mãe, que morava com a gente e que acabava ajudando. Naquela época, as pessoas, como ela (a tia) vinham do

interior, então era normal vir uma irmã querendo também buscar algo melhor na cidade, né? Então, lembro que tinha uma irmã da minha mãe morando com ela e que acabava ajudando no serviço de casa (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Para a minha mãe era importante também nos ensinar. Ensinar as filhas a fazer as tarefas de casa, então na semana a gente estudava e no fim de semana a gente fazia faxina em casa. E as coisas pessoais cada uma tinha que cuidar. Questão de organização pessoal era eu mesmo, até porque ela pedia pra gente ver isso, mas em relação a casa, até meus 12 anos, eu não lembro de ter obrigação em casa, mas a partir daí, acredito que minha mãe já começou a me olhar de outra forma e também pela idade. Então, já comecei também a ajudar um pouco em casa, mas não era algo de obrigação não, pelo menos não lembro. Quem fazia eram as minhas irmãs e depois, sempre uma secretária (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

A irmã de sua mãe ocupava este lugar da empregada doméstica que, embora tivesse outros marcadores, inclusive os familiares, permitiam que sua mãe trabalhasse fora e que Francisca pudesse brincar.

Ao chegar na fase da adolescência, Francisca, lembra mais das brincadeiras, que era mais livre, e que, nesse tempo, sua mãe já tinha uma pessoa que cuidava da casa, que cuidava dela e dos irmãos. Os seus pais conseguiram comprar uma outra casa mais perto do comércio deles, “ e como minha mãe trabalhava com meu pai, aí eu já lembro entre 10 (dez) anos até eu me entender hoje a minha mãe já passou a ter pessoas pra trabalhar com ela, pra ela. Era muito presente, rigorosa em relação a casa, a organizar, a limpar”. Francisca, em sua adolescência não tinha muita obrigação, que tinha que lavar louça, varrer a casa, passar um pano na casa, acreditava que a mãe pedia para que fizesse mais com o intuito de ensinar. Ela queria as coisas organizadas.

“Ensinar”, no contexto aqui relacionado, e no contexto significado por Francisca acerca das atitudes de sua mãe, se configura a partir das marcas de gênero que estruturam os papéis sociais, mas que, por conta das dimensões de branquitude e da classe, permitem com que Francisca escape deste lugar, fazendo com que, para ela, o serviço doméstico não seja algo obrigatório ou natural, mas a permite projetar sobre outra mulher esse lugar, uma vez que é construída a ideia de que a mulher negra e pobre é destinada ao serviço doméstico (ÁVILA, 2009).

Minha mãe, por sempre estar trabalhando sempre incentivava a gente a trabalhar, na verdade era uma necessidade, mas mesmo assim eu lembro que eu tinha meus momentos de brincadeira, de pegar a bicicleta e sair para rio, ir pra casa do vizinho brincar. Eu era muito fácil de fazer amizade, assim eu lembro mais da minha infância, entre os 8, 9 anos até meus 12 anos, eu lembro que eu brinquei muito, acredito que eu tenha sido feliz.(FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

É interessante trazer aqui que, quando Francisca se refere ao fato de sua mãe estar sempre trabalhando, e que lhes ensinou (a ela e às suas irmãs) a trabalhar, não está se referindo ao trabalho doméstico, mas a trabalhar fora de casa. Tanto que, ela e suas irmãs, assim que cresceram, foram trabalhar fora enquanto o serviço doméstico, este serviço inferiorizado, era desempenhado por uma empregada. Francisca lembra de algumas pessoas que trabalharam em sua casa. Relacionando suas lembranças à idade de 12 anos ela diz lembrar daquelas que moravam com sua mãe: “teve a Mazé, teve também a Rosa, lembro também da Valda, que eram as que faziam as coisas pra gente, elas eram boas. As três que me marcaram” (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Aos 16 anos, eu saí de casa porque foi quando eu casei, então aí eu passei a ter responsabilidade assim né, de fazer as coisas. Então era eu mesmo que fazia né na minha casa. Eu trabalhava com meu pai antes de casar, mas depois fui trabalhar com vendas por conta própria, fazendo venda de confecção e perfumaria e cuidando da minha casa, mas por pouco tempo também, porque aí logo, eu também estudava, eu também tive filho, e acabei também seguindo essa mesma coisa de ter uma pessoa ajudando em casa pra cuidar do filho e ajudar na casa, pra que eu pudesse trabalhar. (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Quando Francisca casou, foi morar em uma das casas do seu pai. Morou lá por aproximadamente 4 (quatro) anos. “Eu tinha gosto de arrumar, cuidar, de comprar coisas pra casa. Eu gosto disso, gosto de fazer isso! E a minha mãe mesmo trabalhando fora, sempre lembro dela tendo esse cuidado em casa. Sempre quando ela chegava não tinha um descanso, ela ia cuidar da casa, então eu acho que aprendi muito com ela”.

Vemos nessa expressão de sentido de Francisca e de sua mãe, uma submissão ao serviço doméstico como sendo parte de seu ser. Uma espécie de identificação com tal serviço por serem mulheres. A casa como extensão delas mesmas. No entanto, vemos que a trajetória de Francisca é permeada de possibilidades, ela trabalha, estuda, tem filhos, como tantas outras mulheres, inclusive como as mulheres empregadas domésticas. A diferença é que ela se insere em um número reduzido de mulheres que possuem uma estrutura familiar que lhe permite uma casa ao casar, suporte financeiro e de prestígio advindo dos pais que, inclusive, lhe proporciona melhor trânsito social para o sucesso de seus negócios. Francisca também, por isso inclusive, pode reproduzir o ritmo de sua mãe: trabalhar fora e ter alguém para desempenhar suas “funções” domésticas.

3.4.4.1 Francisca e as configurações de sua ascensão social: a chegada no bairro D. Timóteo

Após 4 anos morando no apartamento do pai, Francisca rompe com o casamento, separa e volta a morar na casa de seus pais, que agora lhe ajudam financeiramente e na

criação de seu filho. Neste tempo, surgiu a oportunidade de comprar uma casa pelo programa “minha casa, minha vida” e com incentivo da família, acabou fazendo esse investimento. No mesmo ano, conheceu outra pessoa, com quem passou a se relacionar e, engravidando, resolveram morar juntos nesta nova casa no bairro D. Timóteo.

Eu não escolhi morar no bairro D. Timóteo. Aconteceu. Eu queria era cuidar da minha loja, eu queria alcançar alguns objetivos que eu tinha, era ter meu trabalho, ter minha faculdade, ter meu transporte. Aconteceu pelos meus pais mesmo, terem me incentivado a comprar, até para um possível investimento ou até mesmo pra eu morar. Mas não tinha interesse de morar não, mas quando eu tive outro relacionamento fui morar na casa (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Comprar uma casa por investimento é uma marca de privilégio indiscutível. Ao ser incentivada por seus pais, Francisca não só se sente motivada, mas reconhece um suporte, a certeza de que, caso algo venha a ficar difícil no pagamento desta casa, seus pais estarão com ela. Esse suporte familiar é marca da elite local que permite arriscar mais e construir patrimônio. No entanto isso parece não ser visto como vantagem em relação a outras mulheres e, principalmente frente as empregadas domésticas. Isso se dá pelo fato de que

as pessoas com vantagens relutam em se considerarem apenas pessoas com vantagens. Chegam a definir-se prontamente como intrinsecamente dignas daquilo que possuem; chegam a acreditar-se como constituindo "naturalmente" uma elite; e na verdade consideram seus bens e seus privilégios como extensões naturais de seu ser de elite (MILLS, 1981).

Francisca conhece algumas mulheres do bairro por elas terem trabalhado na casa de sua mãe, ainda em sua adolescência. Quando passou a dividir esse território com tais mulheres, ainda que em condições bem distintas, logo pensou em procurá-las para trabalhar em sua casa. Após tantos anos, Francisca ainda parecia ter certeza, que tais mulheres continuavam sendo empregadas domésticas. Como se isso fosse também natural dessas mulheres. Um determinante.

Aqui do bairro eu tenho lembrança inclusive de uma que morou na casa da minha mãe. A proximidade que tive com as mulheres moradoras do bairro foi a partir da relação de trabalho aqui dentro desses 10 anos, como empregada doméstica. E assim, é lógico, todo mundo tem sua forma de ser né? Algumas não deram certo, ou por acharem pouco, ou possivelmente alguma foi embora, outra engravidou, outra foi cuidar da irmã, então assim, eu tive um contato, um conhecimento. Das que eu conheço aqui do bairro, foi tranquilo. Tenho contato, falo inclusive, faz parte de uma...até mesmo vamos dizer assim, de uma rede social da gente porque acaba que né?, Se conhece todo mundo, e aí, hoje em dia como é muito ativo essa questão de rede social então acaba que a gente mesmo distante fica tendo visão da vida do outro (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

As empregadas passam a ser amigas de rede sociais. Elas seguem as patroas. As empregadas de Francisca a seguem. Francisca não nos disse se as seguia de volta. Mas para ela é importante salientar que suas empregadas querem permanecer perto, continuam com

contato, numa espécie de inspiração para a vida das empregadas, nesse jogo dual que se constitui a relação empregadora e empregada.

Quando Francisca passou a morar no bairro D. Timóteo, este era um bairro de imagem bastante negativa.

Nessa época diziam que o bairro era perigoso e escutava muitos falarem que o bairro era perigoso. A gente tem um pouco de medo, mas depois vai passando, e aconteceu sim, muita coisa, né? Mas acredito que acontece em todo lugar. Lembro bem que na época que eu vim morar aqui, a 9 (nove) anos atrás, teve alguns homicídios. Esse problema não era dos moradores novos, até porque o que a gente sabe é que essas mortes não foram relacionadas aos moradores novos, né? Eram pessoas que já viviam no bairro. A gente nem conhecia, mas por ter sempre alguém que trabalhava com a gente e era do bairro, então chegava a comentar e passava toda a informação, mas a gente não conhecia as pessoas, eu pelo menos aqui do bairro conheço poucas pessoas, duas, três pessoas (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Os moradores novos eram a dignificação do bairro. Eles eram de outra natureza. Eram civilizados na percepção de Francisca. Isso também recaía sobre as empregadas domésticas, sustentando sempre o lugar de desconfiança. Afinal elas eram daquele bairro. Isso foi o que fez Francisca buscar a segurança naquelas que já haviam trabalhado na casa de sua mãe, ou alguém da família desta.

Francisca também relata que o bairro já está mais desenvolvido. “Até acho que pela quantidade de pessoas, tem crescido né? E já tem um posto de saúde que a gente usa, também tem uns comérciosinhos, já tem farmácia, já tem padaria, antes a gente tinha que ir no centro pra comprar pão, por exemplo, mas com 1 (um) ano, acho que 2 (dois) anos passou a ter padaria, academia também, em parte a gente utiliza, ainda não tudo né, mas boa parte”.

Quando Francisca chega ao bairro não se sente muito confortável. “Antes, eu sentia... não vou falar que é preconceito, que na verdade era comigo, eu achava que eu ia ser mal vista por elas né, pelas pessoas, pelas mulheres, eu achava que eu ia ser apontada, sei lá.”

Então eu ficava meio assim, né, por ter chegado agora, eu ficava assim de olharem pra mim e dizerem: Ah, o pessoal das casas novas! Hoje não, pelo contato que eu já tive, então eu já conheço as meninas, eu já falo, né, como eu falei, eu sempre fui fácil de fazer amizade, então eu já tenho um vínculo com elas, assim, vínculo que eu digo, de passar e falar, de ir na padaria que é na rua principal, de ir a pé, de ir no mercantil, que é na rua principal, então, eu já não tenho mais isso, pelo contato que eu tive com elas, mas no início eu ficava assim, e também pela profissão né, do meu esposo, então eu acabava que ficava meio receosa de ser apontada ou coisa assim, mas era por isso, mas também agora não tenho mais. Ando na avenida normal, tranquilamente, em certos horários porque a noite eu não tenho coragem. (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Na mesma perspectiva que querer justificar a existência de um racismo reverso, Francisca busca atenuar os modos preconceituosos com os quais se relaciona com os

moradores do bairro. É a mesma estrutura discursiva que busca “trivializar o racismo, relegando-o ao plano de meros preconceitos que ‘todo o mundo tem’” (MOORE, 2007, p. 28).

Eu penso que assim, pode até ser que isso nem tenha existido, né, mas eu penso que elas olhavam com uma forma diferente. Eles, a população aqui, por talvez ser casas que eram construídas, que as pessoas talvez que vem morar aqui nem tem tanta condição assim, nem tem um patamar de vida alto, mas por ter conseguido comprar uma casa. E do mesmo jeito que eles lá tem uma casa... só que assim, eu acho que por ter sido uma estrutura diferente (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Para Francisca as pessoas poderiam estar fazendo um juízo de valor de suas vidas por estarem conquistando a casa própria que os coloca em um nível social melhor, inclusive ela se considera assim, vista por eles como uma mulher que está em outro nível deles, um nível mais alto. “Lógico que muitos que vieram morar aqui, muitos tem realmente uma condição de vida melhor, mas eu acho que isso, né, isso fez com que eles olhassem assim, e pensassem: é um povo novo, é um povo de uma alta sociedade” (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020).

Logicamente, que alguns, eu mesmo né, a gente tem um estilo de vida diferente. Possivelmente pela criação, pelo local também, sei lá! Acho que muita coisa influencia nisso, mas também tem muita gente que mora no bairro que a gente ver que tem uma vida, vamos dizer assim, financeiramente, igual a da gente, mas que tem outras opções diferente das minhas, vou botar por mim, diferente das minhas. Acho que isso acaba mudando um pouco o olhar da pessoa e, também pela dificuldade escolar talvez que não tiveram. Uma possibilidade de estudo que a gente já teve. Então eu acho que isso aí querendo ou não muda o olhar. E eu acho que era isso que fazia com que eles olhassem assim: é o povo rico, é o povo novo, é o povo que vem lá do centro. Mas que muitos aqui também começaram também sem nada dentro de casa, e eu acredito que tenha sido isso que tenha mudado... que tenha feito com que tenha tido esse olhar diferente né? E aí acabava que essas casas foram vistas até como uma fonte de renda, vamos dizer assim, pra algumas mulheres do bairro, né? Vir trabalhar, aí logicamente, vamos se dizer assim, há uma diferença social por conta disso, talvez tenha sido influenciado pelo estudo, que aí, por aqui algumas serem professoras, então já tem a necessidade de alguém pra cuidar da casa, e acabava que, eu pelo menos, vou falar por mim né? Então acabava que perguntava, assim como eu sempre vi minha mãe perguntando em qualquer bairro, quem estava disponível para trabalhar, aí eu acredito que isso foi gerando essa diferença né? Aqui era um bairro muito escasso de trabalho e de escolaridade. (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020)

Francisca entende que há diferença de classe entre os que chegaram recentemente no bairro, e os que lá estavam antes, embora tente justificar tal diferença e acaba culpabilizando os moradores por estarem onde estão e terem a vida que têm. Mas algo que chama atenção é que Francisca apresenta essa diferença de classe como gerador de oportunidades de trabalho para os mais pobres, o que seria, assim, positiva. Para ela, essa diferença influencia as relações entre as moradoras do bairro. “Eu lembro também que as moradoras daqui diziam

que a população tinha muita raiva quando a gente dizia Cibrazém né? Inclusive tinha essa história de que a gente dizia que na Cibrazém era perigoso, e elas (as empregadas) eram chateadas com as pessoas novas do bairro”.

Acho que Cibrazém tinha um peso, mas a gente sabe que existe mesmo né, por isso que muita coisa eu evito. O estigma do bairro se expandia até as pessoas. Eu tinha medo. Eu perguntava às pessoas que eu conhecia no bairro. Por exemplo, a Jurema e a Maria eu não associo a isso, mas realmente tem algumas pessoas que a gente já olha, a gente já associa a parte negativa do bairro. Então eu sempre perguntava quem era o pai, irmão, marido. Se já foi presa, esse tipo de coisa. Por medo, porque como meu marido é policial eu ficava com medo. Eu tive assim, alguns problemas com pessoas em relação a isso, a mexer nas coisas e tal. Que pode ser que seja essa classe social, essa diferença né? Que leve a pessoa a fazer isso, a necessidade, né? Sei lá... ou até mesmo esses respingos aí que pode vir achar que dá certo, né? Sei lá! Então eu tive sim problemas com pessoas assim. (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 19.10.2020)

Ainda que Francisca tente atenuar sua visão sobre a população do bairro, o que nos chega é a construção de um sentimento acerca da classe pobre, e daquela população em particular, como sendo um povo perigoso. Até adentram sua casa, para trabalhar, mas há sempre uma tensão, uma dificuldade de confiar, inclusive por medo de seus parentes e aderentes.

3.4.5 Zilda e as memórias de uma outra geração

Zilda é uma senhora de 57 anos, natural de Tianguá, mas que viveu sua infância e adolescência em Fortaleza. É casada e tem 4 (quatro) filhos. Uma mulher que se denomina como parda, católica engajada. Atualmente mora em casa própria (não financiada por programa habitacional) no bairro D. Timóteo com o esposo, uma filha (dois de seus filhos só vêm nas férias porque moram no exterior), seu pai (separado da esposa), duas amigas a convite, a empregada doméstica (que passa o dia), uma filha que mora na casa vizinha, mas passa o dia em sua casa, com o esposo e duas filhas. Zilda tem uma renda familiar média de 12 salários. Tem nível superior em enfermagem e especialização na área da saúde. Teve sua trajetória escolar na escola pública, mas em uma época em que estudar em escola pública era um privilégio.

Zilda é filha de funcionário público dos correios e de mãe costureira. Começou a trabalhar muito cedo com 7 (sete) anos de idade. “A gente precisava ter alguma coisinha e nunca podia ter” (ZILDA, ENTREVISTA EM 09.11.2020). Zilda recebeu o convite de uma vizinha que era representante da Avon, que lhe perguntou se queria ser revendedora também e, mesmo sendo muito pequena, aceitou.

Eu pegava a revista, as pessoas colocavam o nome e no final a mamãe me ajudava a fazer a contabilidade, e eu saía depois entregando e cobrando, aí, já ia o papelzinho em cima, e por onde eu ia as pessoas queria muito me

ajudar. Acho que porque eu era criança, eu vendia muito para as amigas do bairro, eu morava em Fortaleza num bairro muito bom, muito bom mesmo. Nós éramos muito pobres na época, nossa casa não era a melhor da rua não, talvez fosse até a pior, mas tinha muita gente com poder aquisitivo melhor e a gente se relacionava muito bem com eles, então acho que pra me ajudar, eles sempre compravam. E também as professoras no colégio, as minhas tias que tinham o poder aquisitivo melhor, então eu tinha muita facilidade, é tanto que eu ganhei até o prêmio de revendedora da Avon mirim. (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020)

Embora pobre, Zilda desfrutava do privilégio de estar inserida em contexto onde as pessoas gozam de conhecimentos, boa reputação, poder aquisitivo. E sendo essas pessoas de sua família, isso fazia com que, Zilda, de forma mais concreta, também fizesse parte desse modo privilegiado de viver e se constituir. A Zilda se aplicaria aquele ditado: pobre, porém nobre.

Zilda descreve sua casa da infância como uma casa muito simples, de tijolo, o piso também era de tijolo, não tinha brilho. Sua mãe orientava para limpar a casa derretendo vela e colocando tinta para poder limpar muito bem. Zilda e sua irmã mais nova eram quem faziam as coisas de casa, lavavam, passavam e tudo.

Nós éramos quatro irmãos, hoje nós somos cinco né que minha mãe teve outro depois, mas na época nós éramos quatro irmãos, e a gente cada um tinha uma tarefa e a gente vivia com muita dificuldade, meu pai sempre bebia demais e era muito boêmio. Era uma vida muito sofrida, era muita desunião entre meu pai e minha mãe. A gente se criou num clima muito pesado, mas nós mesmos éramos muito unidos, os irmãos com a mamãe. 2 (dois) homens e 2 (duas) mulheres. Mas lá em casa todos faziam tudo, não tinha esse negócio não, de ser homem e de ser mulher, era todos trabalhando. (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020).

A mãe de Zilda nunca tinha tempo para fazer as tarefas de casa por conta das costuras que acabavam ocupando todo o tempo dela, então as tarefas de casa, como chama Zilda, eram distribuídas entre os filhos que acabavam cuidando das coisas de casa e de si mesmo: “E a gente mesmo cuidava das coisas e nos cuidávamos. E a mamãe quando podia dava aquela orientação e dava aquele cuidado também” (ZILDA, ENTREVISTA EM 09.11.2020).

O Pai de Zilda era um homem muito moralista, apesar de beber e farrear muito. Zilda relata que ele estudou no convento (seminário propedêutico para padres) e sempre trouxe na educação dos filhos os princípios religiosos, a obrigação de ir a missa, e a moralidade, embora, para Zilda “ele passava tudo isso e fazia tudo ao contrário, mas ele trazia sempre essa mensagem pra gente, a gente tinha muito medo do papai, muito medo, porque aí se a gente não fizesse as coisas entrava na violência. A mamãe não, a mamãe era mais pacata, era mais pela conscientização, mostrando sempre a vida pra gente sempre, sempre” (ZILDA, ENTREVISTA EM 09.11.2020).

Embora trabalhando cedo e cuidando dos afazeres de casa, Zilda teve uma infância feliz e repleta de brincadeiras. A configuração da época de sua infância proporcionava brincadeiras livres na rua e uma reunião de meninos e meninas:

Em relação às brincadeiras sempre tínhamos um tempinho porque eu fui sempre moleca, mas a minha irmã não, como era mais velha e mais doente, asmática, e eu tinha saúde de ferro mesmo, eu tava sempre brincando, sempre procurando uma forma da gente fazer logo as coisas de casa pra poder brincar. E aí eu era moleca mesmo, brincava como homem, eles brincavam comigo de boneca e eu brincava com eles de homem, então era muito fácil essa relação, então assim, eu não perdi a minha infância porque eu sempre procurei driblar e arranjar uma oportunidade para brincar (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020).

Quando Zilda e a irmã foram crescendo e chegando a adolescência precisaram pegar condução para ir para o colégio, então já não dava mais para fazer as tarefas de casa como antes. Faziam como podiam, mas principalmente nos fins de semana. Por isso, sua mãe, que por conta do trabalho também não dava conta de fazer as atividades de casa, “conseguiu uma menina para morar na casa e ajudar nos serviços domésticos” (ZILDA, ENTREVISTA EM 19.11.2020). Era uma menina da cidade de Tianguá. “A menina foi só pela comida mesmo, porque também passava muita dificuldade” (ZILDA, ENTREVISTA EM 19.11.2020).

Para Zilda aliviou um pouco, mas não sentia que a responsabilidade tinha sido tirada dela, porque ainda continuava na mesma rotina. Ela tinha que sair às 5 (cinco) horas da manhã, pegava vários ônibus porque a escola não era perto e ainda tinha que trabalhar. Por essa época, Zilda havia conseguido alguns alunos para dar aula, e assim ganhar algum dinheiro.

Eu saía do colégio, eu tinha que dar aula direto do colégio, tinha que passar direto pra casa de um aluno que eu tinha que dar aula pra poder conseguir dinheiro. Então eu chegava em casa 7, 8 horas da noite todo dia. E no outro dia tudo isso de novo. E dava aulas particulares, depois eu consegui mudar meu horário do colégio pra tarde e fui ser professora de educação infantil pela manhã perto de casa e de lá eu já saía também não dava tempo nem passar em casa para almoçar, já era a merenda escolar mesmo que a gente tinha que arriscar ou então levando alguma coisa de casa, uma banana, um pão, o que tivesse. Eu passava direto, já levava a minha roupa, já tomava banho lá, às vezes a diretora era muito boa e ajudava a gente, dava alguma comida, aí, era eu e a minha irmã, a gente se dividia, a gente trabalhava juntas, e a gente também estudava perto uma da outra, eu estudava numa escola e ela noutra mas bem pertinho (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020).

Os irmãos de Zilda ficavam em casa, como eram menores, estudavam no bairro onde moravam mesmo. Eles ajudavam em casa, enquanto a empregada doméstica, chamada por Zilda de menina, fazia o almoço, eles lavavam a louça para não sobrecarregar a moça, pois a mesma ainda era muito jovem e não podia ser sobrecarregada.

Aí a gente começou já ajudar também né financeiramente. A menina precisava de roupa. A gente não pagava o serviço, mas ela precisava de

roupa, precisava algumas vezes mandar dinheiro pros pais dela. Quando vinha alguém de Tianguá, a gente tinha que mandar algum dinheiro pro pai dela. E a mamãe pedia a gente e quem tivesse na hora... todo nosso dinheiro era entregue a minha mãe, todo, pra ela ver o que que podia sobrar pra gente. No final do mês ela via o que podia comprar pra gente, quando ia para Tianguá. Aí agora vamos comprar roupa pra você, comprar uma maquiagem, um sutiã, uma calcinha, essas coisinhas de meninas (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020).

Toda a organização financeira da família era feita pela mãe de Zilda. Ela recolhia todo o dinheiro e depois via as prioridades. O dinheiro do ônibus para a escola era uma prioridade. “Tínhamos que pagar ônibus todos os dias, então se a gente não tivesse o dinheiro do ônibus a gente não ia pra escola, então tinha que ser sagrado, a mamãe procurava deixar logo o dinheiro do ônibus”.

Mas, na adolescência de Zilda, quando ainda não tinha concluído nem o ensino médio, sua mãe adoeceu de câncer. Zilda foi obrigada a voltar para Tianguá com sua mãe para cuidar dela perto dos seus avós.

Eu era a única mulher que podia cuidar da minha mãe, eu não tive opção, meu irmão ficou em Fortaleza com 16 anos e eu vim com a minha mãe. Quando eu cheguei aqui foi que eu vi que eu precisava decidir minha vida e as oportunidades aqui eram muito poucas. Não tinha emprego aqui, não tinha, e aí viver dependendo do meu pai, da minha família também não tinha, não tinha condições nenhuma. Saí pedindo emprego a todo mundo, em todo canto, ninguém me deu oportunidade, e aí meu avô é que mantinha a gente em casa, né. O papai como sempre, sempre na farrá, não sobrava pra nada o dinheiro dele, a mamãe já doente, numa cama, também não podia costurar. Aí foi que, com muita dificuldade, eu consegui um emprego na cooperativa de eletrificação com o Jorge, já tava com quase um ano já aqui, estudando, estudando pra fazer o vestibular no final do ano, foi quando eu passei no vestibular, mas também não tinha como ir pra Sobral porque não tinha transporte, mas foi quando eu comecei meu primeiro emprego na cooperativa (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020).

Jorge era um homem bastante conhecido na cidade e de muita influência. Por sua vez, o pai de Zilda, que era de família tradicional da cidade, abriu portas para seu emprego na cooperativa de eletrificação do município. Antes de arrumar este emprego, Zilda pensou em casar. Era sua possibilidade de ter seu sustento, arranjando um marido.

É importante dizer que, antes de conseguir o emprego na Cooperativa, Zilda havia pensado em se casar como forma de sobreviver. Já que não tinha emprego, a única forma de se ajudar era arranjando um marido. Conheceu uma pessoa e ficou noiva. Achava que ele era a oportunidade: “O cara tinha a idade de ser meu pai” (ZILDA, ENTREVISTA EM 09.11.2020). No entanto, trabalhando na Cooperativa, Zilda conheceu um rapaz, da sua idade, que estava noivo também há 7 (sete) anos, se apaixonaram. A solução foi fugirem e se casarem.

E eu graças a Deus já tava com emprego na cooperativa, ganhava naquela época como se fosse um salário mínimo hoje, então todo dinheiro que a gente tinha, mais a ajuda do vovô de alimentação, dessas coisas, tava dando certo. E tanto que quando a gente tava com a casa alugada, quando a minha mãe morreu que eu fui entregar a casa, as pessoas tiveram pena da gente, não quiseram nem o aluguel porque quem ia pagar era o meu marido, né, porque não tinha outra pessoa pra pagar. Viram que era uma forma de ajudar a gente e como se meu casamento fosse a salvação para tudo, e de fato foi, fui eu que abriguei a família, foi o meu esposo que até hoje... Hoje, não precisa tanto, mas até meu pai hoje mora lá em casa. Meus problemas todos foram resolvidos e foi amor mesmo, não foi só pelo dinheiro não, mas o dinheiro ajudou muito, não vou negar, né. Eu era noiva, eu ia casar porque precisava sair de casa, foi quando eu conheci o meu esposo e deu certo, mas assim eu nunca esperava e a nossa vida mudou da água pro vinho (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020).

A mãe de Zilda morreu quando ela estava com 6 (seis) meses de casada. Zilda abrigou toda a família. Seus irmãos, seu pai e até a irmã que tinha casada, mas passava por dificuldades financeiras. O homem, o marido, surge sempre como uma figura central nas falas de Zilda.

Então foi muito bom assim, porque teve essa pessoa de coração bom que aceitou isso né (referindo-se a seu marido). E graças a Deus o patrimônio que construímos foi ele que deu o primeiro anzol pra tudo né. Depois eu fui fazer faculdade para enfermagem, aí foi o tempo que eu ganhei um emprego do seu Antônio Felinto para trabalhar no Estado na área da saúde, de nível médio, e a minha irmã ganhou pra parte da educação, para secretaria da educação. Então pra você ver, cada uma se descobriu né, aí pronto.

Senhor Antônio Felinto era um importante político na cidade de Tianguá e, a partir das estruturas oligárquicas que se mantinha no estado, distribuía cargos públicos para apadrinhados e correligionários. Mas isso não se dava para todos. Era preciso ser “um certo alguém” para ganhar cargos políticos, o que nos permite dizer que, embora pobre, Zilda pôde acessar os privilégios disponíveis para sua família que era reconhecida e gozava de influência social.

3.4.5.1 Zilda e as configurações a partir do casamento

Zilda se casou em 1982, um ano depois teve sua primeira filha e morava em casa alugada. Com 9 (nove) anos de casada conseguiu comprar sua primeira casa própria. Em um bairro que considera simples, na cidade de Tianguá. “Mas era a primeira casa, pra mim era um sonho. E depois disso aí sempre foi casa própria, foi melhorando, melhorando, chegou um tempo que tínhamos duas casas, uma aqui outra em Fortaleza, os filhos já crescendo precisando estudar lá” (ZILDA, ENTREVISTA EM 09.11.2020).

O marido de Zilda era bancário, servidor público do Banco do Nordeste. Aos poucos, junto com o reconhecimento social por pertencer a uma família tradicional da cidade, e com o

emprego de seu marido e o seu próprio, a vida de Zilda foi se estruturando e ganhando conforto e ascensão.

Eu já com casa própria, com emprego, porque eu já tinha o emprego do estado. Eu fiz o concurso do Estado e passei para enfermeira mesmo, eu já tava formada né. Passei no primeiro concurso que teve do Estado, assim que terminei a faculdade. Eu tive muita sorte, fui muito abençoada, consegui esse emprego, aí pronto, daí pra lá a vida só melhorou porque eu fui estudando e os cargos foram melhorando. Fui sendo secretária de saúde, diretora regional de saúde, e depois passando no concurso pra diretora da policlínica. Depois me envolvi na política, fui vereadora por dois mandatos. E a família também já toda estabilizada, o marido continua bem empregado né até hoje, graças a Deus, e os filhos também já bem conduzidos, aí uma parte dos filhos ficaram morando em Fortaleza, e nós aqui com a menor né, e pronto, fomos só melhorando, graças a Deus (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020).

Atualmente, Zilda, mora na casa que sempre sonhou, mas ela fica no bairro D. Timóteo e, a princípio esse bairro não era dos seus sonhos. Não passava por sua cabeça se misturar: “E eu nunca quis morar no bairro Dom Timóteo, porque pra nós era um bairro de risco” (ZILDA, ENTREVISTA EM 09.11.2020). Zilda tinha muito medo pela segurança, mas dois fatores a fez comprar a casa: o primeiro foi a oportunidade e o segundo foi a crescente ocupação do bairro por pessoas com quem ela se identificava socialmente: “Fui vendo que as condições das pessoas foram melhorando, embora fosse perigoso” (ZILDA, ENTREVISTA EM 09.11.2020). Zilda fez trabalhos pastorais (Zilda é católica engajada) no bairro junto com o esposo, e foi tendo experiências e vendo que as pessoas a respeitavam muito.

Eu não sei se foi o lado da igreja também a gente começou a construir a igreja lá antes mesmo de morar. Aquela igreja lá do bairro fomos nós que fomos...as primeiras pedras... até conseguir o terreno foi uma luta nossa, minha e do meu esposo, e de algumas pessoas do bairro, dos grupos da igreja. Era um trabalho pastoral que a gente fazia lá. Então, a gente frequentava muito lá porque tinha a regional de saúde e tinha um salãozinho no bairro que a gente sempre dava formação lá de noivos, de batismo, sempre a gente ia dar palestra lá na semana da família. Nós éramos casal diocesano da família e vários outros movimentos, e a gente se envolveu muito com o bairro, mesmo assim eu não queria ir morar lá, mesmo construindo a igreja e tudo. Eu não achava legal morar lá porque eu achava que não era um bairro seguro, mas aí depois quando eu fui ser diretora regional de saúde, eu comecei a mudar minha percepção em relação ao bairro, porque eles me respeitavam muito, nunca tive um roubo lá, nada, nada, nunca tinha o que reclamar, eles sempre respeitavam muito a gente. (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020)

Depois que casou, Zilda sempre teve uma empregada doméstica para fazer as atividades de casa. Ela precisava, por trabalhar fora e ter crianças, mas também isso operava como um demarcador do seu status: “Eu sempre tive uma pessoa pra me ajudar, graças a Deus, e eu sempre assim procurei pessoas do próprio bairro, principalmente do bairro Dom Timóteo, porque eu já tinha um trabalho pastoral lá, então eu já conhecia e também, principalmente agora, morando lá”.

O bairro aparece como um lugar para se procurar empregadas domésticas, para Zilda. E estruturalmente ele parece reunir as condições favoráveis para essa profissão: pessoas pobres, negras, sem estudo, precisando de uma ajuda. Zilda relata que sempre gosta de valorizar e dar oportunidade às pessoas que moram no bairro. Uma espécie de política de vida.

A gente compra pão de lá. A gente abastece o carro lá no bairro, tudo que a gente puder usar de serviço do bairro para ajudar o bairro. Nosso supermercado é feito lá. Às vezes sai até mais caro, mas assim, nem tudo né, mas uma boa parte das coisas a gente usa tudo do bairro, lavar o carro, a secretária, a padaria, aquela verdurinha de todo dia. Pessoas a mais pra me ajudar pra fazer uma faxina, quero limpar a área ao redor da minha casa eu procuro pessoas de lá. A gente tem essa política” (ZILDA, ENTREVISTA 09.11.2020).

Zilda ajuda o bairro. Seu lugar de privilégio e sua visão colonialista e superior, não a permite ver, e/ou sentir, que o bairro (com seus moradores e estruturas) lhe ajudam tanto quanto ela compreende ajudá-lo. Não precisar sair do bairro para lavar o carro, comprar pão, suprir a falta de um item alimentar de última hora, é um conforto, uma comodidade, mas para Zilda é uma bondade dela para aqueles moradores que necessitam de seus préstimos.

3.5 Histórias que se encontram: os entrelaçamentos das trajetórias

Usaremos essa seção para tecermos uma linha de pensamento que entendemos unir essas trajetórias, tão distintas, mas estruturadas a partir das mesmas marcas de privilégio. Também entendemos ser importante problematizarmos melhor essas construções de mando.

Primeiro gostaríamos de apresentar uma tabela na qual sistematizamos alguns aspectos que julgamos importante destacar e que, ao longo da história, foram e são demarcadores nas relações de subalternidade e privilégio.

Tabela 1 – Quadro comparativo dos dados das empregadoras

	Helena	Edna	Dora	Francisca	Zilda
Idade	33 anos	28 anos	33 anos	35 anos	57 anos
Cor	Branca	Branca	Branca	Parda	Parda
Escolaridade	Ens. Superior	Ens. Superior	Ens. Superior	Ens. Superior	Ens. Superior
Tipo de escola	Privada	Privada	Privada	Privada	Pública
Estado civil	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada
Renda	6.000,00	5.000,00	10.000,00	7.000,00	10.000,00
Profissão	Empresária Contadora	Empresária Contadora	Nutricionista	Empresária Professora	Enfermeira
Idade que começou a trabalhar	17 anos	21 anos	25 anos	18 anos	7 anos
Filhos	3	2	1	3	4

Fonte: elaborada pelo autor

As mulheres de nosso estudo não têm em comum apenas o fato de serem patroas. Elas compartilham marcas que trazem certa homogeneidade da elite local que tem se constituído a partir da instituição família. Discutindo o processo de estruturação e constituição da família brasileira, reproduzida pelas mulheres de nosso estudo que sempre evocavam a figura do pai e do marido como central em suas decisões e destinos, Schwarcz (2019) nos aponta que esta família se dedicou a construir sua genealogia a partir de supostas e inventadas raízes de nobreza e sustentava uma ideia de berço para justificar seus privilégios. Essa família brasileira se espelhava na família europeia.

Com o passar do tempo, no século XX e XXI embora algumas estruturas coloniais/imperiais tenham se modificado no contexto da família, como as que justificaram a saída da mulher para o mercado de trabalho, ainda é possível vermos as marcas do patriarcado vivas e atuantes. E, ao que nos parece, sofrendo deslocamentos para variados âmbitos sociais, inclusive para a relação entre patroa e empregada, numa espécie de figura simbólica do homem a partir da apropriação de certo lugar de mando que, se dando entre mulheres, precisa se utilizar de outras marcas de poder para se impor.

Uma vez que a estrutura social evoca a figura da mulher para que ocupe o mercado de trabalho, esta necessitou que uma outra mulher ocupasse seu lugar. Desde os primórdios desses movimentos,

é esperado da empregada doméstica o cumprimento das tarefas de limpeza, do cuidado da casa, das crianças, dos velhos e dos animais de forma discreta e afetiva. Com isso, os outros membros adultos podem se dedicar a atividades remuneradas fora do lar. A mãe, além de trabalhar fora, toma para si os cuidados com saúde, higiene e decoração do lar, além de amparar e gerenciar os afetos e a rede de sociabilidade mais ampla. Do marido é esperada a parte principal da manutenção econômica da família, que dará respaldo ao investimento nas carreiras estudantis e sociais dos filhos. Poucas tarefas domésticas lhes são destinadas: às vezes, faz compras no supermercado, leva algum filho à escola ou repara algo na casa ou no carro (BRITES, 2007, p. 96)

É nesse mesmo cenário que encontramos o modelo estrutural familiar das mulheres entrevistadas. Mulheres que trabalham fora, mas têm no marido a figura central e, por vezes, são dependentes deles, e que, por trabalharem fora e terem filhos, necessitaram de uma empregada doméstica para lhes servirem naquilo que elas apontam com sendo, naturalmente delas. Assim, também essa elite local “parece refletir o movimento das mulheres em direção ao mercado de trabalho no século XX, passando a ocupar posições mais relevantes no mercado de trabalho” (PESSOA JR, 2009).

Outra questão importante do patriarcado, que vemos presente nas trajetórias dessas mulheres, é a ideia do bom senhor e da boa senhora, estruturante, na sociedade brasileira, das

relações entre patroas e empregadas. Na trajetória dessas mulheres a reprodução do patriarcado e do esforço para manter a família aparece como meio de organização.

O papel da mulher se definia na obediência ao mandonismo patriarcal (SCHWARCZ, 2019) ao senhor e exclusiva dedicação à família. Contudo, as mulheres da pesquisa em um movimento de ruptura estão buscando ascensão e para isso, precisam de outras pessoas para estarem, em seu lugar, responsáveis pelos serviços domésticos e cuidado dos filhos.

Outra característica comum entre elas é o fato de serem católicas, compartilhando de um modo de ver as relações de servidão historicamente estruturadas e justificadas no Brasil. São brancas e, até mesmo as que se disseram pardas, não tinham certeza se eram pardas ou brancas. Mas o que é mais notório em suas trajetórias é que, no que se refere aos seus processos de organização da vida e das conquistas, foi fundamental a existência de pessoas influentes que serviram como um valor agregado para as conquistas. Isso vai ao encontro do que nos fala Bilac (2001) ao defender que, hoje as elites são recrutadas a partir de demarcadores como: nascimento, formação superior e ajuda de familiares e amigos influentes.

As mulheres da elite local compreendidas neste estudo, passam a ocupar lugar de mando, não somente porque podem pagar uma empregada, mas pelo pertencimento a famílias tradicionais que as credenciam a assumirem posições de mando (PESSOA JUNIOR, 2009).

Isso fica ainda mais significativo quando visto a partir do contexto social cearense, em que a família historicamente é uma marca identitária e serve como meio de acesso aos lugares de privilégio, fundamental como elemento para nossa compreensão da elite.

(...) em um meio social como o cearense, onde a família e os valores tradicionalmente a ela associados persistem como universo sagrado de referência, não se pode menosprezar seu significado na estruturação da ordem simbólica, na criação de valores e na própria reprodução do poder econômico e político (CARVALHO, 1999, p. 75).

O fato de serem todas formadas e trazerem em suas raízes familiares reconhecimento social também denotam essas marcas de privilégio próprio das elites que nos apontam Bilac Bilac (2001). Nenhuma das mulheres deste estudo ascendeu socialmente por mérito, ainda que para elas tentem dizer ter sido isso. Todas foram beneficiadas pelas estruturas familiares, principalmente, a figura paterna, ainda que indiretamente, o que nos aponta para o modelo oligárquico presente na sociedade brasileira e cearense (PESSOA JUNIOR, 2009).

Como nos dirá Bourdieu (1996) os indivíduos incorporam a si certas posições sociais, construídas e transmitidas socialmente, que vão conduzindo suas trajetórias individuais e seus modos de agir no meio social. As mulheres deste estudo percebem a desigualdade social como uma realidade na sociedade brasileira, mas não se percebem como parte dos processos de reprodução que sustentam essa pirâmide. “O silêncio, a omissão, a distorção do lugar na

situação das desigualdades raciais no Brasil tem um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana” (BENTO, 2002, p. 6).

A trajetória das mulheres demonstra um caminho que certamente não poderia ser trilhado por suas empregadas, e isso é fundamental percebermos. Suporte paterno e tradição familiar, reconhecimento social, acesso a bens e a cultura fizeram com suas portas estivessem mais abertas que outras portas. Isso denota a estrutura da desigualdade no Brasil, uma vez que a “mão de obra escrava, divisão latifundiária da terra, corrupção e patrimonialismo, em grandes doses, explicam os motivos que fizeram do país uma realidade desigual (SCHWARCZ, 2019, p. 127).

Nesse mesmo sentido, também é importante ressaltar que essas mulheres têm, no estudo, a maioria em escola/faculdade privadas, uma marca de privilégio que as identifica e que as coloca em um lugar oposto às suas empregadas que, além de terem baixa escolaridade, encontram na escola pública a única possibilidade de educação. Mas para além do privilégio que o dinheiro lhes permitiu ter acesso no que toca a escolarização, o que mais as colocam no mesmo lugar estruturante das desigualdades entre patroa e empregada, é o fato de não reconhecerem esse privilégio. Para elas, a condição de terem cursado uma faculdade é graças ao seu esforço pessoal e desejo de crescimento, o que, implicitamente, no jogo dicotômico da sociedade capitalista, coloca suas empregadas no lugar de desinteressadas, sem grande inteligência, preguiçosas para o estudo, o que até justificaria a precariedade de sua profissão.

As trajetórias das mulheres deste estudo são trajetórias prósperas, mas que nos fazem vê-las no jogo das desigualdades e dos privilégios, uma vez que “o fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial (...)” (SCHWARCZ, 2019, p. 126), o que determina o nível de acesso aos direitos básicos como saúde, educação, moradia e lazer, fazendo com que as condições de vida de patroas e empregadas não possam ser visto apenas pela ideia do esforço pessoal e, a não percepção dessas estruturas, é a forma mais cruel de manter tais estruturas vivas, pujantes e mantenedoras das desigualdades, que alguns conseguem chamar de mérito.

3.6 Considerações Finais de Estudo 1

Os primeiros pressupostos que gostaríamos de abordar nestas considerações são as marcas que estas mulheres carregam por sua raça e sua classe social, que as permitem ocupar lugar de privilégio. Com acesso a certa estrutura e condição econômica que as tornaram

“diferentes” das outras mulheres que ocupam o lugar precarizado e estigmatizado da empregada doméstica, ou seja, que as tornaram de uma certa elite. Suas trajetórias, que apontam para o lugar que elas habitam, lugar histórico e estruturado por forças colonialistas vivas ainda hoje na sociedade brasileira, que as fazem “melhores”.

Não entendemos, ingenuamente, que essas mulheres seriam iguais, se comparadas às suas empregadas. Já entendíamos que suas trajetórias abarcavam uma distância social, uma vez que se compreende que existe uma diferença significativa entre elas no que toca os níveis de consumo e de apropriação dos processos culturais, o que também encontra reflexo na organização familiar, nas concepções religiosas e políticas e no acesso a condições de saúde.

Aqui lhes apresentamos as trajetórias de mulheres brancas, abastadas, cujas famílias, ainda que não possuíssem tanto dinheiro, possuíam reconhecimento social e faziam parte do rol das famílias nobres e tradicionais de suas cidades de origem. Mulheres que tiveram acesso a privilégios e puderam viver plenamente as diversas fases da vida (infância, juventude e agora vida adulta) por possuírem empregadas que ajudavam na lida da casa, em alguns ou vários momentos de suas vidas.

Por muitas vezes foi possível percebermos como as lembranças das empregadas eram carregadas de sentimentos, mas as marcas do aparato cultural a que elas têm acesso, e que operam como contingentes para suas visões de mundo, acabam naturalizando seus lugares de privilégio, não sendo possível acessar isso como tal, mas como esforço e/ou sorte.

Quando atentamos para as estruturas que tais mulheres têm acesso por meio da herança cultural dessa sociedade que desacredita e desvaloriza qualquer “outro” que não tenha privilégio, vemos também que se pode, por vezes, ocupar tanto o lugar de oprimida como de opressora, ao mesmo tempo, quando olhamos considerando as marcas do patriarcado. As novas moradoras do bairro (as patroas), embora sustentem esse lugar de poder frente às empregadas domésticas, por exemplo, sofrem opressões em outros cenários de suas vidas como na relação com os companheiros, a desconfiança do mercado em relação às suas competências, etc... traduzindo a herança cultural brasileira patriarcal machista que limita o lugar de mando das mulheres às suas casas. Daí a importância de perguntarmos sempre acerca dos movimentos que fazemos e dos lugares que ocupamos a partir deles.

No jogo de perpetuação das desigualdades, as patroas não conseguem questionar e/ou reconhecer a herança cultural, colonial, patriarcal e capitalista que carregam enquanto mulheres, brancas da classe média/ elite local. Ecoando assim, o sistema que domina e oprime.

No entanto, entendemos que reconhecer-se com privilégios é uma condição indispensável para uma ruptura com os atuais padrões de poder. Pensar de que forma, subjetivamente, foram capturadas por essa ideia de supremacia diante de “uma igual”, enquanto mulher, é o disparador para os próximos movimentos que nos aguardam nessa trajetória decolonial, que busca problematizar sempre as perpetuações de estruturas de dominação de uma pessoa em relação a outra, justificadas a partir de marcadores como morar em certo lugar desprivilegiado, ser mulher, negra e pobre.

Essas mulheres operam como elite e têm suas trajetórias construídas a partir da macro estrutura social de privilégios e estão vinculadas, em meio a heterogeneidades, por trajetórias marcadas pela reprodução das riquezas dos familiares, na figura do pai, outras vezes porque suas famílias são historicamente elites e por uma marca mais recente da elite que se constitui a partir da construção de negócios e por isso se tornam elite.

Também entendemos essas mulheres enquanto elite local, que se comporta como elite, na verdade, fazem uso de estruturas que lhes permitem se sentirem melhores do que outras, como um “*habitus*”, um “*modus operandi*” que as permite sentirem sensação, que se sustentam na medida em que também sustentam estigmas e preconceitos de classe, uma meritocracia que estruturam os discursos e as relações dessas mulheres com aquelas que lhe são subalternas.

4 ESTUDO 2: O LUGAR DE PATROA BRANCA: REGULAÇÕES E AFETOS NO CONTEXTO DO TRABALHO DOMÉSTICO

4.1 Introdução

Este estudo procura refletir sobre as regulações estabelecidas na relação patroa-empregada no contexto do trabalho doméstico. Essas regulações articulam manutenção de mando alicerçadas pelo patriarcalismo. Refletiremos sobre essas regulações estabelecidas pela patroa a partir do contexto de branquitude, que sustenta um lugar de superioridade em detrimento de outro inferiorizado, a empregada doméstica.

As pesquisas sobre o trabalho doméstico, de modo geral, se debruçam no debate sobre as questões de desigualdade social, abordando as questões de raça, classe e gênero. Geralmente, traz como objeto central de estudo, aquele que ocupa o lugar do subalterno, ocupado pela empregada doméstica. Em sua maioria, no contexto brasileiro o trabalho doméstico é feito por mulheres, pobres e negras.

Queremos trazer para o centro das discussões deste trabalho, não o subalternizado na pessoa da empregada doméstica, mas a patroa, nesse contexto, a privilegiada. A patroa representa uma minoria da sociedade brasileira, que tem se organizado a partir da ideia de raça (NOGUEIRA, 1985). E essa minoria tenta sustentar, sobretudo uma suposta capacidade de ser superior, e se vê como modelo social a ser almejado. Seus valores e hábitos segregam pessoas em grupos privilegiados e não privilegiados por trazerem marcadores raciais e de classe (LABORNE, 2017), instituídos a partir do contexto patriarcal cristão.

Como nos afirma Fanon (1961), a sociedade ocidental se estruturou através do racismo e o trabalho doméstico traz como escopo as configurações dessa sociedade. A figura da patroa, que se comporta como a dona do poder e a outra figura, submissa a esse poder. A configuração desse trabalho, onde um se sobrepõe a outro para se manter em lugar privilegiado representa a histórica colonização nacional. A mesma estrutura que organiza essa categoria de trabalho é também a mesma que a sociedade global se utiliza em seu projeto de modernização como denuncia Wallerstein (1990) criou-se uma das mais perversas invenções: o racismo para dar base ao projeto das classes dominantes.

O racismo se tornou um mecanismo de estratificação social que passou a organizar o mundo moderno estruturando-o através de relações de dominação. Há modos de vidas polarizados de superioridade/inferioridade baseados na criação da raça que força o pêndulo social que temos até os dias de hoje, diferenciando e classificando a humanidade em humanos e não humanos, ou brancos e não brancos. Sabemos que são vários fatores que acentuam e

justificam essa classificação, de forma a estarem envergados e interseccionados, como marcadores de classe, de raça e de gênero.

Nos atentaremos, então, para as desigualdades e hierarquias do capitalismo globalizado a partir do encontro de duas mulheres no interior do lar (BERNARDINO-COSTA, 2012). Desvelar os modos que sustentam os lugares de mando da patroa é necessário. Analisar como ela se coloca como a única que autoriza e que diz quem pode ou não ser autorizado/a a ser com seu próprio modo de existir, de sentir e de se comportar. As patroas, a partir do patriarcalismo, mesmo sendo algo de processos de subalternização quando ocupa o lugar da mulher, que é inferiorizada pelo homem, reproduzem na relação empregadora e empregada, o lugar de mando e poder, legitimado para e pelo homem.

As regulações impostas pela patroa envolvem todos os âmbitos da vida social, como deve se comportar no trabalho, como deve se comportar na geografia da casa, como devem ser os horários, como deveria se capacitar, como deveria se vestir, enfim, a patroa se coloca em lugar superior que a capacita a dizer a melhor forma, nessa relação, da outra pessoa ser, nesse caso, a empregada doméstica.

Então, questões que envolvem desde o corpo até com quem se deve relacionar, são subjetivamente tocadas nessa relação empregadora e empregada doméstica, onde a empregada doméstica é limitada pela empregadora. Essa relação do trabalho doméstico entre patroas e empregadas domésticas, originária do modelo escravocrata, produz discursos e comportamentos de regulação sobre como deve ser a vida laboral, afetiva, íntima das empregadas domésticas.

Levando em consideração que

A ideia de colonialidade estabelece que o racismo é um princípio organizador, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas de seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano) (GROSFOGUEL, 2019, p. 59).

Quando trazemos os discursos elitizados da patroa sobre o trabalho doméstico, evidentemente, percebemos esses, numa ideia de esforço pessoal, de mérito, de luta para vencer os desafios da vida econômica. Essa elite, a partir de um lugar autorizado por ela mesma, julga que seus privilégios foram conseguidos por seus esforços, ao contrário do que acontece com a empregada doméstica, que apresenta, na visão dessa elite, como sendo resultado de uma falta de esforço. Para essa elite, que “não recebeu nada de graça” e que tiveram que se esforçar para terem os privilégios e vantagens que usufruem, as experiências

coletivas são inexistentes e é defendido um discurso neoliberal a favor de setores privados (SOUZA, 2015), validando esforços individuais que invisibilizam suas estruturas basilares de vantagens e privilégios.

“O serviço doméstico proporciona o encontro de classes desiguais numa sociedade cada vez mais marcada pela segregação e o medo do ‘outro’ ” (BRITES, 2000, p. 12). Muitas vezes escutamos argumentos que tentam sustentar que o racismo é um problema advindo só da situação econômica, quando na verdade é uma junção, uma intersecção entre classe econômica, raça e gênero. Contudo, "nossa sociedade foi organizada com estruturas de dominação que não se esgotam só na situação econômica, mas em estruturas religiosas, políticas, pedagógicas, epistêmicas, espaciais, linguísticas, sexuais e de gênero” (GROSGOUEL, 2019, p. 61).

4.2 Marco Teórico

4.2.1 Em busca dos fios estruturantes da complexa relação entre patroas e empregadas domésticas

4.2.1.1 Breve história da servidão: escravismo, gênero, religião e raça

Buscaremos percorrer um caminho de historicização deste que é um dos fenômenos sociais mais antigos quando visto pela marca da subserviência. Parece ter existido, desde tempos muito antigos, práticas que colocaram seres humanos à serviço de outros, quase sempre por considerá-los inferiores, por dívidas impagáveis, por terem perdido guerras, ou por serem mulheres e, mais recentemente na história da humanidade, por sua cor.

Iniciaremos por um caminho histórico que a partir da leitura eurocentrada e ocidental, e que talvez pretensiosamente, seja parte ou o todo, da história oficial. Contudo, se iniciamos por aqui é por dois motivos. O primeiro, pelo fato de entendermos que, de alguma forma, essa história deu e dá suporte para práticas de colonialidade em termos gerais, e de uma colonialidade do saber (BALLESTRIN, 2013). Justificou e sustentou práticas expansionistas pela Europa e, por outro, porque, sendo uma literatura mais expansiva, traz elementos para entendermos as nuances por ela apresentada para tentarmos elaborar um movimento, certamente, de desconstrução desta.

Quando olhamos para a história tradicional, alguns registros iconográficos, poemas e epopeias, além de registros do cotidiano, vão indicar que os serviços domésticos, ligados aos afazeres de casa, estavam, em sua maioria, atrelados à figura das mulheres que desde as comunidades mais antigas, mas também nas sociedades clássicas europeias e orientais, foram responsáveis por este papel social (KNAPIK, 2005). Na Grécia clássica, por exemplo, os

escravizados, que se sujeitavam a esta condição por dívida ou por guerra, também o eram (BALLESTRIN, 2013) por raptos. E quando o escravizado, por qualquer um destes motivos, eram mulheres, estas se tornavam escravas domésticas (VEMANT, 1989).

Mas de que nos importa essas demarcações iniciais? Primeiramente, para afirmar, neste movimento interseccional, que as mulheres foram, pelo menos grande parte delas, desde as mais remotas civilizações ocidentais, ocupantes do lugar e dos afazeres domésticos. Estes lugares eram inferiorizados, portanto quem os fazia também era inferiorizado, independente de serem escravizados ou livres. Também nos é importante, situar que, as mulheres quando escravizadas, não eram só questões raciais que demarcavam esta condição, pelo menos neste momento da história, inclusive, muitas eram brancas.

Os engendramentos e articulações da colonialidade do poder, como já discutido neste trabalho, sustenta(va) as divisões sexistas do trabalho, deslocando-as para uma divisão sexista e racial do trabalho. Dessa forma, de acordo com esse padrão de poder, impostamente, universalizado, sexo, trabalho e raça foram se desenvolvendo intrinsecamente associados, estrutura que perdura até os dias de hoje (QUIJANO, 2005). Daí ser necessário entendermos como as escravizadas e, conseqüentemente, os serviços domésticos, ao menos no contexto do Brasil, se tornaram, além de um serviço, em grande parte, executado por mulheres, um serviço de mulheres negras e pobres.

O que seria então condição para se ser escravizado? Seria não possuir alma. Duhot (2004, p. 39) vai nos dizer que “o escravizado não é um ser humano no sentido pleno”. Ora, segundo Aristóteles (2002), em sua teorização da escravidão natural, esta tornava-se justa para alguns homens devido suas deficiências inatas (naturais) que deformava a beleza e a virtude da alma. Para Aristóteles (2002) o escravizado, embora fosse um homem, seria um homem com pouca alma. Seria capaz de perceber as coisas do mundo, mas não usaria bem a razão e teria, portanto, pouca diferença em relação aos animais. Isso traria certo perfil de justificativa para o senhor e o escravizado. É aqui que vemos a primeira empreitada de tomar alma como medida do poder de um ser humano sobre o outro.

Para Aristóteles (2002) todos os seres, desde o dia de seu nascimento, estariam marcados, pela natureza, para comandar ou para obedecer, e isto estaria inter-relacionado com a submissão do corpo à alma. Ou seja, aqueles que se entregassem às inclinações viciosas, neles a alma não submetia o corpo e, por isso, haveria um erro da natureza, apontando assim os que haviam sido naturalmente criados para serem escravizados.

Aristóteles também nos diz que havia os escravizados de guerra, que adquiriam certa dívida impagável por terem sido (por certo povo) derrotados. Mas o que garantiria a retidão

deste ato de escravidão, seria o fato de que “jamais um homem de bom senso tratará como escravizado um homem que não mereceu a escravidão” (ARISTÓTELES, 2002), apontando para o fato de que, nem todos dentre os que eram pertencentes ao povo derrotado, deveriam ser escravizados. Seria preciso identificar quais homens a natureza havia destinado para tal condição.

Essa perspectiva parece ter sido uma argumentação que fez eco em outras culturas e entre outros povos. Entre os Judeus, por exemplo, os escravizados também eram presentes e estruturantes desta sociedade. Neste contexto, a escravidão era significada como uma oportunidade de justificação de um desvio, um pecado, por meio do qual o escravizado seria levado a sua redenção, onde a figura do senhor passa a ser uma figura do plano divino (OLIVEIRA, 2007). O escravizado, portanto, seria uma espécie de alma desviante, menor que as demais.

No Novo Testamento, por exemplo, é possível encontrarmos o Apóstolo Paulo a insistir em algo que seguia nessa compreensão de que o escravizado cumpriria um desígnio salvífico para sua alma, e deveria, não só cumprir bem, mas cumprir com alegria:

Vós, servos, obedeci em tudo a vossos senhores segundo a carne, não servindo só na aparência, como para agradar aos homens, mas em simplicidade de coração, temendo a Deus (BÍBLIA SAGRADA, COLOSSENSES 3, 22, 2008).

Vós, servos, obedeci a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor, na sinceridade de vosso coração, como a Cristo. Não servindo à vista, como para agradar aos homens, mas como servos de Cristo, fazendo de coração a vontade de Deus (BÍBLIA SAGRADA, EFÉSIOS 6, 5-6, 2008).

Vale registrar que o Apóstolo Paulo era um Judeu helenista, que nascera no berço da cultura grega e, portanto, passou a ser também um cristão helenista. Não é novidade alguma que o cristianismo, que foi berço e suporte ao processo de colonização, em seu nascedouro e nos séculos posteriores, sempre admitiu a escravidão e, buscou, a partir da própria história judaica, justificar tal situação, sendo base para a implementação dos processos de colonização. Consideramos muito importante nos demorarmos aqui um pouco por ser a cultura europeia, que contestamos neste trabalho, vinculada e erigida, em seus mais diferentes momentos, por forte influência desta tradição greco-romana-judaica-cristã.

(...) cristianismo sempre admitiu a existência da escravidão no mundo. Pregadores e teólogos da Antiguidade e da Idade Média decerto lamentavam que a comunhão fraterna entre os homens se visse minada por tão cruel instituição, mas atribuíram-na aos desígnios de Deus, às purgações que uns e outros deveriam sofrer no “vale de lágrimas” da existência humana. Resultante da primeira queda, a escravatura era tida como castigo devido aos homens por sua propensão ao pecado, herdeiros todos do erro de Adão (VAINFAS, 1988, p. 50).

É necessário indicar que os escravizados na sociedade judaica de Paulo ainda não estavam vinculados a uma marca racial. Era a decadência do pecado, o vínculo ao pecado de Adão, como uma espécie de natureza pecaminosa não dominada (aos moldes gregos) que fazia com que a pessoa tivesse uma inclinação ao desvio moral, que justificava a escravidão. Mas foi a partir desta cultura, dos deslocamentos que ela sofreria na teologia futura, que tais marcas puderam ser perpetuadas. Foi ele próprio, Paulo, ao tratar isso em ao menos duas de suas epístolas, que favoreceu fundamentos bíblicos (fundamentos dogmáticos para os cristãos) para a escravidão que passou a existir como lícita e justificável no mundo cristão europeu do qual tratamos aqui.

Os cristãos, mesmo após a ruptura com os judeus, mantiveram-se fiéis a muitas das tradições destes. Dentre elas estava a escravidão e mais, o modo de justificar tal ato, inclusive recomendando que os senhores fossem bondosos e afetuosos, como recomendava as escrituras em Efésios 6, 9, que os senhores fossem cordiais com seus servos, abandonando as ameaças, tratando estes como Deus os trataria, já que para Ele não há acepção de pessoas. Essa contradição bíblica, marcada pelo fato de existir uma pessoa que ocupe um lugar de inferioridade frente ao outro e se tornar escravizado, embora Deus não faça acepção de pessoas, é justificada pelo fato de “o servir” fazer parte do projeto de pagamento do pecado, e conseqüentemente do projeto salvífico.

Em Santo Agostinho, grande nome da teologia do século IV, também encontraremos uma concepção de justificação da condição de escravizado por meio da inclinação que algumas pessoas teriam ao mal, ou ainda por fazerem parte de uma linhagem decaída.

Pregando numa época em que a escravidão era ainda fundamental no mundo dos Césares, ou escrevendo em meio ao colapso do antigo escravismo, cuidaram de adaptar a doutrina e a moral à realidade de seu tempo. E se julgaram, à semelhança dos estóicos, que a escravidão contrariava a natureza humana criada por Deus, legitimavam-na como resultado da desobediência do primeiro homem seduzido por Eva. A escravidão se afigurava pois como castigo divino e, ao mesmo tempo, como verdadeira graça dos infelizes que, renunciando conformados à liberdade terrena, abriam largo caminho em busca de Deus (VAINFAS, 1988, p. 51).

Santo Agostinho acreditava serem justas as agonias dos escravizados, uma vez que pior seria a escravidão do pecado. Para ele, a escravidão era, ao mesmo tempo, uma penalidade e um remédio contra o pecado (DAVIS, 2001).

Por meio de uma de suas obras clássicas, *A cidade de Deus* (AGOSTINHO, 2002), Santo Agostinho teve um papel fundamental no processo de certa legitimação da escravidão e, inclusive, para a futura escravidão da população negra. Ele vai discorrer sobre a descendência de Adão, como origem do mal e da inclinação dos homens ao pecado, mas também vai

progredir em sua análise propondo uma genealogia da descendência de Cam, filho de Noé, que ao zombar da nudez de seu pai, fora amaldiçoado e constituiu descendência decaída.

Santo Agostinho seria também pioneiro na demarcação da genealogia dos cativos, observando, na célebre Cidade de Deus, que o primeiro registro bíblico da palavra servus ocorrera a propósito da maldição de Noé contra seu filho Cam, culpado de escarnecer da nudez do próprio pai, e condenado à escravidão perpétua juntamente com sua descendência - argumento caríssimo aos vários letrados católicos da modernidade (VAINFAS, 1988, p 51)

Esse movimento de interpretação paulina, seguido por Santo Agostinho, seria dominante em toda a Idade Média e foi neste período também, segundo Medeiros (1985) que o termo Cuxe, usado no Antigo Testamento para se referir a um dos filhos de Cam, posteriormente foi usado para se referir ao lugar para onde teria ido sua descendência. Por vezes, referenciado como Etiópia, Cuxe estaria supostamente localizada em uma grande área compreendendo o norte do Sudão, o sul do Egito e parte da Etiópia, Somália e Eritreia. Por ser um território ocupado por negros, Cuxe passou a ser sinônimo também de homens de face queimada.

Em meados dos anos de 1200, as questões referentes à legitimidade de se ter escravizados voltou a ser discutida pela teologia, agora no contexto da teologia moral escolástica de Tomás de Aquino, que buscava fazer ligação entre as perspectivas aristotélicas e as verdades de fé.

Convencido de que Aristóteles tinha razão ao dizer que alguns já nasciam potencialmente escravizados, Tomás de Aquino esteve a ponto de contrariar a sólida tradição estoíca e cristã, segundo a qual a escravidão era oposta à natureza generosa e fraterna dos homens. Fiel à teologia moral dos Padres, mas empenhado em cristianizar a filosofia de Aristóteles, o autor da Suma Teológica conceberia a escravidão como oposta somente à primeira intenção da natureza, mas não à segunda, que se ajustava às capacidades limitadas do homem (VAINFAS, 1988).

Aos poucos, a correlação entre a narrativa bíblica da descendência de Cam e a suposta localização desta descendência em um dado lugar geográfico, acabou por agregar cor e pecado. O que vemos, aos poucos ser construído, é uma lógica em que, a condição de escravizado, pessoa inferior por uma natural inclinação ao mal, não mais é vista por uma ordem individual, mas passa a estar situada num certo povo, uma descendência que, coincidindo (ou não) como aqueles que eram negros, passa a legitimar passíveis de escravidão, tal povo, como pena que assume um caráter histórico, mas também para sua própria salvação. Aos poucos a cor vai se tornando marca de identificação dos que são de descendência decaída e de natureza inferior.

Macedo (2001) vai nos dizer que na crença medieval, de Santo Agostinho, passado por Alberto Magno e chegando em Tomás de Aquino, a cor negra foi associada ao mal, enquanto o branco era associado a pureza, verdade e perfeição espiritual. A cor negra seria disso a oposta, chegando a ser considerada a cor do diabo. Macedo (2001), apontando para esse entrelaçamento das muitas marcas que trouxemos até agora (escravizado/descendência decaída/negro) vai nos dizer que, por muito tempo, ainda no século XIV o diabo era retratado como um “etíope negro” que carregava traços humanos e de anfíbios.

Oliveira (2007) considera o pensamento escolástico como uma miscelânea destas tradições, e que fundamentou a escravidão na modernidade de forma a edificar um modelo que ainda seria sustentado pelas marcas do antigo regime. A força da tradição que localizava uma descendência decaída no norte da África que passou a considerar os negros como seres humanos menores, passíveis, pela natureza decaída, de serem escravizados, fica mais evidente quando se junta nestas análises a resistência que se criou, em certo momento, por se escravizar os índios, por exemplo.

Afonso X (1906), monarca do reino de Castela, conhecido como “o Sábio”, ao tentar empreender um movimento de unidade do seu reino, passou a escrever algo que pudesse servir como base para a história da humanidade, baseando-se nas narrativas judaicas/greco/romana antigas, até os idos de 1280. Nesse percurso, uma de suas centralidades foi a história da península ibérica, onde estava situado o reino de Castela.

Para tentar construir um vínculo histórico da conjuntura espanhola, Afonso X vai recorrer às narrativas mitológicas do Gênesis profundamente influenciado pelos ares medievais, recorrendo às perspectivas do éden, indo ao dilúvio, onde rememora a figura de Noé e seus filhos, incluindo Cam e sua descendência, chegando até a narrativa da torre de Babel.

Nessa construção da história espanhola, Afonso X faz o mesmo movimento de territorialização da descendência corrompida de Cam, afirmando, categoricamente e oficialmente que os povos da África carregavam as marcas da natureza decaída:

Los sabios que escrivieron todas las tierras fizieron dellas tres partes: e a la una que es mayor pusieron nonbre Asia, e a la outra Affrica, e a la tercera Europa... Que pues que desampararon aquellos de fazer la Torre e derramaron por el mundo, los fijos de Sem, ell hermano mayor, heredaron Asia, mas non toda; los fijos de Cam, ell hermano meridiano, heredaron toda Affrica; mas los fijos de Japhet, ell hermano menor, començaron a heredar desde Amano e Thoro que son dos montes en la tierra que es llamada Cilicia, e de Siria la Mayor, que son Amas en Asia, et heredaron a buelta com ellas toda Europa desde la grand mar, que cerca toda la tierra, que es llamado en griego Oceano, fasta la otra mar que llaman Mediterraneo (AFONSO X, 1906, Tomo I, p. 5).

O projeto de escravidão, embora tenha tentado expandir-se para outros povos, como os indígenas por exemplo, manteve na figura dos africanos (negros) sua potência, fomentado por essa perspectiva de natureza decaída. O racismo religioso (GROSFOGUEL, 2016) apresentou a grande discussão balizada pela igreja católica, tendo como pauta se os povos originários teriam alma ou não. Os Jesuítas, por exemplo, em um discurso racista colonial passaram a crer, depois de um tempo, que os índios eram livres pela natureza e que poderiam ser convertidos para o cristianismo porque não eram sem alma. Por isso, por terem alma, não se equiparavam aos negros que tinham condição de escravizados pela natureza decaída.

Nesse contexto, as marcas do cristianismo, através da igreja católica, berço e suporte da colonialidade, estão profundamente implicadas no projeto eurocêntrico de escravidão dos negros. Foi dentro da igreja católica que aconteceu o primeiro debate racista do mundo. Entre os teólogos Bartolomé de Las Casas, que defendia que os índios tinham alma, só tinham que ser catequizados, e Gines Sepúlveda, que afirmava o contrário, que os índios não tinham alma e, portanto, poderiam ser escravizados. O debate teve como desfecho as colocações de Las Casas, a partir daí, para a Igreja os povos originários tinham alma, e, portanto, seria pecado escravizá-los e para Deus não era admissível. Com esse episódio dá início o perverso racismo de cor (GROSFOGUEL, 2016). Torna-se nítido esse nosso argumento quando vemos que os Jesuítas conseguiram, “em 1537, que o Papa Paulo III instituísse a liberdade dos ameríndios, proibindo que fossem escravizados” (OLIVEIRA, 2007, p. 360).

Como vem nos dizer Grosfoguel

institucionalizou-se, de modo ainda mais sistemático, a ideia de raça. O racismo institucional consolidou-se como princípio organizador da divisão internacional do trabalho e da acumulação capitalista em escala mundial. Enquanto os “índios” eram dispostos pela *encomienda*, sob um regime de trabalho imposto, os africanos, classificados como “povos sem alma”, eram trazidos para as Américas para substituir os “índios” no trabalho escravizado. (2016, p. 39).

Embora haja quem defenda que a Igreja não foi escravocrata e que não fazia distinção entre pessoas, entendemos que “a posse de escravizados pelo clero, por sua vez, convertia-se no melhor exemplo de legitimidade da prática. Assim, a Igreja, tanto doutrinariamente, como exemplarmente, defendeu a existência da escravidão [...]” (BADILLO, 1994, p. 60) e, como vimos, a própria historiografia e teologia cristãs contribuíram para a construção da justificativa e legitimidade da escravidão negra, associando estes, e suas práticas (cultos, ritos, hábitos) ao demônio.

Aqui nos aproximamos do cenário colonial latino, americano e brasileiro, demarcado por grandes proporções escravocratas como projeto de desenvolvimento, justificado

amplamente pela histórica natureza, pela fé e pelos anseios capitalistas de expansão territorial e aumento dos lucros. E neste trabalho, a figura da mulher, escravizada, negra, responsável pelos serviços domésticos, surge no contexto desses discursos que, capilarizados, garantem a perpetuação, ao longo dos tempos, das estruturas patriarcais cristãs. A ideia sexista e eurocentrada de que havia uma natureza decaída que precisava ser castigada no corpo, erigia um modelo de dominação onde a Europa, sua cultura, seu modo de viver, o conhecimento construído e sua estrutura política e econômica, eram mais civilizados. Dessa forma, esse modelo autorizou a Europa, operar para salvar os povos da selvageria em que vivem, podendo assim, impor sua realidade às demais civilizações.

A América Latina, colonizada a partir do projeto ibérico (greco-romano/cristão/capitalista), alicerçada na lógica das justificativas que mencionamos anteriormente, se utilizou, de “consciência tranquila”, sob uma atmosfera de certo favor aos colonizados e nenhum constrangimento em escravizar negros, da retórica eurocêntrica e da força para colocar em prática, o maior projeto escravocrata. Milhares de homens e mulheres foram arrancados de suas terras, de suas famílias e de seus modos de existir para serem levados, muitas vezes de forma violenta, à terras que não eram suas e que tinham que trabalhar como se fosse.

Eram eles, parte estruturante e fundamental, através de seus serviços extremamente escravizantes, ao menos no que se refere ao Brasil, da colonização e do domínio territorial, já que a coroa portuguesa “com dificuldades de governar o vasto território brasileiro, distribuiu a vários senhores, a quem poderiam delegar, extensos territórios, dessa forma, o Brasil foi sendo colonizado (...)” (SCHWARCZ, 2019, p 41). Os donatários, pessoas que recebiam uma capitania hereditária, seguindo o mesmo modelo medieval dos feudos, para darem conta das vastas porções de terra, se utilizaram da mão de obra escravizada, para os afazeres cotidianos, mas como marca de poder e riqueza (SCHWARCZ, 2019). Os escravizados negros possibilitaram, com seus serviços e com sua condição de escravizados, a própria estruturação da figura do homem branco fidalgo e, conseqüentemente, da própria Europa e de suas riquezas.

Os escravizados negros se configuraram, no século XVI, como a propriedade mais lucrativa para os senhores de terras. Eles eram a chave da prosperidade, mas também poderiam ser a causa de grandes prejuízos. Muitos morriam de pestes e esse negócio poderia ser a ruína do senhor de engenho (FAORO, 2001). Não desejamos aqui trazer afirmações que dêem conta das inúmeras particularidades da vida cotidiana dos escravizados. Certamente,

havia situações que escapavam ao que aqui afirmamos, em certo momento desta história. Mas falamos a partir de uma lógica que se impunha, de modo generalístico.

Para o capitalismo eurocêntrico era um péssimo negócio perder negros, fossem pelas fugas, fossem pelas doenças, e estas, eram muito comuns. Também é importante ressaltar que a escravidão objetificava os negros. Eles não eram vistos como seres humanos, por isso mesmo, o que traremos a seguir, é visto por nós, como mera retórica deste projeto eurocêntrico de construção da verdade.

Em dado momento do curso escravista, pressionado por alguns movimentos abolicionistas europeus (que também estavam vinculados a outras lógicas capitalistas) e pelo crescente número de vitórias conquistadas pelas rebeliões negras, à exemplo da Revolução de São Domingos em 1791 (SILVA, 2019), foram geradas demandas para a coroa portuguesa. No que toca o forjar de respostas quanto a uma suposta melhoria da vida dos negros escravizados, desde o transporte nos navios negreiros, à vida cotidiana na colônia. Se trazemos isto no contexto deste trabalho, é por entendermos que isso, se constitui uma das primeiras narrativas que possibilitará o surgimento da “suposta afetividade” entre senhores/as e escravizado/as, responsável, ao lado do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento (LIMA; VALA, 2004), pelo que se conhece como racismo cordial, próprio da realidade brasileira.

Partimos do registro histórico intitulado “Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa da África e o Brasil”, lida em 1793, e publicada em 1812. Nele, Luís Antônio de Oliveira Mendes busca orientar a sociedade escravocrata portuguesa acerca do que ocasionava o prejuízo com a morte dos negros, e quais cuidados se deveria ter com a “mercadoria” que advinha da África. Para ele, as enfermidades que ceifavam a vida de muitos e que declinava o lucro dos senhores, poderiam ser evitadas:

Entre os projetos, em que se tem desde a sua origem, e estabelecimento empregado esta Real Academia, nenhum é mais digno de louvor do que o presente que foi dado para discorrer-se: porque ao tempo, em que ela compadecida se manifesta numa perfeita, e verdadeira amiga desta porção mais desgraçada da espécie humana, consultando em geral os interesses dos pretos recém-tirados dos reinos africanos para o Brasil, na preservação das suas vidas; consulta também em particular o dos seus senhores, que, por efeito da compra, de contínuo arriscam o seu valor, e importância, que com aqueles se sepulta: e em comum os do Estado, que sabe, e pesa que eles são tanto mais preciosos, quanto necessários para a estabilidade e promoção da agricultura, e das diferentes manufaturas nos domínios Ultramar (MENDES, 1812/2007, p. 363)

Ao se dirigir à Academia Real das Ciências de Lisboa, e ao afirmar que o projeto que ele apresentava era o mais nobre para o qual aquela academia dedicava atenção, Mendes

apresenta seu duplo movimento: compadecimento da realidade dos negros e a evitação da perda dos lucros. Tentava convencer como seria lucrativo para os senhores tais medidas, por um lado, e como seria uma “bondosa” ação por outro, numa tentativa de reconfigurar o tráfico em uma nova modalidade, menos repulsiva frente aos enfrentamentos da época, mas ainda justificado pelas bases construídas no contexto europeu de herança greco-romana/cristã.

Despontava, a partir de então, a necessidade de se melhorar a vida dos escravizados, em nome do lucro e do cuidado com a mercadoria, frente à crise que se instaurara na colônia devido às inúmeras perdas, em primeiro lugar e, sem qualquer questionamento à escravidão, visto que esta era justa pelos motivos que já apresentamos, buscava-se, ainda em nome dos lucros, mudar a forma como os escravizados/as eram tratados/as (MENDES, 1812/2007). Esta última passou a figurar como bondade, um elogio ao “humanismo” do senhor.

Segundo Mendes (1812/2007) a proposição era: o que causam as mortes, e consequentemente as perdas, é a forma como os negros são tratados. Assim, seria necessário melhorar essa forma de tratamento. Não se demorou para que se criasse, a partir dessas novas atitudes dos senhores, a ideia de que estes “pensavam no bem-estar” das pessoas escravizadas, e que eram “bondosos” para com eles.

As recomendações eram para três momentos: o embarque de negros, que competindo a coroa, esta deveria taxar cada cabeça embarcada, o que faria diminuir o número de negros no interior dos navios, e assim, por meio deste mecanismo capitalista, haveria menor lotação. Aos traficantes era recomendado que cuidassem de dar água boa para a população negra sequestrada. E aos senhores, ao receberem a mercadoria, deveriam dar, além de boa água, bom alimento, vestuário, moradia adequada e descanso (MENDES, 2007 [1812]). Com essas medidas haveria a diminuição das mortes, e os lucros seriam certos.

Essas articulações propostas por Mendes parecem ter surtido efeito e reverberado em relatos de alguns viajantes que pelas terras brasileiras passaram e registraram a notória “bondade” que era dedicada aos negros de tais terras. Gostaríamos de demarcar posição frente a isso, indicando quais forças/desejos consideramos que operavam nessa época: o desejo de evitar perdas de lucros com a morte dos bens (negros), o desejo de uma nova retórica que pudesse combater o discurso abolicionista e o desejo de ser um bom cristão que deveria tratar bem seus escravizados.

Apresentamos abaixo dois destes relatos acerca da benignidade dos senhores, escritos por viajantes às colônias brasileiras:

No estado atual das coisas, devemos, para ser justos, fazer concessões aos partidários da escravidão. O negro que cai nas mãos de um senhor bom e

sinceramente cristão é, devemos confessá-lo, mais feliz do que a maioria dos camponeses de certas províncias da França; trabalha muito menos; não tem as mesmas inquietações; a fome e a miséria não o ameaçam constantemente; vivendo num clima quente, tem poucas necessidades, e aquilo de que carece o senhor lhe dá (...). (SAINT-HILAIRE, 1975[1830], p. 54)

Não me demorarei em discutir se a raça ou o clima, a religião ou a situação da sociedade, ou todos esses fatores combinados, são os responsáveis pelo tratamento excepcionalmente humano que o escravizado recebe no Brasil; posso, contudo, assegurar que, em nenhuma outra terra, nem mesmo nos países orientais, uma 'gota tão amarga' contém tão pouco fel. Minha experiência nunca revelou um caso de crueldade praticado contra os escravizados, e somente ouvi falar de alguns poucos casos de flagelação severa. (...) Atualmente, o negro brasileiro não precisa invejar a liberdade esfomeada dos pobres na maior parte do mundo civilizado (BURTON, 1976 [1869], p. 233).

As narrativas que se construíram a partir de 1812 conseguiram aproximar as práticas de escravidão de uma atmosfera que beirava a crença de que os negros desejavam ser escravizados de tão bem que eram tratados: tinham alimentação certa, não precisavam se preocupar com o futuro, e ainda tinham a alegria de servir a um “bom senhor”. Contudo, havia um movimento de interesses da classe dominante que buscava fazer crer que os negros escravizados brasileiros, diferentemente de outras regiões do mundo, eram felizes, de tal forma que “se chega a supor que os escravizados, se fossem consultados, prefeririam o cativeiro à liberdade.” (NABUCO, 1988[1883]:95-96).

Assim foi se delineando aquilo que, posteriormente, se constituiria na tese da benignidade proposta por Freyre (1964[1922]) que, seguindo as veredas desta retórica narrativa, diz:

Na verdade, a escravidão no Brasil agrário-patriarcal pouco teve de cruel. O escravizado brasileiro levava, nos meados do século XIX, quase vida de anjo, se compararmos sua sorte com a dos operários ingleses, ou mesmo com a dos operários do continente europeu, dos mesmos meados do século passado. (FREYRE, 1964[1922], p. 98).

O que mais nos chama atenção é como a natureza do ato escravocrata não é questionado, e passa a se tentar construir a ideia de que não se tinha no Brasil uma escravidão qualquer, mas era a escravidão desejada, embora se saiba que, para muitos negros, os cruéis castigos eram presentes e esperados, ao mínimo sinal de que desejassem ser livres. Mas isso entendemos pela lógica da naturalização/cristianização da escravidão a partir das justificativas da epistemologia eurocêntrica. Não se questionava o jogo liberdade-escravidão, mas se a escravidão era cruel ou bondosa. No entanto, é o fato de se ter como propriedade um outro ser humano, ainda mais justificada simplesmente por sua cor, que deve ser a questão suleadora dos nossos olhares, uma vez que é a primeira, mais profunda e mais estrutural

violência desta questão. É a escravidão em si, sem importar as formas particulares de tratamento, o ato desumano por excelência.

Entendemos que as microrrelações existentes eram diferentes e foram tomando outras configurações ao longo dos tempos, cabendo, inclusive mesmo tais afetos relatados. Vemos isso, sobretudo, quando nos deparamos com a proposição da estruturação dos serviços escravistas, que acabava por favorecer relações diferentes entre senhores e escravizados. Como nos aponta Fenoaltea (1984) que vai dizer da existência de atividades “intensivas-em-esforço” e das atividades “intensivas-em-habilidade”. A primeira, própria dos trabalhos de campo, que envolviam um número grande de escravizados, geralmente com relações impessoais, com presença de um sistema de punição severa e violenta e com a figura do feitor para monitorar os trabalhos para o aumento da produção.

E o segundo, seria caracterizado por atividades de cunho artesanais e individuais, dificultando o monitoramento da atividade, pois seria inviável um feitor para cada atividade no pasto, na mineração e, o que mais nos interessa, nos trabalhos domésticos. O que levava os senhores a estabelecerem relações que promovessem a cooperação do escravizado ao invés de coagi-lo. De certa forma, essas relações traziam uma maior proximidade entre os senhores e escravizados.

Por ser este último um trabalho que se vinculou mais ao cotidiano e à intimidade da casa grande, parece recair mais sobre ele tanto a retórica quanto a possível efetividade de certas relações afetivas. Gostaríamos de pontuar aqui que não tratamos essa possibilidade de relações afetivas a partir de uma perspectiva qualitativa (bom ou mau), mas da inevitabilidade do afeto (enquanto ato de afetar, em suas múltiplas possibilidades) frente à proximidade contínua. Entendemos, inclusive, que as diversas contingências e forças que habitavam aquela atmosfera, permitiram a sustentação de uma nova modalidade de escravidão estruturada a partir da bondade da sinhá e do senhor que materializavam tal bondade a partir de práticas de cuidado, que gerava gratidão e dependência de segurança, financeira e afetiva às escravizadas. Tais práticas ainda podem ser encontradas no contexto dos serviços domésticos no Brasil, nos dias atuais, ainda que a partir de novas reconfigurações.

Gostaríamos de problematizar um pouco as figuras da negra escravizada doméstica e da sinhá, que ocupava o lugar daquela que era responsável de cuidar da casa e dos afazeres, mas que não se tratava bem de uma ocupação árdua e concreta dos trabalhos domésticos. Na verdade, era um lugar de mando das escravizadas, uma espécie de administração de tarefas que eram realizadas, na verdade, pelas mucamas, amas de leite, costureiras, aias e cozinheiras

que eram sempre mulheres negras escravizadas que ocupavam a casa grande durante o dia e dormiam nas senzalas à noite (SANTOS, 2010).

Consideramos importante salientar aqui o que Santos (2010) fala sobre esse tempo em que as mulheres negras que se ocupavam dos serviços domésticos passavam no interior da casa grande. Essa relação mais próxima acabava por gerar nas escravizadas um lugar diferente em relação àquelas que não se ocupavam de tais funções, fazendo com que houvesse uma espécie de afeto para com as senhoras e senhores, e talvez algo recíproco também. Para Freyre (1981[1933]) a presença de escravizados na casa grande acabaria por gerar certa hierarquização entre eles.

Através da percepção Freyriana alguns escravizados acabavam tendo educação religiosa (entendendo que existia uma violência religiosa contra suas crenças tradicionais, mas que passaram a ser vistas como benesses, resta aqui, questionar para quem seriam os benefícios) e assistência moral. “Nessa hierarquia, a parte aristocrática eram os escravizados do serviço doméstico” (p. 450). Para ele, esses negros seriam “quase como pessoa de família”, e estes eram dignos do perdão bondoso do senhor para as intransigências cometidas (p. 476). Muitas vezes essas relações eram experienciadas por senhores brancos como fazendo caridade ou favor e os empregados escravizados negros se apropriavam dessa percepção autoritária, violenta e invisibilizadora.

Contudo, é importante dizer que era imutável o lugar que ocupavam tais negras. Elas permaneciam escravizadas, marcadas e condicionadas, exatamente por isso, a uma sujeição que, mesmo em meio a este suposto afeto, não mudava a condição desumana de não se ter liberdade e nem poder dar a sua vida o destino que lhe aprouver. Mas também é importante lembrar que as escravizadas da casa grande, para além de sujeitos de direito, eram, na verdade

submetidas à força e à alcova do senhor escravista, elas experimentaram, no corpo, a violência do sistema. Davam de mamar aos pequenos senhores e senhoras, sendo muitas vezes obrigadas a abandonar seus próprios filhos na “roda de expostos” ou “dos enjeitados” - um mecanismo empregado para abrir mão (“expor” ou “enjeitar” na linguagem da época de recém-nascidos que ficavam aos cuidados de instituições de caridade; sujeitavam-se a regimes árduos de trabalho, acumulando funções domésticas. (SCHWARCZ, 2019, p 28)

Na verdade, perpassava essas possíveis relações afetivas a disposição dos corpos negros escravizados, tanto para os afazeres domésticos, como para as obrigações sexuais ao desejo do senhor. Isso é parte da desfiguração humana e das configurações eurocêntricas a que estavam submetidas as escravizadas. Em nossa percepção, essa perspectiva das relações afetivas entre senhores e servas é estruturante dos discursos que ainda hoje vemos marcando as relações entre patroa e empregada: a empregada doméstica se sente “como se fosse da

família” e a empregadora, por vezes, busca sustentar a relação de confiança e obter o serviço que deseja por meio do afeto, permitindo que tal empregada adentre um pouco sua estrutura familiar, talvez a deixando se sentir como “quase da família”.

No Brasil, todas as instituições – e não apenas a justiça – foram moldadas pela escravidão. A família ampliada envolvia, como se sabe, a mulher branca e várias concubinas negras que competiam pelos favores do senhor e de sua família. Os filhos mulatos do senhor competiam muitas vezes com os filhos legítimos e os senhores tinham poderes ilimitados, tendo permissão para matar filhos ou mandar a esposa para um asilo, caso quisessem se casar com uma mulher mais jovem. A família era, portanto, escravocrata e refletia o poder sem limites do senhor de terra e gente. (SOUZA, 2016, p. 42)

Assim, essa ideia de uma escravidão mais amena, mais sensível e bondosa, é vista por nós a partir das críticas de Ianni (1988), para quem essa visão fora construída “na perspectiva do senhor da casa-grande, do branco da casta dominante” (p. 107), que não era exatamente de uma concepção humana dos negros e negras da casa grande. Refletia uma nova modalidade de poder escravista e, se era visto por estrangeiros como algo louvável, era porque se buscava construir certas “ilusões, ou autorrepresentações, que os senhores da casa-grande e do sobrado lhes transmitiam de forma deliberada, ao acaso dos repastos” (p. 113), buscando a todo custo manter uma hierarquia de mando.

4.2.1.2 O trabalho doméstico e as marcas raciais: a branquitude em operação

Quando olhamos o histórico da servidão, principalmente a servidão estruturada a partir do modelo europeu do período colonialista, vemos que essa servidão se constitui a partir das marcas raciais, quase que exclusivamente. E, portanto, as relações estabelecidas no âmbito do trabalho doméstico, inevitavelmente, carrega influências destas estruturas, nos levando, a pensar sobre como o branco se construiu nesse lugar de acesso ao mando, ao privilégio e à superioridade que deu origem a supremacia branca.

Por isso, buscaremos, neste momento, nos debruçar sobre as questões raciais, considerando-as a partir da branquitude, enquanto categoria de análise racial crítica que tem crescido neste século e tem sido um trabalho insistente dos movimentos, principalmente do movimento negro.

Geralmente, as questões raciais são trabalhadas a partir da categoria do negro. Colocando em discussão sua negritude, sua cultura, sua história, seus limites, suas resistências, enfim, seu modo de ser e estar no mundo, raramente se coloca em cheque o branco ou sua branquitude, sua cultura, sua história, seus limites, sua forma de ser e estar no mundo.

Considerando a construção histórica da sociedade brasileira, podemos perceber que esta fora

alicerçada, forjadamente, numa ideia de que a branquitude não precisaria, de modo algum, e por isso ficou tanto tempo em silêncio, ser estudada, averiguada e questionada. O objeto de estudo, ou os temas de estudo era sempre a partir do negro, vimos então a transformação acontecendo quando começamos a pensar a categoria raça a partir do branco como objeto de estudo e/ ou tema de estudo (MULLER T. M. P.; CARDOSO, L., 2017, p 11).

Tornar visível os efeitos que o ser branco tem nas relações sociais não é algo presente na vida das pessoas brancas. No contexto brasileiro, pensar, compreender e se ver com privilégios requer no mínimo uma conscientização e uma mudança de postura. Contudo, não é comum vermos em nossa sociedade pessoas brancas questionarem sua própria cor. Partem do princípio de que não é necessário. Não se percebem enquanto raça. Há uma neutralização de sua raça, onde entendem o ser branco como padrão, norma, em contrapartida, outros grupos que não são brancos são submetidos a racialização e, conseqüentemente, a hierarquização social (OLIVEIRA, 2014).

Os primeiros movimentos de discussão do privilégio do branco, segundo Cardoso (2014), foram empreendidos por W. E. B. Du Bois, em 1935; Frantz Fanon, em 1952; Albert Memmi, em 1957; Steve Biko, em 1978 e Alberto Guerreiro Ramos, em 1957, o que denuncia o tempo em que a civilização ocidental passou, ao longo da sua história, como hegemônica e impondo sua cultura branca/heterossexual/patriarcal para os demais povos, justificando suas estratégias de dominação e escravização (SILVA, 2017).

Atualmente, entendemos o quanto pensar a branquitude pode contribuir com a mobilização contra as desigualdades sociais a partir da consciência do privilégio branco na tentativa de romper com ideias, definições, políticas tradicionais do patriarcado/cristão/eurocêntrico/colonial.

Mas o que dizemos ao falarmos de branquitude? A branquitude é uma forma de operar onde a pertença étnico-racial do branco, o “autoriza” a ditar as verdades quanto ao ser, ao estar, ao possuir e ao sentir no mundo.

Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais, simbólicos e materiais (MULLER T. M. P.; CARDOSO, L., 2017. p 13).

A branquitude assume, assim, uma forma identitária a partir da raça branca, que institui um modelo ideológico de poder que teve como berço o projeto moderno/colonial europeu (SCHUCMAN, 2012) e que teve na naturalização de seu *modus operandi* e do

projeto “civilizatório” as condições de não questionamento endógeno ao ponto de nunca se pensar que isso seria modo violento e/ou injusto de estabelecer relação com o não branco. A isso Silvério vai nos dizer de uma "consciência silenciada” dos brancos (ROSSATO; GESSER, 2001, p.11),

O branco, de maneira silenciosa e acrítica, só estrebucha quando lhe tiram os privilégios. Do contrário, opera de forma acrítica a partir da naturalização do seu lugar estabelecido de branco, implicando vantagens a partir de uma distribuição desigual de poder político e econômico e vai, nesse movimento por vezes silencioso, silenciando a voz não branca. Mas é importante atentar que, na medida em que a branquitude é ideológica, ela também extrapola a dimensão fenotípica e assume uma permeabilidade que, por vezes, passa a ser assumida até pelos não-brancos.

A branquitude é uma construção histórica estruturada em um longo período. Esse processo não foi pacífico, mesmo em meio às tentativas de resistências, o aparato de poder político e econômico que emanava do sistema europeu, fez o branco ocupar o lugar hegemônico de verdade de ser, o modelo de viver e a condição de mando. Entendemos a branquitude como um lugar de fala e que incide, para além das dimensões socioeconômicas e socioculturais, na dimensão psíquica da pessoa de forma a balizar a relação desta consigo mesmo, condicionando sua autoimagem (SOVIK, 2004).

A branquitude é

um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios (SILVA, 2017, p. 27).

Uma tentativa de silenciar essa cultura perversa do branco é o que encontramos no Brasil e que foi chamado de “mito da democracia racial” descrito por Gilberto Freyre (1981) que aponta para o fato do país sempre ter buscado o branqueamento de sua população como caminho de evolução e desenvolvimento, enquanto seres sociais. Talvez por isso a pessoa branca, em sua maioria, tenha tanta dificuldade de perceber sua branquitude, enquanto lugar de privilégio. Em contrapartida, essa discussão precisa ser inserida como importante caminho de visibilidade para todos, principalmente, os próprios brancos para se perceberem em sua identidade.

O branco pode contribuir para a construção de uma outra história com uma perspectiva plural de muitos universos. O Outro não é para ser hierarquizado, o não branco possui um papel fundamental, visto que a

afirmação humana autêntica se faz com o reconhecimento do Outro como igual. [...] não problematizar a branquitude é persistir no equívoco, o reconhecimento de si com a desvalorização do Outro (MULLER T. M. P.; CARDOSO, L., 2017, p. 18).

A branquitude pode ser uma ferramenta de análise da conjuntura social e histórica, cujas estruturas partiram da falsa ideia de superioridade racial branca, e que trouxe, até hoje, sociedades organizadas a partir das estruturas do racismo, onde os brancos herdaram privilégios simbólicos e materiais e os outros não (OLIVEIRA, 2014). Em nosso contexto social brasileiro “o privilegio da brancura se sustenta no tripé de mazelas sociais: a construção negativa de subjetividades individuais e/ou coletiva; a negação de direitos para negros; e a descaracterização da discussão racial” (MULLER T. M. P.; CARDOSO, L., 2017, p. 14).

O poder branco deu nomes para a humanidade e foi se colocando na história como a configuração de ser humano ideal e universal, possibilitando ao passar do tempo privilégios ditos como legítimos até os dias de hoje. É importante salientar que o pouco espaço para se questionar o lugar do branco e sua contribuição para esse quadro de disparidade social, é o que contribui para a manutenção do *status quo* que mantêm o privilégio da branquitude e estrutura o racismo no Brasil (JESUS, 2012).

É nesse cenário que o mito da democracia racial opera e faz sentido. Na medida em que se busca afirmar que existe um estado pleno de igualdade entre todos. Desconsiderando sua raça e sua cor, ou ainda sua etnia, o que vemos é o mesmo movimento hegemônico do branco que busca sustentar seu lugar de superioridade frente aos demais grupos raciais. Negando os processos históricos e suas consequências, uma vez, que na realidade cotidiana essa prática não existe, pelo contrário, o que se vê é a perpetuação da subalternidade dos negros, que de forma ideológica .

No contexto deste trabalho, ao mito da democracia racial, se soma ao modo de captura das mulheres, as questões sexistas que, num movimento interseccional entre raça, classe e gênero, e ao longo da história trazendo inclusive marcas anteriores a civilização europeia, coloca a mulher em um lugar. Se esta mulher for também pobre, o seu lugar não é o mesmo. E se esta mulher for pobre e negra, com muita probabilidade será empregada doméstica. Assim,

o mito da democracia racial exerce uma violência simbólica específica sobre a mulher negra – que não sofre apenas opressão do racismo, mas também do sexismo –, pois objetifica-a nos estereótipos de mulata, mãe preta e empregada doméstica, derivados da figura da mucama. A palavra mucama tem origem na língua quimbunda e originariamente significa ‘amásia escrava’ (GONZALEZ, 1983, p. 197).

É importante contextualizar que “amásia escravizada” se reporta a “escravizada negra moça e de estimação”, termo que reproduzia a ideia de que as mulheres negras estavam

destinadas ao ambiente doméstico, que tinham a obrigação de cuidar dos serviços da casa e de servir a família em todos os âmbitos que precisassem, inclusive como objeto de prazer para seus senhores, ocultando a exploração e dominação através de um discurso de dedicação.

É essa figura da amásia escravizada que vemos prefigurado na pessoa da empregada doméstica, que ocupa um lugar serviçal, sem direitos, e vez por outra, tendo que servir de amante. E ainda tendo que sustentar a figura do bom senhor, e da boa senhora, que justificam a troca de serviços por comida, moradia e proteção, sendo um marco de resistência que opera para impedir que a empregada doméstica seja vista como uma trabalhadora.

O trabalho doméstico estruturado pelo capitalismo patriarcal, como um serviço da esfera privada, teve no curso da história sua trajetória marcada pela escravização de pessoas negras de forma violenta. Na esfera privada, a forma de dominação era de todos os tipos, seja na sexualização do corpo negro, que persiste até hoje, como vemos, por exemplo, no que toca os direitos de reprodução das mulheres. O que se constata é que as mulheres eram (e são) cerceadas de suas próprias vidas, de seus próprios corpos para servir a outros que se diziam como merecedores inquestionáveis dessa doação, o homem. “A força de trabalho feminina foi por excelência de domínio doméstico, ou seja, privado”. (SAFFIOTI, 1979). Nesse sentido, o trabalho doméstico exercido na esfera privada, e na estreita relação entre duas mulheres, forjou condições para que a mulher/negra/empregada sofresse uma tripla violência, a partir desses três marcadores e intrínseco à eles.

É nesse cenário que o lugar de mando da patroa se estrutura. Na medida em que, acessando a branquitude e o que ela proporciona, a empregadora ocupa um lugar de poder sobre o corpo da empregada. Nesse contexto, a patroa passa a determinar como ela [a empregada] se veste, os lugares que pode ocupar na casa, como deve se portar à mesa ou na frente das visitas. E até mesmo se deve aparecer quando tem-se visitas, modelando inclusive, sua forma de fazer o que pela experiência lhe foi conferido como um saber (limpar, lavar, passar, cozinhar).

A empregada passa a experienciar o lugar de objetificação que também incide sobre sua subjetivação, na medida em que estabelece uma relação consigo que gera imagem e identidade, legitima sentimentos e diz quem ela é ou de que ela é digna. Nesse jogo, a constituição do lugar de patroa, de mando, forja o lugar do subalterno, da empregada, na tensão entre duas forças: a que manda e a que obedece.

Essa composição, no contexto da branquitude, se dá pela naturalização do lugar de mando a partir da cor. Quando isso se junta a necessidade da mulher branca ir trabalhar fora, nasce a urgência de que uma outra mulher ocupe seu lugar. Contudo, isso acontece no jogo da

subalternidade, porque não se trata de uma substituição real, recorrendo à figura forjada como naturalmente destinada a obedecer (a mulher, negra e pobre). Essa “outra” mulher assumirá o desafio de substituta imediata da que manda (a mulher, branca e de classe média, mas em mandar). Por isso, precisaria se tornar uma “outra” ela, de tal maneira que a lista de qualidades e modos de desempenho crescem e fazem com que a patroa busque a empregada ideal. Nesse ideal está escondida a ideia de “ser e fazer como eu”, a tal ponto que não permite a empregada experienciar sua ciência de fazer as coisas ou de colocá-las a seu modo.

Dessa forma, no contexto da relação empregada e empregadora, a empregada ocupa o lugar de quem faz seu trabalho obedecendo, o que se constitui uma antítese inventiva do jogo patriarcal, racializado e sexista dos lugares de empregadora e empregada, que acaba por balizar suas relações cotidianas.

4.2.1.3 As regulações estabelecidas na relação patroa e empregada, no contexto das marcas de branquitude

Desde muito tempo o lugar da mulher tem sido o lugar da casa e, quando da invenção do privado (que tem uma estreita ligação com o interior, o subjetivo), a mulher foi cerrada aí. A partir de então, ela deveria se ocupar das questões da vida privada, garantir ordem e harmonia ao lar, e deixar as coisas públicas para seu marido (vender, comprar, jogos, farras...). Assim, “naturalmente” passou a ser dela os afazeres do lar. Tanto é que Rousseau (2004, p. 106) iria dizer que o lugar da mulher, destinado pela própria natureza, lhe destinava o espaço privado do lar e, por seguinte, as atividades próprias desse lugar. Escancarado as necessárias discussões sobre o que Hooks (2019) vem chamar de pensamento sexista.

Essa marca acompanhou as mulheres, em diversas culturas ao longo de diferentes momentos da história, de tal forma determinantes que se configuram como uma marca de violência, aprisionamento e inferiorização. Assim, forçadas a nascerem para o lar, ao nascer mulher (de princípio sem importar a cor) já teriam seu destino certo, corroborando como a perspectiva de Crenshaw (2002, p. 170) que afirma que todas as mulheres estão marcadas pela discriminação de gênero. Entendemos aqui gênero como categoria de análise que nos ajuda a compreender os engendramentos que estão por trás das relações de poder entre homens e mulheres, que não se explicam nas diferenças biológicas, mas sim, na forma como se organizam socialmente (SCOTT, 1995).

Contudo, no contexto patriarcal, ser mulher era mais, era ser destinada a tudo que não era o homem. Assim, essa figura social que se ocupava do trabalho doméstico, acabou por ser uma espécie de lugar de aderência para outras marcas de depreciação que, agindo em

consonância com a segregação social alarmante e crescente na organização da sociedade, selecionava que tipo de mulher deveria ocupar esse lugar. Desde então, estruturou-se uma lógica onde ser mulher é sempre ser inferior ao homem, obedecendo a uma lógica estrutural de dominação e opressão. A mulher negra seria inferior à mulher branca, e a mulher negra rica, superior a mulher negra e pobre. E foi a esta última a quem foram reservados os serviços domésticos. Foi assim que passamos a ver o lugar privado da vida doméstica como destinado a uma mulher específica e não a qualquer mulher. Aí que vemos fincado as ordenações da precarização do trabalho doméstico. Assim,

o trabalho doméstico possui uma imbricação entre gênero, raça/etnia e classe social. Essas questões permeiam o imaginário da sociedade brasileira e faz com que as mulheres que desempenham essa função, seja na forma de trabalho remunerado ou não, sofram com a desvalorização e com a invisibilidade das tarefas por elas realizadas (SILVA, 2012, p. 2).

Quando refletimos sobre a imposta divisão sexual do trabalho, sobretudo no contexto do trabalho doméstico, podemos entender o jogo de captura das mulheres para ocuparem postos de trabalho fora de casa, e que foram para as empresas carregando consigo o mesmo precariado do serviço doméstico, ganhando menos que os homens e estando, por um bom tempo, em serviços inferiores. Embora tenha sido uma conquista, é importante ressaltarmos essas nuances para percebermos o quanto as marcas de gênero determinam o lugar da mulher e, ainda mais, do lugar da mulher empregada doméstica.

Quando vemos a saída da “mulher” para o mercado de trabalho, também não é de qualquer mulher que estamos falando. As mulheres negras, por exemplo, não tiveram e nem têm o mesmo destino de saída. Mas quando certas mulheres galgam novos lugares laborais, como uma forma de emancipação e conquista, e esta tem que contratar outra mulher para estar em seu lugar de cuidado com a casa e a família, abre-se espaço para que vejamos o quanto o sistema patriarcal responsabilizou a “mulher” como figura para o espaço privado enquanto o homem, que tinha a responsabilidade de prover a família e a casa, continuava sem se implicar com as demandas do lar, se mantendo legítimo no espaço público.

As mulheres, embora tenham conseguido adentrar de forma mais autônoma na vida pública, através do trabalho fora de casa, e resultando em mais liberdade sobre suas vidas e seus corpos, ainda assim, permanecem responsáveis pelos trabalhos domésticos, tendo que dar contas de uma vida profissional fora de casa e das atividades relacionadas aos cuidados de casa e dos filhos. Como nos diz Bruschini

apesar de toda essa mudança, muita coisa continua igual: as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo serviço doméstico e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga

para aquelas que também realizam atividades econômicas (BRUSCHINI, 2007, p .5).

O cuidado com a vida privada, desse modo, continuou sendo responsabilidade da mulher, mantendo a relação desigual entre esta e o homem e, ainda que este último tenha se deslocado um pouco em direção a algo mais compartilhado, ainda é atribuída à mulher tal responsabilidade. Assim, a mulher se vendo dividida entre a conquista pessoal do mundo do trabalho, e as cobranças para dar conta da vida privada do lar, tem que empregar outras mulheres para fazer o trabalho doméstico, o que nos aponta para uma cristalização da figura legítima para os serviços domésticos (BERNARDINO-COSTA, 2012).

A patroa se vê em muitos casos totalmente dependente daquela mão de obra para conseguir se dedicar a carreira e a sua profissionalização já que em grande numero não podem contar com a ajuda do parceiro, seja porque são as únicas responsáveis pelo lar e pelos filhos, ou porque, esses negam a compartilhar essas tarefas. A divisão sexual do trabalho, que não acontece de maneira igualitária em nossa sociedade, em geral não é percebida por essas mulheres, que são colocadas frente a um grave problema: se dedicar à carreira e ao mesmo tempo à família. (SILVA, 2012, p. 2)

Esse contexto acaba por fazer o encontro entre essas duas mulheres bastante complexo. A interação, a princípio, acaba por ser fundado na desconfiança, onde o desconhecimento é quem comanda essa relação: de um lado a patroa que trás para sua casa uma pessoa desconhecida, por outro a empregada que adentra a um lugar que para ela é desconhecido em sua dinâmica e no que dela esperam (KOFES, 2001).

Outro fator tensionante das relações entre patroa e empregada e que constituem as forças que agem para regular a empregada doméstica, diz respeito à diferença de sentimentos em relação ao lugar justamente do “doméstico”, uma vez que as representações deste lugar são distintas para ambas. Se para a patroa o ambiente doméstico é o lugar de reunião e proteção de sua família, onde se pode descansar, comer e conversar, para a empregada é seu lugar de trabalho, lugar onde ela precisa prestar obediência, respeito e realizar as atividades de casa, atentando para os horários definidos (SAFFIOTI, 1979).

Com o tempo esse espaço pode se tornar confuso, sobretudo no jogo dos afetos. A patroa deseja que sua empregada acesse e reproduza seus costumes, porém isso não se dá para efeito de a torná-la um membro da família, mas para que possa não perturbar o ritmo da casa e da família (SPIVAK, 2010). Ou seja, readequar seu modo de agir de modo a torná-la mais civilizada aos moldes da família, num projeto de dominação supostamente bondoso e civilizatório, bem ao ritmo do colonialismo europeu.

Neste contato cotidiano em que as necessidades de ambas se encontram, por vezes, a empregadora sente-se tão à vontade com a empregada que a deixa entrar nas dimensões de intimidade. E só a recua quando se sente contrariada ou perdendo seu lugar. A empregada,

tende a sentir aquele ambiente como sendo seu, arrumando a casa como se fosse a sua, e colocando ritmos que são seus, principalmente quando a patroa está muito tempo ausente e entrega a ela o funcionamento da casa.

Esse cenário de lugares ambíguos, mas que se misturam pela própria condição da natureza do trabalho, acaba por gerar uma lista de conduta que as empregadoras acabam compartilhando umas com as outras, como recomendações para que os lugares sejam mantidos e que se possa manter as empregadas em seus devidos lugares. O uso de uniforme é, de certo modo, a operacionalização desses discursos, que fazem a empregada sempre ter claro qual seu lugar na casa e na família (AZÊREDO, 1989).

Muitos são os sentimentos envolvidos nessa relação, mas é importante salientarmos que até os afetos são desiguais. Não há como entendermos que aquela que manda tem as mesmas condições de afeto que aquela que, na maioria das vezes, nessa relação, obedece e que traz em sua história e em seu corpo as marcas da pobreza e da falta de acesso a direitos que a tornam indigna e, quando digna, é de favores.

Quando olhamos a relação existente entre patroas e empregadas domésticas não conseguimos visualizar ou sentir os limites dessa relação como as demais relações trabalhistas, o que nos faz pensar que as forças que perpassam essa relação e as contém, extrapolam as advindas de uma condição de precarização do trabalho a partir do modelo capitalista, e evoca as forças patriarcais/sexistas/raciais e de gênero que falamos anteriormente.

Na composição do cenário do trabalho doméstico, como nos diz Silva (2012) o que vemos se formar é uma relação ambivalente, ao mesmo tempo em que se configuram como um par indissociado quando pensamos as condicionantes do lugar estrutural em que ambas ocupam a partir das forças colonialistas.

Há neste relacionamento uma singularidade que coloca em posições distintas duas mulheres, uma trabalhando para outra. Esse tipo de relacionamento, que se dá no ambiente doméstico, pode ser desprovido de fronteiras profissionais. Essas mulheres são enredadas em um jogo de conflito de classe, gênero e cor e, muitas vezes, não possuem a clareza suficiente para percebê-lo. Ao mesmo tempo em que a patroa precisa do serviço da empregada ela não deseja ser substituída em sua função de dona da casa. O controle e o poder precisam estar em suas mãos e para isso são utilizados inúmeros mecanismos, desde os mais explícitos aos mais velados, que vai da clara demarcação de espaço à aparente cumplicidade (SILVA, 2012, p. 6).

A própria condição do lugar de trabalho, o ambiente doméstico já traz inúmeras prefigurações que singularizam de forma bastante singular, essa relação: divide-se as experiências da vida privada e alguns lugares de intimidade (cozinha, quarto, sala, etc). Esses espaços são habitados pela trabalhadora e pela patroa. Os tradicionais papéis sociais

atribuídos à dona de casa, que por um tempo também foi sinônimo de mãe e esposa, também são desempenhados pela empregada doméstica. Isso, ao tempo em que dá segurança para a empregadora que precisa de uma outra mulher em seu lugar, também tensiona, ameaça, incomoda, invade.

O fato do trabalho doméstico não ser em uma empresa, ou no campo, ou em uma indústria, mas sim, no seio da vida privada, na família, sustenta uma tendência a um caráter afetivo, e de tratarmos sempre esses afetos como positivos e de ganho para a empregada. Concordamos que o ambiente da vida privada é potente sim, para a criação de vínculos, no entanto, é importante atentarmos para os modos de operação desses vínculos que, por muitas vezes, atuam como modos de regulação das condutas, do vestir-se, do comportar-se e do existir.

Para essa mulher (a empregada) que está o tempo inteiro inserida na dinâmica familiar, que muitas vezes é quem cuida, educa e vê crescer os filhos da patroa, que arruma a casa “como se fosse a sua” (se não isso, ao menos arruma a casa em vez da sua), que lava e deixa cheirosa as roupas que o marido da patroa usa para ir trabalhar e até as da própria patroa. A ela, a empregada é destinado o título de “quase da família”. Se a princípio esse título parece exprimir acolhimento, afeto, consideração (e até pode também haver), gostaríamos de chamar atenção para o “quase”, e pensarmos por outro viés, uma vez que este parece operar como uma barreira, um limitante de lugar, um delineador de condutas, ou uma forma de regular o modo de existir o operar do outro. Não há plenitude no “quase da família”, nem é uma espécie de “falta pouco para ser da família, mas logo será”. É, na verdade, algo como: você habita no interior da vida privada, você participa, mas você não é desta família. Você testemunha as brigas, as intimidades, as conversas, mas deve se manter em seu lugar de silêncio, de não julgamento e de não interferência.

As regulações também podem emergir do fato de serem distintos os lugares sociais que tais mulheres podem estar ocupando. A patroa, que “pode mais” porque paga, talvez pode estar ocupando o lugar do colonizador, do opressor, ou até mesmo, reproduzindo o patriarcado, como figura superior de poder em detrimento da outra inferiorizada, e já, a empregada, pode estar vivendo os processos de subalternização, ocupando o lugar de colonizada e oprimida. No seio da relação do trabalho doméstico há o encontro entre duas mulheres, mas esse encontro não se dá em uma igualdade de condições. Embora possa haver uma remodelagem de ambas no que diz respeito aos saberes domésticos, e tanto empregadora, quanto empregada, contribuem para as mudanças uma na outra, essa relação é antagônica. Há

uma desigualdade nas trocas o que denuncia uma certa “reprodução estratificada” (BRITES, 2007, p. 95) onde a patroa pode estar tendo a voz final.

Para Kofes (1990) essa relação inextricável entre patroa e empregada doméstica, a partir dos lugares que cada uma ocupa no mesmo cenário, articula e faz eclodir uma relação de mando de uma mulher (empregadora) sob outra mulher (empregada). Esse encontro da mulher-patroa e a mulher-empregada apresenta a atuação de duas mulheres ocupando esse espaço de forma diferente, uma no lugar de mando e a outra, num lugar de obediência. O corpo da mulher-patroa ocupa um lugar expansivo enquanto que o corpo da mulher-empregada tem o corpo invisibilizado. A relação de dominação entre a patroa e empregada doméstica como nos diz Gonzalez (1979) vem desde a época colonial até os dias de hoje, nos fazendo perceber

(...) uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias (GONZALEZ, 1979, p.).

Além da sistemática organização a partir do sistema patriarcal brasileiro, da relação empregadora e empregada, no que toca a dominação dos espaços e dos corpos da mulher doméstica, as agressões foram se articulando nos discursos e atitudes daqueles que se viam e se faziam ver, como superiores. O patrão, a patroa, os filhos e filhas do patrão. Os castigos físicos foram sendo substituídos por castigos mais engenhosos e subjetivos. Podemos ver, por exemplo, como as marcas de inferioridade foram sendo criadas e ecoam até hoje, gerando expressões como ‘serviço de negro’ como sendo sinônimo “serviço malfeito”, “serviço desqualificado” e “serviço porco” (AZÊREDO, 1989).

Outros discursos também operam silenciosamente. Além do uniforme que já falamos, encontramos o quarto da empregada, que opera como aparelhamento de regulação e controle para dominar o tempo, o comportamento da empregada, além de que, em geral, é um espaço desprovido de conforto, que também serve como marcador de distanciamento entre a família e a empregada, realocando-a para a limitação do trabalho doméstico na casa. Como nos diz Santos (2010, p. 35) “os laços e dependências afetivas recíprocas entre a trabalhadora e a família são diluídos na distância física, redimensionando-se para o reconhecimento do valor

profissional da trabalhadora. Depois, porque ao morar na casa dos empregadores a trabalhadora fica na dependência dos horários dos donos da casa” (SANTOS, 2010, p. 35), dependência que reverbera na subjetividade da casa e dos envolvidos nessa relação.

O que vemos ser construído na relação empregadora e empregada é uma série de regulações que passam pelo corpo, pelos modos e costumes, mas que incide sobre as subjetividades como forma de colocar a empregada em seu lugar que, mesmo sendo ambíguo, nunca será o de membro da família, ainda que “quase” seja.

É importante ainda atentarmos para o fato de que os desdobramentos existentes na relação do trabalho doméstico entre patroa e empregada estão em simbiose com as relações patriarcais, sexistas, racistas, de opressão de classe sustentando as desigualdades sociais.

4.2.1.4 Afetos na relação patroa/empregada: construções a partir de lugares díspares

Nos deteremos de modo mais específico sobre os afetos entre patroa e empregada, por entendermos que eles se constituem uma teia complexa e em constante tensionamento, que opera, por isso mesmo, como potente modo de regulação uma vez que cria um suposto lugar de pertença da empregada à família, e gera um sentimento de gratidão que pode estar em ambas, mas que é mais potente na empregada justamente pelo lugar de vulnerabilidade que ocupa. Esse elemento da cena relacional entre esses dois entes sociais, talvez seja o mais potente de dominação.

A sociedade brasileira é alicerçada numa estrutura social desigual. Sua história é criada e ramificada pelas práticas patriarcais trazidas de berços europeus colonizadores. Não é diferente, como vimos, as relações entre patroas e empregadas, cujo tempo histórico coincide com a história do Brasil. Essa relação foi construída ao mesmo tempo que a história do país, e, pelas mesmas vias, com base opressoras de dominação pela supremacia branca em detrimento dos nominados por não brancos.

Contudo, mesmo sendo evidente que entre patroa e empregada, operam relações de poder e de classe na dinâmica do trabalho doméstico, não se pode negar também a possibilidade de existir certa intimidade, considerando que o próprio lugar, que é a casa (lugar íntimo) proporciona os possíveis encontros de afetação que podem ser afetuosos ou não, entre os que a habitam.

Outro fato importante é o fazer do trabalho doméstico ser considerado, por muitos, como um trabalho do cuidado: cuidar como se fosse minha casa, cuidar como se fosse meu filho. A trabalhadora doméstica acaba entrando na casa, na vida íntima das pessoas pela via do trabalho, mas muitos que estão nessa relação confundem para além da formalidade de um

trabalho como outro qualquer. Isso acontece, tanto com a patroa, como com a própria empregada, porém, quando acontece com a patroa ela confortavelmente, recua e retoma. Lembra seus limites, não lhe trazendo, na maioria das vezes, desconfortos, isso quando não considera ser justo que ela invada a vida de sua empregada. Já a empregada, quando invade esse limite é, geralmente, chamada a atenção, e levada por outra voz, (a voz do patrão ou da patroa, ou do filho da patroa) a recolher-se ao seu posto de trabalho, o que, diferente da empregadora, gera desconforto e sensação de humilhação. Nesse momento, há uma demarcação da funcionalidade daquela outra mulher no espaço familiar.

O rompimento dos limites de afeto fica menos prejudicial para a patroa, do que para a empregada. Para a empregadora está a condição de limitar o espaço, enquanto a empregada é autorizada por essa patroa a se movimentar nesse espaço. Funciona como um sistema no qual a mulher patroa mantém o controle e o poder sobre a mulher empregada, porém o faz de forma afetuosa, reforçando a ambiguidade afetiva, que se traduz na manutenção e reprodução das relações de classe (BRITES, 2007).

Desta forma, a ambiguidade afetiva apresentada por Brites (2007), e como falamos anteriormente, funciona como mais uma ferramenta de regulação sob a empregada doméstica. Essa ambiguidade reforça o modelo dominante do sistema de poder que torna refém, na maioria das vezes, as empregadoras e as empregadas como também as crianças e as empregadas.

Carvalho vem acrescentar que

a cumplicidade existente no relacionamento entre a patroa e a empregada doméstica que possibilita que esta relação de poder se sustente pode ser fruto da ambiguidade afetiva quase que inerente a esta situação. É fato que não é possível afirmar que toda relação entre patroas e empregadas extrapole o campo estritamente profissional, mas é mais provável que a convivência diária gere um vínculo que vai além das relações de trabalho (CARVALHO, 2017, p. 11).

As empregadoras tendem a se utilizar da empregada doméstica em muitos momentos de sua vida quando discute com o marido e precisa de uma pessoa para desabafar, quando dar a ela um lugar de “ouvinte” de suas falas. As empregadas por sua vez se sentem permitidas a opinar, dizer o que pensam. Contudo, é uma relação cuja laços afetivos são muito tênues e oscilam entre o pessoal e profissionais.

Já as crianças envolvidas são as que mais conseguem se afetar nessa relação e não obedecem, na infância, os limites que circundam os papéis que emergem dessa relação e não compreendem essa variação de lugar: ora da família, ora empregada. A intimidade das empregadas com as crianças é mais difícil de limitar, uma vez que são essas mulheres que cuidam, como mãe, dão comida, banho, colocam pra dormir, acalentam o choro, levam para o

parquinho, explicam o motivo pelo qual os pais não podem ficar com ela, enfim, a relação é muito próxima e não tem como não se afetar. Contudo, com o tempo as crianças passam a reproduzir o comportamento que está nas entrelinhas dos diálogos, das vivências dos pais e das atitudes com as empregadas domésticas. De forma sutil vai se reproduzindo através de conversas e atitudes, e até mesmo da percepção dos limites impostos de lugares, fardamento, disponibilidade de comida, dentre outros, comportamentos que naturalizam a subalternização e que coloca a empregada em um ‘outro lugar’, em um mundo à parte.

Brites (2007) nos traz um questionamento pertinente para pensarmos como a criança afetuosa e que não estabelece distinção a partir dos papéis sociais, muda de posição e assume o lugar herdado pela cultura subjulgadora da mulher negra e pobre: a empregada doméstica. Ela questiona:

A questão é: se existe tanta intimidade e afeto entre as crianças e suas empregadas, como se reproduzem patroas adultas com um sentido tão forte de hierarquia? Como se separam esses mundos? Não é regra entre os padrões investigados um tratamento ríspido com suas empregadas. As crianças aprendem a distância social entre elas e as empregadas domésticas através de outras vias – informações subliminares, por exemplo, nos dizeres dos seus pais e na disposição de espaço (BRITES, 2007, p. 103).

A partir do questionamento de Brites, lembramos do filme americano "Histórias Cruzadas", onde crianças tinham tanto carinho por suas empregadas, e quando se tornavam adultas reproduziam as relações vigentes na sociedade. E são exatamente essas relações sociais demarcadas por um viés dicotômico alimentado pela humanidade entre superiores e inferiores, que marca o lugar dessa patroa e dessa empregada doméstica.

Os discursos racistas, sexistas e classistas são proeminentes na relação patroa e empregada. Na relação da empregada com a criança ainda não existe de forma consciente, porque ela (a criança) pode ainda não estar organizada dentro de um pensamento social elitista subalternizante a ponto de fazer escolhas entre o sentimento e as imposições de poder que engendram a vida na sociedade, pautada em uma suposta supremacia.

É preciso desvelar os discursos em torno das relações do trabalho doméstico brasileiro, porque tem se tornado um lugar de validação das relações de poder que se fortalece a partir da inferiorização do outro. É na troca afetiva entre aquelas que podem pagar pela ajuda doméstica e as [mulheres] pobres que oferecem seus serviços que as relações de classe são praticadas e reproduzidas (GOLDSTEIN, 2003).

4.3 Método

A partir dos movimentos já apresentados por nós no Estudo 01, também assumimos uma postura qualitativa nesse momento e buscamos olhar o que se apresenta para além do que se pretende como exato ou verdadeiro. Atentamos para o dito e para não dito, para o jogo de luzes e sombras que dão a atmosfera das cenas.

A pesquisa qualitativa ainda é favorável para nossos movimentos de pesquisa por se configurar uma abordagem interpretativa da realidade, e proporcionar que estudemos os fenômenos em seu ambiente natural por meio da inserção nele. Favorece os movimentos de compreensão da realidade e os significados que lhes são atribuídos (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Entendemos que, por meio da pesquisa qualitativa, mas assumidamente crítica, é possível construir espaços onde se discuta as hegemonias discursivas arraigadas na moral, bem como problematizar as questões de raça, gênero e classe (DENZIN; LINCOLN, 2006) e questionar lugares de poder, numa tentativa de desvelar essas articulações que geram opressão e desigualdade.

4.3.1 Tipo de Pesquisa

Seguimos nesse estudo os caminhos do método etnográfico que traz consigo a ampla possibilidade de descrição que está implicada na relação direta com “as qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo” (MATTOS, 2011, p 54).

A etnografia, no contexto das pesquisas qualitativas e, sobretudo considerando o cenário deste estudo, se torna de grande importância, principalmente por contribuir para

(...) os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sóciointeracionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas (MATTOS, 2011, p 50).

Mas também é importante dizermos que, no percurso etnográfico buscamos romper com a histórica construção dicotomizadora da modernidade que erigida a partir de uma lógica colonialista, constituída como um projeto de poder e dominação a partir do modelo europeu (QUIJANO, 1992), vai se estruturar a partir das oposições humano x não humano, cultura x natureza, bom x mal. No campo da pesquisa e da racionalidade científica, esta dicotomia é reproduzida a partir da relação sujeito x objeto (SANTOS, 2018). Nessa etnografia nos misturamos, como pesquisadores sensíveis e afetados com o campo.

4.3.2 Participantes da pesquisa

Esse estudo é composto por uma população de 5 (cinco) mulheres empregadoras domésticas que possuem empregadas na atualidade. Todas moradoras do Bairro D. Timóteo na cidade Tianguá, constituindo o que chamamos aqui de “elite local” por sustentarem lugares de privilégio que as colocam em um lugar de mando frente a suas empregadas.

Essas mulheres são todas letradas, formadas. Sua faixa etária está entre 28 (vinte e oito) e 54 (cinquenta e quatro) anos. Todas casadas. A maioria com filhos menores de 10 (dez) anos. Sobre a cor de pele, 3 (três) se ver branca, 2 (duas) se percebe parda. A renda de cada uma das participantes para o perfil da cidade, lhes situa como classe média.

4.3.3 Instrumentos de produção de sentidos

4.3.3.1 Entrevista semiestruturada

Como instrumento de coleta de dados deste estudo, fizemos uso de entrevistas semiestruturadas. Na entrevista semiestruturada, as perguntas são determinadas previamente, mas a sequência e formulação pode variar dependendo de cada pessoa entrevistada. Ou seja, a pesquisadora realiza uma série de perguntas (normalmente aberta no começo da entrevista), que definem a área a investigar, mas está livre para continuar a qualquer ideia de que poderiam ser relevantes, com novas perguntas.

A entrevista semiestruturada permite o conhecimento das pessoas sujeitos da pesquisa, a compreensão, o pensamento, os modos de conduta e sentimentos das mesmas, além de permitir analisar respostas, mas também as expressões, os gestos e elaborar novas questões (MARCONI e LAKATOS, 2007). Ela será um momento fundamental na pesquisa porque possibilitará um contato real com a dinâmica social e a pluralidade de ideias.

As entrevistas foram realizadas nos lares das mulheres empregadoras, em momento em que as empregadas não estavam presentes, e de forma que pudéssemos participar um pouco da dinâmica da casa. Então todas foram realizadas em um café da tarde, com duração de cerca de uma hora e meia a duas horas.

4.3.3.2 Observação Participante e Diário de Campo

Também fizemos uso de observações participantes, sempre chegando mais cedo aos locais de entrevista, e estendendo um pouco mais a visita após a conclusão destas, sempre propondo uma conversa informal e um estar descontraído no contexto familiar, que nos permitiram organizar melhor o sentido das falas das entrevistadas (POLIT; HUNGLER,

1995). As observações foram registradas em Diário de Campo, instrumento que nos permitiu melhor apreender os significados do vivido naqueles contextos (MACEDO, 2010).

4.3.4 Análise de dados

Neste estudo operar na produção de sentido por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD), pelo fato de esta considerar imbricadas às estruturas linguísticas/discursivas e as estruturas sociopolíticas, considerando, inclusive, que um de seus objetivos é contribuir para "aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação" (FAIRCLOUGH, 1989, p. 1). A ACD estrutura seus movimentos de análise atentando para "desvelar relações injustas de poder e construções ideológicas opacas nos discursos" (RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 127).

Seguimos na perspectiva das proposições de Magalhães (2001), percorremos um caminho mais prático e efetivo (não só de postura). Essa proposição de análise é importante frente a necessidade de analisar a linguagem considerando as perspectivas linguísticas, sociológicas e políticas (FAIRCLOUGH, 1992).

4.3.5 Procedimentos

Para melhor estruturamos o sentido que desejamos produzir para o material coletado, estruturamos as análises a partir de duas categorias que nos permitiram organizar melhor as falas e atendermos o objetivo proposto.

Na primeira categoria, que intitulamos de "Manda quem pode: os discursos das patroas a partir do seu lugar 'natural' de mando", traremos problematizações acerca das falas e posturas das empregadoras que tensionam e forjam o enredo das relações entre patroas e empregadas e de como isso está alicerçado a partir da perspectiva de branquitude que exclui a mulher empregada e negra, a subjuga.

A segunda categoria, "Regulando corpos, controlando vidas", discutimos as regulações e os limites que são colocados pelas patroas na relação com suas empregadas, e de como isso vai operando como agente de subjetivação das empregadas na medida em que estabelecem um modo de se ver e se sentir no interior das residências onde trabalha, mas também ao sair de lá para sua vida real.

4.4 Resultados e Discussões

4.4.1 *Manda quem pode: os discursos das patroas a partir do seu lugar “natural” de mando*

Iniciamos este percurso de análise dos discursos das empregadoras lembrando um adágio popular que diz: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Embora esse ditado seja utilizado em diversos contextos, nos parece que na dinâmica do serviço doméstico ele, não só faz mais sentido, como encontramos uma encarnação deste em sua totalidade.

As patroas, que herdaram seu lugar de superiores das articulações patriarcais, colonialistas e de branquitude, se apropriam do lugar de mando ao ponto de este, estar naturalizado e justificado. Parecem sentirem-se confortáveis nesse papel, e defendem seu lugar de dirigir os processos e dar ordens, evocando os princípios do trabalho, na ideia de que, no contexto capitalista, muitas vezes, é fazer algo para alguém (o patrão), ainda que, quando convém, este seja inquirido como algo da ordem do favor entre pessoas que se gostam. Criando justificativas para naturalizar o mando de uns sobre outros.

Com muita naturalidade isso é assumido por nossas entrevistadas. Quando precisam falar do seu papel nessa relação, fica claro que este é mandar:

Eu acredito que o meu papel é de tipo, mandar mesmo. Na verdade, dizer: “oh, tô indo, mas deixo aqui as coisas pra você tomar de conta. Então, hoje, você cuida da casa, você faz isso, faz aquilo.” O nosso papel mesmo é, justamente isso, uma pessoa... é, eu tenho que dizer assim: fulana faz isso, faz aquilo, e ela sempre acolhe as coisas direitinho e faz, né. Então, eu acho que meu papel é mandar a pessoa que está aqui em casa, tá fazendo isso, e tudo. E manter a casa organizada, manter a casa limpa, fazer aquilo que nem dá pra eu fazer e nem eu quero fazer né? (HELENA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

No jogo articulado de poder, na visão da empregadora, o seu lugar é de fala sobre a “outra mulher”, que é vista, pela patroa, como quem deve obedecer, não questionar, acolher e fazer as coisas direitinho. Assim está, antecipadamente, na concepção da empregadora. A patroa não produz a organização da casa diretamente. Ela, como uma espécie de maestra do lar, rege com a batuta do poder, sua empregada e se sente como aquela que cuida da casa e a mantém em ordem, ordenando que “outra” faça por ela.

Podemos ver isso também manifesto na concepção de Francisca quando nos diz: “Então eu acredito que ela tá aqui pra fazer o que é necessário, o que eu peço, o que eu mando ela fazer, né, e além disso, a gente tem essa a bastante tempo, a gente tem toda uma convivência, né? Mas acredito que é isso” (FRANCISCA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

Não é raro vermos a empregadora se colocar como possuidora de sua empregada ao ponto de dizer que já a tem a muito tempo, afirmando o tempo em que a empregada trabalha para ela. Essa ideia relacional que se estabelece no modo de se ver da empregadora nos

remonta ao que Brites (2000) nos traz acerca das estruturas hierarquizadas de poder que perpassam e modelam tais relações. Helena parece descrever um pouco disso. Para ser uma patroa de sorte, é preciso arrumar uma “amiga”, mas, ao mesmo tempo, uma empregada. Num complexo jogo de alternância entre confiança afetiva e hierarquia profissional:

É, às vezes eu vejo que muitas pessoas não têm essa mesma sorte de encontrar uma pessoa que dá certo, né? Que encaixa no horário com as pessoas da casa. Eu encontrei uma pessoa que se encaixou, tanto no meu tempo, como nos cuidados com os meninos né? E assim, a minha relação com ela é uma relação boa, agradável, né? E uma relação de patroa e empregada, não deixa de ser, porque assim, ela acaba que ela tá aqui pra me ajudar ou pra fazer aquilo que eu já não estou disposta a fazer. E eu, né, já coloco ela pra fazer, de início foi isso, eu precisava de uma pessoa pra cuidar da minha casa, dos filhos enquanto eu ia trabalhar fora né. (HELENA, ENTREVISTA EM 21/01/21).

Entender esse limite entre relacionamento agradável e relacionamento entre patroa e empregada é o que nos parece a questão. Até porque Helena afirma que o relacionamento delas é um relacionamento próximo, amigável, logo ela sente a necessidade de apresentar contrapontos e limites para essa relação. É, “é uma relação boa, agradável”, mas isso parece não ser o suficiente para estabelecer respeito, confiança e profissionalismo que nunca está na empregada, mas na patroa, em como ela orienta, como ela coloca os limites e permite as aproximações, como ela dá o tom da relação. Inclusive, para Helena, o relacionamento é bom porque ela faz com que seja bom ou porque tem sorte. Afinal, o que parece, é que o primeiro sentimento ao contratar uma empregada nova é a desconfiança, a princípio é, primeiro uma relação arisca, e só depois se estabelece um grau de confiança, o que traz um clima de que a empregada é sempre errada até que prove o contrário, e quando prova, a patroa é uma pessoa de “sorte”.

Algumas patroas são bem mais incisivas no estabelecimento dessa hierarquia, como Zilda, que considera fundamental deixar claro o papel de cada uma nessa relação: “Assim, o preto no branco, a minha função é orientar né! E a dela é realizar as tarefas de casa e, acho que isso. E haver um respeito tanto pra mim com ela, como dela para comigo (ZILDA, ENTREVISTADA EM 21.01.21)

Também podemos encontrar esse movimento ordenador do modo de agir da empregada na fala de Dora, que diz como gosta e o que quer que seja feito, dando um tom estético ao modo de agir da empregada, o que dá à descrição de sua função um caráter que não está ligado ao seu fazer, mas aos limites dado pela patroa:

Aqui em casa, é como eu digo até pra ela, né? Assim, eu gosto muito das coisas organizadas, de tudo muito limpo e organizado né? Então a minha função nesse sentido é orientar, né, para que as coisas estejam dessa forma que eu gosto mas como eu digo pra ela hoje a minha prioridade é a minha

filha. Então, se der pra ela fazer as coisas de casa do jeito que eu gosto, mas se não der fica pra outro dia e a prioridade é a minha filha. E então assim, nesse sentido, a minha função é orientar. (DORA, ENTREVISTADA EM 21.01.21)

A patroa é quem prioriza o que quer no serviço de sua empregada que parece não poder ter autonomia em sua função. É como nos disse Edna: “Eu contrato uma pessoa pra fazer o meu serviço, pra fazer o trabalho que eu faria se eu tivesse em casa. (EDNA, ENTREVISTA EM 02.11.2020)”. Ela (a empregada) existe como uma espécie de marionete controlada à distância pelos comandos de sua patroa. É da patroa o “o que”, “o quando” e o “como” fazer.

O trabalho doméstico é, também, de certo modo, um trabalho domesticador, onde uma mulher branca usa uma mulher negra para os serviços domésticos de sua casa para que possa trabalhar fora. Está bastante nítido nas relações estabelecidas pelas empregadoras a ideia de “querer que você faça da maneira como queremos que você faça” (KOFES, 1990, p. 191), o que exige da empregada doméstica uma atenção e uma incorporação dos discursos e práticas da empregadora, num processo de servidão e invisibilidade desta e que coloca a patroa no lugar de verdade quanto aos modos de ser, agir, entender o mundo e se relacionar com a realidade e com o seu próprio eu. Uma espécie de: fazer como se fosse eu fazendo.

Eu deixo ela se sentir à vontade. Eu passo pra ela como se ela fosse eu, na minha casa, né? Hoje eu tô com duas pessoas, uma morando comigo e outra ajudando, justamente, por eu ter noção de que é um serviço diário, como todo trabalho, mas é um serviço cansativo, e como eu tenho um bebê, então, eu tenho duas pessoas. E aí, eu deixo bem claro pras duas, que é uma via de duas mãos, é uma ida e volta, eu deixo a pessoa bem à vontade, mas deixando bem firme, bem certo, de que eu quero que ela cumpra uma tarefa que eu cumpriria se eu tivesse em casa. Então, cuidar dos meus filhos como se fosse eu, né, cuidar da casa como se fosse eu, né, acredito que isso é o de toda empregadora, e ela como uma empregada, como toda empregada é fazer a sua função né que tá sendo determinada (FRANCISCA, ENTREVISTADA EM 21/01/21).

Como se sentir à vontade sendo como outra pessoa? Tendo que estar sempre recorrendo ao padrão de uma outra para fazer com ela? Na verdade, isso opera assim: “eu te deixo à vontade para (e desde que) você seja igual a mim”. Essa postura e seus efeitos discursivos, acabam por tornar a empregada, seu jeito próprio e seus saberes, um tanto quanto ilegítimo, como se essa precisasse sempre aprender com sua patroa, a sinhá, que tem várias empregadas a seu dispor. E na verdade é assim que ocorre.

Esse é também um movimento de dominação. Ao anular o saber da mulher trabalhadora, ou de qualquer grupo oprimido, como nos dirá Scott (1995), percorre-se aí um caminho de facilitação do exercício do poder. O verdadeiro trabalho da empregada, nesse contexto, é pensar na patroa o dia inteiro, evocando sempre sua imagem, suas ordens, seu jeito

de fazer, para que possa sempre estar dentro de seus parâmetros da branquitude. Esquecer-se de si e tornar-se, naquele ambiente, a encarnação de sua patroa. Em uma espécie de prisão sem muros, impõe o abandono da própria experiência.

A patroa precisa do trabalho da empregada, mas não admite ser substituída. Ela é a “dona da casa”, quando isso toca a relação com outra mulher. Assim, ela aprende a se ver como superior e a executar seu poder por meio de mecanismos explícitos e/ou velados que regulam a rotina e os modos de ser e agir (SILVA, 2012).

A cultura patriarcal e colonialista que guia o modo de agir das empregadoras impõem uma trajetória na experiência da empregada de um não ser. A cada casa um modelo de fazer, e o que ela (a empregada) aprendera anteriormente não serve para seu atual emprego. Isso nos faz recordar um dos momentos que pudemos testemunhar em uma das entrevistas.

Terminado o café me ofereci para lavar a louça. A empregada de Zilda estava de folga nesse dia. Quando cheguei na pia me deparei com um recipiente de plástico com sabão em barra imerso em água. Nunca tinha visto isso, mas também não comentei nada. Quando mergulhei a bucha de lavar louça percebi que a água estava cremosa e espumante. O sabão havia se diluído e se transformado em uma espécie de detergente. Então resolvi falar para Zilda, já que havia achado tão interessante aquele processo. Para minha surpresa, ela foi em direção à pia, resmungando e dizendo que já havia dito para Antônia (sua empregada) não fazer mais aquela marmota. Ela estragava o sabão por preguiça de passar ele na bucha (DIÁRIO DE CAMPO, 21.01.2021).

Aquilo que nos pareceu um saber agregado pela empregada, talvez de outras experiências em outras casas, não cabia naquele lar. Ainda que sua ação fosse coerente, ela destoava do modo (modo da branquitude) de fazer de sua patroa e insistir naquilo, ainda que fosse Antônia quem manipulasse a bucha e o sabão cotidianamente, e devesse agir da forma que melhor lhe parecesse para o bom desempenho de sua função, acabava por representar uma desobediência insistente e, nem havia clima para o entendimento do porquê ela agia assim, afinal, seu lugar deveria ser de obediência cega, e tão somente isso.

Algo que surge como bastante inquietante, e que sempre desestabilizam as empregadoras, é a confiança que, embora seja uma marca do início da relação, é muito de ser plenificada. Como falamos mais acima, conseguir alguém de confiança faz da empregadora uma mulher de sorte. E isso surge assim porque uma empregada honesta, para essas mulheres e para a cultura que forja o trabalho doméstico, é algo raro. As empregadoras, divididas entre a necessidade e a desconfiança, contratam mulheres e estabelecem uma espécie de rastreamento de suas ações para terem certeza que podem relaxar e confiar. As empregadas precisam conquistar essa confiança. É, talvez, sua principal missão no trabalho. Dora nos sinaliza um pouco disso:

As dificuldades que eu vejo assim pra mim é a questão de confiança, de eu me sentir segura ao sair e deixar ela na minha casa porque eu já passei por situações da pessoa levar as coisas da minha casa, né, me roubar, me furtar, não sei como é que é, mas nesse sentido e de ficar com a minha filha, de cuidar da minha filha. Hoje pra mim isso é o primordial enquanto patroa. A principal dificuldade pra mim é essa questão da confiança, de me sentir segura, mas assim, até hoje eu sempre tive um bom convívio com todas as empregadas (DORA, ENTREVISTADA EM 21/01/21).

A relação de confiança é sempre muito frágil. Não precisa muito para que seja colocada em cheque a integridade da mulher trabalhadora, sendo vista como perigosa e criminosa, de forma estigmatizada. Isso também tem suas raízes na marginalização interseccional de raça e classe, onde negros e pobres são vistos sempre sob suspeita, e sendo a profissão de empregada doméstica uma profissão onde a grande maioria de trabalhadoras são negras e pobres (GONZALEZ, 1983), ao contrário da boa regra do direito que presume sempre a inocência, aqui é o contrário. À empregada é destinada todas as desconfianças e suspeitas. Um olhar inquisidor e sempre em alerta e desperto, até que algo prove o contrário.

Podemos entender um pouco mais como a desconfiança a respeito da empregada é algo que realmente está nas prioridades da empregadora. Essa fala de Helena nos faz perceber que, embora o medo de furto seja a primeira das desconfianças, outras surgem com tanta força quanto esta:

As pessoas que trabalharam comigo foram pessoas que já eram mães, já tinham experiência com criança e me passavam segurança. Eu deixava meus filhos com ela, quando eu chegava em casa, que ela ia embora, meu filho abraçava, beijava ela, então eu me sentia segura nesse sentido, né? Ela não maltratava. E a casa também, como diz a história, não é exatamente como a gente quer, mas dando conta do básico, dos filhos é o que importava né? Então assim, eu tive experiências boas como empregadora. Como patroa, tive pessoas boas. De certa forma eu tenho mais pontos positivos do que negativos pra falar hoje. Até hoje, por conta disso, inclusive, a pessoa que tá comigo, está grávida e ela vai ter que sair. Não por um ponto negativo dela, mas infelizmente ela vai ter que sair por questão do bebê, e assim foram outras, a maioria das pessoas saíram dessa forma (HELENA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

Explicar que a empregada vai sair, mas não “por um ponto negativo dela” é, ao mesmo tempo que considera uma naturalização da saída por falhas na empregada, não considerando a possibilidade da mesma não querer mais esta relação ou desejar outra realidade para si, também aponta para o fato da empregadora não cogitar que ela pode ser a causa da ruptura da relação. “O que sentimos no momento dessa resposta foi um clima de lamento, de medo de como será, se ela teria a mesma “sorte” de encontrar outra pessoa que ela confiasse novamente” (DIÁRIO DE CAMPO, 21.01.210).

Quando as funções da relação de trabalho são descritas, como nos traz Kofes (2001), vistas a partir da estrita relação empregatícia, até nos pode parecer uma relação convencional

de trabalho como tantas outras. Vejamos como ela traz o que se espera de cada uma nessa relação:

[...] a patroa, a mulher, a dona de casa, organize, dê ordens, supervisione e complemente o trabalho da empregada. Cabe a ela efetuar o pagamento e ter a responsabilidade de procurar, contratar e manter o vínculo com outra mulher, a empregada. À empregada cabe realizar o trabalho para o qual foi contratada, respeitar os termos da relação, receber um salário e sustentar o vínculo com outra mulher (KOFES, 2001, p. 164).

No entanto, assim seria se essa relação não fosse historicamente alicerçada a partir das marcas colonialistas que subalternizam as pessoas a partir de sua cor, gênero e classe social. Assim, a relação construída a partir dos limites de possibilidade das patroas seguem esse modelo e estabelecem aberturas, quando lhes convêm, obediência sempre, onde a primeira tarefa da empregada é provar que é digna de confiança e depois que são capazes de ser uma espécie figura reprodutora do modo de ser e fazer da empregadora. Isso vai além das relações de trabalho convencionais, mesmo no cenário precário da sociedade capitalista. Suas marcas são bem mais profundas, elas incidem na estética do ser e impõem um reconhecer-se sempre necessitada da sombra da patroa pra ser e/ou fazer algo que seja digno de reconhecimento. Quando isso ocorre, geralmente é acompanhado de algo como: ficou muito bom, você fez do jeito que lhe ensinei. Parabéns!

4.4.2 *Regulando corpos, controlando vidas*

O trabalho doméstico, bem diferente dos outros trabalhos, tanto por entrar na intimidade cotidiana da família, como por estar atrelado ao fazer servil que, no contexto brasileiro foi modelado nas senzalas, se estrutura a partir da operação de um poder que regulamenta fazeres, corpos, sexualidades e modos de vida. Esse extrapolar do fazer laboral torna o serviço doméstico um campo de subjetivação desigual e cruel.

Os corpos das empregadas, vistos também como corpos para o uso, muitas vezes chegam a incomodar, sobretudo quando eles aparecem e chamam atenção na casa. Sem falar do clima de comparação que às vezes se estabelece e deslegitimam certos cuidados que a empregada possa ter consigo. Vejamos como isso aparece nas falas das empregadoras:

Eu trabalhando, procuro meu horário livre pra fazer a unha, entendeu? Ela tem o horário livre, mas no horário que ela estava prestando serviço, ela se chateava, na verdade não é nem se chateava não, ela dizia:” oh, não consegui fazer minha unha. Oh, eu fiz minha unha e borrei”. Assim com coisas que não tenho muito a ver assim, ela tem os horários pra fazer, entendeu? Nem eu fico desse jeito quando não posso fazer a unha ou quando borro por que tenho que fazer minhas coisas (FRANCISCA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

Essa fala de Francisca toca muitas questões. Embora pareça algo óbvio que diz dos cuidados pessoais em horário diferente do trabalho, ela trata de uma fala que questiona os cuidados da empregada para consigo, como se esses cuidados específicos fossem supérfluos. Pintar as unhas, não querer borrá-las, lamentar o dinheiro “jogado fora” fazendo as coisas, é algo da patroa e não da empregada. Nem ela reclama, como a subalterna vai ficar incomodada? Não se trata apenas de uma discussão do tempo livre. Se trata do que é legítimo ou não para cada ente da relação. O único espaço dessa mulher empregada é o trabalho, tendo as afinidades de gênero anuladas como se não fosse também mulher, porque é negra e pobre.

Quando falávamos sobre as aparências das empregadas, Edna traz uma contribuição que vai ao encontro do que falamos. Vejamos:

Cabelo alisado, cabelo mais arrumado que o meu! Cabelo mais bem pintado que o meu, melhor do que o meu! A empregada da minha cunhada tem uma moto, vem trabalhar de moto! Ela (a cunhada) não tem uma moto e a empregada tem. Como é que pode? (EDNA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

A empregada tem uma moto e a empregadora não. Mas Edna esqueceu de dizer que sua cunhada, juntamente com seu marido, possuem um carro importado de alto valor. Le Guillant (2006) vai nos dizer que a empregada, na complexa relação com sua patroa, experimenta uma mistura de carinho e inveja, mas parece que a conjuntura de mais direitos e algumas políticas sociais que contribuem para uma maior emancipação das empregadas, têm despertado nas empregadoras certos incômodos que antes não eram tão presentes. Nos lembra um pouco a cena da Branca de Neve, em que a madrasta pergunta: Espelho, espelho meu, existe alguém mais bonita do que eu? Só que neste caso, o incômodo emerge da não aceitação desta Mulher trabalhadora que possa ascender, não só em posses, mas em dignidade e/ou poder de fala. O lugar da pobreza, no olhar da elite, é unicamente de subsistência. Não há desejo para além do básico para as mulheres empregadas. Há a culpabilização do pobre.

Também alguns discursos moralistas permanecem como regulamentadores dos corpos e das condutas das empregadas. Zilda, em certo momento disse não contratar empregada “arrumadinha” (se referindo a empregadas bonitas) por ter dois leões em casa, que seriam seu marido e seu filho adolescente (DIÁRIO DE CAMPO, 21.01.2021). A mulher negra também sofre o estigma da mulher desejada pelo senhor de engenho que a vê como propriedade.

Francisca também elabora sua fala nesse sentido. Uma empregada, segundo ela, deve manter certa compostura e modéstia em seu vestir:

E em relação a roupa, me incomodaria se fosse qualquer uma outra pessoa que entrasse na minha casa, que tipo, sei lá, não é nem bem vestida pela

questão de marca não, mas exemplo roupa curta, mostrando assim a bunda. Inclusive eu já tive uma menina que sempre ia com um short assim mostrando a bunda, mas um caso assim né? Eu nunca tive coragem de chegar: olha você não pode vir com uma roupa assim curta, você não pode vir mostrando a bochecha da bunda. Mas que a gente não gosta, não gosta (FRANCISCA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

Esse jogo discursivo moral e puritano, que também denuncia o lugar da mulher negra e empregada doméstica como um corpo a ser usado e temido (a depender de quem) sexualmente, busca justificar, por exemplo, o uso de uniforme. No entanto, o uniforme, além de encobrir as nádegas que teimam em aparecer (embora figure entre os fetiches sexuais), também operam como um identificador de lugar, segregando e não permitindo com que a empregada esqueça quem ela é no jogo da intimidade do lar. É a institucionalização do lugar de serva.

Voltando ao assunto do bem vestir, e elogiando nossa iniciativa de pesquisa de ouvir as empregadoras que fazem muito esforço para manter empregada uma “secretária” (como às vezes é chamada), Zilda traz a figura do uniforme como sendo algo bom para ambas. Para a empregada é bom até mesmo porque ela não precisa gastar suas roupas pessoais (DIÁRIO DE CAMPO, 21.01.2021).

Acho muito importante o seu trabalho até porque são questões que precisamos deixar bem definidas. Por exemplo, lá na minha casa, me dou muito bem com minha secretária. Há muitos anos ela me serve. Gosto das coisas bem direitinho então ela usa uniforme e tudo para que as coisas fiquem definidas para ela e pra mim (ZILDA, ENTREVISTA EM 21.01.2021).

Nesta fala vemos o lugar de mando bem definido. A empregada, que serve Zilda, e recebe o nome de secretária, provavelmente, na tentativa de invisibilizar o estigma do trabalho doméstico, se dá bem com ela por ter incorporado seu jeito de gostar das coisas, como falamos acima, e usa uniforme como se fosse uma escolha sua. Como ela (empregada) gosta das coisas bem direitinho, por isso usa uniforme. Mas, na verdade, o uniforme, juntamente com outros modos de colocar as empregadas em seus “devidos lugares” como o quarto da empregada, o elevador de serviço e almoçar após todos comerem, funciona como modo de humilhação (SILVA, et al, 2017) que também forja a subjetividade da empregada doméstica.

As empregadoras não conseguem reconhecer como elas contribuem para os processos de perpetuação do subjugamento e inferiorização de suas empregadas. Esse lugar de patroa como sendo um lugar para conter o espírito indomável da empregada, é a razão pela qual elas sempre justificam seus atos e o comportamento retraído das empregadas, sem que haja nenhuma atitude das patroas para permitir um lugar de igualdade nessa relação. Quando o assunto sobre onde as empregadas almoçavam surgiu, as argumentações foram nesse sentido:

Pra fazer as refeições, elas não querem comer junto com a gente, preferem, dizer: não, não, eu não quero agora não! Eu não tô com fome, não, eu tô fazendo aqui o serviço e já eu vou. Inventa, assim, a gente percebe que é vergonha, que se sente envergonhada, uma coisa assim (FRANCISCA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

As empregadoras sabem que suas empregadas têm vergonha. Que não se sentem à vontade. Que estão com fome mas não irão comer naquela hora, mas entram no faz de conta por entenderem que esse é o lugar que não devem ocupar. Não na mesma hora que a patroa. Afinal, se as empregadas fazem questão de se manterem em sua insignificância, comendo o que sobra como nas senzalas, por que as patroas têm que se incomodar com isso? Nesse discurso vemos a ignorância branca fazendo parte do silenciamento.

Quando a questão toca a sexualidade as coisas são bem mais veladas, mais tensas. Quando essa sexualidade das empregadas aparecem no interior da família, e como isso perturba a ordem e desbanca o lugar da patroa, fica mais nítida e mais direta as intervenções, mas quando se fala do que a empregada faz após seu trabalho, as empregadoras parecem fazer uso de retóricas que beiram a preocupação e ao cuidado. Quando o tema era os relacionamentos de suas empregadas, elas diziam não se incomodarem: “assim, me afetaria também se ela tivesse relacionamento com bandido, com traficante, aí eu assim, eu acho que eu não queria essa pessoa dentro de casa não! (DORA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

É inevitável não pensarmos sobre essa argumentação que arrasta uma preconceção de quem essas mulheres são ou fazem a partir do lugar de subalternidade que elas ocupam, ou pela região em que moram. A evocação do bandido é o que escapa da eterna desconfiança de sua empregada e esconde a regulação da sexualidade que também opera na maioria das relações.

Mas algo apareceu com mais escancaramento, com mais marcas de posse e regulação da sexualidade das empregadas. Em certo momento da entrevista Zilda deixa escapar algo que para nós foi totalmente impactante:

A menina que mora aqui em casa, ela estuda. Mas eu tenho medo, não vou mentir. Porque sai e a gente não sabe se está estudando mesmo, o que tá fazendo... Às vezes eu lembro da minha tia que não deixava as empregadas dela estudarem não. Depois embucha e aí vai, deixam a gente, né? A gente nem sabe com quem tão saindo, e aí vem pra dentro da casa da gente, né? (ZILDA, ENTREVISTA EM 21.01.21).

No contexto da divisão sexual do trabalho talvez haja quem entenda essa fala por via do “controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres” (KERGOAT, 2010, p. 99), mas nós vemos bem mais: vemos estigmatização, negação do desejo da mulher negra e pobre, marginalização da vida íntima como se isso fosse inadequado de ser vivido pela empregada, sobretudo a que mora na residência em que trabalha. Um controle sobre a

existência dessa mulher por meio do controle da sua sexualidade que não deveria ficar aparente no seio familiar que não lhe pertence.

São corpos que habitam a casa, que precisam transitar por toda ela. Não da mesma forma que a empregadora transita, mas para executar suas funções, e quando algo a mais acontece, é algo significado como bondade da patroa. Vejamos alguns que argumentos são apresentados pelas empregadoras:

Ela circula todos os ambientes, agora habitar não são todos. Por exemplo, no meu quarto, ela entra, ela limpa meu quarto, lava meu banheiro, esse tipo de coisa, agora usar a minha cama, por exemplo, pra deitar, pra ficar assistindo, ela não usa. Até porque eu acho que vai de cada rotina. A nossa rotina aqui é de patroa e funcionária e acho que toda essa questão de patroa e funcionária tem que ter um certo limite para que ela seja saudável, essa relação. Então assim, por isso que envolve a necessidade da patroa e do serviço também né? (HELENA, ENTREVISTADA EM 21.01.21)

Ela usa o banheiro dos meus filhos (que é o banheiro social). Na minha casa falta água à noite, no banheiro dos meninos, que é onde ela toma banho. Então, no dia que falta água, todo mundo toma banho no meu banheiro, sem exceção. Inclusive, já aconteceu, exemplo, a última pessoa que teve comigo, ela usou meu banheiro, ela tomou banho como os meus filhos. Os filhos melam, sujam, eu vou lá e reclamo. Uma vez ela tomou banho, lavou os cabelos, né? Tratou dos cabelos, inclusive, usando as minhas coisas, porque eu libero, e aí, deixou cheio de cabelo. Aí, eu chamei e disse pra ela, olha a gente não deixa banheiro sujo, os cabelos a gente junta, bota no lixo. E, assim, uma relação tranquila, a necessidade. (FRANCISCA, ENTREVISTADA EM 21.01.21)

Que elas podem circular é algo mais que lógico. Elas precisam limpar. Mas é uma circulação restrita. Na verdade, é como nos fala Helena: elas circulam, mas não habitam. No entanto, o que nos chama mais atenção, é quando vemos no relato de Francisca, que aquela mulher que limpa o banheiro todos os dias, não pode sujar o banheiro da patroa com seus cabelos, ainda que amanhã seja ela quem vai limpar o banheiro e deixar como a patroa gosta. Francisca precisa ensinar sua empregada. Não exatamente ensinar a limpar, mas ensinar o seu lugar: usa o banheiro da patroa e ainda deixa cabelos no chão? Aí é abusar. São as formas inventivas do jogo estabelecido na relação entre empregadora e empregada, que é o jogo da “dominação *versus* servidão” (LE GUILLANT, 2006, p. 243).

Gostaríamos de trazer ainda mais dois relatos que, embora seguindo o mesmo espírito dos anteriores, nos ajudam a melhor compreendermos as perspectivas de regulação operado pelas empregadoras:

A minha empregada pode circular pela casa inteira. Ela pode sentar à mesa, não senta porque ela não quer. Às vezes, a gente nem almoça na mesa, mas um fato que ocorreu comigo e não sei, eu estranhei, pra mim causou uma certa estranheza, vou confessar aqui viu, ó, num dia que eu deixei a minha filha com ela. Ela disse: parece que ela(a criança) estava com sono, aí eu me

deitei na rede com ela. Aí, eu fiquei valha ela se deitou na rede lá no meu quarto. Achei uma coisa estranha né. Num sei se é porque eu acho uma coisa tão nossa, tão íntima, né? (DORA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

Dora nos faz pensar sobre os limites de intimidade que são possíveis e legítimos nessa relação. Não se trata de entrar no quarto, mas ocupar espaços subjetivos de intimidade. Ela não se deitou na cama do casal, mas o quarto é o lugar de intimidade que Dora não deseja que aquela mulher, quase da família, habite, se sinta, se veja. Essa é a diferença entre elas: o “quase” que vem antes da família. Dora não falou, não reclamou, mas o estranhamento tomou conta dela de tal forma que a faz evitar maior contato, para não haver abusos de intimidade.

Helena também se manifesta no mesmo sentido:

Então a minha realidade hoje é que temos uma relação saudável. Ela circula a casa toda, mas assim no meu quarto, assim, ela não habita. Não tem essa intimidade. Essa intimidade nós não temos, tem um certo limite, que ela entende, ela percebe. Eu nunca impus, mas ela percebeu. Mas assim sentar à mesa, sentar na sala, ela, geralmente, não gosta muito de sentar com a gente. Ela, geralmente, senta ali, numa mesinha, e a gente senta aqui na mesa da sala. Mas já aconteceu dela sentar e a gente comer juntos. (HELENA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

O que ela diz que ela percebe, observando, ou seja, percebe no olhar, na verdade é algo que se percebe por ser expresso de muitas formas. A porta que se mantém fechada, as conversas no quarto em segredo, os limites que vão sendo impostos nas próprias vivências a fazem entender seu lugar. O que se apresenta é a velha dicotomia “do dominante tolerante e do dominado tolerado” (SILVA, 2014, p. 98), e aqui gostaríamos de trazer um sentido para o “tolerado” que é o fato de não ser legítimo, não ser totalmente aceito, mas é suportado. Os lugares estão delimitados pela branquidade e pela classe. São duas mulheres com espaços diferentes.

As patroas também regulam o uso de celular, ainda que não tenha ficado claro qual o tempo livre que as empregadas têm para fazer uso deste. Até porque, o que nos ficou claro é que a patroa opera na lógica de quanto mais cedo terminar o serviço, mais cedo ela libera sua empregada. Isso ficou bastante presente na fala de Francisca:

O uso do tempo livre é tranquilo, assim, tudo bem, como a pessoa tem que ir embora, ela que sabe, como ela está ali pra fazer o serviço, então vai de acordo com o tempo que ela quiser. Se ela tá no celular, mas ela tem o serviço pra fazer, ela já tem ciência, porque no momento de contratação, ela já tem ciência que é o serviço e não é o tempo. Então o tempo é ela que faz. A questão com a minha que mora comigo, é do mesmo jeito, ela tem o tempo livre, ela tem o serviço pra fazer, fazendo o serviço tudo bem! (FRANCISCA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

A contradição aparece na fala da entrevistada quando tenta justificar que a empregada pode usar, como que a vontade seu celular, contanto que as atividades da casa sejam feitas a

contento. O tempo é o aprisionante que articula a regulação nessa situação, dando continuidade a lógica escravocrata quando não regula o trabalho pelas 8 (oito) horas. A patroa pode até estar incomodada, mas busca outro recurso dentro da dimensão de dominação do trabalho e argumenta “é tranquilo”, “tudo bem”, mas como ela “tem que ir embora, ela tem o serviço pra fazer, fazendo o serviço tudo bem”. Está evidente, o jogo de controle, ela só vai poder ir embora, quando terminar o serviço.

A empregada de Francisca mora em sua casa. Nesse momento também fica evidente a precarização e a falta de regularização que engendra o trabalho doméstico, e ao mesmo tempo, as condições de vida social desigual, onde mulheres ainda precisam se submeter a trabalhos precarizados e abrirem mão da convivência diária de seus familiares e de seu lugar. É nítido a lógica colonial desse tipo de trabalho.

Nessas circunstâncias, para a relação patroa/empregada, esse lugar de mando/obediência, fica ainda mais estruturado, a partir da validação do lugar da patroa, que está em sua casa, está pagando, enquanto a empregada não está na sua casa e sim no ambiente de trabalho, está recebendo seu salário, embora precarizado. Então, retomando a ideia do tempo livre, o argumento da patroa em dizer: “com a minha que mora comigo, é do mesmo jeito, ela tem o tempo livre, ela tem o serviço pra fazer, fazendo o serviço tudo bem”. A ideia de posse sobre a empregada já nos responde sobre esse suposto tempo livre, livre para quem?

Essa culpabilização que se tenta colocar, a partir dos sutis discursos de organização do tempo da casa, ultrapassa os limites, chegando a organizar a forma que a outra pessoa (a empregada) age, faz o seu trabalho e que entende a hora, garantida por lei, do seu tempo livre, como Francisca exemplifica a partir dos seus acordos com a empregada de sua casa:

Exemplo, eu tive experiência com uma que falava e que mexia muito no celular, era a que estava morando. Aí estava atrapalhando o serviço, foi preciso eu chegar e dizer: ó vamos fazer assim, até tal hora, tu faz isso aqui e tudo né, depois você tá livre, mas assim, pra não te atrapalhar e depois acabar que fica tarde e tu fica se reclamando, porque ainda está fazendo o trabalho. E também já teve uma vez que eu saí, a porta do meu quarto estava aberta, eu saí do banheiro só de toalha, pra me trocar dentro do meu quarto, e quando eu olhei pra cozinha eu me deparei com o telefone ligado com uma câmera. Era ela falando com uma pessoa dentro da casa, aí eu cheguei pra ela e disse: ó, porque assim, eu tenho você como uma pessoa da casa, então eu não tenho vergonha de nada, mas aí uma outra pessoa estar assistindo o ambiente da casa, aí é diferente. Eu tive que chegar e dizer. Eu não disse que não podia, eu disse para ter cuidado, quando fosse falar por vídeo chamada com o namorado fosse pro quarto dela e fizesse a vídeo chamada lá, porque aí pode de repente eu passar sem roupa, alguém passar sem roupa, então, aí nesse caso entendeu (FRANCISCA, ENTREVISTADA EM 21.01.21).

A patroa não admite a intimidade de sua casa ser exposta ou até mesmo disponibilizada para pessoas que não sejam, por ela, autorizadas. Comportamento que vemos

replicado das camadas sociais ascendentes que se sentem responsáveis e dominantes de seus espaços, principalmente, indispostos a dividir com classes que no bojo social são inferiores. As regulações, enquanto ferramentas de dominação, acontecem de variadas formas, entre sutis e violentas, gentis e arrogantes, sensíveis ou agressivas.

O fato é que diante dos resultados encontrados neste estudo percebemos a importância de pensar as questões que articulam a continuação da exploração, da dominação e da opressão no cenário do trabalho doméstico. Para as patroas, seus comportamentos são autenticados pelos discursos da branquitude e da sociedade moderno/colonial e patriarcal sem nenhuma percepção da contribuição e do reforço que estão proporcionando, pelos seus comportamentos e atitudes, para a continuação de uma falsa ideologia, também forjada pelo capitalismo, de que somos seres, naturalmente, desiguais, uns superiores e outros inferiores. Quando na verdade estamos socialmente condenados como nos diz Fanon (2005) a lutar contra uma sociedade que foi e é planejada para ser desigual. E que tem se estruturado para a manutenção de privilégios e vantagens de um grupo, que tem investido na estratificação social a partir de marcadores de raça, de classe e de gênero, inferiorizando e se utilizando desse inferiorizado, para se manter no poder.

4.5 Considerações Finais do Estudo 2

A relação entre a patroa e a empregada no contexto do trabalho doméstico é um espaço de tensionamento que tem se mostrado como um espelhamento da sociedade global no tocante a desigualdade e os marcadores sociais. Refletir sobre a origem e estruturação dessa relação abre possibilidades de romper com a tentativa de "naturalização" desse sistema de opressão que foi articulado desde o início da sociedade brasileira pelo homem branco, patriarcal, sexista e capitalista.

Neste estudo, trouxemos o histórico da servidão para compreendermos que a humanidade sempre se organizou elegendo seres superiores, civilizados, humanos, que seriam servidos e jamais estariam para servir o 'outro'. Este outro, seria os seres, denominados como inferiores, selvagens e desumanos. Essa estratificação social, que ecoa até os dias de hoje, sobretudo no contexto do trabalho doméstico, advindo do processo de escravização, só foi possível porque, a raça que, violentamente, hierarquizou o poder, e se denominou superior, a raça branca, mais precisamente o homem branco, se utilizou dos marcadores de raça, de classe e de gênero.

A classe dominante, em nosso estudo, a patroa, mantenedora e reprodutora das engrenagens organizadoras da sociedade brasileira, ecoa "naturalmente" a "universalidade"

desse lugar nas relações empregadora/empregada doméstica. Vimos no cenário do trabalho doméstico a patroa, enquanto autorizada a falar, como dona do poder herdado da relação com o marido e, reproduzido em suas outras relações, os discursos de mando se coloca e se vê em um lugar legítimo de regular a empregada doméstica em todos os aspectos.

A relação empregadora/empregada doméstica é uma espécie de espelhamento do contexto macrossocial do Brasil que denuncia como a branquitude tem operado a partir das marcas raciais. As regulações estabelecidas nesta relação tem as marcas de branquitude, que precisam ser desveladas: privilégios e vantagens simbólicas e materiais das quais não se quer abrir mão. Para tanto, sustentam seus discursos a partir da invisibilização do seu lugar e a criação forjada de outras bases de sustentação do seu lugar de privilégios, vantagens e, agora, de mando: a opressão e a subalternização do outro.

No contexto do trabalho doméstico as regulações são evidenciadas de formas variadas. Através do mandonismo, os discursos das patroas, às vezes sutis, outras vezes violentos, regulam os corpos, controlam as vidas, da higiene do corpo e aparência ao tempo livre, relacionamentos e sexualidade e até espaços que se pode habitar.

A relação no contexto do trabalho doméstico também pode apresentar um viés afetivo, deixando, muitas vezes, a empregada, refém da desvalorização do trabalho, em nome dessa suposta ideia de afeto. Como se a empregada pudesse “ser” da família um dia. O afeto existe, porém, não pode ser mais uma ferramenta que inviabiliza a desconstrução do lugar de opressão, dominação e exploração que sofre a mulher, negra, pobre, empregada doméstica.

Neste estudo, através das análises construídas, percebemos o quanto essas regulações ainda estão presentes na relação que as patroas estabelecem com as empregadas domésticas e se articulam enquanto ferramentas de dominação, podendo ser formas sutis ou violentas, gentis ou arrogantes, sensíveis ou agressivas.

Os resultados encontrados neste estudo pretende gerar reflexões sobre as questões que articulam a continuação e a manutenção da exploração, da dominação e da opressão no cenário do trabalho doméstico, como também no cenário global brasileiro. Para as patroas, seus comportamentos são autenticados pelos discursos da sociedade moderno/colonial e patriarcal. Não há esforços para se perceber o óbvio da supremacia branca. A manutenção da sua qualidade de vida aparece como direito, nem que precise de um subordinado.

A manutenção da continuação de uma falsa ideologia, forjada pelo capitalismo, de que somos seres, naturalmente, desiguais, uns superiores e outros inferiores, autoriza o comportamento de superioridade.

Somos convocados a continuar na luta contra uma sociedade que foi e é planejada para ser desigual. E que tem se estruturado para a manutenção de privilégios e vantagens de um grupo, que tem investido na estratificação social a partir de marcadores de raça, de classe e de gênero, inferiorizando e se utilizando desse inferiorizado, para se manter no poder.

Por isso, a relevância de refletirmos e compreendermos engendramentos que estruturam o trabalho doméstico e que em nossa sociedade, estão sustentados pelos processos de hierarquização que autorizam as regulações. Sabemos que existe um movimento de resistência, sempre existiu, juntemo-nos a esse movimento, fazendo um convite à desconstrução dessa relação de dominação, exploração e opressão.

5 ESTUDO 3: QUEM MEXEU NO MEU LUGAR DE PATROA?: OS INCÔMODOS ADVINDOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2015

5.1 Introdução

Este estudo tem como objetivo problematizar as (re)configurações na relação empregadora/empregada a partir dos arranjos discursivos advindos do cenário pós-PEC das domésticas. O trabalho doméstico vem sendo vinculado à tradição escravocrata (KOFES, 2001) como um dos eixos de sustentação dos privilégios, no contexto do Brasil, desde a colonização. Desta forma, existe um interesse em naturalizar a condição de servis no que toca às empregadas domésticas, a partir de demarcações de raça, de classe e de gênero.

Nessa conjuntura vemos nas relações brasileiras o domínio de um grupo minoritário, aqui visto como a elite local, que se sobrepõe a uma maioria, denominada pelos engendramentos sociais de grupo subalternizado. Essas relações, no cenário brasileiro, foram alicerçadas e estruturadas, primeiro por meio da força e dos castigos físicos próprios aos escravizados que não fossem servis e dóceis. Depois com a construção de retóricas que buscavam manter as mulheres trabalhadoras domésticas como feitas para tal serviço e ainda como parte da família, servindo, “com gratidão”, em troca de casa, comida e vestimenta.

O processo histórico e contínuo a que passa o trabalho doméstico, de servil/escravizado para o trabalho formalizado, tem sido conquistado a custo de muitas lutas de movimentos que têm resistido (e que sempre vai resistir) a todas as formas de silenciamento. O movimento negro, por exemplo, tem proporcionado um movimento significativo de luta, assim como muitos outros movimentos sociais ligado à causas diversas. Com as trabalhadoras domésticas não tem sido diferente. Temos a figura de Laudelina dos Santos que foi a precursora na luta pela regularização do sindicato das trabalhadoras domésticas, que foi um marco para o processo de organização da categoria, e que, de certo modo, explicitou e tencionou as relações históricas de dominação (BERNARDINO-COSTA, 2007)

Sabemos que as marcas da modernidade/colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2007) são constitutivas desse lugar de opressão a que foram submetidas as empregadas domésticas, mas também, e por conseguinte, do lugar de mando e privilégio que ocupam as empregadoras domésticas. Embora o trabalho doméstico tenha raízes escravistas, a postura da classe dominante para se manter no seu lugar de privilégios não visualiza o lugar de servidão que submete o outro, como um lugar forjado por essa elite, mas um lugar estruturado a partir da meritocracia que culpabiliza a empregada doméstica que não se capacita e/ou, não se

interessou por trilhar um caminho diferente, sendo agora sua pura responsabilidade estar onde está, o que desresponsabiliza as patroas.

Os caminhos trilhados até à promulgação da EC nº 72/2013 e da Lei Complementar nº 150, de 01 de janeiro de 2015 desvelou direitos que sempre foram deslegitimados e invisibilizados pela classe dominante. Contudo, a elite e seus discursos/incômodos/ações, a partir da PEC das Domésticas, tem tentando manter o lugar do opressor por precisar dele para estar em seu lugar de hegemonia, desfrutando do comodismo que tal relação às proporciona, mas também por uma estrutura de pensamento sobre quem ocupa o lugar de empregada doméstica, configurado a partir da longa construção advindo do colonialismo, da escravização e das forças capitalistas que capturam as mulheres para o mercado, inclusive para o “mercado” doméstico, a partir da lógica da precarização e da legitimação daquelas designadas para tal lugar.

Assim, na prática, os aspectos legais da profissão sofrem uma continuidade do modelo precarizado, desvalorizado para quem exerce e para quem “usufrui” dessa categoria. O que se vê é, a partir do trabalho doméstico e suas configurações, a mais fiel reprodução das relações de subalternidade colonialista, num cenário de intensa agonística a partir da tensão de forças como as que estruturam e sustentam a lógica do mandonismo e as contra-forças que, mesmo advindo da parte menos privilegiada, busca reconhecimento e dignidade. Entretanto, ainda impera a lógica colonialista que justifica a relação de precariedade do trabalho doméstico como forma de manter a mulher branca da elite em seu lugar de privilégio.

5.2 Marco Teórico

5.2.1 O processo histórico do trabalho doméstico servil/escravizado para o trabalho formalizado

O trabalho doméstico, que no Brasil, se estruturou a partir do modelo escravista, onde primeiro era os escravizados quem desempenhavam atividades “intensivas-em-habilidade” (FENOALTEA, 1984), logo foram estendidas aos escravizados libertos, para quem também fora destinada as retóricas de afetividade, fazendo-os experimentar uma modalidade própria de controle da qualidade e da certeza do desempenho de seu trabalho por meio da gratidão e do suposto vínculo.

No início, como Versiani (2007) vai nos dizer, essas atividades (domésticas), por serem variadas e necessitarem de muitos escravizados em lugares diferentes, dificultava a fiscalização por feitores, já que seria exigido muitos, o que fazia surgir a necessidade de se controlar tais atividades de outra maneira.

É aqui também que encontramos um dos braços que sustentam as reconfigurações das relações entre senhores e escravizados (não todos) em certo momento da trajetória escravocrata. Para obterem o que queriam, que era a mão de obra do escravizados, perceberam que os castigos geravam revoltas e que o cenário mundial já avançava nas proposições abolicionistas, os senhores das terras brasileiras passaram a investir em práticas que buscavam gerar, nos escravizados, uma adesão aos interesses do senhor. Uma espécie de livre escolha pelo lugar de servidão.

Dentre estas práticas estavam: “a permissão de que o escravizado tivesse uma atividade remunerada em dias de folga; o compartilhamento da receita auferida, no caso dos escravizados “de ganho”; a promessa de alforria” (VERSIANI, 2007, p. 171). Isso se dava no contexto dos fatos que se desdobravam após 1850, uma vez que houve o encarecimento do preço dos escravizados e, conseqüentemente, o fomento por “alugar cativos e contratar libertos para as funções de: lavadeiras, cozinheiras, mucamas, amas de leite, pajens, arrumadeiras, quituteiras, cocheiros, antes realizadas majoritariamente por escravizados” (MUAZE, 2016, p. 68). Essa forma de escravidão não-coercitiva era mais “agradável e lucrativa” que a mão-de-obra assalariada.

O que vemos, ao contrário de um acesso à liberdade, é a construção de um cenário de escravidão voluntarizada, seguindo a construção de um discurso, defendido por Freyre (2016) de que era melhor estar sob os cuidados do generoso senhor do que livre. Esse contexto também foi permitindo, aos poucos, que chegasse aos negros os primeiros rendimentos, que faziam com que tivessem que ser gratos ao senhor, por ele permitir, “bondosamente”, que este conseguisse recursos para sua alforria, forjando um deslocamento da escravidão imposta para uma escravidão pela gratidão.

Aos poucos, em certo momento dessa história da escravidão no Brasil, a partir de forças diversas mas possíveis de demarcarmos (a resistência cada vez mais vitoriosas das rebeliões negras, os movimentos abolicionistas e as pressões externas advindas de países capitalistas que buscavam fomentar mão de obra livre), a pessoa escravizada foi, em um processo gradativo, deixando, ao menos em termos de lei, de ser uma propriedade do senhor. Para nós, isso importa na medida em que se faz necessário demarcarmos como compreendemos que surge o lugar da trabalhadora doméstica que substituiu a mucama, por exemplo.

As leis que foram surgindo como possibilidade de alforria dos escravizados, como a lei do Ventre Livre (BRASIL, 1871) e do Sexagenário (BRASIL, 1885), por exemplo libertaram alguns negros no papel, mas estes, em sua maioria permaneciam presos pelas

forças de poder que sustentavam as práticas sociais. Não entendemos tais leis como abolicionistas, mas como leis que buscavam arrefecer certa pressão social e dos movimentos negros, mantendo a escravidão ainda o máximo que se podia. As pessoas negras nascidas livres, por exemplo, viviam a dura realidade das marcas de sua ascendência e poderiam ser reconhecidas de forma estigmatizada e racista.

A gratidão ao bom senhor contribuía muito para que tais pessoas, e principalmente as negras, se mantivessem à serviço da casa grande por troca dos favores que já mencionamos: abrigo, comida, proteção, dentre outros.

A Lei do Ventre Livre trouxe um grande impacto para a sociedade da época que não estava preparada, em nenhum aspecto, para lidar com tal situação. As pessoas negras, em sua grande maioria analfabetas, sem documentação e perspectivas, não eram absorvidas no mercado de trabalho da época, não tinham espaço social de forma igualitária.

Segundo Nabuco (1988 [1883]) “a lei não marca máximo de horas de trabalho, mínimo de salário, regime higiênico, alimentação, tratamento médico, condições de moralidade, proteção às mulheres, em uma palavra, interfere tanto na sorte da fábrica de uma fazenda quanto na dos animais do serviço” (p. 84). Na prática, tudo, forçosamente, pelas inúmeras contingências e demarcações sociais, continuava a mesma precariedade e localização para as pessoas negras, continuava ocupando o lugar de sempre, o trabalho escravizado.

A lei do sexagenário, embora pudesse figurar como mais uma lei a favor dos escravizados, e contribuísse para a construção do cenário de avanços abolicionistas, era, na verdade, a das retóricas mais oca, uma vez que a estimativa de vida dos escravizados, sobretudo homens, era de 25 anos (SCHWARCZ, 2019) e, embora as mulheres pudessem viver mais, não teriam força de trabalho se conseguissem chegar aos 60 anos.

Porém, seguindo nossas proposições de construção de como entendemos o desenrolar desta trajetória, é importante retomarmos alguns aspectos que emergem quando olhamos para dois cenários distintos: a pessoa negra escravizada que recebia autorização para trabalhar nas horas livres ou eram alugadas e tinham certa renda, e as pessoas escravizadas libertas que podiam trabalhar com vias de salário.

Quando a pessoa escravizada era alugada ou tinha permissão para trabalhar em suas horas de folga, o “bondoso” senhor a “presenteava” com parte dos rendimentos. Importante dizer que boa parte desses serviços desempenhados pelas pessoas submetidas à escravização eram serviços domésticos, portanto abrangendo grande número de mulheres escravizadas.

O ganho da pessoa escravizada não mudava sua condição e este ocorria porque o senhor era “bom”. Mas quando se adentrou, pelas construções a partir das leis abolicionistas, inclusive pela Lei Áurea (1888), o ganho dessas pessoas escravizadas não foi legitimado. Não havia mais a bondade do senhor em cena, mas o direito adquirido das pessoas escravizadas. Isso, evidentemente, não foi aceito pelas elites brancas da época.

Por ocasião da abolição da escravatura, muitos escravizados eram vistos pela classe dominante como propriedades de seus senhores, e que por isso, tinham “certos cuidados” por parte dos seus “donos”, que deveriam zelar por seu “bem” (o próprio escravizado), tais como proteção, alimentação, moradia e roupas, garantidos por uma espécie de código moral (BERNARDINO-COSTA, 2007), agora estavam, pelo engendramento social vigente na época, sem segurança e sem recursos básicos frente aos desafios da abolição, ou seja, não havia nenhum tipo de política pública que os amparassem nesse momento importante de suas vidas. A partir dos vínculos afetivos que alguns escravizados haviam criado com seus senhores (uma relação de medo e afeto), uma nova relação foi sendo estabelecida, onde os antigos escravizados agora se mantinham nos mesmos afazeres como “livres”, mas não assalariados. Continuavam fazendo o mesmo trabalho pelos mesmos arrimos que tinham quando escravizados: abrigo, alimentação e por serem “praticamente da família”.

Na verdade, para além de uma mera força sobre os corpos, que obrigava o trabalho, o que se produziu a partir da Europa foi o lugar da pessoa negra. A partir deste lugar que era de obediência, e sobretudo de subserviência, de invisibilidade, de não humano, o negro era significado pela cultura europeia, constantemente atualizado pela elite da época. E estabeleciam modalidade pela qual os negros construíam as percepções de seus lugares no mundo, refletindo assim, nos processos subjetivos, em movimentos também de colonialidade do ser (BALLESTRIN, 2013), que na medida em que construíam o “bom senhor”, também construíam o “bom escravizado”: dócil, grato, prestativo, gerador de renda e ainda escravizado.

Isso se materializa nas práticas cotidianas. O escravizado poderia até ser liberto, mas ele continuaria a ser negro. E já era tarde demais. A sociedade brasileira que era, na verdade, estruturada a partir do racismo provinciano e estrutural já havia atrelado o aspecto racial da cor com a inferioridade, a subserviência e a indignidade a que foram submetidos os escravizados. Ser negro, portanto, era ser escravizado, ainda que liberto (MACHADO, 2008).

Quando buscamos entender as realidades próprias do serviço doméstico, vem que este

foi fartamente executado por escravizadas durante o Império, além de ser o emprego que mais absorveu mulheres negras, ex-escravizadas, no pós-

abolição. No novo contexto, as libertas foram integradas ao mercado de trabalho através da execução de serviços que, na maioria das vezes, lhes proporcionaram condições análogas à vida no cativo. Tal situação se espalhou no tempo com a conivência de uma legislação que pouca atenção dedicou a tais trabalhadoras. As fronteiras de gênero e raça constituídas na vigência da escravidão foram suficientemente fortes para manterem a maioria das ex-escravizadas atreladas à esfera privada e doméstica, delegando-lhes posições de trabalho pouco valorizadas em termos sociais, culturais e econômicos (MUAZE, 2016, p. 66).

Com a abolição da escravatura também surgiu a real possibilidade das senhores e outras senhoras donas de casa, terem que realizar as atividades domésticas. Até então, eram atividades feitas, e portanto, legitimadas como atividades das mulheres negras e escravizadas. Atualmente, ainda escutamos de forma estigmatizada os ecos de tais atividades como serviço “de preto”, (serviço de cozinha, abastecimento de água, depósito de dejetos nos lugares de destino, cuidados e vigilância das crianças, a confecção de utensílios, zelar os espaços - arrumação e limpeza). Em certo momento no Brasil, ter escravizados, não era mais privilégio da elite, e as diversas camadas sociais já possuíam, ao menos um escravizado (MUAZE, 2016). Contudo, não era possível para a elite brasileira, que se constituía aos moldes da europeia, inclusive adotando hábitos de etiqueta, de vestuário e bens de consumo, se verem envolvidas com atividades consumadas historicamente como inerentes aos escravizados negros.

Além de tudo, o lugar, forjado, ao negro era ideologicamente de alguém inferior por sua cor de pele. Esse discurso era latente com o intuito tanto de “mantê-los” no ritmo da produtividade como também na “obediência”, como nos relata, por exemplo, um trecho da carta de Leonarda Maria Velho da Silva à Mariana Velho de Avelar: “a criada que tenho é uma rapariga de 24 anos que nada sabe. Nos dias que cá ficou, tanto ela, como os pretos, fizeram boas asneiras. É preciso ir ver aquela gente para não perder estes poucos escravizados que tenho” (apud. MUAZE, 2016 p. 76). Ocupar esse lugar de servidão seria incômodo para as elites da época. Mas os negros estavam libertos. O que fazer? Eles estavam livres para exigirem seus salários. Nesse contexto, as práticas de afetividade foram bastante úteis para manter a dominação e manter as conhecidas vivências que encontramos ainda hoje, do trabalho em troca de abrigo, comida e proteção.

Vejamos. A sociedade brasileira europeizada da segunda metade do século XIX teve que conviver com a nova modalidade de relação de trabalho configurada a partir do assalariamento e de uma multiplicação das modalidades de contrato, sobretudo no que se refere aos trabalhos domésticos. A contratação de trabalhadores brancos, estrangeiros, já

existia, mas, as contratações aos moldes da escravidão era um negócio mais lucrativo. No entanto, a abolição colocou escravizados e trabalhadores livres europeus no mesmo lugar.

Entretanto, não era possível de ser concebido pela sociedade da época, demarcada e construída pelos ares eurocêntricos de superioridade frente aos negros, que a partir daquele momento, fosse possível se pagar aos escravizados pelos serviços que sempre foram realizados pela propriedade. Dessa forma, as perspectivas raciais, como já operavam antes, fomentadas pelas práticas capitalistas, continuavam a colocar as pessoas negras no lugar de servidão e trabalhadores livres europeus no lugar de assalariados. Assim, conforme Quijano (2005) houve uma legitimação de que o trabalho pago seria próprio dos brancos, e os negros, raça concebida idelogicamente como inferior, deveria trabalhar em relações próximas à suas condições de “humanos”, ou seja, próximos ao trabalho servil.

O que vamos percebendo, sob certas forças, inclusive capitalistas que já capturavam as formas de trabalho e exploravam a mão de obra, quer fosse branca, escravizada ou negra liberta, e também já impunha certa desigualdade e disputa salarial entre homens e mulheres (SILVA, et al, 2017), é o surgimento de uma classe de trabalhadoras que continuavam marcadas pela servidão entranhada em suas carnes pela cor da pele e por seu gênero. Elas, que habitavam o interior das intimidades das casas dos brancos, não tinham qualquer direito ou segurança. Essas foram as marcas basilares do serviço doméstico no Brasil.

Assim, a trajetória do Brasil Império para o Brasil República, e que se perdura nos dias atuais, foi marcada pela mudança da relação senhora-escrava para a relação patroa-empregada. Porém, em um cenário de agonística por lugar de direito e dignidade e, no mais extremo, por sobrevivência, já que o que se vivia era a continuidade de práticas escravocratas, uma vez que, culturalmente, a marca racial ainda colocavam (e colocam) os negros, de forma geral, em uma condição de servidão pela própria natureza (MELO, 1998).

Porém, outra questão é importante trazer. Desde a colônia, o serviço doméstico era visto como trabalho de escravizado (SILVA et al, 2017) e, pela própria natureza do trabalho (lavagem de roupas e roupas íntimas, cuidar das comidas e animais de consumo e cuidar dos dejetos da casa grande), eram vistos como sendo próprios daqueles que seriam inferiores. Dessa forma, o trabalho qualificava quem o desempenhava (inferiores) e a cor indicava quem eram (as mulheres negras), capturadas pelo discurso de serem, naturalmente, destinadas a tal função.

Assim, no que toca, especificamente, à saída das mulheres negras da condição de escravizadas para trabalhadoras livres, ressaltamos que as marcas advindas com a construção histórica das mulheres como responsáveis pelos serviços domésticos, a condição de cor que se

atrelou a uma condição servil e a natureza do trabalho que também fora atrelada a pessoas inferiores, fez com que as mulheres negras não tivessem o mesmo lugar no mercado de trabalho que os homens, ou até mesmo que as mulheres brancas. Sendo quase que naturalmente destinadas ao trabalho doméstico, como também as manteve, por mais tempo, nas condições de trabalho muito mais que precarizados, em condições análogas à escravidão. Não cremos ser possível, por isso, tratar de forma igual, após a abolição, os trabalhadores homens e as trabalhadoras mulheres que, em sua maioria, eram empregadas domésticas.

Se por um lado a maioria das mulheres negras eram destinadas aos serviços domésticos (as estrangeiras, pareciam não estar nessa condição), o que aumentava a demanda por essa mão de obra. Elas não tinham reconhecimento por serem mulheres, por serem negras, e também por fazerem os serviços que faziam. Não lhes faltava emprego, mas basicamente eram trabalhos precarizados em condições semelhantes ao regime escravocrata. O pagamento, reconhecimento e dignidade não eram corriqueiros no cotidiano dessas mulheres (SOUZA, 2017).

Os homens negros, de forma geral, viviam nessa atmosfera social sem amparo, sem leis específicas, e lutando contra a concepção escravocrata que percorria o sangue da sociedade brasileira da época. Com as mulheres negras e domésticas também era assim. Isso também foi característico na Primeira República e se estende até os dias de hoje, com novas configurações.

Desde a revolução industrial, que só veio a ter impactos no Brasil tardiamente, as mulheres brancas já vinham sendo convocadas a deixarem os lares e irem para as fábricas. Quando isso passou a operar no Brasil, já na República, também foi contribuindo para selecionar, ainda mais, as que ficavam nos serviços domésticos: geralmente as que tinham menos estudos ou que mantinham uma cor negra mais aparente.

As relações que foram estruturando o trabalho doméstico no Brasil foram conduzidas por forças que naturalizam a servidão atrelada a raça e profundamente emaranhada pelas supostas perspectivas afetivas que, durante muito tempo, justificou o ganho de casa e comida como pagamento, mesmo na primeira metade do século XX.

Contudo, não era difícil encontrarmos, até pouco tempo atrás (e até hoje), a ideia de que as empregadas não “precisavam” de direitos ou salário integral. Isso se dava (e se dá), porque no contexto das elites, e do trabalho informal onde se localizavam os trabalhos domésticos, se fazia (e ainda se faz) uso da perspectiva dos tradicionais vínculos afetivos, para justificar os baixos salários, a jornada de trabalho ampliada e as práticas de servidão (KOFES, 2001) que modelam corpos e produzem sujeitos (SILVA et al, 2017).

A própria legislação, até relativo pouco tempo atrás, quando tomamos o Decreto-Lei nº 71.885, de 09 de março de 1973, coloca o serviço doméstico nessa relação de servidão ao apresentá-lo como “de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial desta” (BRASIL, 1973, art. 3º). Com o processo de redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988, passa-se a construir uma visão desta categoria como profissional, com direito a salário, mas muitas brechas e ausências de garantias (SILVA et al, 2017) sinalizam o quanto é difícil para a sociedade brasileira romper com as tradições da servidão escravista.

As proposições desta pesquisa se dão, no entanto, no cenário da aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 72, de 02 de abril de 2013 (BRASIL, 2013), conhecida como PEC (Projeto de Emenda à Constituição) das domésticas, da Lei Complementar nº 150, de 01 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015) que, ao regulamentar o contrato de trabalho das trabalhadoras domésticas, gerou mal-estar social das elites e uma verdadeira agonística nas relações advindas do contexto do trabalho doméstico. Isso se deu, sobretudo, porque

o trabalho doméstico é considerado na sociedade brasileira o elo de continuidade entre a sociedade colonial e a atual perpetuando uma cidadania de segunda categoria. Há uma dupla junção negativa no contexto do trabalho doméstico: a precarização e desvalorização do trabalho doméstico e de quem o faz. A continuidade deste trabalho tão antigo vem atualizando a mão de obra desqualificada - que a realidade social reproduz (CARNEIRO, 2015 p. 7 In: BERNARDINO-COSTA, 2015).

Ainda hoje temos o serviço doméstico sendo, em sua maioria, realizado por mulheres, negras e pobres, marcado por um espírito colonialista que se reinventa por meio de muitas práticas, e assim, as elites vão construindo, nesse contexto, um *locus* específico para essas mulheres cujas inscrições em seus corpos (mulher, negra) se somam a uma condição social (pobreza) que também foi forjada como condição natural desses mesmos corpos e que produzem subjetividades também inferiores e marginais.

O trabalho doméstico é, também, de certo modo, um trabalho domesticador. Está bastante claro nas relações estabelecidas pelas empregadoras a ideia de “querer que você faça da maneira como queremos que você faça” (KOFES, 1990, p. 191), o que exige da empregada doméstica uma atenção e uma incorporação dos discursos e práticas da empregadora, num processo de servidão e invisibilidade desta e que coloca a patroa no lugar de verdade quanto aos modos de ser, agir, entender o mundo e se relacionar com a realidade e com o seu próprio eu.

Assim, nesse contexto interseccional, olhar os discursos das elites acerca desse lugar marcado historicamente pela colonialidade e pela servidão e que aos poucos foi encontrando

forças contrárias e mais emancipadoras, inclusive com força de lei, torna-se desafiante e necessário para melhor entendermos os movimentos que faz a sociedade brasileira atual, bem como se estabelecem processos subjetivos no contexto das relações de forças entre patroas e empregadas domésticas.

5.2.2 Os caminhos trilhados até à promulgação da EC nº 72/2013 e da Lei Complementar nº 150, de 01 de janeiro de 2015

Os processos que levaram ao progressivo reconhecimento das empregadas domésticas como trabalhadoras e possuidoras de direitos não pode ser situado em um ponto único da história. Foi um caminho alicerçado com luta, sangue de muitas pessoas escravizadas e resistência de inúmeros libertos que tiveram que resistir à exclusão constante. No entanto, gostaríamos de trazer um marco nesse processo de luta e autorreconhecimento das empregadas domésticas que foi a criação, em 1936, por Laudelina de Campos Mello, da Associação dos empregados domésticos de Santos (SENADO, 2010).

A criação da referida associação se constituiu um dos fatos mais importantes da luta das empregadas domésticas, que também estão inseridas na luta pelos direitos dos negros, e foram influenciadas a partir dos elos que Laudelina criou com o Partido Comunista Brasileiro. Embora fechada pelo Estado Novo em 1942 (SENADO, 2010), a Associação das Empregadas Domésticas já havia instaurado uma tensão social e permitido pensar num futuro diferente para o trabalho de empregada doméstica.

No contexto do Estado Novo alguns movimentos em torno da defesa dos negros e de seus direitos se estruturaram, inclusive, na defesa dos direitos das empregadas domésticas, dentre os quais, inclusive, o de estarem organizadas em sindicatos, tomou força e algumas bandeiras foram levantadas dentro do movimento negro:

[...]valorização social do negro, através da educação, da cultura e da arte. A luta por uma Segunda Abolição era ligada à defesa da associação das empregadas domésticas e à criminalização do racismo. No ano de 1945, as lutas pareciam unificadas com a criação do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, envolvendo a União Nacional dos Estudantes, lideranças e intelectuais comunistas. Constava no seu manifesto reivindicações de classe e de raça, como o reconhecimento do direito de greve, direito de sindicalização para as empregadas domésticas, punição às empresas que faziam seleção racial, abolição das seleções raciais e de cor (FLORES, 2007, p. 509-510).

É certo, como falamos na seção anterior, que no contexto do Decreto-Lei nº 71.885, de 09 de março de 1973, as empregadas domésticas ainda eram colocadas num contexto de servidão, mas também é possível vermos a partir de 1972, com a aprovação da Lei 5.859, um cenário surgente. As empregadas domésticas passam a ter asseguradas em lei, alguns direitos,

de forma a não estarem desprotegidas, em absoluto, ao menos no contexto da lei. Esses direitos eram: benefícios e serviços da Previdência Social, férias anuais com o adicional de 1/3 a mais que o salário normal e carteira de trabalho (BRASIL, 1972).

Demarcar esse ponto no contexto legal, embora saibamos que muitas vezes a lei pode ser uma letra morta, é importante uma vez que, mesmo diante da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) essa categoria foi colocada à margem. E foi fazendo com que o trabalho doméstico, marcado pela presença quase que absoluta de mulheres negras, permanecesse precarizado por mais tempo (DIEESE, 2005).

Ainda que essas iniciativas tenham surgido muito influenciadas pelo contexto internacional e por pressões de movimentos internos, o que podemos ver ainda muito marcadamente é que há, historicamente, “uma precariedade estrutural do trabalho doméstico, no país, com trabalhadoras que foram colocadas imersas em proletariedade extrema, à margem da regulação salarial estatal” (PEREIRA, 2016, p.01).

No entanto, ainda que algo já viesse surgindo no que toca os direitos das trabalhadoras domésticas, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), só a partir da constituição cidadã de 1988, que por coincidência foi promulgada cem anos após a lei Áurea, é que se teve algo mais substancial quanto aos direitos dessas trabalhadoras: “Antes da Constituição de 1988, as leis sobre trabalho mantinham as trabalhadoras domésticas excluídas dos direitos das demais categorias e o faziam de forma explícita, evidenciando os valores sociais atribuídos ao trabalho doméstico” (OIT, 2010, p. 21).

Na Constituição Federal de 1988, que buscava garantir aos cidadãos brasileiros direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, foram assegurados às trabalhadoras domésticas o direito à carteira assinada. Como também o direito ao salário mínimo nacional unificado e fixado em lei, ao 13º salário, à impossibilidade de reduzir o salário, ao repouso semanal remunerado, à licença maternidade de 120 dias, às férias e mais 1/3 das férias, à aposentadoria, ao aviso prévio e à previdência social (BRASIL, 1988).

Esse processo legal, que não só garante direitos mas que deve reparar uma desigualdade histórica, deveria também elevar as empregadas domésticas a um nível de reconhecimento e dignidade. Esse processo é, em certa medida, um reconhecimento, mas as forças colonialistas da elite encontram nesses movimentos um despautério, algo que não faz sentido, justificando a ideia de que, quem emprega não teria supostamente lucro com tal trabalho.

Por essas e outras, e dando continuidade ao projeto de subalternidade das empregadas domésticas, discursos e ações que objetivam perpetuar o histórico lugar de marginalização e

desvalorização da empregada doméstica, são postos no jogo da cotidianidade. De tal forma, as empregadas não conseguem se apropriar de seus direitos, tendo, inclusive, vergonha de serem reconhecidas como tal. Como nos diria Lenira de Carvalho, em uma entrevista ao SOS Corpo em 2009, trazida por Santos (2010):

A recusa de algumas trabalhadoras em permitir a assinatura da CTPS, de forma que não fiquem registros de suas atividades como doméstica porque sabem que serão prejudicadas pelo preconceito quando tentarem outro emprego: Se a gente vir a nossa história, a gente vem dos escravos. Então, o preconceito é tão forte que isso ficou muito na trabalhadora doméstica. E o que mais incomoda na luta é esse preconceito. Agora, esse preconceito foi imposto pela sociedade. A trabalhadora doméstica já é vítima disso (p. 31).

O trabalho doméstico é um trabalho estigmatizado e estigmatizante. Ele parece adentrar as entranhas das mulheres. Isso tem um efeito subjetivante bem significativo. É como nos diz Pereira (2016, p. 01), “o trabalho doméstico contém, em si, a síntese da dominação, na medida em que articula a tríplice opressão secular de gênero, raça e classe”.

Embora as leis não garantam a superação dessas marcas históricas, elas são fundamentais para abrir caminhos de possibilidades para rupturas e para tensionar as relações cristalizadas, na medida em que as trabalhadoras domésticas conseguem se apropriar de seus direitos legais. É aqui que vemos a importância da EC nº 72/2013 (BRASIL, 2013), e da Lei Complementar nº 150/2015 (BRASIL, 2015).

O clima que experimentávamos no Brasil antes da aprovação da PEC das domésticas era um clima de grande insatisfação e pressão por parte dessas trabalhadoras e das instituições formais que elas haviam conseguido criar ao longo dos tempos. A convenção de nº 187 da OIT havia proposto alguns dispositivos relacionados aos direitos das trabalhadoras domésticas, o que acabou por aumentar a insatisfação da categoria. No entanto, para que esses dispositivos fossem ratificados no Brasil, algumas barreiras necessitavam ser superadas, no ambiente jurídico, sobretudo pelas limitações advindas do artigo 7º da CLT que excluía as trabalhadoras domésticas de se beneficiarem do artigo 7º, parágrafo único, da Constituição de 1988, restringindo assim os direitos das domésticas (BOSKOVIC; VILLATORE, 2013), que foram corrigidas justamente pela EC nº 72/2013.

Esta Emenda, constituída de artigo único, diz:

Artigo único. O parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 7º. (...). Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII,

XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social” (BRASIL, 2013).

Essa Emenda foi regulamentada pela Lei Complementar nº 150/2015 e, nesse conjunto, assegurados direitos como: salário nunca inferior ao mínimo para o que tinha remuneração variável. Jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, hora extra, adicional noturno, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), reconhecimento da possibilidade de acordos coletivos, proteção do emprego em caso de demissão sem justa causa por meio de multa rescisória, seguro-desemprego, salário família, seguro acidente de trabalho, aposentadoria, dentre outros (BRASIL, 2015).

O que vimos após a promulgação da EC nº 72/2013 e da Lei Complementar nº 150/2015 foi a criação de um cenário de incômodo por parte das empregadoras que passaram a criar uma série de narrativas e justificativas para tentar inviabilizar a aplicação desses direitos. Os discursos expuseram o abismo existente no íntimo dessa relação entre patroa e empregada. As antigas concepções do lugar da empregada, sua função na casa e sua própria existência (o para que ela nasceu) apareceram e expuseram as ranhuras que forjaram as elites brasileiras a partir do modelo colonialista e escravista a que foram submetidas. Entende-se como a colonialidade que “ramifica-se por diferentes setores na sociedade brasileira” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 245).

Em 2019, no Brasil, segundo a Rede Brasil Atual (RBA, 2020) houve um grande crescimento do número de trabalhadores domésticos, chegando a cerca de 6,3 milhões, sendo a grande maioria mulheres, devido a grande desigualdade de gênero, e mulheres negras, chegando a ser 97% do total de trabalhadores domésticos neste ano. No entanto, essa categoria teve um aumento na precariedade do trabalho, caindo ao menor nível em novembro de 2019 o número de trabalhadores com carteira assinada, gerando uma disparidade de salário entre as que estão formalizadas e as que não, sendo o salário das formalizadas, em média, de R\$ 1.269 por mês e o das que estão na informalidade, fica numa faixa de R\$ 755,00 ou menos. Nesse período tivemos, pelo menos, 55 mil trabalhadores domésticos a mais na informalidade.

Mas o cenário ainda iria piorar em 2020. Em plena pandemia da Covid-19 o crescimento obtido no ano anterior não se sustentou nem mesmo na informalidade. O número de trabalhadoras domésticas foi o menor desde 2012, quando o monitoramento da categoria foi criado, somando 4,6 milhões de pessoas, totalizando uma diminuição de 473 mil trabalhadores domésticos, o que representa um déficit de 9,4% do total comparado com trimestre anterior (DOMÉSTICA LEGAL, 2020). Essa mudança de cenário de forma tão

brusca de um ano para o outro está estreitamente ligada à crise provocada pela pandemia, mas revela como a categoria das empregadas domésticas ainda está à margem social enquanto trabalhadoras, que pode ser exploradas, mas facilmente são dispensadas. E não há quem pense em manter suas remunerações sem que estas estejam dispensando sua força de trabalho, nem mesmo em tempos de calamidade social.

5.2.3 *A elite e seus discursos/incômodos/ações a partir da PEC das Domésticas*

No que toca às empregadas domésticas, pelas históricas relações que já mencionamos ao longo deste trabalho, estas estiveram e estão no lado oposto das elites. É a mais nítida representação do jogo antagônico das elites. Se pudéssemos evocar uma descrição da não-elite, certamente encontraríamos, no imaginário popular, com muita facilidade, a empregada doméstica. Ao longo do tempo, inclusive quando vislumbramos os registros históricos, muitos discursos foram sendo agregados a tal categoria, configurando-as, ideologicamente, como inferiores. Elas eram mulheres, negras/escravizadas e de baixa escolaridade.

Trazer a figura da empregada doméstica nesse cenário, suas lutas e conquistas, necessariamente evoca a empregadora, inerente ao jogo de demarcação do lugar de elite, entre patroa e empregada, configurando como necessário um enquadramento de quem é superior e quem é inferior. Não vemos como seja possível falar da empregada sem falar de sua antítese: a empregadora (ou vice-versa). Há, necessariamente, a constituição desta relação antitética. A empregadora, embora precise dos serviços da empregada, situa-se justamente no pólo oposto desta, ainda que esta seja uma mulher, pobre que precisa empregar outra mulher, mas ainda mais pobre.

É nesse cenário de complexidade que vamos vendo as nuances que envolvem o trabalho doméstico, perpassado pelo racismo, pelas questões de pobreza e por marcas de gênero, inclusive no jogo de dominação entre mulheres, onde uma se constitui como a que manda (às vezes ao modelo da senhora) e a outra, por muitas vezes, pouco além de obedecer. Samuels (2008) inclusive vai nos dizer que

mulheres oprimem mulheres, alguns grupos de mulheres escravizaram mulheres, algumas mulheres foram e são empregadas de limpeza de outros grupos de mulheres e outras mulheres tomaram conta de crianças de outras mulheres. Reclamar uma experiência coletiva à volta do ser mulher, é hoje cada vez mais difícil e pouco aceitável do ponto de vista teórico.

Nesse jogo de dominação é que, de forma localizada e microrrelacional, uma mulher ocupa (ou se coloca no) lugar de privilégio frente a outra. Faz parte de uma elite. De certo modo, há uma demarcação colonial que busca, por discursos de naturalidade, o lugar da “patroa” e do que ela espera de sua empregada. A “patroa” é a dona da casa, a que organiza e

dá as ordens que precisam ser obedecidas e não questionadas. Ela supervisiona e complementa o trabalho da empregada doméstica (que, na maioria das vezes, não consegue fazer “como a patroa”).

Essa empregadora também é uma mulher, como a empregada (KOFES, 2001). Ambas dividem o lugar de exclusão e aprisionamento social destinados às mulheres, mas, por acesso a certos privilégios, a empregadora ocupa um lugar de mando que a faz, frente a sua empregada, superior para além das marcas de exclusão que carrega. A ela (a patroa) é esperado que pague os salários “e ter a responsabilidade de procurar, contratar e manter o vínculo com outra mulher, a empregada” (KOFES, 2001, p. 164). A empregada, por sua vez, deve desempenhar bem a sua função, que está na expectativa da empregadora, sustentando esse vínculo.

Ao mesmo tempo em que a patroa precisa do serviço da empregada ela não deseja ser substituída em sua função de dona da casa. O controle e o poder precisam estar em suas mãos e para isso são utilizados inúmeros mecanismos, desde os mais explícitos aos mais velados, que vai da clara demarcação de espaço à aparente cumplicidade (SILVA, 2012, p. 6).

O que percebemos é uma relação assimétrica, desde suas origens, entre duas mulheres, sendo difícil as alternâncias de papéis, uma vez que, geralmente, a empregadora era e é, por muitas vezes, reconhecida ideologicamente como superior e a empregada inferior. Isso faz com que a empregadora ocupe certo lugar de verdade em seus modos de fazer e querer as coisas e sobretudo enunciar acerca da empregada, suas qualidades, seu zelo e seu eu.

Essa nos parece ser a reprodução da mesma postura da sinhá que estabelece o lugar de inferioridade, e se constitui com “um sistema no qual a mulher patroa deve manter o controle e o poder sobre a mulher empregada, porém o faz de forma afetuosa, reforçando a ambiguidade afetiva, que se traduz na manutenção e reprodução das relações de classe (ANGELIN; TRUZZI, 2015, p 65).

Tais discursos dominantes e de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) acerca da empregada, por parte das empregadoras e suas famílias, ainda que sejam discursos de afetos, opera como força para colocá-las num lugar subalterno (RODRIGUES; ADRIÃO, 2018). É importante dizer também que “esse encontro entre duas mulheres, revelador das dinâmicas das interdependências globais, traz à tona uma divisão racializada e “genderizada” do mercado de trabalho do sistema-mundo moderno-colonial (BERNARDINO-COSTA, 2012, p. 452).

Essa dinâmica que se impõe nas relações entre empregadoras e empregadas domésticas, no contexto brasileiro, exige atentar para a pluralidade que aqui se configura, a entendendo a partir da modernidade/colonialidade (QUIJANO, 2000) que está imersa, sendo

necessário também “reconhecer a diversidade das necessidades e experiências das mulheres e dos homens, o que significa não aceitar soluções únicas e universais” (NOGUEIRA, 2017).

Atentamos também para o fato de que as transformações do e no ambiente físico e social e os engendramentos revestidos de um certo poder, nas relações entre empregadoras e empregadas domésticas são responsáveis pelas construções subjetivas. E configuram as organizações sociais e demarcam certo aparato de contenção e captura dos modos de ser e agir, a partir de marcas étnico-raciais e generificadas, que por vezes perpetuadas na história, vão configurando os lugares nos diferentes espaços.

Tomemos, por exemplo, o cenário advindo com a promulgação da PEC das domésticas. Esse ato legal fez despertar antigos discursos que só pareceriam ter sido tão eloquentes quando do advento da Lei Áurea. Nesse período, os defensores da escravidão diziam não fazer sentido libertar as pessoas negras para que eles se tornassem trabalhadores livres com direitos, porque elas não eram capacitadas, não estariam à altura dos trabalhadores livres, e ficariam abandonadas à própria sorte. E foi o que aconteceu (MARINGONI, 2011). No entanto, o argumento de que não eram capacitadas era uma falácia, já que enquanto escravizados serviam para o desempenho das funções. O que a elite da época esbravejava era sua intolerância a pagar por aquilo que elas tinham de graça. E assim se fez. A população negra ficou abandonada à própria sorte, porque também a elite política da época operava a partir dos processos de subjugamento e exclusão da população negra.

A abolição da escravidão era necessária, urgente e condição indispensável, já que fora tardia. Mas ela também teve seu lado perverso. Aboliu-se a escravidão dos corpos, mas se alimentou a perpetuação do lugar de inferior dos que antes foram escravizados, negando-lhes os direitos e as condições de vida. São esses demarcadores que encontramos estruturados também, ainda que mais sofisticados, no cenário da PEC das domésticas e que objetivam sempre a manutenção do lugar servil da mulher negra empregada doméstica e a preservação do bem estar e do lugar de privilégio das elites.

Para melhor discutirmos isso que argumentamos, trazemos algumas falas que foram objeto de matéria jornalística por ocasião da PEC das domésticas⁷:

“A pessoa física que contrata não pode ser tratada como empresa, pois esses direitos são os mesmos de quem trabalha em empresa. Muitos contratantes vão ficar com o orçamento apertado por conta disso, que é algo um pouco exagerado. Na minha casa, minha funcionária tem horário flexível, o que não existe nas empresas”

Mara Cristina Martins, de 43 anos

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/domesticas-e-patroas-comentam-pelo-brasil-mudancas-com-nova-lei.html>> Acesso em 19 de janeiro de 2021..

"Eu estava procurando uma babá, mas as que encontrei já queriam todos os benefícios e não tive como pagar. Por isso fiz um acordo no emprego e pedi demissão. O jeito vai ser procurar uma creche para voltar a trabalhar"

Fabiana Torres, de 30 anos

"Muitas famílias de classe média possuem empregadas domésticas. Cumprir o exigido pela nova lei custará caro. E ter uma empregada será raridade."

Andreza Chieregatto Sanches, empresária

"Agora, elas têm que se aperfeiçoar, saber tudo sobre uma casa. Essa área é complicada. Já que a lei vai vigorar, tem que tornar profissional, oferecer serviço melhor. Fazer cursos, como de culinária, de como ser profissional do lar."

Marineusa Larre Helfenstein, comerciante

Argumentos como os de que haveria grande desemprego de domésticas, que elas não produziam lucro, que elas não eram capacitadas o suficiente para os direitos que lhes eram concedidos agora e até o de que mal saiu a lei e elas já estavam querendo os direitos, era um pouco do que aparecia diante da grande revolta de boa parte da classe média brasileira.

O trabalho doméstico não é visto como um trabalho como os demais. Inclusive, por ter particularidades, sobretudo porque ainda prevalece um entendimento velado de posse, de mando, fazendo com que as relações patroa e empregada sejam assimétricas desde suas origens. Se constituiu de forma antagônica em que há a superior e a inferior, a que manda e a que obedece, embora tenhamos que falar que nem sempre essa relação era cristalizada, ousamos dizer que era pretensão dos discursos da classe dominante assim fazer.

O fato das patroas não reconhecerem que forças patriarcais ainda as aprisionam no interior dos lares para os quais nasceram, e que elas só podem ir trabalhar fora e ganhar salário por terem uma empregada, ainda que não seja isso exatamente lucro, se dá pelo fato de que, na sociedade brasileira a empregada é uma espécie de marcador de *status quo* que faz da patroa superior estando distante da pobreza (SILVA, 2012), o que a põe em um funcionamento de manter a pobreza para manter seu lugar de privilégio.

Também ganhou notoriedade a posição inconformada da socialite Danuza Leão que, na época colunista da Folha de São Paulo, escreveu em sua coluna⁸ reflexões bastante limitadas sobre como a PEC das domésticas não vai ser ruim para as patroas, mas para as próprias empregadas, uma vez que estas, simplesmente, perderão seus empregos. Segue-se, a mesma perspectiva que mais parece um favor das patroas em contratar empregadas. Elas

⁸Disponível

em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0MI7HQe5pnQJ:https://www1.folha.uol.com.br/colunas/danuza/1254852-o-assunto-do-dia.shtml+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acessado em 12 de fevereiro de 2021.

mesmas (as patroas) parecem poder sim, fazer as atividades de suas casas, sem precisar do auxílio de uma trabalhadora doméstica.

Publicada em 26 de março de 2013, sua coluna também seguia a proposição dos senhores de escravizados do século XIX que justificavam a não abolição pelo fato da população negra ser abandonada à própria sorte (o que era um projeto de manutenção dos privilégios e de subjugamento). Ela chega a dizer que a PEC das domésticas seria uma verdadeira punição para tais trabalhadoras, pois o aumento dos direitos geraria o desemprego.

Ao pesquisarmos na internet sobre as comoções das patroas por ocasião da PEC das domésticas nos deparamos com um blog da Nanda Bahia⁹, escrito em 05 de abril de 2013, intitulado de “PEC das Patroas”. O objetivo do blog parecia ser favorecer um lugar de fala das patroas para que estas pudessem se colocar sobre a PEC das domésticas que estava sendo discutida. Esse blog traz duas figuras:

FIGURA 05 – Cora da Patroa



FIGURA 06 – A Patroa e a Empregada



A primeira encarna o espírito da patroa soberana, a rainha, que tem o poder. A que é elevada por ser quem é: patroa. A segunda é mais explícita nos marcadores de privilégios: a empregada negra de uniforme, que inclusive sempre lembram as roupas das mucamas, e uma patroa com trajés elitizados, branca e o escapar de despautério verbal: “PEC pariu..”

Nanda escreve também uma apresentação/reflexão/provocação para suas leitoras sobre o que ela gostaria de discutir naquele dia:

Patroas unidas jamais serão vencidas! Será?????

Depois da PEC das empregadas, temos muito a solicitar. Se até o livro de ponto já esgotou no mercado, imagine como estaremos!

Acho válida a equiparação do trabalho doméstico com os demais direitos trabalhistas mas, não concordo em ser equiparada como uma empresa. E posso falar isso como conhecedora de causa. Na minha empresa posso acompanhar o desenvolvimento do trabalho de cada funcionário, mas, na minha casa não posso.

⁹ Disponível em: <<https://nandabahia.com/2013/04/05/pec-das-patroas/>> Acessado em 12 de fevereiro de 2021.

As minhas empregadas ficam livres durante todo o dia para escolher a hora de cumprir o trabalho ou sair para resolver problemas pessoais. E aí? Como controlar.

Eu mesma já vi diversas vezes elas atenderem inúmeros telefonemas, fazerem hidratações no cabelo, resolverem problemas bancários e da escola dos filhos durante o horário do expediente.

E, olhe que pago muito mais que o mínimo exigido pela lei. Então, como agir? O que fazer? Ser penalizada porque sou uma boa patroa? Ou devo exigir mais e o cumprimento de tudo o que me é permitido por lei?

O que sei é que se não estiver satisfeita, não terei motivos para pagar tanto? Se até casa eu dei de presente, creio que isso deva ser levado em conta como reconhecimento pelo serviço prestado.

O que vocês pensam sobre o assunto?

Bjs
Nanda

Nanda, que “até casa deu de presente”, de que mesmo estará reclamando? “Ser penalizada por ser uma boa patroa?” O que parece incomodar Nanda, não se trata exatamente de gastos a mais, ou se é possível cumprir com a lei, mas sim com o fato de estes gastos serem agora direitos e não favores vindo do suposto coração bondoso de uma patroa abastada que, tendo várias empregadas, dispensa agrados ao seu bel prazer. O que promove a volição de escrever um blog é o retorcer das entranhas da “rainha” que esperneia por sentir que está perdendo sua “coroa”, ao ponto de largar a compostura e esbravejar um “PEC pariu”.

Embora o blogue de Nanda Bahia registre 186.334 acessos, não teve nenhum comentário de patroas naquela matéria, ao menos não que estivesse disponível no momento de nosso acesso. Mas ela conseguiu deixar sua posição eternizada na internet e muitos elementos problematizadores das relações entre empregadoras e empregadas.

Mesmo diante desse levante da elite contra os direitos das trabalhadoras domésticas, a PEC das domésticas se tornou uma realidade, embora ainda esteja longe de ser perfeita ou de ser realmente aplicada. Ainda há muitas empregadoras que não cumprem as proposições legais e há também as empregadas que têm medo de terem, por exemplo, sua carteira de trabalho assinada. Porém, o cenário geral é de vitória para a categoria que fortalece seus direitos, num movimento ainda que lento de dignidade.

Mais recentemente, com o advento da pandemia da Covid-19, em 2020, as patroas retornaram ao cenário nacional depois de um tempo um pouco “resignadas”. Infelizmente por acontecimentos trágicos, a temática dos direitos das empregadas assegurados pela EC nº 72/2013 (BRASIL, 2013) e pela Lei Complementar nº 150/2015 (BRASIL, 2015), e as questões raciais e de inferiorização da trabalhadora doméstica foram novamente trazidos à tona e contagiaram noticiários, movimentos sociais e boa parte da sociedade.

No dia 17 de março de 2020, como relata Lemos (2020) veio a óbito uma trabalhadora doméstica de 63 anos, diabética e hipertensa, moradora de Miguel Pereira, distante 100 km do seu local de trabalho, na região serrana do Rio. A empregada doméstica passava a semana na capital para trabalhar em uma residência no Leblon, onde já trabalhava a cerca de 20 anos. Tendo ela passado mal no dia 16 de março de 2020, uma segunda-feira, quando estava em seu trabalho, foi levada por um parente para o hospital onde foi, primeiro diagnosticada como infecção urinária, apresentando comprometimento respiratório no dia seguinte, quando veio a óbito.

A empregada em questão, já vinha se sentindo mal durante o fim de semana e mesmo assim foi trabalhar. Só isso já é o bastante para se estabelecer inúmeras indagações acerca do que faz uma trabalhadora ir trabalhar mesmo quando está se sentindo tão mal, ao ponto de horas depois ser internada e vir a óbito. Todas as respostas levariam, necessariamente, às condições de subjugamento à que as empregadas domésticas são submetidas a partir das marcas de raça, classe e gênero.

Horas antes a família havia recebido o comunicado de sua patroa de 62 anos, que a poucos dias havia retornado da Itália, epicentro da epidemia na Europa naquele momento, que seu exame para Covid-19 havia dado positivo. Foi então que se passou a considerar que a empregada de Miguel Pereira pudesse ter sido contaminada por sua patroa, que já sentindo os sintomas, não dispensou sua empregada, embora estivesse mantendo-se em quarentena em sua residência. A morte por Covid foi confirmada em 19 de março de 2020, sendo o primeiro óbito registrado pelo Coronavírus no estado do Rio de Janeiro.

Por esse momento da pandemia havia apenas 11 mortes no Brasil, sendo 09 em São Paulo e 02 no Rio de Janeiro, uma vez que outra idosa de 69 anos havia morrido horas depois da empregada de Miguel Pereira. Esse episódio desencadeou um movimento que pedia para as patroas liberarem suas empregadas para que elas pudessem ficar em casa.

Ao lamentar a morte de uma empregada no Rio de Janeiro, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) fez um apelo para que a categoria seja liberada do serviço enquanto durar a crise do coronavírus. Ao lado da organização Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, a Fenatrad lembra que essas trabalhadoras têm “uma situação de especial vulnerabilidade” nesse cenário (RBA, 2020, s.p.).

O que se discutia era como as empregadas domésticas eram expostas ao vírus por terem que se deslocar todos os dias para seu trabalho, geralmente, em transporte público lotado. Muitas por estarem na idade de risco, e não terem outra fonte de renda, o que fazia com que a Fenatrad defendesse a liberação do serviço e a manutenção do salário. Isso, é

claro, se tornou uma afronta para a maioria das patroas que achavam um despautério esse pedido.

Essa disputa pareceu motivar a esfera pública para que se pronunciasse. Assim os governos do Pará e depois do Maranhão e Pernambuco e São Paulo, em maio de 2020, resolveram emitir um decreto que tornava o serviço doméstico um serviço essencial durante a pandemia de Covid-19, de forma a garantir as patroas que não precisassem dispensar suas empregadas e lhes pagar o salário (FENATRAD, 2020). Embora tenha havido algum recuo por parte dos governadores devido à repercussão dos decretos, isso ajudou a ideia do serviço doméstico como essencial, que na verdade é um modo de pô-lo na fronteira da servidão absoluta, já havia tomado fôlego pelo Brasil entre as elites. Isso nos remonta ao fato de que a sociedade brasileira se estrutura a partir da compressão de que o serviço doméstico “traz as marcas da servidão das mulheres como aptas e destinadas a servir compulsoriamente ao outro, e aos outros, e as marcas da escravidão a qual estiveram submetidas as mulheres negras no período colonial” (AVILA; FERREIRA, 2020).

Nessa mesma configuração da modelagem do serviço doméstico pelas elites a partir do que fora estruturado no sistema escravista brasileiro, e em meio a discussão do serviço doméstico ser ou não essencial em meio a maior pandemia já vivida em um século, no mesmo dia em que a Emenda Constitucional n.º 72, a PEC das Domésticas, completava cinco anos desde a sua publicação, nos deparamos com um acontecimento trágico, que comoveu o Brasil¹⁰.

Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, um menino negro e pobre, havia acompanhado sua mãe, Mirtes Renata de Souza, uma mulher também negra e pobre, à casa de Sari Mariana Costa Gaspar Côrte Real, esposa do prefeito de Tamandaré, que ficava em um bairro nobre de Recife, onde Mirtes trabalhava de empregada doméstica. E, por não ter onde deixar Miguel, uma vez que as creches haviam fechado por conta da pandemia de Covid-19 e Mirtes não havia sido dispensada de suas funções, teve que levar Miguel ao trabalho que parecia, enganosamente, o mais seguro. E a patroa havia permitido, o que era, para aquele momento, uma benesse da patroa.

Mirtes teve de descer, como fazia certamente todos os dias, para passear com o cachorro da patroa, deixando seu filho com ela. Era o jogo do “manda quem pode” que já falamos, além de que, dentre os ditados perversos do capitalismo, “primeiro é a obrigação e

¹⁰ A narrativa se dá a partir do disponível no site G1, disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>> Acessado em 07 de fevereiro de 2021.

depois a devoção” (devoção que se refere a tudo que não é obrigação). Mas seu filho estaria seguro, deve ter pensado Mirtes.

Quando Mirtes retornou ao prédio, escutou falar que alguém havia despencado do prédio e, quando chegou ao lugar para olhar quem era, se deparou com o corpo do seu filho que havia caído do nono andar. Logo se descobriria que Sari Corte Real havia deixado Miguel sair sozinho, uma vez que este começou a chorar pela mãe, enquanto ela fazia as unhas com uma manicure. Na busca pela mãe, e abandonado pela patroa, Miguel se perdeu no condomínio e acabou caindo e vindo a óbito horas depois.

Mirtes relata que:

A primeira e única vez que confiei meu filho a ela, ela deixou meu filho ir para a morte! Era uma criança inocente. Não tinha noção de perigo, ele queria a mim, só queria a mãe dele. Ela não teve um pingão de paciência. [...] Sari, eu amo teus filhos como se fossem meus. No único minuto que eu confiei meu filho a você, você deixou meu filho naquela situação (G1PE, 2020a).

Acordar sem ter o neguinho, olhar para dentro de casa e não ter ele...Não tá dando, não. Não tá dando, não!
Tanta coisa que eu planejei pra o futuro do meu filho, o meu, da minha mãe.... E tudo isso acabou naquele dia. Sari acabou com a vida do meu filho e com a minha! (G1PE, 2020b)

O caso Miguel não só tensionou ainda mais a relação precária e subalterna em que vivem as empregadas domésticas na relação com as empregadoras, mas também trouxe à tona a histórica construção de privilégio das elites e a herança racista que aprisiona as empregadas domésticas, fazendo com que a trabalhadora doméstica seja invisibilizada e muitas vezes nem seja vista como trabalhadora (MOURA ET AL, 2020). Assim, suas necessidades, dificuldades e condições de vida não são consideradas pelas patroas, que apenas usam de seus corpos e de seu tempo, para verem satisfeitas suas necessidades. Isso vai no sentido do que nos diz Rollins (1985) ao falar sobre sua experiência como empregada doméstica e como experimentou os processos de servidão que pareciam lhe roubar a dignidade de ser humano: “Essas atitudes de ignorar a minha presença não eram calculadas, creio, como insulto; eram manifestações da habilidade dos empregadores de aniquilar a humanidade e até mesmo a minha própria existência, a de uma criada e mulher negra (p. 209).

5.3 Método

5.3.1 Tipo de pesquisa

Seguindo a mesma perspectiva metodológica dos dois estudos anteriores, esse estudo segue os caminhos de uma pesquisa qualitativa enquanto proposição problematizadora e

interpretativa da realidade, sempre de forma atenta aos significados que são construídos e que, por vezes, também poder ser desconstruídos (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Nossa postura como pesquisadora qualitativa é sempre de um olhar crítico acerca dos fenômenos que se apresentam, questionando as estruturas e o que é supostamente dado como verdade estabelecida, sobretudo no que toca às questões de raça, gênero e classe (DENZIN; LINCOLN, 2006) e as estruturas de desigualdade que as perpassam.

5.3.2 Participantes da pesquisa

Esse estudo é composto por uma amostra de participantes do bairro Dom Timóteo, da cidade de Tianguá/CE. Contamos com 5 (cinco) participantes mulheres empregadoras domésticas que estão com empregadas na atualidade. Essas mulheres constituem o que chamamos aqui nesse trabalho de “elite local” que sustentam lugares de privilégio que as colocam em um lugar de mando frente a suas empregadas.

Essas mulheres têm entre 28 (vinte e oito) anos a 57 (cinquenta e sete) anos de idade. Dessas 5 (cinco) mulheres empregadoras, 3 (três) delas, se autodenominam, em relação à cor/raça como brancas e 2 (duas) como pardas. São todas formadas com nível superior, casadas e moram com seus companheiros. Todas têm de 1(um) filho a 4(quatro) filhos e com renda mensal que as colocam como classe média, que aqui especificamos como elite local. Para participar da pesquisa, as mulheres teriam que estar morando no bairro, ter a experiência de contratar empregada doméstica para os trabalhos domésticos de sua casa, ser maior de 18 anos e aceitar participar da pesquisa.

5.3.3 Instrumentos de coleta de dados

5.3.3.1 Entrevista Coletiva - Roda de Conversas

Para este estudo usamos uma modalidade de entrevista coletiva, do tipo roda de conversa, que se constitui enquanto rico “espaço de formação, de troca de experiências, de confraternização, de desabafo. A conversa muda caminhos, forja opiniões” (MOURA; LIMA, 2014, p. 25) e torna o lugar de coleta de dados mais dinâmico, fluido e inventivo. A roda de conversas, por ter um caráter mais informal, embora seja intencional e roteirizado, permite a quebra de barreiras de censura e torna mais espontâneos os relatos, nos aproximando mais do objetivo da entrevista, sobretudo quando se trata de uma temática ainda difícil de se abordar.

A roda de conversa aconteceu na casa de uma das entrevistadas. Entrei em contato com elas via whatsapp e uma delas ofereceu sua casa para que acontecesse o encontro. Nesta

ocasião combinamos de tomar o café da tarde juntas para que assim acontecesse a roda de conversa, que durou aproximadamente 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos.

As entrevistadas que já se conheciam por serem vizinhas já tinham o hábito de se visitarem. Por isso, não foi difícil agendar o encontro.

5.3.3.2 Diário de Campo

Para os registros de algumas percepções e sentimentos experienciados a partir da inserção no campo, como também de fatos vividos que necessitavam ser melhor detalhados, construímos um diário de campo, uma vez que é fundamental na pesquisa qualitativa também aspectos tanto explícitos ou implícitos, como falas, gestos, o olhar, o balanço e a postura do corpo, cada expressão pode estar carregada de sentidos e expressar a comunicação a partir de todo o corpo (DEMO, 2012).

Ainda é importante considerar, como Macedo (2010), que o Diário de campo é um instrumento reflexivo e “utilizado como forma de conhecer o vivido dos atores pesquisados, quando a problemática da pesquisa aponta para a apreensão dos significados que os atores sociais dão à situação vivida. O diário é um dispositivo na investigação, pelo seu caráter subjetivo, intimista (p. 134),

5.3.4 Análises de dados

Seguindo na proposição de produção de sentido (SPINK, 1996), analisaremos os dados a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD) que atenta para as estruturas discursivas que engendram práticas ideológicas e de poder que perpetuam a injustiça (RODRIGUES-JÚNIOR, 2009, p. 127).

A ACD é um estudo de oposição às estruturas e às estratégias do discurso das elites. Seus analistas são, normalmente, militares sociais, intelectuais orgânicos que formulam propostas para exercerem ações de contrapoder e contra-ideologia a situações de opressão. Ela tem-se apresentado como um instrumental teórico para a análise das práticas discursivas que constroem as várias ordens sociais vigentes e como uma forma de investigação das formações discursivas que engendram as relações de poder (MELO, 2009, p. 9).

A ACD, que se fundamenta em práticas de transformação social coloca a investigadora na condição de interventora social na medida em que opera criticamente sobre os discursos, contribuindo para desconstruir a realidade e apontar novas perspectivas de sentido e construção histórica (MELO, 2009), descortinando as estruturas de poder, questionando as estruturas sócio-políticas que configuram a realidade hegemônica e forjadora de uma realidade ontológica.

5.3.4.1 Procedimentos de organização dos dados

Como forma de melhor sistematizarmos os dados da pesquisa nessa produção de sentido, utilizamos duas categorias que entendemos que melhor davam conta de atender ao objetivo deste estudo e possibilitar um maior entendimento do que fomos compreendendo como se estruturava a articulação discursiva das empregadoras domésticas.

Assim, a primeira categoria, intitulamos de: “Os aspectos legais na prática: a continuidade de um modelo precarizado”. Nela discutimos como as empregadoras se posicionam e reconhecem ou defendem suas posturas frente aos direitos das empregadas domésticas e como tal realidade foi dando nova configuração a esta relação laboral.

A segunda categoria, que chamamos de “O sol nasceu pra todos: discursos mantenedores da desigualdade a partir de uma suposta meritocracia”, trazemos as falas que emergiram a partir das discussões acerca das diferenças que existem entre empregadoras e empregadas, como as empregadoras entendem as condições que levaram algumas pessoas a estarem nesse lugar de subalterno e como elas, as empregadoras, se sentem ao pensar no trabalho doméstico enquanto trabalho possível para elas mesmas.

5.4. Resultados e Discussões

5.4.1 *Os aspectos legais na prática: a continuidade de um modelo precarizado*

Embora a Constituição de 1988 já apontasse para o cenário de garantias para as trabalhadoras domésticas, foi mesmo a partir da PEC das domésticas que isso pareceu mais real e mais próximo do cotidiano das patroas que, até então, burlavam os direitos já anunciados com tranquilidade e frieza. Embora ainda haja o descumprimento dos direitos contidos a partir da referida PEC, hoje nos parece haver um clima mais propício para que, ao menos, se fale sobre isso.

Durante nossa roda de conversas, enquanto aguardávamos a chegada de todas, Francisca trouxe uma experiência que denominou de chateação que havia vivido no fim de semana, quando foi à praia com sua família e levou a empregada.

Foram viajar um fim de semana de janeiro, algo simples, mas como Francisca estava com um filho de poucos meses, resolveu pedir para a Babá acompanhá-los na viagem para ficar com o nenê e eles poderem aproveitar melhor o passeio. Naquele mesmo fim de semana foi aniversário de sua babá. Mas ela “topou” ir para a praia embora fosse dia de sua folga. Mas o que indignou Francisca foi que ela passou a viagem inteira com a cara ruim, fechada e não saía do quarto. Além do relato de uma funcionária do hotel que disse que ela [empregada] estava brigando com o bebê quando este chorava, chamando-o de chato. Francisca não pensou duas vezes. Demitiu a empregada lá mesmo na praia. Ao chegar em casa, a empregada arrumou

suas coisas e a patroa já foi deixá-la no ponto das topiques para sua cidade (DIÁRIO DE CAMPO, 21 DE JANEIRO DE 2021).

O clima aparente entre as duas patroas que já estavam na casa onde nos reunimos para o café foi de grande “empatia” para com Francisca. De alguma forma todas já haviam tido alguma chateação assim com suas empregadas. Pouco se falou que era o dia do aniversário da empregada, que por sinal era ainda bem jovem, por volta de 20 anos. Pouco se pensou no que ela devia ter planejado para este dia com sua família ou amigos que moravam na cidade vizinha. Sim, talvez os movimentos maternais de defesa da cria tenham predominado nesse momento, mas não há como não identificar aí as marcas da invisibilidade, da subserviência servil e escravista que demarcam as relações no contexto do trabalho doméstico (ÁVILA; FERREIRA, 2020).

Não teve cálculo de direitos, não teve consideração das frustrações... e Francisca ainda relatou que havia dito, no início da viagem, quando percebeu que ela estava já estranha, que ela poderia ter dito que não queria ir. Como se ela realmente pudesse ter dito e isso ser acolhido como válido. Diante dos privilégios da elite, qualquer movimento do subalterno que impeça ou questione esse lugar de privilégio, não é tido como legítimo, mas como afronta, preguiça, inutilidade. A nítida invisibilização da pessoa e do que é importante para si como para qualquer outra pessoa, dentro do seu espaço de trabalho, é totalmente negado no discurso da elite, que só consegue ou quer enxergar os seus incômodos em um jogo de poder.

De alguma forma, esse relato foi dando o tom da conversa que se seguiria e ajudou a problematizarmos um pouco as questões legais no relacionamento entre patroa, a que manda, e a empregada, que obedece se tiver juízo, no jogo de poder, e aqui queremos enfatizar que esse movimento sofre resistências a todo momento e que portanto, não é cristalizado. Foi um jogo de entrelaçamentos de fala que, na fluidez dos pensamentos, muitas vezes se enlinharam com outras temáticas. Aqui buscamos trazer de forma mais sistematizada essas questões ou, ao menos, da forma como vai fazendo mais sentido para nós.

Os incômodos gerados em nós pela fala de Francisca que, não respeitando o descanso já previsível para sua empregada não foi capaz de ter empatia por ela uma vez que era seu aniversário e dele teve que abdicar, nos fez logo identificar inúmeros desrespeitos aos direitos da trabalhadora doméstica, e então perguntamos logo de cara: “e você não deu nada pra ela, de direitos? Só mandou embora e pronto?” (RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021). Francisca respondeu que estava com tanto ódio por ela ter “maltratado” seu filho que nem pensou nisso. Foi aí que perguntamos, então, como era essa questão dos direitos para elas.

As falas de nossas entrevistadas foram fluindo na roda de conversa, em meio ao café, e sempre apontava, mesmo em meio a uma tentativa de se manterem com olhar para a legalidade, para uma precariedade e informalidade na relação laboral doméstica. Com exceção de uma empregadora, todas as outras mantinham suas empregadas sem carteira assinada, o que significava para todas, uma dificuldade que a lei trouxe e que prejudica a contratação, bem como não pagar o salário mínimo assegurado em lei.

Sobre a carteira assinada, a fala de Edna é bastante representativa do pensamento das patroas envolvidas neste estudo, sobretudo porque consideram os direitos como “oferta” das patroas, uma espécie de bondade:

A questão da exigência da carteira, ficou mais difícil para nós, como patroas. Precisa ter coragem de contratar. Para elas não mudou! Nós é que temos medo de contratar e passar muito tempo com a funcionária, já que eu não ofereci a carteira a ela, não assinei! Temos medo dela botar na justiça né?! Então assim, é um serviço que eu acredito que é para ser considerado como qualquer outro. Eu considero chato dessa forma porque eu não ganho para fazer ele. Talvez se eu ganhasse, eu não teria abuso, mas assim, não deixa de ser um serviço de responsabilidade né? De grande responsabilidade, porque é num ambiente familiar e tudo (EDNA, RODA DE CONVERSA EM 21.01.2021).

A percepção das patroas de que, para as empregadas, nada muda é a indicação da precarização. Elas não têm carteira assinada e tudo está como sempre esteve. A não ser pelo risco de reclamarem seus direitos na justiça. O que vemos é que continua repousando “sobre o trabalho doméstico relações precarizadas, informais e com a ausência de acesso aos direitos, em especial, trabalhistas e previdenciários. Este contexto de precarização se acirra quando se trata das trabalhadoras domésticas negras” (FREITAS, 2017, p. 16).

O breve reconhecimento de que a profissão se ocupa de um serviço chato, que ela mesma não gostaria de estar fazendo, parece não ser o que leva tais patroas a se aproximarem dos direitos legais das empregadas, mas o medo da justiça. Mais uma vez, a fala da patroa está na visibilização do seu próprio achismo sobre o trabalho, mas continua o afastamento nas atitudes e nos discursos para a relevância deste trabalho enquanto profissão para a patroa. Vale salientar também que, o trabalho doméstico é um serviço voltado para as mulheres, porque ela diz que faz e não ganha, já os homens não trazem esse argumento. Segundo uma pesquisa da IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada):

o trabalho doméstico não remunerado tem sido responsabilização das mulheres, sendo o padrão predominante na sociedade brasileira. Mais de 90% das mulheres declaram realizar atividades domésticas, proporção que se mantém quase inalterada ao longo do período (entre 94% e 91%); no caso dos homens, entre 1995 e 2015, passa de 46% para 53% a proporção dos que realizam afazeres domésticos (IPEA, 2015).

Quanto ao salário, embora em certo momento, todas tenham dito que o correto seria pagar o salário mínimo, em suas realidades, este continua sendo pautado a partir das normas das patroas. Elas dizem o que “podem” pagar e as empregadas, parte mais frágil da situação e, muitas vezes bastante necessitadas, dizem se aceitam. Também entendemos que se cria uma rede de comunicação entre as patroas, onde circulam informações quanto ao valor pago, e este é o padrão, a norma informal estabelecida, para o pagamento. A partir desse “padrão” parece haver uma espécie de “consciência tranquila” das patroas. Às vezes, a que melhor paga entre as empregadoras se sente boa para as empregadas comparando-se entre as outras patroas, fortalecendo a lógica de poder.

O salário que eu pago é baseado na média que elas ganham e que nós podemos pagar. Eu por exemplo, sempre pergunto, onde ela já trabalhou, quanto ganhava... Então, a gente tanto se baseia nessa questão, como também no que podemos pagar. Por exemplo, infelizmente na realidade de Tianguá, eu sei que é um serviço que a gente mesmo, às vezes, abre mão para colocar outra pessoa. Então é um serviço que, sem dúvida nenhuma, minimamente, merecia o salário mesmo, porque é um serviço que a pessoa passa o dia todo lá. Tem que ser uma pessoa de confiança! Uma pessoa que não se estressa como, às vezes, a gente se estressa. Ela não pode se estressar com o meu filho, que eu não vou aceitar que ela bata, que ela seja grosseira. Então, ela tem que fazer além do que eu tenho que fazer, né! Eu posso me estressar e bater, ela não vai poder se estressar e bater. Para ela é para ser ainda mais difícil. Na realidade que a gente vive hoje, que basicamente, a gente ganha um salário, eu não tenho condições de pagar uma pessoa um salário, né! (EDNA, RODA DE CONVERSA EM 21.01.2021).

Sobre esse clima de consciência tranquila por estar na média do mercado local quanto ao pagamento de salário, ou no processo de formalização do trabalho doméstico, tem uma fala de Zilda, justificando o modo de estruturar as relações de trabalho de forma distinta do que exige a lei:

Na verdade, na realidade aqui de Tianguá, as patroas não seguem a regra. É muito difícil a pessoa ser contratada e se falar de assinar a carteira. Não é uma realidade daqui da cidade. Falo, por várias amigas que tenho! Ninguém fala em assinar carteira de empregada doméstica, e quando acontece, pode acontecer da empregada não querer, mas na maioria das vezes, não é nem oferecido pra ela, simplesmente ela é contratada (ZILDA, RODA DE CONVERSA EM 21.01.2021).

Os esforços para a naturalização do precariado do trabalho doméstico gera um clima de empatia e apoio entre as empregadoras. Às vezes, esse precariado é passado de mãe para filha, onde os processos naturalizados de subserviência se estruturam. Dora, por exemplo, nos disse que

está enraizado, eu acho que (risos) sempre vi assim, né? Sempre vi minha mãe pagando o que podia para funcionária. Sempre vi uma tia, uma avó, pagava o que podia! Eis a questão, não sei! (risos). Eu acho que é bem isso! Acho que algo que já está enraizado, mas que pode ser mudado, né! Não sei

bem como, não sei, não sei mesmo, tô... (risos) fiquei perdida (DORA, RODA DE CONVERSA EM 21.01.21).

O que percebemos, nesta fala de Dora, é que, embora possa surgir, às vezes, uma réstia de sensibilidade e consciência dos direitos das empregadas, logo as patroas escapam e justificam tal precariado, de maneira confortável e consensuada, inclusive responsabilizando as próprias empregadas por tal precariado. Esse comportamento traz as marcas de uma reprodução hereditária da ideia de mando, onde não tinha direitos antes da escravidão e na abolição da escravidão continua a deslegitimação desses direitos.

Os movimentos empreendidos pelas empregadoras deste estudo seguem no rumo da “relação de trabalho permeada por baixos salários, por uma dificuldade de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, por uma desvalorização social, estigmas e preconceitos” (FREITAS, 2017, p. 75). Até podemos presenciar falas que seguem o discurso legal acerca dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, mas isso opera muito mais na ordem do “politicamente correto”, do que no real reconhecimento e viabilização de direitos.

Hoje em dia eu pago a minha funcionária praticamente um salário! Ela recebe 900,00 (novecentos reais). Ela tem carteira assinada e recebe FGTS e tudo! Mas é porque foi uma construção! Quando ela começou a trabalhar para mim ela recebia 200,00 (duzentos reais). E ela trabalhava só um expediente e era só babá dos meninos, né! E eu tinha outra pessoa de manhã. Aí a outra pessoa saiu, ela se dispôs a ficar o dia todo e a gente foi aumentando aos poucos. E também de acordo com a minha condição financeira que ia me deixando fazer isso. Então assim, ela ganha esse valor, mas eu acredito que não é a realidade de todas por conta disso. Teve outras pessoas que eu paguei 300,00 (trezentos reais). Eu pagava 400,00 (quatrocentos reais) para trabalhar o dia todo e aí hoje como eu já tenho 3 (três) filhos, não tem nenhuma funcionária que queira ganhar esse valor. Às vezes, elas até falam, quanto você paga? E eu falo: “oh, 500,00 (quinhentos reais)”! E elas me dizem: “Oh, mulher, acho pouco porque no meu trabalho anterior eu já ganhava 600,00 (seiscentos reais)”! Então assim, elas também hoje estão tendo mais voz. Na verdade, antes era o que a gente pagava, né! Hoje, não! (EDNA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

Embora percebamos que a PEC das domésticas possa ter ainda inúmeras questões a serem melhoradas, o relato de Edna traz uma dimensão positiva dos efeitos desta, ou, ao menos, uma breve noção de que a precarização é um risco para as patroas, embora a repercussão de que as empregadas não aceitavam mais “qualquer salário” soou como uma espécie de petulância na visão das patroas. Para nós, está notório o lugar de mando da patroa que pede servilismo da empregada.

Dora também segue nesse sentido ao dizer:

Por mim, eu queria valorizar mais no sentido financeiro porque eu acho que a gente paga pouco, porém não sou eu quem pago. Então, eu queria poder pagar mais um pouco para ela, mas não vou mentir, que eu ia exigir mais um pouco. Que ela ficasse um pouco mais, sabe, porque ela trabalha como se

fosse meio período, né, aqui em casa, ela não trabalha até 4h00, 5h00 da tarde, ela vai embora 1h00. Ela ganha 450,00. Mas eu falo em aumentar também mais ainda por conta da minha filha, porque sei que é puxado. Quando eu fico em casa, eu vejo como é puxado. Você cuidar da casa, fazer almoço, ficar com a criança, não sei se é porque parece que ela [a filha] puxa mais de mim do que da empregada (DORA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

Pagar mais para exigir mais. Essa é a lógica da patroa que, quando tenta reconhecer o lugar de importância e dignidade da empregada doméstica, logo mantém vivo seu próprio lugar de privilégio e mando, se vendo na condição de ter mais direito sobre o tempo e os afazeres da trabalhadora. A relação de Dora com sua empregada ainda é perpassada pelas marcas de gênero estruturadas a partir do patriarcado, que lhe coloca num lugar tutelado. Ela justifica, por último, que não paga mais porque, na verdade, quem paga não é ela: “é meu esposo, então é de acordo com que ele aceita pagar, ou que ele pode pagar. E aí, eu acordo com a minha funcionária o quanto posso pagar (DORA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

A estrutura de funcionamento e as justificativas discursivas das patroas quanto aos direitos de suas empregadas seguem no jogo de precarização pois é justamente nessa lógica dicotomizadora (eu-ela / nós-ela) que subalterniza a empregada que cria e sustenta a lógica de privilégio. Para completar o cenário de total precarização as empregadoras seguem fazendo com que suas empregadas tenham uma vida destinada ao trabalho e manutenção/organização da vida de outras pessoas, sobrando poucos espaços de organização de sua própria vida e sem que receba para isso um salário alto e tenha os direitos trabalhistas garantidos.

O que vamos vendo até aqui é o mesmo eco da lógica que moveu as mulheres das elites metropolitanas em seus discursos eloquentes que justificam a inviabilidade do pagamento dos direitos legais das empregadas, a partir da ideia de que suas condições financeiras são “frágeis” justamente por não serem elas uma empresa e não terem lucro, seguindo a lógica do trabalho servil e ao modelo escravista que sempre perdurou no Brasil (ÁVILA; FERREIRA, 2020).

No meio da conversa descobrimos que Edna havia assinado a carteira de sua empregada recentemente. O que gerou um estranhamento das demais patroas. Edna nos relatou que a carteira é assinada, mas ela não paga o salário integral. Este só consta na carteira para efeitos de impostos. Sua empregada, para trabalhar de 9h às 18h recebe R\$ 900,00 (novecentos reais). Ela também relata certa resistência da empregada em ter a carteira assinada, pelas questões que já nos referimos anteriormente, e que foram apontadas por Lenira de Carvalho, em sua entrevista ao SOS Corpo em 2009 (SANTOS, 2010).

Como eu sempre tive pessoas que demoraram, então assim, eu já no normal eu já pago férias e decimo, anualmente, até as outras pessoas que não tinham carteira assinada. Como no meu trabalho eu já cuido do setor de recursos humanos então aqui em casa eu já fazia isso também. E eu sempre pedia pra ela trazer a carteira pra eu assinar como empregada domestica mas ela nunca trazia, depois de um ano eu tive a ideia, como eu tinha a loja, eu tive a ideia de dizer, Elisângela, se você quiser eu posso assinar sua carteira como auxiliar de credito la na loja, porque ela já tinha experiência de trabalhar em loja assim de confecção, aí no dia seguinte ela trouxe os documentos, eu percebi que nesse caso ela teve uma resistência pra assinar como empregada domestica, eu acho que ela ficou com medo de não conseguir outro emprego melhor (EDNA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

As marcas escravistas parecem estar fíncadas na pele das empregadas domésticas de tal forma que, mesmo frente a possibilidade de um trabalho formal, com maiores direitos, o que prevalece mesmo é a vergonha e/ou sentimento de inferioridade, causado pelo estigma da profissão. Mas uma coisa nos chamou atenção. Quando Edna falou que sua empregada tinha carteira assinada, o clima ficou um pouco estranho e logo as outras patroas passaram a dizer que elas também já quiseram assinar as carteiras de suas funcionárias:

Assim, inclusive, algumas vezes eu comentei de assinar a carteira, até hoje todas que trabalhou comigo nenhuma quis, porque geralmente moram em sitio (pagam INSS com trabalhadora rural¹¹), geralmente é... já tem muito tempo que estão trabalhando assim informal e acham que se assinar carteira vai prejudicar, é, não vão receber aposentadoria, fica mais difícil pra se aposentar porque aí vão ter que ter um tempo certo de contribuição. Geralmente as que eu pego não são pessoas novas, já são de idade (FRANCISCA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

Logo Zilda também contou de sua realidade. Sua empregada doméstica não quer nem saber de carteira assinada, porque não quer perder de jeito nenhum o Bolsa Família. Tais discursos operam de modo a isentar as empregadoras de qualquer culpa em relação ao não pagamento dos direitos de suas empregadas. No entanto, nem mesmo o salário que não estaria no contexto desses argumentos, não é pago de forma integral. Isso pareceu mais uma tentativa de, frente ao fato de Edna ter assinado a carteira, elas não ficarem à margem ou serem vistas como patroas piores. Mas é importante salientar que esse jogo articulativo sustenta ainda mais um lugar de precarização do trabalho doméstico e traz a empregada como própria culpada por sua situação precarizada. É como diz Francisca:

Eu valorizo a pessoa que trabalha no serviço doméstico, agora é como eu tô dizendo, a pessoa não quer ter férias, já aconteceu também de eu dizer que vou pagar e a pessoa dizer: não, eu não quero, eu prefiro que você me pague em dinheiro. Eu não quero ficar em casa, eu quero trabalhar. Entende?! Então assim, quando eu digo até delas mesmas é porque, sei lá, eu acho que nem elas mesmas se sentem como uma função ou não fazem disso um trabalho, é algo só por enquanto. (FRANCISCA, ENTREVISTADA EM 21.01.21)

¹¹ Explicação nossa.

A empregada não quer férias porque ganha tão pouco que frente a qualquer possibilidade de melhorar sua renda, prefere entregar ainda mais suas forças. Quando não é vendendo suas férias (que quando concedidas é também de forma precária), é lavando roupa nos fins de semana ou fazendo outras faxinas como diaristas. Mas a patroa em questão nessa fala compreende é que sua empregada adora trabalhar e ficar parada lhe faz até mal.

Daí em diante o benefício Bolsa Família e o Auxílio Emergencial passaram a estar no centro da conversa. Segundo elas, eles estragaram as empregadas. Elas ficaram mais “bonequeiras” e preguiçosas. Ficando muito difícil de encontrar quem queira trabalhar agora:

Hoje elas procuram o mais fácil, a questão do Bolsa Família, eu nem vi tanta dificuldade em relação a carteira, quando foi obrigado. A dificuldade que eu percebi foi desde quando teve um aumento em relação ao Bolsa Família, que hoje muitas pessoas passaram a recusar o trabalho porque era 250,00, 300,00, ou seja, um valor muito baixo, e elas ganhavam esse valor do governo, né? Então, muitas preferiam ficar em casa ganhando só esse valor pequeno. Não procuram algo mais. Então assim, já era difícil encontrar uma pessoa. Quando eu vim morar aqui não era difícil, há 10 anos, eu não sei se foi o Lula né que implantou essa questão, sei que não era difícil, era pessoas direto batendo na porta da gente, depois ficou difícil por essa questão. Mas que tem toda importância dela, né, a questão da pobreza, enfim, é uma ajuda para as pessoas conseguirem sobreviver de certa forma, mas ficou difícil a gente arrumar funcionária por conta disso (EDNA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

Esse talvez tenha sido o discurso com maior reverberação no Brasil acerca das mulheres, curadoras do benefício Bolsa Família. Seriam elas, portanto, as vagabundas de Álvaro Dias que, em 2015, se referindo equivocadamente a um grupo de trabalhadores que receberiam o benefício, disse: “o Bolsa Família não tira ninguém da miséria. Mantém na miséria porque estimula a preguiça. Inclusive, há gente que não quer trabalhar porque não quer ter carteira assinada e perder o benefício” (In: CLETO, 2015). É o estigma de vagabundo da identidade social de pobre.

Talvez tenha mesmo ficado mais difícil contratar empregadas domésticas. Talvez elas estejam refletindo sobre a precaridade de suas relações laborais, o que parece ser difícil para as patroas fazerem já que isso desbanca seu poder de mando, de quem oferece migalhas para famintos que comem como se fosse um banquete, sem falar que considerar a emancipação ou dignificação das empregadas domésticas põe em risco seus privilégios de mulher branca e com posses.

Sem nem se perceberem, afetadas pelas retóricas do Bolsa Família, passou-se a falar do auxílio emergencial e de como foi difícil arrumar alguém em plena pandemia. Não se considerou as adversidades sanitárias, mas novamente a culpabilização do pobre que não pode ter condição de abandonar sua subserviência. Como nos fala Moura Jr e Ximenes (2016) “a

pessoa em situação de pobreza pode ser abordada como possuidora de uma identidade de oprimido e de explorado que está baseada na sobrevivência”. Quanto mais necessitado, mais precisado, melhor para se contratar:

Eu precisei durante esse um ano de pandemia, não tinha de jeito nenhum, porque todas elas diziam que ganhar 600,00 para aguentar abuso, fazer serviço para patroa, elas preferiam ganhar 800,00, 1200,00 do governo e ficar em casa de boa, entendeu?! Então, foi raro! Consegui uma, que quando perguntei para ela, você quer trabalhar, você não recebe auxílio? Ela me respondeu que sim, que recebia 1200,00 (um mil e duzentos reais) de auxílio mas queria ganhar mais 600,00 pra aumentar a sua renda, então assim, é raro você pegar uma que fale isso. Inclusive, ela faz curso de enfermagem a noite, disse que quer é trabalhar mesmo não importa o serviço para poder buscar um futuro melhor. Mas é raro essas que querem, que aceitam a carteira ser assinada como empregada doméstica, porque elas dizem que vai prejudicar a questão da aposentadoria. (FRANCISCA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

É negado o direito mais básico de todos, o da vida, o de defender sua vida. Todas as empregadoras continuaram com suas empregadas trabalhando normalmente na pandemia de Covid-19. Uma, Dora, nos relatou que dispensou, sem pagamento de salário, por seis meses. Mas depois desse tempo ela já estava cansada e sua empregada também queria voltar a trabalhar porque estava precisando de dinheiro. Quando tocamos no caso da empregada que morreu de Covid-19, elas se demonstraram sensibilizadas com o caso, mas o que conseguiram dizer foi algo como: “Qual a condição que a trabalhadora doméstica tem de escolha em relação a deixar de trabalhar, quando sempre se precisa de trabalhar?” (ZILDA, RODA DE CONVERSA, EM 21 DE JANEIRO DE 2020). Ao passo que conseguem ver uma possível insensibilidade da patroa que passou Covid-19 para sua empregada por não a ter dispensado não as faz se verem em condição similar.

E como nos diz Ávila e Ferreira (2020), “no contexto da pandemia de Covid-19, uma das expressões da persistência das relações de exploração e dominação das trabalhadoras domésticas remuneradas foi a pressão de empregadores(as) para manter a presença destas trabalhadoras em serviço no domicílios” (p. 2) embora o período fosse de alto risco de contágio, o que desencadeou a morte de uma empregada doméstica, a primeira a morrer no Rio de Janeiro, ou fatalidades, por consequência, como a do menino Miguel em Pernambuco, conforme falamos anteriormente. Isso nos faz pensar o quanto vale a vida de uma empregada doméstica, do mesmo jeito que podemos pensar o quanto valia a vida de uma escravizada negra que podia apanhar até a beira da morte até mesmo se recusasse deitar-se com seu dono.

Mas também nos faz pensar mais. Faz-nos pensar como as empregadoras, embora por vezes tentem fazer um movimento de empatia e sensibilidade; embora busquem justificativas politicamente corretas, ainda não conseguiram se desprender de seus lugares historicamente

erigidos a partir de privilégios e fazer movimentos num sentido mais genuínos de crítica das estruturas sociais de subalternização que ajudam a sustentar, embora nos pareça que já surge um horizonte para que, talvez, com processos de problematização mais profundos, algo novo possa surgir no cenário das empregadoras domésticas.

5.4.2 O sol nasceu para todas: discursos mantenedores da desigualdade a partir de uma suposta meritocracia

Em dado momento da roda de conversa, como se tratava de um momento que, embora intencionalmente planejado, se tratava de algo mais informal, buscamos instigar um pouco as falas acerca do porquê as empregadas são empregadas. Essa percepção, para o contexto desse trabalho, nos pareceu fundamental uma vez que a percepção do lugar de empregada doméstica é parte estruturante dos modos de operar das empregadoras.

Nesse momento as patroas já estavam muito à vontade e conversavam muito. As temáticas eram polêmicas e elas queriam muito demarcar seus lugares nesse jogo de empregadora. Foi então que perguntamos, numa tentativa de problematizar ainda mais e, quem sabe, provocar deslocamento de posição por meio da reflexão, o que as diferenciava de suas empregadas. Qual a diferença que as separava e as colocava em lugares distintos.

Então assim, já tem um negócio de berço, né? Já vem algo que vem a muito tempo. A diferença, se a gente for analisar, a maioria das pessoas que nascem numa classe social baixa mesmo, a função já começa por aí, né? Já procura algo, diz assim, não vou procurar alguma coisa no meu.... assim né, de acordo comigo, e num é de acordo com ela né, porque ela pode muito mais do que isso, mas já é repassado acho que algo assim, né? Não vou procurar alguma coisa que dê certo comigo. Não, aquilo dali já não me cabe, né? Então eu já acho que começa por aí da diferença da classe social (FRANCISCA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

Essa Fala de Edna, um tanto confusa em sua estrutura lógica. Por vezes tão interrompida em seu processo de construção do pensamento e da argumentação, nos leva a pensar na grande dificuldade que há em explicar o porquê de alguém ocupar esse lugar inferiorizado de empregada. O que foi possível percebermos no momento desta fala foi uma mistura de constrangimento com busca para justificar que é assim mesmo. O que se construía era a percepção da diferença de classe, mas que elas não tinham participação nisso. Pelo contrário. Estava ajudando na melhoria de vida das empregadas uma vez que as contratavam. Além do mais, era a própria empregada que percebia que sua classe social era baixa e que certos empregos não eram feitos para ela. De alguma forma elas estavam onde deveriam ou podiam estar, contudo, para além desses discursos, sabemos que o serviço doméstico sempre

foi exercido pelas mulheres negras no Brasil, mesmo com a abolição da escravatura, e que a pobreza tem cor.

Vale aqui abrir um parêntese para dizer que o trabalho doméstico, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho (LUNA, 2018), inclusive porque este lugar (o dos serviços domésticos) é indicado como sendo das mulheres desde a infância por meio até mesmo de brincadeiras infantis configuradas a partir deste lugar, é, ao mesmo tempo, desejado por ambas as mulheres envolvidas nesse processo (LUNA, 2018). A primeira, a empregada, além de ser impulsionada para esse lugar por ser mulher, precisa deste trabalho como meio de sustento. A segunda, a empregadora, também precisa deste trabalho, mas para se vê livre dele, transferindo-o para outra igual, mas subalternizada, demarcando inclusive que o lugar de um fazer inferior, não pode ser o lugar da patroa.

Assim, a compreensão de que a empregada ocupa uma classe mais baixa, também denota e reafirma em que lugar está a patroa. Mas isso não constrange justamente por ser estrutural dessas relações e manter os privilégios das classes dominantes, das elites. Edna também traz uma fala que vai nesse sentido:

Eu acho que a primeira coisa é a diferença da classe social. Nós já nascemos em classe social diferente, né? Geralmente, a maioria das pessoas que são empregadas domésticas, já nasceu numa classe que, realmente já não teve muitas oportunidades, já não teve muita condição financeira, porque a maioria delas não conseguiram nem estudar numa escola particular né? Então eu acho que, às vezes, já vem aquela velha historia, já é uma coisa antiga né? E daí por diante a pessoa, muitas delas, já vem naquilo dali, e aí se acha que nem merece ir atrás, nem vai atrás, ate porque aqui Tianguá não tem nem curso pra esse tipo de coisa, curso pra babá, curso pra empregada domestica. Não tem nada disso, ne, então, eu acho que no interior, no caso da gente aqui, é até mais fácil a gente dizer: elas desde o inicio já vieram sem as oportunidades, do inicio né? E aí, talvez, não teve ninguém que dissesse: vai lá, corre atrás, você vai ser diferente dos outros. A gente não, já pela diferença da classe social, a gente já teve pais que disseram, você consegue! Vai lá! (EDNA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

Isso vai no mesmo sentido do que fala Dora quando também diz achar que as pessoas se tornam empregadas domésticas “ simplesmente, por falta de oportunidade, eu acho né! Não sei, falta de ter instrução, dos pais incentivarem a estudar ou delas mesmas não quererem estudar e aí foi o que restou (risos)” (DORA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021). E elas têm razão. Essas e tantas outras coisas, erigidas a partir da estrutura social escravista e busca manter a estratificação social como forma de conservar o lugar de mando e poder, acabam por tornar, quase que natural, o destino de certas mulheres que, desde muito cedo, pela precariedade em que vivem, aprendem a lavar, passar, faxinar, cozinhar, cuidar (SOUZA, 2018). Aqui colocados no infinitivo como forma de dizer que impera o fazer para o

qual, supostamente nasceram. Elas não tiveram condições sociais de serem outra coisa, e continuam não tendo, na medida em que, as relações de trabalho são configuradas a partir da lógica da precarização. No contexto brasileiro, pós-abolição, não houve a construção de condições e de políticas de inserção das pessoas escravizadas no mercado de trabalho, diante dessa realidade foi se criando forjadamente um discurso de culpabilização da pessoa pobre.

Mas em dado momento da conversa, outra dimensão surge na percepção das patroas, que vai no sentido de desresponsabilizar as estruturas sociais marginalizadoras e subalternizantes de certas categorias de pessoas, o que acaba por isentar ainda mais as patroas dessa realidade, embora se encontram sustentando também essa realidade social, e coloca a responsabilidade nas próprias empregadas, pela não melhoria de suas condições de vida:

Eu acho que são muitos fatores. Acredito que um deles é a pessoa como empregada doméstica, ela não procura nenhum requisito para melhorar, tipo assim: sou empregada doméstica, então pronto! Se acomoda. Eu sei que aqui não existe um curso para que a pessoa possa ter um aperfeiçoamento. A forma de contratação é o boca-a-boca, então assim, ela não precisa ter algo comprovado para que eu contrate ela, vai depender da minha necessidade, então assim, já não é cobrado um currículo (HELENA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

É esse discurso de culpabilização em relação ao que vinha sendo falado até agora, que faz sentido quando percebemos que a coerência discursiva pouco importa quanto o que está em questão é a reprodução do que vai ao encontro do interesse das classes dominantes para manutenção de seus privilégios. É aqui também que percebe-se o quanto é difícil para as patroas se implicarem e se verem dentro da roda que faz girar os processos de exclusão e preconceito que sustenta a sociedade brasileira. A ignorância branca junto ao pacto de silêncio. Por isso é fundamental atentarmos para essa ideia de que habitamos o mesmo planeta, somos todos iguais, e o sol nasceu para todos. Porque isso é um jogo de narrativa que só beneficia quem já desfruta dos privilégios que foram, na verdade, favorecidos pelas mesmas estruturas que subalterniza. Não foi uma conquista, um esforço pessoal. Daí passarmos a problematizar o jogo de meritocracia que passou a emergir do discurso das patroas. E as patroas seguem justificando a precarização a partir do não zelo, do não mérito de suas empregadas:

Eu acho que são muitos fatores (falando sobre o porquê de o serviço doméstico ser desvalorizado), acredito que um deles é ela mesma não procurar nenhum requisito pra melhorar, né? Tipo assim, a pessoa acha que sendo uma empregada doméstica pronto! Não existe um curso para que possa ter um aperfeiçoamento. A forma de contratação é o boca-a-boca, então assim, ela não precisa ter algo comprovado para que eu contrate ela. Vai depender da minha necessidade, então assim, já não é cobrado um currículo (FRANCISCA, ENTREVISTA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

Há uma percepção de que as empregadas não lutam para mudar de vida. Que elas são acomodadas e que são as principais responsáveis por estarem onde estão. Mas e se o serviço doméstico fosse uma escolha? Isso nos faz perceber que o serviço doméstico, como é estruturado a partir da percepção das empregadoras, não pode ser da ordem da escolha profissional, mas da condição de precariado pessoal, falta de qualificação, que é compensada pela disposição completa para a patroa e pelos baixos salários. Isso representa muito do que está vinculado a falta de regulamentação do serviço doméstico no Brasil. A lógica da meritocracia é uma ideologia que explicita o ethos neoliberal (SOUZA, 2018) e opera forjando sentido em muitas esferas da sociedade, mas quando essa meritocracia é direcionada ao trabalho doméstico, ela se torna ainda mais cruel.

A meritocracia desenvolvida no âmbito do modelo individualista ocidental é uma perspectiva de acordo com a qual o indivíduo ocupa uma determinada posição na hierarquia social devido ao seu próprio mérito, ou vontade e capacidade individuais. Tal perspectiva negligencia a relação dos indivíduos com seu grupo social, e torna apenas coincidente o sucesso individual e o fato de o vencedor pertencer a camadas privilegiadas da população, com acesso a bens materiais e simbólicos que são negados à maioria da população (MAIA, 2017 p.115).

A meritocracia também apareceu nos discursos das mulheres de modo a apontar um modelo de empregada que pensa além. Que se capacita e busca se aperfeiçoar, ainda que seja para deixar de ser empregada, o que só ressalta esse lugar como o lugar da desqualificada:

tudo tem suas exceções, eu já tive pessoas que é... estão trabalhando em casa mas estão estudando, estão procurando algo melhor. Eu já tive pessoas trabalhando na minha casa que era manicure, e que trabalhava de dia para aumentar a renda, pra fazer um curso. Enfim, pra buscar outro serviço porque o serviço de casa é um serviço que até a gente mesmo dona da casa, se cansa, então a pessoa tem também o serviço da casa dela e tem o serviço da casa de outra pessoa, então é porque é um serviço que cansa é. E aí, por falta de oportunidade e incentivo acontece isso, causa essa necessidade (HELENA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

É bem verdade que o serviço doméstico é cansativo. Mas a lógica estruturante de trabalhar fora e ainda fazer os serviços domésticos de sua própria casa só é possível, para as mulheres, se elas contratarem alguém para fazer tal serviço, o que é possível quando, justamente, se trabalha fora. Mas as empregadas domésticas não trabalham fora? Então por que elas não contratam alguém para fazer o serviço de suas casas? Isso soa tão absurdo: cuidar da casa de outra pessoa enquanto não se contrata alguém para cuidar da própria casa. Para a mulher empregada doméstica parece ser uma imposição esse trabalho duplo bem mais que para outras mulheres. Porém é importante chamarmos atenção aqui para o fato de que a fala a que nos reportamos não concebe a ideia de que, o que faz com que a empregada doméstica queira buscar outro serviço, não necessariamente seja o cansaço do serviço

doméstico, mas o quanto ele é precário, tanto que para fazer um curso a empregada precisa ter uma jornada tripla.

Na verdade, a meritocracia evocada pelas patroas é circunscrita a partir de uma narrativa que busca legitimar a ideia de que não há dominação social ou injustiça social, que foi sendo cristalizada ao longo da história e em benefício de certa categoria de pessoas. Essas pessoas beneficiadas ocupavam certo lugar racial e político que se autodenominou como superiores e merecedores do lugar que ocupam. Assim a ideia de uma meritocracia vai, de forma capilarizada, adentrando no tecido social, e sendo usada de modo a defender a justiça social a partir daquilo que o indivíduo vai conseguindo por seu próprio esforço (SOUZA, 2018), e escondendo o jogo perverso da estratificação social e das marcas raciais escravistas que se constituem enquanto forças tão bem articuladas que acabam por determinar modos de vida difíceis de romper.

No meio dessa discussão achamos importante trazer uma dimensão que consideramos não ser percebida pelas patroas que é a questão tanto dos baixos salários que não permite retirar dinheiro da subsistência para algo que teria retorno a longo prazo e também, porque no contexto geral, um aperfeiçoamento para o trabalho doméstico não seria valorizado pecuniariamente, o que, portanto, acaba por não fazer sentido no horizonte da empregada doméstica:

É engraçado, essa questão da valorização, como é que a gente fala assim: elas não vão se aperfeiçoar, não fazem curso, mas aí a gente vai pensar, como é que elas vão se aperfeiçoar numa coisa que não vai ser valorizada!? Eu vou fazer um curso, vou gastar para ganhar pouco!? Então vou fazer um curso para trabalhar em outra coisa, não como empregada doméstica. Eu vou deixar de fazer um curso para uma coisa que eu possa ganhar mais do que como empregada doméstica. Seguindo desse jeito a própria categoria doméstica vai sendo um lugar de não investimento, porque tá sempre presente ali a ideia de não vale a pena, de que essa profissão é uma profissão menor, e a empregada uma coisa...eu vou fazer um curso então eu não vou estar no trabalho doméstico? Se não sou valorizada por isso? Vou fazer outra coisa porque isso aqui é um trabalho menor. Então a própria forma como nós encaramos o serviço doméstico é que faz ele ser menor, e não a trajetória da empregada, ou seu esforço pessoal (PESQUISADORA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

O que sentíamos naquele momento era, como nos diz Souza (2012), uma atmosfera proporcionada pela retórica da meritocracia que faz com que as pessoas se percebam e se sintam incapazes. Sem habilidades ou sem ânimo para empreender esforços pessoais para ser melhor, sendo o único culpado pela condição em que está, não sendo digno de um trabalho mais valorizado. Um fracassado, sem que a história perversa de exclusão, tornando as forças colonialistas a partir dos marcadores de gênero, raça e classe social, desresponsabilizada dos

males que provocou ao longo do tempo e ainda hoje, sendo esse discurso a própria materialização desse colonialismo engendrado também no bojo do capitalismo.

As empregadoras não conseguem pensar a responsabilidade coletiva, mas consideram as questões de investimento individual sem perceber que tem aí uma discussão que denuncia a desigualdade social. Embora elas tenham feito o ensino básico em escolas privadas, e mesmo após o término da educação básica continuaram tendo o apoio dos pais, quando casadas tiveram apoio financeiro familiar, só percebem ainda muito timidamente essa estrutura social que não é da ordem da meritocracia.

Existe uma falsa ideia de buscar e lutar pelo que se quer, como se houvesse uma possibilidade igualitária para todos da mesma forma. Mas no contexto brasileiro isso é um discurso vivaz sustentado por aqueles que não acessam a consciência a realidade desigual. Nesse contexto, uma grande marca do privilégio é justamente a possibilidade de uma pessoa, que fala a partir do seu lugar privilegiado, e se sente autorizada a falar pelo outro e das condições subjetivas do outro ou de como ele conduz sua vida, ou julgá-los não capacitadas ou não merecedoras, ou não trabalhadores esforçados, apagando toda a responsabilidade social e histórica que mina as possibilidades de certas categorias sociais.

É fácil falar em mérito quando se nasceu em uma família com prestígio, que serve de referência para indicação de emprego, que tem possibilidade de dar bom estudo e acesso à cultura para seus filhos. Uma família que, ainda que passe por dificuldades, tem acesso a lugares e situações de privilégio. Nenhuma das mulheres patroas desse estudo chegou onde chegou (estudo, carreira profissional, condição financeira) por mero esforço pessoal. Muitas vezes relataram a importância de familiares, principalmente do pai, para conseguir emprego, o suporte familiar, as condições de amizade que lhes abriam portas. A meritocracia parece só valer quando opera provocando um lugar de conformismo e autorresponsabilização com a situação de penúria do subalterno.

Sentimos então o impulso de provocar um olhar ao avesso para essa situação laboral. Perguntarmos o que aconteceria se fosse possível a inversão de papéis. As patroas seriam capazes de trabalhar como empregadas domésticas?

Se eu me visse numa situação, sem formação, sem um mercado, e tivesse a opção mais fácil a de empregada doméstica, eu acredito que eu seria. Hoje não! Hoje não! Eu não me vejo de jeito nenhum! Se eu ficar desempregada eu faço qualquer coisa, mas eu não penso assim: qualquer coisa, empregada doméstica. Não! Vem na minha cabeça qualquer coisa, menos uma empregada doméstica (HELENA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021).

Se eu ficasse desempregada, não seria uma das opções ser empregada doméstica. Eu colocaria meu currículo numa loja. E é como se isso não fizesse parte da minha realidade. Como se fosse muito distante, não cogitado! Eu acho que é muito complicado pensar assim, algumas coisas a gente só sabe passando, dependendo da necessidade, quem sabe, né, mas hoje não! Hoje não! (DORA, RODA DE CONVERSA EM 21 DE JANEIRO DE 2021)

Não é uma questão de currículo, de zelar por seu trabalho e se aperfeiçoar para ganhar mais. Não é custo de energia dispendido na labuta. É o lugar. As configurações subalternizadoras e inferiorizantes que configuram o lugar da empregada doméstica e que fazem, de imediato, as empregadoras pensarem nesse trabalho, dito por elas como digno e necessário, como sendo a última opção ou nem mesmo sendo opção alguma. Afinal, ninguém melhor que a própria empregadora para saber o que passa pela cabeça e pelos sentimentos de uma patroa. O mínimo movimento de ocupar o lugar de empregada, sabendo o que é ser patroa e os movimentos empreendidos por esta, geram a recusa imediata. Elas fariam qualquer outra coisa. Mas empregada doméstica, que significa ter uma patroa como eu, não! É a lógica apresentada por Le Guillant (2006), que aponta para o fato de que a condição de ser empregada doméstica está na gênese da humilhação e do ressentimento, uma vez que sua atividade laboral é sinônimo de trabalho desqualificado, de pessoas sem muito preparo e indigno.

5.5 Considerações Finais do Estudo 3

Na busca de problematizar as (re)configurações na relação empregadora/empregada foi possível observarmos o quanto o cenário criado já no processo de discussão da PEC das domésticas, que deu origem à EC nº 72/2013 e, por conseguinte, a Lei Complementar nº 150/2015, permeou as discussões das empregadoras em diversos meios de comunicação e nas conversas informais de modo que, é possível, encontrarmos similaridades argumentativas de abrangência nacional.

No caso específico deste estudo, as empregadoras seguem uma lógica discursiva que, embora às vezes pareça se deslocar para uma análise crítica-reflexiva acerca da dignidade e dos direitos das trabalhadoras domésticas, não conseguem se desprender do enraizado lugar de privilégio. A elite, a partir desse lugar de privilégios, em suas diversas facetas, tende-se a continuar reproduzindo o discurso de subserviência e manutenção de seu poder de mando frente às empregadas que continuam sendo vistas como aquelas que, por necessitarem de um trabalho, se submetem às condições colocadas pelas empregadoras.

Elas ainda se colocam como aquelas que dão as cartas e quando há movimentos das empregadas em resistir a baixos salários, por exemplo, são logo enquadradas dentro dos padrões atribuídos a tais mulheres desde a escravização. Justificam como sendo elas querendo mais do que merecem, se achando mais do que o que são. Que a lei agora as tornou petulantes, como se esse direito não lhes fosse devido.

Há um estranhamento quanto ao fato de que, por receberem qualquer auxílio do governo que se iguale ao que recebem por trabalhar arduamente, tais mulheres passem a querer mais pelo serviço que desempenham. Enquanto socialmente se vê, com isso, uma condição de valorização do seu tempo dispendido para o serviço doméstico por parte das empregadas, as patroas nomeiam de preguiça, vagabundagem e que os programas sociais estragam as relações de trabalho. No entanto, o que fazem as empregadas domésticas com essa atitude é desmontar, ainda que por um tempo, o lugar de mando das empregadoras que não lidam bem com o fato de um subalterno dizer-lhe um não.

Uma das formas de deslegitimar o lugar que ocupa a empregada doméstica frente ao cenário trazido pela lei, e conseqüentemente os movimentos de recusa por ganhar pouco, é o surgimento de discursos de meritocracia que apontam a empregada doméstica como ocupando esse lugar por não ter se interessado, não ter estudado, não se aperfeiçoar, fazer cursos, o que justificaria, inclusive, seus baixos salários, uma vez que ela não é uma profissional “capacitada”.

Esse jogo de retórica e reverberação da lógica meritocrática esconde uma incoerência, uma vez que maior capacitação tornaria as empregadas domésticas ainda mais autônomas. Conseqüentemente, diminuiria o poder de mando e controle das empregadoras sobre o tempo e os modos de fazer das empregadas. Especializadas no que fazem, como também mais exigentes no que toca o cumprimento de seus direitos, é algo explicitamente trazido pelas empregadoras como impossível de cumprirem. Assim, entendemos tais argumentos das empregadoras como uma espécie de retórica de defesa frente a discursos a favor das empregadas, e não exatamente um desejo de que estas se aperfeiçoem em suas atividades laborais.

Trazer a ideia de meritocracia para o contexto do trabalho doméstico, historicamente marginal e estruturante do jogo de poder das elites e, no caso específico deste estudo, do lugar de mando da mulher branca e de maiores condições financeiras e de influência, não é só injusto, uma vez que não consegue atentar para os movimentos históricos de colonialidade e subalternização que lhes mantém em lugar de privilégio até hoje, mas também é cruel, na medida em que inferioriza e aprisiona mulheres que passam a se ver como indignas, incapazes

e precisando deixar de ser quem se é para ser ao modelo da patroa. Isso extrapola as dimensões laborais e estruturam modos de subjetivação realmente cruéis.

As empregadoras rejeitam, até a última opção, a possibilidade de se verem como empregadas domésticas, tal é a forma como essas profissionais são vistas, e existem nessa relação que é estruturada a partir de forças desiguais. Isso nos leva a entender que tal visão delinea os modos como a relação laboral doméstica é estruturada, já que ela existe a partir da relação de mando da patroa, que vê este trabalho como não sendo possível para ela, por ser ele um trabalho menor, menos digno, de serviçal, e que, portanto, influencia diretamente como estas agem em momentos em que se vejam destituídas de seus lugares de mando.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos que trilhamos nesta pesquisa teve como objetivo analisar os discursos de mulheres da elite local do bairro Dom Timóteo, na cidade de Tianguá/CE, sobre as empregadas domésticas a partir da intersecção de raça, de classe e de gênero. Essa pesquisa foi e continua sendo desafiadora, e esse momento conclusivo não é diferente, vamos percorrer esse caminho de fechamento que, por coerência histórica, deve permanecer em aberto.

Então, tomamos esse movimento final, não como conclusivo, mas como um momento em que podemos nos implicar frente aos achados da pesquisa, arriscando tecer articulações construídas ao longo do processo. Compreender as articulações que regem a relação empregadora/empregada doméstica dentro do contexto do trabalho doméstico brasileiro não foi, e não é, fácil. Ainda mais considerando que sou pesquisadora e sujeito da pesquisa ao mesmo tempo.

Foi percorrendo o histórico da servidão que compreendemos que a humanidade se organizou elegendo seres superiores, que seriam servidos e não estariam para servir. Enquanto que outros seriam os seres, denominados como inferiores. No contexto do trabalho doméstico, sobretudo por ter advindo do processo de escravização, vemos um espaço de tensionamento na relação entre empregadoras e empregadas, que tem se mostrado como um espelhamento da sociedade global em relação a desigualdade e os marcadores sociais. Refletir sobre a origem e estruturação dessa relação abre possibilidades de romper com a tentativa de naturalização desse sistema de opressão que foi articulado desde o início da sociedade brasileira pelo homem branco, patriarcal, sexista e capitalista.

A estratificação social existente na sociedade brasileira só foi possível porque a raça branca, violentamente, hierarquizou o poder, e se denominou superior e esse projeto de dominação ecoa até os dias de hoje. As empregadoras da pesquisa, mulheres brancas e abastadas se constituíram em um forjado lugar de poder e privilégios e vemos surgir, nos discursos e nas atitudes, uma falsa ideia de legitimidade que as autorizam a falarem de/por suas empregadas, tendo como pano de fundo o lugar laboral que ocupam as empregadas domésticas, mulheres negras e pobres.

No primeiro estudo, com o objetivo de descrever as trajetórias de vida de mulheres da elite local do bairro D. Timóteo, que são empregadoras domésticas, problematizamos as marcas subjetivas de privilégio, que contribuem para a sustentação de lugares de mando, na relação com suas empregadas, a partir de marcadores de raça, de classe e de gênero. Desvelar as marcas que estas mulheres carregam por sua raça e sua classe social, e que as permitem

ocupar lugar de privilégio é de suma importância nesse trabalho, embora como já foi dito, isso é processual, pensamos conhecer e fazer conhecer as trajetórias para daí entendermos como foram articulados os acessos. E vimos que certa estrutura e condição econômica advindas do seio familiar, principalmente paterno, possibilitaram que essas mulheres pensassem ser diferentes das outras mulheres que ocupam o lugar precarizado e estigmatizado da empregada doméstica. Ou seja, essa ascensão acessada pela ajuda paterna as tornaram de uma certa elite. Suas trajetórias, que apontam para o lugar que elas habitam, lugar histórico e estruturado por forças colonialistas vivas ainda hoje na sociedade brasileira, que as fazem acharem-se melhores.

No jogo de perpetuação das desigualdades, as patroas não conseguem questionar e/ou reconhecer a herança cultural, colonial, patriarcal e capitalista que carregam enquanto mulheres, brancas da classe média/ elite local. Ecoando assim, o sistema que domina e oprime.

No segundo objetivo, gerador do Estudo 2, buscamos refletir sobre as regulações estabelecidas na relação da empregadora junto a empregada no contexto do trabalho doméstico. Averiguamos que essas regulações articulam manutenção de mando alicerçadas pelo patriarcalismo, estabelecidas pela patroa a partir do seu contexto de branquitude, que sustenta um lugar de superioridade em detrimento de outro inferiorizado, a empregada doméstica.

Podemos compreender que as regulações estabelecidas pela empregadora na relação empregadora/empregada doméstica é um espelhamento do contexto macrossocial do Brasil que denuncia como a branquitude tem operado a partir das marcas raciais. As regulações estabelecidas nesta relação tem as marcas de branquitude, que precisam ser desveladas: privilégios e vantagens simbólicas e materiais das quais não se quer abrir mão. Para tanto, sustentam seus discursos a partir da invisibilização do seu lugar e a criação forjada de outras bases de sustentação do seu lugar de privilégios, vantagens e, agora, de mando: a opressão e a subalternização do outro.

As regulações no contexto do trabalho doméstico são articuladas, por vezes nos discursos, nas atitudes de variadas formas. Percebemos o quanto essas regulações ainda estão presentes na relação que as patroas estabelecem com as empregadas domésticas e se articulam, enquanto ferramentas de dominação, podendo ser sutis ou violentas, gentis ou arrogantes, sensíveis ou agressivas. E regulam os corpos, controlam as vidas, da higiene do corpo e aparência ao tempo livre, relacionamentos e sexualidade e até espaços que se pode habitar.

No terceiro estudo, com o objetivo de problematizar as (re)configurações na relação empregadora/empregada a partir dos arranjos discursivos advindos do cenário pós-PEC das domésticas, buscamos problematizar as (re)configurações dessa relação e analisamos a “lógica” discursiva das empregadoras acerca da dignidade e dos direitos das trabalhadoras domésticas.

É evidente o incômodo das empregadoras, quando toca o seu lugar de privilégio. A continuação do comportamento e da reprodução desse lugar de poder tem a ver, exatamente, com o medo de perder esse lugar de poder, por isso o esforço, mesmo que cruel e invisibilizado para manter os privilégios. Nem que para isso, busque-se outros culpados para legitimar a desigualdade entre “iguais”, duas mulheres,

Somos convidados a lutar contra uma sociedade que tem um projeto de civilidade desigual. E que tem se estruturado para a manutenção de privilégios e vantagens de um grupo em detrimento de outro. Por isso, a relevância de refletirmos e compreendermos os engendramentos que estruturam o trabalho doméstico e que em nossa sociedade, estão sustentados pelos processos de hierarquização de dominação e exploração.

Sabemos que existe um movimento de resistência, sempre existiu, juntemo-nos a esse movimento, fazendo um convite à desconstrução dessa relação de dominação, exploração e opressão. Propondo uma atitude decolonial onde possamos escrever outras linhas dessa histórica divisão entre a humanidade.

Para essa pesquisa o que tínhamos? Um aporte teórico, um caminho metodológico, e uma enorme vontade de conhecer os discursos que cerceavam essa relação. Adentrar em um espaço, com um outro olhar, nos apropriar dele sensivelmente, tornar-nos pertencentes, tanto quanto pesquisadora, quanto sujeito da pesquisa, daquele que seria, durante esta pesquisa, também nosso lugar, mas que vai continuar sendo meu lugar, enquanto mulher, branca, empregadora, mas agora com a esperança de ser com atitudes mais coerentes entre eu e a minha igual.

Os desafios dessa pesquisa estão em cada atitude, na esperança de continuar a enxergar o que está sempre sendo encoberto. Na “desobediência” de tornar público o encoberto. Também, entendemos que reconhecer-se com privilégios é uma condição indispensável para uma ruptura com os atuais padrões de poder. A própria academia é um dos seus lugares privilegiados, temos muito o que romper nesse espaço de (re)construção. Pensar de que forma, subjetivamente, fomos e “podemos ser de novo”, capturadas por essa ideia de supremacia diante de “uma igual”, enquanto mulher, é o disparador para os próximos movimentos que nos aguardam nessa trajetória que se propõe decolonial.

Nessa pesquisa as marcas que mais deveríamos sentir, que deveriam doer e mais propulsoras de questionamentos, encontram-se no olhar, na fala, no distanciamento, na rotulação das empregadoras sobre as empregadas. Indignação, inconformação, contestamento, desejo de mudança eram esses os sentimentos que me vinham, que deveria chegar em todos que acessarem esses discursos opressores. Daí a força propulsora da alteridade que, nesta pesquisa, e em tantas outras, se constitui como agente dinamizador dos processos de compreensão das subjetividades.

Nesse percurso fomos despertos para estudos posteriores. Como vemos que há, e nunca deixou de ter, enfrentamento por parte das empregadas domésticas, mas não foi objeto de nossa pesquisa, deixando em nós esse desejo, de então, entrar em contato com a outra face dessa relação e entendermos como acontece os enfrentamentos, como acontece as resistências.

Com o compromisso de nos mantermos fieis aos objetivos desta pesquisa, chegamos até aqui, não como quem chega ao fim, mas como quem chega ao topo de uma alta montanha e vê o tanto que se pode ainda caminhar quando vislumbra o horizonte. Mas chegamos até aqui. E pudemos compreender que as relações são sempre de duas vias, que também se reinventam criativa e resistentemente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- AFONSO X. **Primera crónica general**: estoria de España que mandó componer Alfonso El Sabio y se continuaba bajo Sancho IV em 1289 / publicada por Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Bailly-Bailliere é Hijos, 1906.
- AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. 7. ed. Trad. Oscar Paes Lemes. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- ALCOFF, L.M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1. p. 129-143. Jan/abril, 2016.
- ALMEIDA, J.; MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; GOMES, H. T. (org.). **Crítica pós-colonial**: panorama de leituras contemporâneas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- ALVESSON, M.; SKOLDBERG, K. **Reflexive methodology**: new vistas for qualitative research. Londres: Sage, 2000.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ARRUDA, L. G. L. Apontamentos sobre Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: continuando o debate conceitual. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1390337697_ARQUIVO_Apontamentos.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.
- ANGELIN, P. E.; TRUZZI, O. M. S. Patroas e adolescentes trabalhadoras domésticas relações de trabalho, gênero e classes sociais. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.30, n.89, p. 63-76, 2015. ISSN 0102-6909. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/308963-76/2015>.
- ÁVILA, M. B. DE M. **O tempo do trabalho doas empregadas domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: https://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9427/1/arquivo4226_1.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.
- AVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, e020008, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100407&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 mar. 2021.
- AZEREDO, S. M. DA M. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multirraciais. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (org.). **Rebeldia e Submissão. Estudo sobre a condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1989. p. 195-220.
- BADILLO, J. S. Igreja e escravidão em Porto Rico no século XVI. In: PINSKY, J *et al.* (org.). **História da América através de textos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BALLESTRIN, L. A América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BARNABÉ, I. R. Elite, Classe Social e Poder Local. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, ano 4, n. 7, jul./dez. 1999.

BARRETO, M. P. S. L. Patriarcalismo e o feminismo: Uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, João Pessoa v.1, n. 1, p. 64-73, de./2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2363>. Acesso em: 7 maio 2021.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I; BENTO, M. A. S. (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 25-58

BERNARDINO-COSTA, J. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília, DF: EdUnB, 2015.

BERNARDINO-COSTA, J. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teoria de descolonização e saberes subalternos**. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

BERNARDINO-COSTA, J. Migração, trabalho doméstico e afeto. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 39, p. 447-459, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645064>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra e **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31 n. 1, p. 15-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BÍBLIA. N. T. Colossenses. *In*: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada: antigo e novo testamento**. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BÍBLIA. N. T. Efésios. *In*: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada: antigo e novo testamento**. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BILAC, M. B. B. **As elites políticas do Rio Claro: recrutamento e trajetória**. Piracicaba: Unimep, 2001.

BORDONI, J. D.; TONET, L. A formação da elite política e a importância dos bacharéis no pensamento constitucional brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 66, p. 395-420, set. 2015. ISSN 1984-1841. DOI 10.12818/P.0304-2340.2015v66p395.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos da etnologia Cabila. Oeiras, Celta Editora, 2000.

BOSKOVIC, A. B.; VILLATORE, M. A. C. Trabalho decente doméstico e a necessidade de mais legislação para o Brasil ratificar a Convenção nº 189 da OIT e suas consequências sociais e econômicas. **Revista Eletrônica Tribunal Regional do Trabalho do Paraná**, Curitiba, v. 2, n. 17, p. 130-149, abr. 2013. Disponível em: http://www.mflip.com.br/temp_site/edicao-2054.pdf. Acesso em: 1 dez. 2020.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Casa Civil, 1088. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 71.885, de 9 de março de 1973**. Assegura aos empregados domésticos os benefícios e serviços da Lei Orgânica da Previdência Social, na conformidade da Lei número 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71885-9-marco-1973-420205-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1-junho-2015-780907-publicacaooriginal-147120-pl.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20contrato%20de,mar%C3%A7o%20de%201990%2C%20o%20art>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro, 1885. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/736-lei-do-ventre-livre>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885**. Lei do Sexagenário. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/280-lei-dos-sexagenarios>. Acesso em: 25 mar.2020.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.** Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1972. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15859.htm. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Fundadora do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil, Laudelina de Campos Mello lutou por sua categoria durante 70 anos.** Brasília, DF: Senado Federal, 2010. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/04/27/fundadora-do-primeiro-sindicato-de-trabalhadoras-domesticas-do-brasil-laudelina-de-campos-mello-lutou-por-sua-categoria-durante-70-anos>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRILHANTE, A. V. M.; MOREIRA, C. Formas, fôrmas e fragmentos: uma exploração performática e autoetnográfica das lacunas, quebras e rachaduras na produção de conhecimento acadêmico. **Interface**, Botucatu [online], v.20, n.59, p.1099-1113, 2016. ISSN 1807-5762. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0130>. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007. ISSN 1809-4449. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200005>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRITES, J. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *In.*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GÊNERO E TRABALHO, 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2007. p. 5.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

BURTON, R. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Trad. D. Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

CAMPOS, R. C. P. R. **Pesquisa, educação e formação humana**: nos trilhos da história. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

CANCELA, C. D. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. **Topoi**, Belém, v. 10, n. 18, p. 24-38, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v10n18/2237-101X-topoi-10-18-00024.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CARDOSO, L. **O Branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 288f. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

CARDOSO, L. A branquitude acrílica revisitada e as críticas. *In*: MÜLLER, T. M. P; CARDOSO, L. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 33-68.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-214, Jan./Jun. 2001.

CARNEIRO S. Saberes Subalternos e Decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil. *In*: BERNARDINO-COSTA, J. **Saberes Subalternos e Decolonialidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil. 1. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2015.

CARNEIRO S. Apresentação. *In*: BERNADINO-COSTA, J. **Saberes Subalternos e Decolonialidade**. 1. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2015. p. xx-xx.

CARVALHO, B. De que família você é? A família cearense”: distinção, símbolos e poder. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 30, n 1/2, p. 75-87, 1999

CARVALHO, V. M. de. **Quase da família**: um olhar sobre a empregada doméstica em três filmes brasileiros contemporâneos. 2017. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) – Curso de Comunicação Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40 n. 2, p. 229-250, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CASTRO, A. B. C.; SANTOS, J. S. dos; SANTOS, J, S. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista. *In*: SEMINÁRIO CETROS, 6., 2018, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UECE, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51197-29062018-084053.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

CAVALLI, S. Le parcours de vie: entre institutionnalisation et individualisation. *In*: **L'avenir** : attentes, projets, (dés)illusions, ouvertures. Lausanne, Suíça: Éditions Réalités Sociales, 2003. p. 01-16.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLETO, M. Bolsa família: o homem pobre e o vagabundo. **Portal Carta Maior**, [s. l.], 24 jun. 2015. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Bolsa-Familia-O-homem-pobre-e-o-vagabundo/4/33818>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CRENSHAW. K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, p. 171-188, 2002.

COLAÇO, T. L.; DAMÁZIO, E. S. P. O pensamento decolonial latino-americano. *In*: COLAÇO, T. L.; DAMÁZIO, E. S. P. O. (org.). **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina**: o direito e o pensamento decolonial. Fundação Boiteux: Florianópolis, 2012. p. 113-148.

COSTA, E. V. DA. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAVIS, D. B. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006. p.15-41.

DIEESE. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. **Estudos e Pesquisas**. São Paulo, ano 2, n 14, p. 01-08, nov. 2005. Disponível em: https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005_mulhernegra.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

DOMESTICA LEGAL. **Número de trabalhadores domésticos tem queda de 473 mil e é o menor da série do IBGE**. Rio de Janeiro: Doméstica Legal, 30 out. 2020. Disponível em: [https://www.domesticalegal.com.br/numero-de-trabalhadores-domesticos-tem-queda-de-473-mil-e-e-o-menor-da-serie-do-ibge/#:~:text=Jornal%20Dia%20\(30%2F10%2F2020\)&text=S%C3%A3o%204%2C6%20milh%C3%B5es%20de,afetados%20pela%20pandemia%20do%20coronav%C3%ADrus](https://www.domesticalegal.com.br/numero-de-trabalhadores-domesticos-tem-queda-de-473-mil-e-e-o-menor-da-serie-do-ibge/#:~:text=Jornal%20Dia%20(30%2F10%2F2020)&text=S%C3%A3o%204%2C6%20milh%C3%B5es%20de,afetados%20pela%20pandemia%20do%20coronav%C3%ADrus). Acesso em: 23 out. 2020.

DUHOT, J.-J. **Sócrates ou o despertar da consciência**. São Paulo: Loyola, 2004.

DUSSEL, E. **El encubrimiento del outro: hacia el origen del mito de la modernidad**. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés: Plural Editores, 1994.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Colección Sur-Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires).

FAIRCLOUGH, N. **Linguagem e poder**. Tradução: Célia Maria Magalhães. Londres: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FANON, F. **Les damnés de la terre**. Paris: François Maspero, 1961.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed da UFJF, 2005.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FENATRAD. **Fenatrad e Sindoméstico/MA solicitam a revisão do decreto que coloca o serviço doméstico como essencial no Maranhão**. Salvador: FENATRAD, 2020. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/05/13/fenatrad-e-sindomestico-ma-solicitam-a-revisao-do-decreto-que-coloca-o-servico-domestico-como-essencial-no-maranhao/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

FENOALTEA, S. Slavery and supervision in comparative perspective: a Model. **Journal of Economic History**, Cambridge, v. 44, n. 3, p. 635-668, Sept. 1984.

FIGUEIROA, H; LÓPEZ, M. M. **Commentary on Second Discourse Analysis Workshop/Conference**. July 1991. Paper apresentado na the Discourse Analysis Workshop/Conference, 2., 1991, Manchester.

FLORES, E. C. Jacobinismo negro: lutas políticas e práticas emancipatórias (1930-1964). In: FERREIRA, J.; AARÃO D. R. (org.). **As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p. 493-537.

FREITAS, R. F. S. de. **Emprego doméstico e reconhecimento jurídico**: uma análise sobre as alterações oriundas da “PEC das domésticas” nas relações de trabalho das empregadas domésticas. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.uece.br/mass/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final_Raylka.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. [1933]. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. 1. ed. dig. São Paulo: Global, 2016.

FREYRE, G. **Vida social no Brasil nos meados do Século XIX**. [1922]. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.

G1PE. **Caso Miguel**: 'ainda não consegui parar para viver o luto do meu filho', diz mãe de criança que caiu de prédio no Recife. Recife: G1, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/15/caso-miguel-ainda-nao-consegui-parar-para-viver-o-luto-do-meu-filho-diz-mae-de-crianca-que-caiu-de-predio-no-recife.ghtml>. Acesso em: 13 fev.2021.

G1PE. **Caso Miguel**: 'ela deixou meu filho ir para a morte', diz mãe de menino que estava aos cuidados da patroa e morreu. Recife: G1, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/ela-deixou-meu-filho-em-perigo-diz-mae-de-menino-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-e-morreu.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2021.

GIMENES É. R. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Agenda Política da UFSCAR**, São Carlos, v.2, n. 2, p. 119-151, 2014.

GOLDSTEIN, D. The Aesthetics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: GOLDSTEIN, D. **Laughter out of place**: race, class and sexuality in a Rio Shantytown. Berkeley: University of California Press, 2003. p. 149-195.

GONÇALVES, R. de C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katálysis**, Florianópolis. v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2021.

GONZALEZ, L. O papel da mulher negra na sociedade brasileira. *In*: SPRING SYMPOSIUM THE POLITICAL ECONOMY OF THE BLACK WORLD, 1979, Los Angeles. **Anais [...]**. Los Angeles: [s. n.], 1979. Mimeografado. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, DF, n. 2, p. 223-244, 1983.

GRAHAM, S. L. **Proteção e obediência, criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 35-83, 1996.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1. p. 25-47, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025. Acesso em: 25 jun. 2020.

GROSGOUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, p. 337-362. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GROSGOUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, I.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiásporico**. Brasília, DF: EdUnB, 2019. p. 55-77.

GROSGOUEL, R. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 8, p. 243-282, 2008. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/letral/article/view/3555>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GROSGOUEL, R.; CERVANTES-RODRIGUES, A. M. (ed.). **The modern/colonial/capitalist world-system in the Twentieth Century: Global Processes, Antisystemic Movements, and the Geopolitics of Knowledge**. Connecticut, Praeger, 2002.

GUHA, R. **Subaltern Studies I: Writing on South Asian History and Society**. New Delhi: Oxford University Press, 1982.

HEINZ, F.M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Trad. Ana Luíza Libânio. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572765bdcf80a1643d2a8686/1462199742728/6_Vainfas%2C+Ronaldo.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

IPEA. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 6 mar. 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526. Acesso em: 22 jan. 2021.

IPEA. **Sistema de Indicadores de percepção social**: igualdade de gênero. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf. Acesso em: 15 jul. 2017.

JESUS, C. M. DE. **Branquitude x branquidade**: uma análise conceitual do ser branco. *In*: IENCONTRO BAIANO DE ESTUDO EM CULTURA, 3., 2012, Cruz das Almas. Anais [...]. Cruz das Almas: URB, 2012. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005 pdf. Acesso em: 18 nov, 2020.

KNAPIK, M. C. **O trabalho humano**: das sociedades comunais ao modo de produção feudal. 2. ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2005. (Série História Social do Trabalho, caderno 2).

KOFES, S. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

KOFES, S. **Mulher, mulheres**: diferença e Identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade – Interação e relação entre patroas e empregadas domésticas. 1990. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

LABORNE, A. A. DE P. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. *In*: MULLER T. M. P.; CARDOSO, L. (org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 91-104.

LALIVE D'EPINAY, C.; BICKEL, J.F.; CAVALLI, S.; SPINI, D. Le parcours de vie : émergence d'un paradigme interdisciplinaire. *In: GUILLAUME, J.F. Parcours de vie: regards croisés sur la construction des biographies contemporaines.* Liège, Bélgica: Les éditions de l'université de Liège, 2005. p. 187-210.

LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LE GUILLANT, L. Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica. *In: LIMA, E. A. (org.). Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia a psicopatologia do trabalho.* Rio de Janeiro: Vozes, 2006. p. 242-286.

LE MOS, V. Ministério Público do Trabalho analisa morte de doméstica no RJ após patroa ter coronavírus. **BBC News Brasil**, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51982465>. Acesso em: 19 jan. 2021.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. Sucesso social, branqueamento e racismo. **Psic. Teor. e Pesq.**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 11-19, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 apr. 2021.

LUNA, S. Antigos habitus, novos direitos: a persistente desigualdade no trabalho doméstico. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 42., 2018, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú: Anpocs, 2018. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt13-18/11232-antigos-habitus-novos-direitos-a-persistente-desigualdade-no-trabalho-domestico/file>. Acesso em: 14 fev. 2021.

MACEDO, J. R. Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval. **Signum: revista da ABREM**, Maringá, v. 3, p. 101-132, 2001.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica/etnopesquisa-formação.** Brasília, DF: LiberLivro, 2010.

MACHADO, C. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 45-66, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2008000200045&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2020.

MAGALHÃES, C. M. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

MAIA, S. A branquitude das classes médias: discurso moral e segregação social. *In: MULLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (org.). Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil.* Curitiba: Appris editora, p. 107-120, 2017.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 27-53, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In: CASTRO-GÓMES, S.; GROSFUGUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre editores, p. 25-47, 2007.

MALDONADO-TORRES, N. **Religion, conquête et race dans la fondation du monde moderne/colonia**: en islamophobie dans le monde moderne, 205-238. Editado por Mohamed Mestiri, Ramón Grosfoguel y El Yamine Soum. París: IIIT, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARINGONI, G. História: o destino dos negros após a abolição. **Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, DF, ano 8, ed. 70, 2011.

MARTINS, M. C. de O.; VICENZI, R. Crianças de cor: os (des)rumos dos filhos do ventre livre. **Histórias Locais e Imaginário Social, Florianópolis**, v. 27, n. 40, p. 55-69, jun. 2014. Cadernos do CEOM. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/1949/1044>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MEDEIROS, F. de. **L'Occident et l'Afrique (XIII – XV siècles)**: images et representations. Prefácio de Jacques Le Goff. Paris, Karthala, 1985.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, 1998. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/417>. Acesso em: 1 abr. 2021.

MELO, I. F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, São Paulo, ano 5, n.1 1, p. 01-18, 2. sem. 2009. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

MENDES, L. A. de O. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa da África e o Brasil. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, ano. 10, n. 2, p. 362-376, jan. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v10n2/1415-4714-rlpf-10-2-0362.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MIGNOLO W. D. Delinking epistemology. An interview with Marina Grzinick. **Duke Scholars**, Reartikulacija, v. 4, part 1, 2008. Disponível em: <https://scholars.duke.edu/display/pub1023055>. Acesso em: 9 fev. 2017.

MIGNOLO W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In: LANDER, E. (org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de

Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 34-54. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

MIGNOLO W. D. El pensamiento decolonial: despredimiento y apertura. *In*: CASTRO-GÓMES, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007. p. 25-47.

MIGNOLO W. D. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 8, p. 243-282, 2008.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MINAYO, M. C. de S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, apr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000401103&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 maio 2020.

MOORE, C. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para a compreensão do Racismo na história. Belo Horizonte: Mazza Edições, 20007.

MONTEIRO, L. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da sociologia e da história. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 25-32, jan./jun. 2009

MOSCA, G. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

MOUNTIAN, I. Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade. **Psicologia Política**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 454-469, set./dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n40/v17n40a05.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MOURA, A. B. F.; LIMA, M. da G. S. B. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Interfaces da Educ.**, Parnaíba, v.5, n.15, p.24-35, 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448/414>. Acesso em: 1 mar. 2021.

MOURA, R. G.; ZEFERINO, D. S.; NASCIMENTO, R. P. # Eu, empregada doméstica: entre a dominação afetiva e a precariedade subjetiva. **Rev. FSA**, Teresina, v. 17, n. 3, art. 1, p. 3-19, mar. 2020.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal**: revista de Psicologia, Niterói, v. 28, n. 1, p. 76-83, jan./abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1051>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922016000100076&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 abr. 2021.

MUAZE, M. A. F. O que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos? Serviço doméstico e escravidão nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba. **Almanack**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 65-87, 2016. ISSN 2236-4633. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332016000100065&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 20 mar. 2020.

MULLER T. M. P.; CARDOSO, L. (org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

MUYLAERT1, C. J.; SARUBBI JR., V.; GALLO, P. R.; NETO, M. L. R.; REIS, A. O. A. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev Esc Enferm da USP**. São Paulo, v. 48, n. spe 2, p. 193-199, dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. [1883]. Petrópolis: Vozes, 1988.

NOGUEIRA, C. A teoria da interseccionalidade. In: NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e teoria feminista**. Simões Bahia: Editora Devires, 2017.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto, quanto branco**: estudo de relações sociais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OCAÑA, A. O.; LÓPEZ, M. I. A. Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación. **Hallazgos**, Bogotá, v. 16, n. 31, p. 147-166, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.usantotomas.edu.co/index.php/hallazgos/article/download/4991/pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

OIT. **Trabalho doméstico no Brasil**: rumo ao reconhecimento institucional. Organização Internacional do Trabalho, Escritório no Brasil. Brasília, DF: ILO, 2010.

OLIVEIRA A. J. M. Igreja e escravidão africana no Brasil Colonial. **Revista Especiaria**: cadernos de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 10, n.18, p. 355-387, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/1_anderson.pdf. Acesso em: 2 jan. 2021.

OLIVEIRA. L. O. A. Representações sociais de branquitude em Salvador: um estudo psicossocial exploratório da racialização de pessoas brancas. **Revista da ABPN**, Goiânia, v.6, n. 13, p. 30-46, mar./jun. 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/149>. Acesso em: 11 maio 2021.

PARETO, V. **Manual de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PASE, H. L. A formação da elite na primeira república. **Barbarói**: revista do Departamento de Ciências Humanas, Santa Cruz do Sul, n. 25, p. 93-104, 2006. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/730>. Acesso em: 02 fev. 2021.

PEZZODIPANE, R. V. **Pós-colonial**: a ruptura com a história única. **Revista Simbiótica**, Vitória, ES, n. 3, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033318/mod_resource/content/1/PEZZODIPANE%2C%20Rosane%20Vieira%20-%20Pos%20colonial%20a%20ruptura%20com%20a%20hist%C3%B3ria%20%C3%BAnica.pdf. Acesso em: 9 abr 2018.

- PEREIRA, B. P. **De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUHBergman.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.
- PESSOA JR.; J. R. C. Padrões de recrutamento e trajetória das elites políticas nos Inhamuns. *In: ENCONTRO DA ANPOCS*, 33., 2009, Caxambú. **Anais** [...]. Caxambu, MG, 2009, **Anais**. Caxambu: Anpocs, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/10363111/Padr%C3%B5es_de_recrutamento_e_trajet%C3%B3ria_das_elites_pol%C3%ADticas_nos_Inhamuns_Ce?auto=download. Acesso em: 28 fev. 2021.
- POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem.** 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- QUIJANO, A. América, el capitalismo y la modernidad nacieron el mismo día. **ILLA**, Lima, n. 10, jan.1991.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**, Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **CLACSO, Journal of World-Systems**, Buenos Aires, v.11, n.2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 116-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In: SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. Epistemologia do Sul.* Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-118.
- QUIJANO, A; WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept or the Americas in the Modern World-System. **International Social Science Journal**, Mandstaur, v. 134, p. 549-556, nov. 1992.
- RBA. **Pedido às patroas: liberem as trabalhadoras domésticas durante a crise.** São Paulo: Rede Brasil Atual, mar. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/03/coronavirus-empregadas-domesticas/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- REES, D. K. Considerações sobre a pesquisa qualitativa. **Revista Signótica**, Góias, v. 20, n. 2, p. 253-274, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/6095>. Acesso em: 20 fev. 2021.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.15, n.42, p.143-152, 2000. ISSN 0102-6909. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100010>. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Bbmx32z4mykJ:https://www.scielo.br/scielo.php%3Fpid%3DS0102-69092000000100010%26script%3Dsci_abstract%26tlng%3Dpt+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari. Acesso em: 2 dez. 2021.

RODRIGUES, M. B. R.; ADRIÃO, K. G. Considerações acerca do trabalho doméstico remunerado a partir do feminismo decolonial. *In: ENCONTRO DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO*, 20., 2018, Salvador, BA, **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <https://www.sinteseeventos.com/site/redor/G17/GT17-09-Mariana.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RODRIGUES-JÚNIOR, A. S. Análise crítica do discurso: modismo, teoria ou método? **RBLA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 99-132, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982009000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2 nov. 2020.

ROLLINS, J. **Between women, domestics and their employers**. Philadelphia: Temple University Press, 1985.

ROSSATO, C.; GESSER, V. A Experiência de branquitude diante dos conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. *In: CAVALLEIRO, E. (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001. p.11-36.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou da Educação**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979. (Coleção de depoimentos).

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. [1830]. Trad. V. Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAMUELS, G. M. Identity, oppression, and 226 power: feminisms and intersectionality theory. **Affilia-Journal of Women and Social Work**, Thousand Oaks, v. 23, n. 1, 5-9, 2008. DOI: 10.1177/0886109907310475.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, J. K. C. **Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil**. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) – Universidade de Brasília de Direito, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8484>. Acesso ee: 8 fev. 2021.

SANTOS, V. M. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, p. 01-11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e200112.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SAWAIA, B.B. O calor do lugar, segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 20-24, abr./jun. 1995. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/nexin/index.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Rio de Janeiro, v. 20, n 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 20 out. 2019.

SCHUCMAN, L. **Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo'**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, L. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicol. Soc.** [online], São Paulo, v. 26, n.1, p.83-94, 2014. ISSN 1807-0310. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jan. 2021.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

SILVA, M. B. Patroas e empregadas domésticas em capo dos Goytacazes: uma relação delicada. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: [s. n.], 2012.

SILVA, T. T. da. A Produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 01-09.

SILVA, L. T. da. Uma análise comparativa dos conceitos de subalternidade e racialidade. **Temáticas**, Campinas, v. 23, n. 45, p. 127-154, 2015. DOI 10.20396/tematicas.v23i45/46.11104. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11104>. Acesso em: 3 mai. 2021.

SILVA, C. L. L.; ARAUJO J. N. G. de; MOREIRA, M. I. C.; BARROS, V. A. O Trabalho de empregada domestica e seus impactos na subjetividade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 454-470, jan. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n1/v23n1a28.pdf>. Acesso em 12 dez. 2020.

SILVA, P. E. DA. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. *In*: MULLER T. M. P.; CARDOSO, L. (org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 19-31.

SILVA, A. B. da. **A revolução de São Domingos e os embates entre foças abolicionistas e escravistas no longo do século XIX**: as contribuições de Marcus Rainsford e Jean-Louis Dubroca. 2019. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2308.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SILVA, R. A.; MENEZES, J. A. Interseccionalidade em ação: o uso de álcool entre jovens quilombolas de garanhuns/pe. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2013. ISSN2179-510X

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000300012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, J. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil. *In*: WARE, Vron. (org.). **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo**. Tradução V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 363-386.

SOUZA, F. F. de. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira. 2017. Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1927.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SPINK, P. Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 15-25, jan./jul. 1996. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/spink_-_a_organizacao_como_fenomeno_psicossocial.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

SPIVAK, G. C. **Na aesthetic education in the era of globalization**. Harvard: Harvard University Press, 2013.

VAINFAS, R. A escravidão e os etíopes na cultura medieval: matrizes da moderna ideologia escravista no mundo Católico. **Rev. Dept. de História**, Niterói, n. 7, p. 49-54, set. 1988. Disponível em:

https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572765bdcf80a1643d2a8686/1462199742728/6_Vainfas%2C+Ronaldo.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

VEMANT, J-P. **Trabalho e escravidão na Grécia antiga**. Campinas: Papirus, 1989.

VERSIANI, F. R. Escravidão “suave” no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão? **Revista de Economia Política**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 163-83, 2007.

WALLERSTEIN, I. World-systems analysis: the second phase. **Review**, New York, v. 13, n. 2, p. 287-293, 1990.

ZEITLIN, I. Parte II - El debate com el fantasma de Marx. *In*: ZEITLIN, I. **Ideología y teoría sociológica**, Buenos Aires: Amorrortu, 1968. p. 01-368.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIETRUTURADA 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

Pesquisa: Os discursos das empregadoras domésticas acerca de empregadas: elite, raça, e gênero em questão

Proponente: Francileuda Farrapo Portela e Vasconcelos

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIETRUTURADA

Fale um pouco sobre sua vida e suas relações com a figura das empregadas domésticas em sua infância.

O que levou você a contratar uma empregada doméstica? O que isso representa para você?

O que você poderia relatar de sua experiência sobre ser uma empregadora doméstica? Que memórias você traz de momentos de tensão vividos entre você e suas empregadas?

Você teceria uma diferenciação entre as empregadas moradoras deste bairro e empregadas de moradoras dos demais lugares da cidade?

Quem foram suas empregadas? Traga memórias sobre quem elas eram.

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 2 – RODA DE CONVERSA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA**

Pesquisa: Os discursos das empregadoras domésticas acerca de empregadas: elite, raça, e gênero em questão

Proponente: Francileuda Farrapo Portela e Vasconcelos

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- Na relação de empregadora e empregada, qual o seu papel e o dela?
- O que você leva em consideração quando você vai contratar uma empregada?
- Em média, se paga quanto na região? E quanto você paga?
- Depois da lei da empregada doméstica ficou mais difícil contratar, como você tem feito?
- E sobre os direitos da empregada doméstica o que você pensa?
- O que significa ganhar bem ou ganhar muito para categoria de empregada doméstica?
- E entre você e ela, você teceria alguma diferença por você ser empregadora e ela, empregada?
- O que você pensa do serviço doméstico?
- Por que, na sua visão, essas mulheres não chegaram aonde você chegou, por que essas são trabalhadoras que servem?
- Como você descreveria o perfil de uma empregada doméstica em geral?

- Na pandemia, como foi pra você precisar dos serviços domésticos? Você teve medo de adoecer? Teve medo de passar a doença pra elas?
- E o que pensam sobre a trabalhadora doméstica ser vista como trabalhadora essencial? Por que seria um trabalho essencial?
- Quais os espaços que a empregada doméstica pode habitar?
- Você conheceu o Caso Miguel?
- Primeira mulher que morreu de covid no Brasil foi uma empregada doméstica que pegou covid provavelmente de sua patroa. O que você pensa sobre isso?

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ /

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os discursos das empregadoras domésticas acerca de empregadas: elite, raça e

gênero em questão

Pesquisador: FRANCILEUDA FARRAPO PORTELA E VASCONCELOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40723020.1.0000.5054

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia **Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.493.819

Apresentação do Projeto:

Esse trabalho tem como elemento de problematização os discursos das empregadoras domésticas sobre empregadas, na estreita relação com as questões de classe, raça, gênero e subjetividades. A pesquisa será desenvolvida no bairro Dom Timóteo, Tianguá-CE. A coleta de dados será feita por meio da observação participante, entrevista semiestruturada e diário de campo, além dos processos de autorreflexão constituintes da autoetnografia. Para as análises será utilizada a Análise Crítica do Discurso.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os discursos de mulheres da elite local de Tianguá sobre as empregadas domésticas a partir da intersecção raça, classe e gênero em questão

Objetivo Secundário:

Descrever as trajetórias das mulheres da elite local que tem empregadas domésticas; Entender os discursos das empregadoras domésticas acerca das temáticas de raça, classe e gênero; Compreender como se estabelecem as relações das empregadoras domésticas com as empregadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Benefícios:

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo **CEP:** 60.430-275

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344 **E-mail:** comepe@ufc.br

Página 01 de 03

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado pela pesquisadora **FRANCILEUDA FARRAPO PORTELA E VASCONCELOS**, como participante da pesquisa intitulada **“Os discursos das empregadoras domésticas acerca de empregadas: elite, raça e gênero em questão”**. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Nesse estudo pretendemos estudar sobre as relações entre empregadoras domésticas e suas empregadas, entendendo os processos implicados nesta relação. O motivo que nos leva a estudar esse assunto foi percebermos que, nos últimos tempos, as relações entre empregadoras e empregadas teve significativa modificações a partir da PEC das empregadas domésticas que regulamentou esta como profissão.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): autoetnografia, observação participante e Entrevistas semiestruturas. As entrevistas serão gravadas em áudio. Os riscos para os participantes desta pesquisa são mínimos. Um possível risco é o de pessoas estranhas ao processo de pesquisa terem acesso aos diálogos registrados, mas todo cuidado será tomado para que isto não ocorra. Todo material coletado nesta pesquisa será de uso exclusivo para ela e não há nenhum custo ou qualquer tipo pagamento para os que dela participarem.

Salientamos que, **a qualquer momento o participante poderá recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo**. Asseguramos que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa:

Nome: FRANCILEUDA FARRAPO PORTELA E VASCONCELOS

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Endereço: Rua Poeta Lauro Meneses, 557 – Centro – Tianguá/Ce

Telefones para contato: (88) 99702-9292

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, ____anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/____

Nome do participante da pesquisa	Data	Assinatura
----------------------------------	------	------------

Nome do pesquisador	Data	Assinatura
---------------------	------	------------

Nome da testemunha (se o voluntário não souber ler)	Data	Assinatura
--	------	------------

Nome do profissional que aplicou o TCLE	Data	Assinatura
--	------	------------